

GRAZIELY BERENICE FERNANDES DOS SANTOS PAULON

**TECENDO A IGUALDADE:
REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E
TRABALHO NA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DOURADOS-MS (2000-2008)**

**DOURADOS-MS
2010**

GRAZIELY BERENICE FERNANDES DOS SANTOS PAULON

**TECENDO A IGUALDADE:
REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E
TRABALHO NA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DOURADOS-MS (2000-2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Movimentos sociais e Instituições*.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisa de Fátima Lomba de Farias.

**DOURADOS-MS
2010**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

305.430981 P331t	<p>Paulon, Graziely Berenice Fernandes dos Santos</p> <p>Tecendo a igualdade: reflexões sobre gênero e trabalho na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS (2000-2008). / Graziely Berenice Fernandes dos Santos Paulon. – Dourados, MS : UFGD, 2010. 229f.</p> <p>Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Lomba de Farias Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Poder (Ciências Sociais) - Brasil. 2. Mulheres na economia informal. 3. Mulheres – Condições socioeconômicas. 4. Setor informal (Economia) – Dourados, MS. 5. Política de mão-de-obra – Brasil. I. Título.</p>
---------------------	---

GRAZIELY BERENICE FERNANDES DOS SANTOS PAULON

**TECENDO A IGUALDADE:
REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E
TRABALHO NA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DOURADOS-MS (2000-2008)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientadora:

Marisa de Fátima Lomba de Farias (Dr^a, UFGD) _____

2º Examinador:

Losandro Antonio Tedeschi (Dr, UFGD) _____

3º Examinador/a:

Dedico este trabalho a minha família que sempre me incentivou a continuar meus estudos, acreditou que fosse possível realizar meus sonhos e me ajudou nos momentos difíceis de minha caminhada.

Em especial ao meu esposo Dionesio, com quem compartilho, entre alegrias e conflitos, a árdua tarefa de construir uma vida em que as relações de gênero sejam pautadas na real igualdade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a toda minha família que sempre me apoiou nesta caminhada. Aos meus pais, Marco Antonio e Ieda, que sempre me incentivaram a seguir em frente, vencer os obstáculos de cabeça erguida e acreditar que sou capaz. A vocês, mãe e pai, meu eterno amor, respeito e gratidão.

Às minhas queridas irmãs, Andréya e Fernanda, que sempre estiveram ao meu lado, como verdadeiras amigas e companheiras, me estimulando a prosseguir em minha trajetória acadêmica. Às minhas cunhadas, cunhados, sobrinhas e sobrinhos, agradeço a atenção amorosa. À minha sogra, D. Genir, que através de sua maturidade, suas experiências ricas de vida, me inspira a ser uma pessoa melhor neste mundo tão cheio de adversidades.

Ao meu esposo querido, Dionesio, que conviveu ao meu lado dia-a-dia durante os estudos sobre Gênero, sempre se interessando pelo meu trabalho. Comigo aprendeu, sofreu, discutiu e vivenciou as angústias e as alegrias que sentem aquelas que ingressam na pesquisa sobre esta temática maravilhosa. A você, meu amor e respeito.

Agradeço ao meu querido amigo, padrinho e mestre, Mario Sá, que desde a graduação foi meu incentivador e iluminador. Agradeço seu amparo, suas palavras, seus conselhos e por acreditar em mim quando nem mesmo eu acreditava que conseguiria realizar tantas coisas. Você é para mim um exemplo de educador e de competência. Obrigada por tudo o que fez por mim. Outra vez escrevo a você como agradecimento: suas lições se encontrarão eternamente gravadas em minha memória.

Agradeço às minhas amigas e amigos, pelo carinho constante. Às minhas colegas e aos colegas do Mestrado em História, turma 2008: Camila, Claudinha, Daniele, Divino, Eduardo, Fabiano, Fabio, Ilsyane, Isabel, João, Layana, Lenita, Márcia, Mirian, Patrícia. Nossas reflexões em sala em muito contribuíram para a realização deste trabalho. Nossas conversas extra-sala também foram gratificantes.

Agradeço as demais colegas e ao colega da disciplina Relações de Gênero e Poder: Juliana, Lívia, Luciana, Maria de Lourdes, Marina, Míria, Tiago e Satine. As nossas discussões e reflexões em sala foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

Em especial, agradeço minha querida amiga, Claudinha, companheira em minha jornada há 7 anos. Nós sofremos juntas, mas aprendemos muito juntas também. Obrigada pelo seu carinho, pela sua atenção e por dividir comigo outra etapa de minha vida.

Ao meu amigo Fabiano, pessoa querida, que conheci no mestrado. Agradeço o apoio, a mão amiga, a disposição em ajudar, esclarecer, com humildade, paciência e alegria as minhas dúvidas deste caminhar.

Agradeço ao Cleber, secretário do Mestrado em História, pela sua atenção e disposição em nos auxiliar.

Agradeço às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD: Alzira Menegat, Cláudio Vasconcelos, Eudes Fernando Leite, João Carlos de Souza, Marisa Lomba e Paulo Cimó. A todos/as, minha profunda admiração. Muito obrigada, pelos conhecimentos e experiências transmitidos durante o período em que nos conhecemos. Sinto-me orgulhosa de fazer parte do quadro discente deste Mestrado.

Ao professor Paulo Cimó, de quem tive a satisfação de ser aluna, por seu profissionalismo, sua intelectualidade e seu compromisso com a educação, que me inspiram a aprender mais e mais, sempre.

Ao professor João Carlos, agradeço a oportunidade de participar de suas aulas e pelo constante apoio desde o início do Mestrado.

Aos professores André Luiz Faisting e Losandro Antonio Tedeschi, pelas contribuições no processo de qualificação.

À professora Alzira, por sempre me ajudar quando foi necessário desde a graduação. Sua seriedade e seu compromisso com a transformação social são exemplos que procuro seguir.

À minha orientadora, professora Marisa. O que dizer para sintetizar toda a gratidão que sinto? Pessoa maravilhosa, mulher batalhadora, pesquisadora séria e comprometida com o que acredita. Agradeço toda a orientação, o amparo, o carinho e atenção nesta caminhada. Suas aulas, nossas conversas, nosso convívio durante o mestrado me abriram os olhos para um outro mundo, um novo mundo, que ao adentrar me trouxe tantas angústias, conflitos, mas que me mostrou também um novo significado para palavras como igualdade e liberdade. Professora Marisa, o pouco que fiz e os pequenos passos que dei nesta trajetória acadêmica somente foram possíveis através de sua orientação. Obrigada! Sempre terá meu profundo respeito e admiração.

Agradeço à competente Juliane Vieira, pelas correções ortográficas em meio as correrias para finalizar a dissertação.

Agradeço ao Tenente Pedro, pelo apoio e carinho nesta minha caminhada.

Agradeço à ONG Mulheres em Movimento pelas informações, pelos momentos que convivemos e pelo apoio para minha compreensão sobre a Rede de Economia Solidária de

Dourados-MS. Agradeço também às empreendedoras solidárias, que sempre me receberam com carinho, e por dividirem comigo, em nossas conversas, suas experiências na Economia Solidária. À Prefeitura Municipal de Dourados, pelas informações e documentos.

Agradeço, finalmente, à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, pelo incentivo à minha pesquisa, através da bolsa de estudos.

“Era uma vez... numa terra muito distante... uma princesa linda, independente e cheia de auto-estima. Ela se deparou com uma rã enquanto contemplava a natureza e pensava em como o maravilhoso lago do seu castelo era relaxante e ecológico... Então, a rã pulou para o seu colo e disse: linda princesa, eu já fui um príncipe muito bonito. Uma bruxa má lançou-me um encanto e transformei-me nesta rã asquerosa. Um beijo teu, no entanto, há de me transformar de novo num belo príncipe e poderemos casar e constituir lar feliz no teu lindo castelo. A tua mãe poderia vir morar conosco e tu poderias preparar o meu jantar, lavar as minhas roupas, criar os nossos filhos e seríamos felizes para sempre... Naquela noite, enquanto saboreava pernas de rã *sauté*, acompanhadas de um cremoso molho acebolado e de um finíssimo vinho branco, a princesa sorria, pensando consigo mesma: - Eu, hein?... nem morta!”

Luís Fernando Veríssimo

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a participação das mulheres na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, a partir do ano 2000. Para tanto, a discussão está pautada no arcabouço teórico de gênero, o qual permite reflexões sobre as relações de poder e as desigualdades sociais fundamentadas no sexo. Os estereótipos criados historicamente a partir de definições biológicas para as mulheres são aqueles que simbolizam a delicadeza, a sensibilidade, a essência feminina, um corpo frágil, delegando-a ao espaço doméstico e como instrumento para a reprodução da espécie humana, enquanto o homem representa a força, o intelectual, o chefe de família e a política. No entanto, tais pressupostos são questionados cotidianamente e demonstram novas configurações. Estas resultam em reestruturações de comportamentos e modos de viver as identidades de gênero e os papéis sociais. A análise do surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária em Dourados, Mato Grosso do Sul, tem o propósito de perceber no processo histórico, as motivações coletivas que levaram estes grupos excluídos a se posicionarem como sujeitos participantes de sua história, bem como as mudanças efetivadas nas vidas de mulheres envolvidas. Utiliza-se neste trabalho uma metodologia qualitativa, estruturada no diálogo entre os campos da História e da Sociologia e na utilização de alguns procedimentos, dentre eles: análise documental e entrevistas. As fontes escritas compõem-se dos documentos oficiais cedidos pela Prefeitura Municipal de Dourados, através da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, ONG Mulheres em Movimento, Banco Pirê e demais órgãos governamentais. As fontes orais são as entrevistas semi-estruturadas com as mulheres que participaram direta ou indiretamente do processo histórico de estruturação da Economia Solidária no município de Dourados, objetivando compreender as interfaces deste processo, seus avanços e recuos, além de analisar a relação com as políticas públicas efetivadas em âmbitos municipal, estadual e federal. Fazem parte deste grupo, as empreendedoras solidárias e também, os/as representantes dos órgãos públicos envolvidos na efetivação de políticas públicas a partir do período delimitado para esta pesquisa. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível chegar a uma reflexão teórica referente à conceituação de Economia Solidária e Gênero, necessária para compreender as relações de trabalho e gênero no contexto do modelo econômico alternativo, sua trajetória histórica e sua realidade no contexto douradense. Esse processo permitiu analisar como os empreendimentos de Economia Solidária, considerando o período de sua criação em Dourados, a partir de 2000, se transformaram em instrumentos de inclusão social e empoderamento das comunidades de baixa renda – especialmente das mulheres que participam em maior número –, contribuindo para a afirmação destes/as atores/atrizes sociais no contexto social desigual e conflituoso. Além disso, observou-se os avanços e os recuos no processo de emancipação feminina, rumo à autonomia não somente econômica mas no âmbito das decisões referentes aos rumos de sua vida. Cada vez mais as conseqüências sociais e políticas de sua atuação possibilitam novos questionamentos e trazem soluções, fortalecendo a necessidade de ouvir estes/as atores/atrizes. A História e a Sociologia, neste sentido, possuem papel fundamental para demonstrar como as pessoas fazem parte de uma dinâmica social, na qual há diálogos e conflitos constantes entre os diferentes grupos na sociedade.

Palavras-chave: Empoderamento. Mão-de-obra feminina. Mulheres.

ABSTRACT

This thesis aims to study women contribution to the Rede de Economia Solidária (the Solidarity Economy Network) of Dourados-MS since the year 2000. This discussion is guided on the theoretical framework of gender, which allows reflection on power relations and social inequalities based on gender. Stereotypes historically created from women biological definitions are those that represent delicacy, sensitivity, the female essence, a fragile body, delegating it to the domestic sphere and as a tool for reproduction, while the man represents the strength, the intellectual, the head of the family and politics. Such assumptions are challenged daily and reveal new arrangements, they result in the restructuring of behaviors and ways of living the gender identities and social roles. The study of the arise and development of the Economia Solidária in Dourados, Mato Grosso do Sul, aims to understand the historical process, the collective motivations that led these excluded groups to position themselves as subjects in their history, as well as effective changes in lives of women involved. In order to achieve that, it is used a qualitative methodology, based on the dialogue between the fields of history and sociology and on the use of certain procedures, including: documentary analysis and interviews. The written sources consist of official documents granted by Dourados City Hall, through its Social Assistance and Solidarity Economy Secretariat, the NGO Mulheres em Movimento, Banco Pirê and other government agencies. The other sources, non-written ones, are semi-structured interviews with women who participated directly or indirectly of the historical process of structuring the Solidarity Economy in Dourados. This group is composed of enterprising women and representatives of public agencies involved in the enactment of public policies since the period determined in this research. As the research developed it was possible to reach a theoretical reflection on the concept of Solidarity Economy and Gender. This is necessary to understand the working relations and gender in the context of an alternative economic model, its historical trajectory and its reality in the city context. This development allowed us to consider how the development of Solidarity Economy has become instrument for social inclusion and empowerment of low-income communities. It has contributed to the affirmation of these social actors in the uneven and dysfunctional social context. Furthermore, it was observed the progress and setbacks in the process of female emancipation, towards not only economic autonomy but in the context of decisions regarding their own lives. The social and political consequences of their actions enable new questions and provide solutions, reinforcing the need to hear these actors. History and Sociology play a fundamental role to demonstrate how people are part of a social dynamic in which there are constant dialogues and conflicts among different groups in society.

Keywords: Empowerment. Female Labor Force. Women.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – II Conferência Regional de Economia Solidária	161
Foto 2 – II Conferência Regional de Economia Solidária	161
Foto 3 – II Conferência Regional de Economia Solidária	161
Foto 4 – II Conferência Regional de Economia Solidária	161

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Diagrama do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	104
Ilustração 2 – Instâncias de decisão da Economia Solidária no Brasil.....	108
Ilustração 3 – I Conferência Municipal de Economia Solidária.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- CNES** – Conferência Nacional de Economia Solidária
- CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- COOPAER** - Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio
- CRAS** – Centro de Referência em Assistência Social
- CRESOL** – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DRT** – Delegacia Regional do Trabalho
- ECOSOL** – Economia Solidária
- EGE** – Equipe Gestora Estadual
- FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FCR** – Fundo de Crédito Rotativo
- FSM** – Fórum Social Mundial
- FUNTRAB** - Fundação do Trabalho do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
- GT-Brasileiro** - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
- IAA** – Instituto do Açúcar e Alcool
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego
- OSCIP** – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- ONG** – Organização Não Governamental
- PACS** – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

Lista de fotografias	11
Lista de ilustrações	12
Lista de abreviaturas e siglas	13
Introdução	17
1. A pesquisa histórica: a história do tempo presente como instrumento para a compreensão do surgimento da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS.....	17
2. Os documentos oficiais: fontes escritas fundamentais para entender o surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária no município de Dourados-MS.....	19
3. As entrevistas: fontes orais reveladoras da realidade da participação das mulheres douradenses na Rede de Economia Solidária.....	20
4. Os capítulos.....	29
Capítulo 1	
História das mulheres no mundo do trabalho: transformações e permanências de desigualdades nas relações de gênero.....	34
1.1 Reflexões sobre a história das mulheres e conceito de gênero.....	37
1.2 Mão-de-obra feminina: lutas e conquistas do século XIX à era da globalização.....	49
Capítulo 2	
Economia Solidária no Brasil: história, conceitos e princípios.....	66
2.1 Conceitos e princípios da Economia Solidária.....	68
2.2 Breve histórico do surgimento da Economia Solidária no mundo.....	78
2.3 A Economia Solidária no Brasil.....	84
2.4 As primeiras experiências de Economia Solidária no Brasil: alguns exemplos de autogestão e cooperativismo.....	89
2.4.1 A Usina Catende.....	89
2.4.2 A Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural e Interação Solidária.....	92
2.4.3 A Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas Autogestionárias e Participação Acionária.....	94
2.5 Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	96
2.5.1 O Fórum Social Mundial.....	96
2.5.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	100
2.6 Plataforma de ação da Economia Solidária.....	104
2.7 Estrutura da Economia Solidária no Brasil.....	105
Capítulo 3	
A Economia Solidária em Dourados-MS: surgimento, desafios e perspectivas.....	110
3.1 Processo histórico do surgimento da Economia Solidária em Dourados-MS.....	112
3.1.1 Breve histórico da formação da região sul-mato-grossense.....	112
3.2 O surgimento da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul.....	118
3.3. O surgimento da Economia Solidária em Dourados-MS.....	121
3.4 Estrutura da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS.....	126
3.4.1 A ONG Mulheres em Movimento: principal parceira da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS.....	128
3.4.2 O Banco Pirê e a moeda social Pirapirê.....	131

3.4.3 O Fórum Municipal de Economia Solidária	134
3.5 Forma de ingresso na Rede de Economia Solidária em Dourados-MS.....	136
3.5.1 Programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho”	137
3.5.1.1 A qualificação para o trabalho.....	138
3.5.1.2 A formação para a cidadania: a “Educação Cidadã”	140
3.5.1.3 O ingresso na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS.....	141
3.5.2 Os Encontros de Empreendedores/as.....	143
3.6 A Rede de Economia Solidária de Dourados-MS e suas parcerias para a qualificação profissional.....	145
3.7 Perfil da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS	152
3.8 Os eventos para fomento da Economia Solidária de Dourados-MS	157
3.8.1 As Assembleias da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS	158
3.8.2 I Conferência Municipal da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS	159
3.8.3 II Conferência Regional da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS	160
3.9 Desafios e Perspectivas da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS	162

Capítulo 4

Relações de Gênero e A Economia Solidária em Dourados-MS: a oculta dominação masculina.....	167
4.1 A oculta dominação masculina.....	170
4.1.1 A oculta dominação masculina nos momentos coletivos.....	171
4.1.2 A oculta dominação masculina nas entrevistas.....	175
4.2 O empoderamento das mulheres.....	185
4.3 As instituições religiosas: permanência ou ruptura com as desigualdades de gênero.....	194
Considerações Finais.....	199
Referências Bibliográficas	206
Fontes.....	215
Anexos.....	218

INTRODUÇÃO

1. A pesquisa histórica: a história do tempo presente como instrumento para a compreensão do surgimento da Rede¹ de Economia Solidária de Dourados-MS

O tema “Economia Solidária” foi objeto de meu Trabalho Final de Graduação, no curso de Relações Internacionais, concluído em 2007, intitulado “Tecendo competências em uma Rede Solidária: uma contribuição internacionalista sobre o Terceiro Setor”. Nesse trabalho fiz uma análise sobre a participação de instituições do Terceiro Setor, como as ONGs, na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. A partir das reflexões acadêmicas sobre o tema na graduação, percebi a necessidade e senti a vontade de aprofundar a análise, fato que se concretizou mediante o ingresso no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Durante o cumprimento das disciplinas do Mestrado, a pesquisa recebeu um novo olhar. Ao pesquisar sobre a Economia Solidária em Dourados-MS, deparei-me com um dado importante que me conduziu a uma nova reflexão: a maioria das pessoas que compõe a rede de Economia Solidária de Dourados é de mulheres.

A partir desta constatação, a pesquisa ganhou amplitude ao pensar o âmbito das relações de gênero nos grupos da Economia Solidária. Por que a Rede de Economia Solidária tornou-se um lugar *para* ou *de* mulheres? Esta indagação foi a primeira de várias que viriam em razão da leitura sobre gênero e das revelações e análises de minhas fontes sobre a Rede de Economia Solidária.

Neste sentido, a presente dissertação foi construída com o objetivo de analisar a participação feminina na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, a partir de sua criação no ano 2000, enquanto alternativa viável para a geração de trabalho e renda no contexto da globalização e seus efeitos contraditórios. A discussão é pautada em reflexões sobre as relações de gênero e trabalho.

A opção por pesquisar a Economia Solidária é basicamente por entender como e por que este fenômeno cresce no Brasil e no município de Dourados-MS e de que forma se constitui um elemento de transformação social especialmente para as mulheres. Para tanto,

¹ Na dissertação utilizaremos a denominação “Rede de Economia Solidária” em razão de ser esta a nomenclatura utilizada pelos/as gestores/as também pelos/as trabalhadores/as. Outros/as pesquisadores/as utilizam outros termos. Euclides André Mance, por exemplo, usa o termo “Redes de Colaboração Solidária”. Cf. MANCE, 2001.

buscamos desenvolver uma análise histórica sobre a sociedade brasileira que resultasse ao que hoje chamamos de Economia Solidária.

A Economia Solidária, bem como outras manifestações sociais questionadoras do sistema capitalista, é fruto de um processo histórico marcado por conflitos e exclusão social, fatos incentivadores para seu surgimento enquanto alternativa para a construção de uma sociedade mais justa. Deste modo, a história do presente necessita dialogar com o passado para a compreensão da atualidade e contribuir para a transformação da realidade social no futuro.

No entanto, ao trabalharmos com o tema Economia Solidária deparamo-nos com as dificuldades e os benefícios de estudar a História do Tempo Presente e utilizar Fontes Orais.

Ao compreender que a pesquisa histórica não envolve necessariamente o estudo de fatos do passado, sentimo-nos à vontade para trilhar os caminhos de uma história contemporânea. Chauveau e Tétart afirmam que “[...] a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”. (CHAUVEAU;TÉTART, 1999, p. 15).

Neste sentido, a pesquisa histórica do tempo presente permite uma leitura dos fatos contemporâneos, como resultado de ações do passado. Para a análise da Economia Solidária em Dourados-MS, fato do tempo presente, é imprescindível o entendimento do processo histórico que resultou em uma estrutura social desigual e excludente. A Economia Solidária surge no Brasil, neste contexto, como alternativa à inclusão sócio-econômica de inúmeras pessoas por meio de mecanismos para a geração de trabalho e renda.

Para estudarmos a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, no período histórico citado, buscamos mostrar como, de fato, estas pessoas fazem parte de uma dinâmica social num diálogo constante entre os diferentes grupos que compõem a sociedade. Esta dinâmica social faz do/a historiador/a parte do contemporâneo, conforme as palavras de Chauveau e Tétart,

[...] o historiador é cada vez mais parte integrante do contemporâneo – porque a força da história passadista, factual e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente, resolutamente ancorada no presente e no modo “interpretativo”. Em sua intervenção pública, a história, como a medicina ou a ciência da ecologia, é um fator de compreensão do presente e vetor de opinião para o corpo social. (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 35).

Enquanto integrantes do contemporâneo, pesquisadores/as² que ingressam na história do tempo presente buscam antes de tudo a compreensão da realidade em que vivem. São as inquietações.

Desta forma, a Economia Solidária, fenômeno contemporâneo, merece ser analisada na história do presente, visto que a demanda social insistente nos pede o registro histórico e a interpretação deste acontecimento marcante e significativo na sociedade.

2. Os documentos oficiais: fontes escritas fundamentais para entender o surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária no município de Dourados-MS

Para desenvolver esta pesquisa, escolhemos uma metodologia qualitativa, estruturada na discussão teórica sobre gênero e também na utilização de alguns procedimentos, dentre eles: análise documental e entrevistas. Para tanto, utilizou-se, neste trabalho, os documentos cedidos pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de Dourados-MS, entre os anos 2001 e 2008. Outros documentos coletados são da ONG Mulheres em Movimento, do Banco Pirê, instituições parceiras, e demais órgãos governamentais.

Constituem as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa: os relatórios da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária de Dourados-MS, dos anos de 2006, 2007 e 2008, os jornais do Programa da Rede de Economia Solidária, relatórios de consultoria, catálogos informativos sobre a Rede, bem como as cartilhas utilizadas pelos/as gestores/as para a capacitação dos grupos que participam da Rede. Este acervo é formado por documentos oficiais sobre a Economia Solidária e trazem as impressões do poder público sobre o funcionamento da Rede.

Tais relatórios foram elaborados pelos/as gestores/as da Rede e apresentam informações sobre o objetivo de uma política pública de Economia Solidária, perfil dos empreendimentos³ e dos/as empreendedores/as, finanças solidárias, marketing solidário,

² Na dissertação, utilizamos o recurso da barra (/) para imprimir às palavras os sentidos feminino e masculino. Tal escolha, ainda que contrarie a norma gramatical da língua portuguesa, se faz necessária para demonstrar que a linguagem confere ao masculino o sentido universal e plural, fato que merece crítica e reflexão principalmente nas pesquisas sobre as relações de gênero. Cf. PEDRO, 2005.

³ Os termos empreendimentos e empreendedores/as são utilizados nos documentos da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, bem como pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. No entanto, algumas pesquisas discutem se esta terminologia é adequada aos princípios da Economia Solidária, uma vez que o empreendedorismo está relacionado à lógica de mercado, da competitividade. Euclides André Mance utiliza os

educação cidadã, formação para empreendedores/as, organização, estruturação, investimentos e as avaliações dos/as próprios/as empreendedores/as, coletadas através de questionários.

Através dos documentos oficiais, foi possível avaliar como a Rede de Economia Solidária estruturou-se no município e o processo educativo e econômico que possibilitou o seu desenvolvimento. Uma vez que os documentos apresentam a equidade de gênero com um dos princípios norteadores da Rede, verificaremos se os cursos de formação para qualificação dos/as empreendedores/as solidários, bem como as reuniões da Rede, as práticas dos empreendimentos solidários possibilitam uma transformação social nas relações de gênero ou reforçam as diferenças construídas historicamente entre homens e mulheres.

Utilizou-se também a internet como uma das fontes de pesquisa. Para tanto, são considerados sítios eletrônicos confiáveis, de órgãos públicos e de instituições fidedignas. Tal recurso facilitou o desenvolvimento da pesquisa, pois torna documentos e informações mais acessíveis.

3. As entrevistas: fontes orais reveladoras da realidade da participação das mulheres douradenses na Rede de Economia Solidária

As entrevistas também são recursos utilizados nesta pesquisa e foram realizadas com mulheres que participam da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Estas fontes orais permitiram outra abordagem sobre a Economia Solidária, visto que através das narrativas destas mulheres identificamos e analisamos se a Economia Solidária trouxe transformação social significativa para suas vidas apenas em âmbito econômico ou se constituíram mudanças nas relações de gênero cotidianas. Através de seus relatos, observamos se a participação na Rede de Economia Solidária contribuiu para o processo de autonomia destas mulheres de modo a possibilitar o fortalecimento de sua identidade no âmbito doméstico e público.

Tanto o relato quanto o documento oficial permitem consolidar a memória coletiva do período e do fenômeno pesquisado. Este conjunto de informações traz um panorama multifacetado e permite uma compreensão ampliada da realidade pesquisada. Assim, as pesquisas acadêmicas contribuem para aprofundar a reflexão e o entendimento sobre determinado fato histórico e sobre o funcionamento de nossa sociedade.

termos: célula de colaboração solidária, célula produtiva, célula de consumo e células da rede. Cf. MANCE, 2001.

Utilizar fontes orais na pesquisa acadêmica significa a possibilidade de ouvir pessoas que, via de regra, não encontram perspectivas de expressão. Trabalhar com grupos sociais excluídos transforma este instrumento em ferramenta indispensável à pesquisa.

Muitas pesquisas, dentre elas esta, relatam fatos e situações que não seriam expostas através de fontes escritas. Por isso, ao registrar os testemunhos, ouvir as memórias, é necessário ter consciência de que “[...] a memória como fonte para o historiador é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmitificar”. (FRANK, 1999, p. 107).

Sobre as fontes escritas e orais, Frank faz uma importante reflexão acerca da possibilidade de as fontes orais funcionarem como um instrumento que permite uma visão além do oficial, geralmente, presente nas fontes escritas. Vejamos:

[...] vantagem fundamental e central, as fontes orais revelam melhor do que as fontes escritas a complexidade dos mecanismos da tomada de decisão. Não há tomada de decisão única, mas todo um feixe de elementos conduzindo a esta. A pessoa que mais importou numa decisão não é necessariamente o ministro que assinou a sentença ou mandou adotar o decreto. Ainda aí, as fontes escritas não bastam para reconstruir a rede de pressões, a medida de influências e a cadeia de decisões. (FRANK, 1999, p. 110).

Isto tem uma importância significativa nesta pesquisa haja vista que as fontes escritas consultadas foram cedidas por instituições públicas, como a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, caracterizadas como fontes oficiais.

Ao trabalhar com fontes orais, muitos/as pesquisadores/as se consideram inovadores/as ou até mesmo que tal procedimento pode facilitar o desenvolvimento da mesma. No entanto, pudemos perceber que não basta entrevistar um sujeito social em condições de marginalização e colocar suas considerações no texto como se a entrevista falasse por si mesma. É necessário ter rigor teórico e metodológico para evitar abordagens positivistas.

Desta forma, a relação entre pesquisador/a e entrevistado/a deve ser permeada pela ética principalmente na escrita do texto, uma vez que temos uma responsabilidade não somente com o/a entrevistado/a, mas também com os/as que lerão o trabalho realizado.

[...] citações corretas de trechos, títulos, autores e locais de guarda de documentos; atribuições de créditos intelectuais a quem de direito; fidelidade às fontes; transparência de conceitos e metodologias utilizados; exposição de lacunas e dúvidas da pesquisa, servem para regular as relações entre os historiadores, suas fontes e seus leitores. (AMADO, 1997, p. 146).

Entretanto, tal responsabilidade não cessa na redação do texto. O/A pesquisador/a deve estar ciente da dimensão que envolve sua relação com outras pessoas, suas ações podem trazer consequências imediatas na vida do/a entrevistado/a, interferindo nas suas relações familiares, profissionais e sociais.

Algumas consequências podem ser positivas, como, por exemplo, quando um/a entrevistado/a mostra-se feliz e orgulhoso/a ao verificar sua entrevista publicada em uma revista. Por outro lado, como resultado negativo, o/a entrevistado/a pode ter sua vida devastada ao serem reveladas “[...] infrações legais, atividades políticas clandestinas, práticas sexuais, relações amorosas, gerando muitas vezes perseguições, processos judiciais, divórcios, transtornos familiares, etc.” (AMADO, 1997, p. 147). Assim, o rigor e a ética com a pesquisa devem ser redobradas, uma vez que nossas ações interferem diretamente na vida dos/as informantes/as.

Ao trabalhar com as mulheres que participam da Rede de Economia Solidária, foi possível refletir sobre esta relação. Por meio das entrevistas, fizemos questionamentos sobre as relações na Rede e também nas relações familiares, pois o objetivo do trabalho é perceber se a Economia Solidária trouxe alguma transformação positiva para estas mulheres e como esta ocorreu em âmbito doméstico. Ao perceber que muitas vivem sob uma oculta dominação masculina, entendemos a dificuldade que estas sentem em aplicar em suas ações os princípios da Economia Solidária.

As entrevistadas precisam confiar na seriedade da pesquisa, já que no momento da entrevista estas mulheres expõem suas críticas, suas relações com maridos e filhos/as e, por fazerem parte da Rede, não querem causar problemas aos/as gestores/as da Economia Solidária.

Na dissertação, optamos por não mencionar os nomes das mulheres entrevistadas, uma vez que estas podem sentir-se incomodadas com as reflexões realizadas mediante suas falas, ainda que estas tenham o objetivo de contribuir para o entendimento sobre a Economia Solidária no município.

Neste aspecto, Amado afirma que o/a pesquisador/a ao utilizar todos os procedimentos metodológicos e técnicos adequados na prática da entrevista, ao trabalhar de forma ética, não está livre de problemas. As análises que faz dos relatos podem não ser compreendidas e o/a informante pode sentir-se ofendido/a.

O cumprimento de todos os procedimentos não livra o historiador de problemas, pois a História Oral, fortemente ligada às relações humanas, não

impede problemas e más interpretações, decepções dos informantes com seu próprio depoimento ou com as interpretações que o historiador fez destes, mesmo quando este age de forma ética. (AMADO, 1997, p.149)

Neste sentido, esta dissertação procura fazer uma análise das fontes sob a perspectiva de gênero com a finalidade de demonstrar que para diminuirmos as desigualdades sociais são necessários esforços por parte do poder público, da sociedade em geral, mas principalmente de nossas ações no cotidiano, pois temos a tendência a reproduzir as relações sociais hierárquicas de maneira irrefletida. Busca-se, neste trabalho, interpretar as informantes de modo a contribuir com a construção da Economia Solidária no município, através da crítica construtiva.

De acordo com Le Goff (1996, p.477), “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” Assim, a pesquisa história, ao utilizar esta memória, procura trazer à tona problemas que merecem reflexão.

Todavia, o/a pesquisador/a não deve iludir-se ao pensar que sua pesquisa será transformadora na vida dos/as informantes/as. Estes/as, ao concordarem com a entrevista, também possuem seus objetivos e não devem ser vistos/as de forma desvalorizada. Os grupos marginalizados devem ser respeitados em suas lutas, seus mecanismos de defesa, seus questionamentos e, principalmente, pela sua capacidade de construir seus projetos sociais.

O conteúdo de uma pesquisa é importante, mas o cuidado no tratamento das fontes deve orientar todo o trabalho para que este seja sério, científico e traga contribuições significativas. Collingwood (1972, p. 315) afirma que o objetivo no tratamento das fontes “[...] não é verificar se ela é verdadeira ou falsa, mas descobrir o que significa”. Dito isto, o método científico não é a cópia dos testemunhos, mas a interpretação destes, levando o/a pesquisador/a às suas conclusões pessoais.

Mattoso (1988, p. 17) salienta que “[...] os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo”. Neste sentido, deve-se lembrar também que a pesquisa carrega influências da época em que o/a pesquisador/a escreve, do local e influências de sua formação.

Para esta pesquisa, utilizamos entrevistas realizadas no ano de 2007, usadas em meu Trabalho Final de Graduação. São 3 entrevistas: 2 são com gestoras e 1 com um representante do poder público. Estas entrevistas não possuíam o foco na temática de gênero e por isso não foram direcionadas para provocarem nos/as narradores/as uma reflexão sobre a participação

feminina na Rede de Economia Solidária. Todavia, todos/as os/as entrevistados/as citam esta participação, seja pelo número significativo de mulheres que atuam na Rede, seja pelo tipo trabalho que elas desenvolvem. Assim, podemos perceber a relevância do trabalho destas mulheres, ainda que a pesquisa na época (ano 2007) não estivesse focada na perspectiva de gênero. Isso nos leva a crer que as relações de gênero estão intrínsecas no cotidiano, na linguagem, enfim, nas relações sociais e de poder.

No ano de 2008, foram realizados levantamentos de documentos e leituras bibliográficas sobre o tema para cumprimento das disciplinas do Mestrado. No mês de janeiro de 2009, efetivamos alguns contatos e desde o mês de fevereiro de 2009 foram realizadas 6 entrevistas com empreendedoras, que compõem o grupo de entrevistas específico para a pesquisa, para as quais foi elaborado um roteiro focado nas relações de gênero.

Nos anos de 2009 e 2010, houve a possibilidade de participação em eventos organizados pela Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Nestes encontros, estabeleceram-se contatos e foram constituídas oportunidades de observação e entendimento das ações da Rede, tanto de gestores/as, parceiros/as e empreendedores/as. Foi possível conhecer a dinâmica dos encontros e conversar com as pessoas sobre seus entendimentos dos princípios da Rede de Economia Solidária. Em 2010, finalizamos as entrevistas com as mulheres, totalizando 15 entrevistas ao final da pesquisa.

A rede de informantes para a pesquisa foi selecionada a partir do cadastro das mulheres junto à Rede de Economia Solidária. Os registros destas mulheres estão disponíveis nos relatórios fornecidos pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária da gestão 2000/2008. Em cada relatório, há uma listagem dos empreendimentos e respectivos/as responsáveis, bem como endereços e telefones para contato.

No início da pesquisa, para a seleção das entrevistadas, pensamos em filtrar a partir da data de ingresso na Rede de Economia Solidária. Desta forma, levantaríamos o número total de mulheres que participam da Rede desde sua criação e faríamos as entrevistas com 10% sobre o total de mulheres. Através das entrevistas com as mulheres há mais tempo na Rede, procuraríamos compreender a participação na Economia Solidária, o que esta significou em suas vidas e de que forma elas se autorreconhecem e se autovalorizam no processo. Da mesma forma, faríamos também um levantamento das mulheres que entraram recentemente na Rede e buscaríamos analisar os motivos que as levaram a participar da Economia Solidária.

Assim, tentaríamos colher as impressões e expectativas distintas das participantes no processo para verificar como ocorre a participação feminina na Economia Solidária do município.

Entretanto, houve dificuldade em identificar a data de ingresso dessas mulheres na Rede nos relatórios e demais documentos. Os cadastros dos empreendimentos não informam quando as mulheres iniciaram suas atividades na Economia Solidária. Desta forma, procuramos estabelecer uma nova seleção para as entrevistas, que não utilizasse como referência a data de ingresso na Rede, sem fugirmos de nosso objeto principal.

Outra dificuldade encontrada foi que o número de participantes da Rede a partir do ano 2008, caiu significativamente. Com a mudança de governo na Prefeitura, muitas pessoas abandonaram o projeto e atualmente a Rede, anteriormente composta por 240 empreendimentos solidários aproximadamente, conta com cerca de 100 pessoas. Assim, ao tentarmos localizar as empreendedoras, muitas informaram que não faziam mais parte da Rede e não se interessavam pelo assunto.

Este fato é apontado pela servidora pública, Ivoneide, assistente social na Prefeitura de Dourados-MS, quando relata o período entre o final de 2008 e início de 2009, na posse da nova gestão da Prefeitura de Dourados-MS.

Olha, no início houve um sentimento de perder pai e mãe. Que estavam órfãos. Não entendiam que a economia solidária é 50% ação deles. A partir do momento que eles perceberam que tinham que tomar uma atitude, foi aí que conseguiram continuar a proposta. Agora a participação no Fórum é maior. Ele se reúne toda última quinta-feira do mês. Agora que eles sentiram a força. Cada região de Dourados tem 02 representantes e agora todos eles participam das reuniões. São 06 regiões e são 12 participantes agora. E tem as entidades, as universidades. É um espaço aberto pra quem tem interesse no movimento. Podem participar. Não importa onde ocorra a reunião. Se falarmos em quantidade, a quantidade de participantes hoje da Rede é bem menor. Mas em qualidade, está muito melhor. As reuniões estão sendo mais ricas. As pessoas estão se sentindo parte do processo. Antes você ia numa reunião do Canaã, tinha 40 ou 50 pessoas. Agora se tem 10 é muito. Mas esses poucos participam muito e com qualidade. Conseguiram entender o processo. Se tentar tirar uma proposta do grupo você consegue. Hoje é a qualidade conta. No Jardim Flórida estão reestruturando o movimento porque eram totalmente dependentes da Prefeitura. Agora lá se reuniram 04 pessoas, mas são 04 pessoas que querem continuar a proposta da Rede. A Rede tá bem voltada pra questão da qualidade. As pessoas que ficaram estão bem fortalecidas. Antes eram 240 empreendimentos. Hoje não temos nem 100 pessoas. Atualmente quem faz o controle é a ONG Mulheres em Movimentos.⁴

⁴ Entrevista concedida em 18/12/2009.

Conforme descrito no relato, na mudança de governo ocorrida entre os anos 2008 e 2009, houve uma desistência dos/as empreendedores/as em continuarem na Rede. Logo no início de 2009, surgiram muitas dúvidas sobre o futuro da Rede tanto por parte dos/as empreendedores/as quanto por parte dos/as gestores/as. Até o final do segundo semestre de 2009, as atividades da Rede, incluindo a manutenção das lojas, ainda eram resolvidas através de negociações com o Poder Público.

No entanto, a rede de informantes permaneceu organizada mediante cadastros dos relatórios da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. Portanto, estabelecemos outra maneira para selecionar as entrevistadas.

Através dos documentos, fizemos uma primeira seleção por ordem de setor de atividade (confeção, alimentação, etc), e por região (Bairros Izidro Pedroso, Cachoeirinha, etc) em cada relatório. Desta forma, buscamos trabalhar com uma variedade de empreendimentos e locais para esclarecer aspectos diferentes de uma mesma realidade.

As mulheres entrevistadas foram selecionadas dentro de uma região. Esta ‘região’ foi determinada pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária e compreende diversos bairros. Por exemplo, na região ‘Cachoeirinha’ estão inseridos os bairros Cachoeirinha, BNH 4º Plano, Vila Almeida, Jardim Independência, Jardim Maringá, Vila Erondina, Jardim Vista Alegre e Cohab II, conforme Anexo II.

Desta forma, definimos primeiramente uma região e depois um setor de atividade. A região escolhida para as primeiras entrevistas foi a denominada Izidro Pedroso e o setor de atividade, a confeção. Não foi possível realizar entrevistas com as mulheres de todas as regiões, mas este fato não prejudicou a pesquisa, pois durante os eventos da Rede em que pudemos participar, outros diálogos foram feitos e diversas conversas realizadas, contribuindo com o entendimento da percepção das mulheres sobre a Rede.

As entrevistas foram agendadas e realizadas nas casas das mulheres. Neste local, conversamos sem restrições, pois o gravador muitas vezes intimida e impede a expressão espontânea. As conversas informais, num ambiente mais descontraído, permitiram aprofundar as percepções sobre a experiência das mulheres na Economia Solidária. Muitas mostraram suas atividades, seus maquinários, suas confecções com muito orgulho do trabalho que realizaram, ainda que, com muitas dificuldades.

A busca pelo relato oral não está associada somente à coleta de informações. Durante as entrevistas, vivemos a “[...] experiência do indizível que se procura traduzir em vocábulos”

(QUEIROZ, 1991, p. 2) e esta nos permite compreender os olhares, o lugar, os gestos e, assim, sentir para refletir sobre a pesquisa, e o que buscamos com ela.

A fonte oral permite um aprofundamento sobre o tema pesquisado visto que o narrador/a é provocado/a a rememorar os significados de sua experiência para passar ao/à pesquisador/a aquilo que lhe interessa para a pesquisa. Esta relação com os/as narradores/as é mais do que uma troca de informações, é uma cumplicidade e respeito pelas experiências de vida que, muitas vezes, não são fáceis de serem lembradas e relatadas.

Pesquisador/a e narrador/a almejam objetivos diferentes no decorrer da entrevista. Conforme aponta Queiroz (1991, p. 4), “[...] o pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar um narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer, algo que o preocupa”, ou seja, seu objetivo primeiro é a pesquisa e o tema que precisa ser trabalhado enquanto que “[...] o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador”. (1991, p. 4). Ambos tentam realizar uma troca que exige paciência e cuidados, pois o/a pesquisador/a muitas vezes não ouvirá o que lhe convém, mesmo que tente “[...]trazer o narrador ao ‘bom caminho’, isto é, ao assunto que estuda”. (1991, p. 4).

Após a realização das entrevistas, nos deparamos com a transcrição. Esta não possui apenas o significado de transferir para o papel as palavras. Ela significa também “[...] uma nova experiência, um novo passo em que todo o processamento dela é retomado, com seus envolvimento e emoções, o que leva a aprofundar o significado de certos termos utilizados pelo informante, de certas passagens, de certas histórias que em determinado momento foram contadas, de certas mudanças na entonação da voz”. (QUEIROZ, 1991, p. 88).

Conforme ressalta Queiroz, o ato de transcrever desencadeia toda a gama de informações presentes no momento da entrevista que compreende não somente o que foi dito, mas o momento em si, permeado pelo clima, ambiente, barulhos, olhares, gestos e expressões faciais. A autora afirma que

[...] Tudo isso é material que o pesquisador obteve de cuja construção diretamente participou – pois no processo de que resultou foi ele parte, numa legítima ação de ‘observador participante’, com todos os riscos que esta posição comporta. É verdade que não partilhou estreitamente da vida cotidiana do informante, como quer a expressão ‘observador participante’ usualmente empregada em antropologia; porém, se a expressão não pode ser aplicada em se tratando do sentido estrito, em sentido amplo houve uma participação íntima entre eles, uma associação simbólica e não objetiva que permitiu, pela instalação de laços de quase-identidade e de comunhão entre

ambos, o desencadeamento frutífero do processo de lembrar. (QUEIROZ, 1991, p. 88).

Assim, a apreensão do que foi dito e não dito durante as entrevistas não depende apenas de uma compreensão teórica, mas da percepção do/a pesquisador/a enquanto “observador participante” na construção da narrativa.

Para a análise das entrevistas, utilizamos a reflexão de Garrido, que destaca a importância das fontes orais na pesquisa ao possibilitar a investigação de grupos ou indivíduos que não tiveram ou não têm a oportunidade de se expressarem e, desta forma, suas histórias e opiniões não são registradas nos documentos escritos:

Ampliando estas idéias básicas, é importante precisar que o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora. (GUARRIDO, 1992/1993, p. 36).

Desta forma, percebemos que a participação feminina na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS e toda sua dinâmica foram estudadas de forma insuficiente até agora. Ainda que representadas nos documentos arquivísticos sobre a Rede enquanto dados numéricos, as histórias das empreendedoras solidárias merecem não somente o registro estatístico, mas uma análise aprofundada da constante reconstrução ou reprodução de seu modo de vida enquanto participantes da Rede de Economia Solidária.

Nesta perspectiva, Martins (1996, p. 22), ao citar Lefebvre, afirma “[...] não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação”. E diz ainda que “[...] nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas”. (1996, p. 15).

Assim, as transformações nas relações de gênero na Rede de Economia Solidária são difíceis, pois acreditamos que o aspecto inovador proposto pela teoria de Economia Solidária comporta toda a transformação necessária para uma sociedade mais justa.

Por muitas vezes, os/as gestores/as da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, que participaram e os/as que permanecem ainda agem acreditam que suas ações na Economia Solidária são inovadoras, quando na verdade apenas reproduzem as relações sociais. Lefebvre afirmava que esta reprodução está no cotidiano, quando pensamos que estamos produzindo

novas situações, novas relações, estamos na verdade reproduzindo relações sociais desiguais, nas quais os papéis masculinos e femininos são determinados pela biologia.

Saffioti nos remete também a esta reflexão e salienta que dentre as diversas ferramentas para a manutenção das desigualdades entre mulheres e homens, os mitos constituem instrumento de controle do comportamento feminino. Esta construção de mitos serve para determinar o papel da mulher enquanto esposa e mãe de maneira que sua ascensão profissional seja dificultada pelas condições desiguais colocadas para mulheres e homens. Diz a autora:

Com efeito, nas sociedades competitivas, os mitos femininos preenchem funções precisas e, neste sentido, representam uma das possibilidades, e talvez uma das mais simples, de controlar o comportamento das mulheres, de modo a contê-lo dentro de certos limites de variação e de motivá-las a aderir aos padrões exigidos pelo sistema, na medida em que funcionam como legitimações destes mesmos padrões. (SAFFIOTI, 1976, p. 309).

Desse modo, percebemos que estes mitos são presentes no cotidiano das mulheres participantes da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Estas participam de uma experiência que parece ser transformadora, no entanto, continuam a exercer seus papéis definidos pelo sistema e aderem aos padrões estabelecidos por este.

Mesmo assim, a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS constitui estratégia de empoderamento e resistências efetivadas por essas mulheres. Estas significam “ganhos” e transformações em suas vidas. Sabemos que mudanças “pequenas” acumuladas geram transformações mais amplas na consciência feminina para a percepção de sua participação na Rede de Economia Solidária e na sociedade.

4. Os capítulos

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a maneira como as pesquisas históricas têm estudado a participação das mulheres na sociedade. Com a expansão de movimentos feministas no mundo e inovações nas pesquisas históricas – fato conhecido como “nova história” – há uma preocupação em entender a atuação das mulheres na sociedade. A história das mulheres é fruto de diversos questionamentos e lutas de militantes feministas e pesquisadores/as sobre método histórico tradicional que se dedica ao registro dos grandes feitos do “homem” e dos grandes acontecimentos.

A partir da emergência do conceito de gênero formulado por pesquisadoras feministas, há uma preocupação em não fazer uma história descritiva dos feitos femininos, mas interpretar os fenômenos que permitem relações desiguais entre mulheres e homens. Neste sentido, esta pesquisa sobre a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS procura compreender os meandros da dominação masculina que permeiam muitas ações de gestores/as e empreendedores/as solidários/as.

Para compreendermos a emergência da Economia Solidária e de que maneira esta se tornou alternativa para as mulheres, fizemos reflexões sobre o processo histórico de sua participação no mundo do trabalho a partir do século XIX.

As reflexões teóricas sobre a história das mulheres e de gênero permitiram o desenvolvimento da discussão sobre a internacionalização crescente do capital, com vistas a um mercado mundial unificado, que torna a globalização um processo excludente ao alimentar uma crescente desigualdade nas situações de trabalho das mulheres e dos homens.

Foi possível demonstrar que as mulheres sempre trabalharam tanto no âmbito doméstico (o mais desvalorizado) quanto no âmbito público, mas sempre como mão-de-obra mais barata e explorada. Desta forma, as representações sobre o trabalho de mulheres foram construídas de modo a subjugar-las. Mesmo na chamada era da inovação, é possível encontrar uma grande quantidade de mulheres pobres, trabalhando a baixos salários e sob péssimas condições, e aquelas que conquistaram o mercado ainda ganham menos que os homens.

Estudamos o crescimento da participação feminina no mundo do trabalho, principalmente, a partir da década de 1990, sinalizando erroneamente uma conquista feminina e a superação de diferenças entre mulheres e homens. No entanto, essa participação feminina no mercado de trabalho tem-se voltado a trabalhos informais e precários, demonstrando que as oportunidades de empregos e trabalhos dignos continuam desiguais para mulheres e homens. No âmbito doméstico, esta situação se agrava. Apesar do acesso feminino a um número maior de postos de trabalho em diversos campos, suas “didas obrigações domésticas” tiveram poucas transformações. Os afazeres domésticos permanecem sob responsabilidade das mulheres mesmo quando estas exercem um trabalho fora do lar.

Neste contexto, no primeiro capítulo, abordamos as realidades distintas do processo globalizador que possibilita o surgimento de iniciativas como as Redes de Economia Solidária, enquanto alternativas para mulheres em situação vulnerável da sociedade capitalista.

No segundo capítulo desta dissertação, apresentamos reflexões acerca do conceito de Economia Solidária e da história de seu surgimento no Brasil. Nesta leitura histórica, registramos a importância dos movimentos sociais e suas lutas desde as décadas de 1970 e 1980 até a de 1990, período no qual se consolida o que atualmente denominamos Economia Solidária. Percebemos que seu surgimento está ligado às primeiras experiências de autogestão e cooperativas populares, atreladas às iniciativas de movimentos sociais para a construção de alternativas de geração de trabalho e renda, na busca por qualidade de vida.

Neste sentido, o surgimento da Economia Solidária no Brasil coincide com uma mudança nas estratégias de lutas dos movimentos sociais a partir da década de 1990. Diferente dos períodos anteriores, os movimentos sociais utilizam redes sociais como ferramentas para dialogar com o Estado para a conquista de soluções para problemas sociais diversos, através de fóruns, reuniões e debates para implementação de políticas públicas. O crescimento das ONG's favorece a interlocução com diversos agentes sociais visto que na década de 1990 estas passaram a ter mais importância e visibilidade que os movimentos sociais.

Assim, o surgimento da Economia Solidária e sua expansão é fruto de diversas experiências na busca por uma vida melhor por diversos grupos. Estas experiências foram amadurecendo, seus/as pensadores/as recriaram projetos, metas, estratégias. Os/as participantes avaliaram seus resultados, refletiram sobre as especificidades dos grupos, por classe social, gênero, etnia, idade, etc. Outras demandas surgiram e através do diálogo com diversos setores da sociedade os movimentos sociais construíram várias possibilidades para a vivência em sociedade de forma democrática para todos/as. Dentre estas alternativas, as Redes de Economia Solidária se destacam enquanto ferramenta viável para a geração de trabalho e renda com dignidade.

No terceiro capítulo, tecemos reflexões sobre a Rede de Economia Solidária de Dourados, Mato Grosso do Sul. Inicialmente, apresentamos um breve histórico da formação do estado, demonstrando que na formação história da sociedade sul-mato-grossense apenas algumas famílias foram beneficiadas por diversas leis e políticas agrárias voltadas à formação de grandes propriedades.

Este quadro fez com que as desigualdades sociais, os problemas sociais ficassem sempre em segundo plano, o que gerou ainda mais conflitos e taxas alarmantes de desemprego e pobreza.

Numa mudança de mentalidade política na cidade de Dourados-MS, a partir do ano 2000, a Prefeitura precisou pensar em estratégias de geração de trabalho e renda além do trabalho assalariado tradicional. Seguindo exemplos de outras experiências de Economia Solidária nas diversas cidades do Brasil, a Prefeitura iniciou suas atividades visando criar uma estrutura funcional para dar origem a uma Rede de Economia Solidária na cidade.

Para tanto, a Secretaria de Assistência Social agregou a Economia Solidária como política pública para emancipação social. Ligada e subordinada à Secretaria, foi criada uma Superintendência de Economia Solidária para pensar, organizar a Rede na cidade e articular ações, fazer parcerias e estudar estratégias que viabilizassem a implantação da Economia Solidária na cidade de Dourados-MS.

Toda a estrutura montada com a finalidade de trazer a Economia Solidária à Dourados-MS trouxe resultados positivos. Outras entidades nasceram para apoiar a Rede, como a ONG Mulheres em Movimento, o Banco Comunitário Pirê e o Fórum Municipal de Economia Solidária. A Rede cresceu de forma significativa até o ano de 2008, quando há uma mudança de governo. Depois de 2009, a Rede perde o apoio da Prefeitura que tinha na gestão anterior e, com isto, muitas pessoas se desvinculam da Rede. No entanto, desde 2009, permanecem na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS pequenos grupos que realmente acreditam na proposta de uma economia voltada para a solidariedade e igualdade.

Apesar do pouco incentivo por parte do poder público, muitas ações da Rede permanecem ativas. O Banco comunitário Pirê continua fazendo os empréstimos para os/as empreendedores/as solidários/as. A moeda social Pirapirê continua circulando. Também parcerias com as universidades e outras instituições permanecem. Mas os cursos de qualificação não acontecem mais, pois estes eram realizados mediante parceria da Prefeitura municipal com as escolas profissionalizantes do sistema “S”.

No entanto, a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS é referência no estado de Mato Grosso do Sul e na região Centro-Oeste como instrumento para o combate à pobreza e à exclusão social.

No capítulo quatro, aprofundamo-nos no estudo da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS para compreendermos a participação das mulheres. Percebemos que mesmo com o mérito da Rede, em oportunizar às diversas pessoas a capacidade de gerar renda apesar do desemprego, muitas ações continuam permeadas por uma oculta dominação masculina.

A igualdade proposta pela Economia Solidária é um objetivo de difícil conquista, principalmente porque vivemos em uma sociedade na qual as relações são desiguais. Desde a

família, quando a criança nasce esta já inicia seu desenvolvimento aprendendo que na sua casa um manda e outro obedece. Na escola esta construção continua e as diferenças entre meninas e meninos são acentuadas. Desta forma, transferidos estes entendimentos das relações sociais para o âmbito de trabalho, como se as desigualdades e diferenças fossem naturais, concebidas em esfera aquém da ação humana.

Para compreendermos esta manutenção de relações desiguais, utilizamos neste capítulo as reflexões de Lefebvre e Bourdieu. O primeiro afirma que as representações são construídas na prática social, caracterizando-se por serem de natureza social, psíquica e política ao mesmo tempo. O segundo autor ressalta que a dominação masculina não necessita de justificativa para sua existência, para pautar as relações sociais. Construída nas práticas, nos discursos, ela se enuncia como uma evidência, uma lógica de difícil ruptura.

Ambos os autores contribuíram para o entendimento nesta dissertação de que as relações sociais desiguais são construídas socialmente e de difícil ruptura. No entanto, a Economia Solidária se mostra como alternativa viável para vivermos uma sociedade diferente, pautada na igualdade. Mas a Economia Solidária em Dourados-MS está apenas no início de seu desenvolvimento. É preciso reconhecer seus avanços e suas contribuições para a emancipação das mulheres. Mas para que os empreendimentos trabalhem de acordo com seu real significado, as relações de gênero precisam ser refletidas e discutidas nesta construção de uma sociedade melhor.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DE DESIGUALDADES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

*Venho contar uma história
Com muita satisfação,
Falando para meu povo,
Do fundo do meu coração
Que isto tudo começou
Bem antes de Napoleão!*

*Com a Revolução Industrial,
Mudaram os modos de produção,
Surgindo junto com as máquinas
Mil jeitos de exploração,
Pois o trabalhador ainda não tinha
Nenhuma lei de produção!*

*Trecho da poesia “Economia Solidária”¹
Odila Schwingel Lange²*

¹ Poesia “Economia Solidária” publicada em uma das cartilhas da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS em 2008.

² Poetisa douradense.

O presente capítulo objetiva investigar as relações de gênero no mundo do trabalho e as transformações para a mão-de-obra feminina do século XIX até a globalização. Ao relatar o processo histórico, discutimos também de que maneira a História tratou as mulheres em suas pesquisas. Percebemos que, por um longo período, pesquisadores/as não compreendiam as ações das mulheres enquanto temática relevante para o registro histórico.

Com as transformações do fazer histórico, oriundas, principalmente, de uma inovação metodológica e temática nas pesquisas históricas, proposta pela Escola dos Annales, a História das Mulheres se desenvolve permitindo reflexões significativas acerca das desigualdades e diferenças entre mulheres e homens. Essas transformações acompanham a expansão do movimento feminista que influencia significativamente as pesquisas históricas, o que amplia o campo de análise da História das Mulheres ao introduzir as Relações de Gênero às discussões. Assim, permite-se não apenas um registro dos feitos femininos, mas o entendimento das relações entre mulheres e homens, agrupando também a diversidade do “ser mulher” e as diversas orientações sexuais existentes.

Utilizando reflexões de pesquisadoras como Joan Wallach Scott, Joana Maria Pedro e Teresa de Lauretis, nos propomos entender a complexa discussão do conceito de gênero, destacando a contribuição de diversas pesquisadoras/as que estudam e refletem sobre esta categoria histórica de análise.

Mediante tais discussões teóricas, este texto se propõe a falar sobre o mundo do trabalho das mulheres a partir do século XIX e as transformações vivenciadas com o impacto da globalização. Apresentamos a participação feminina no mundo do trabalho ao longo desse período histórico, demonstrando como a sociedade percebe a importância das ações das mulheres na construção social e quais os mecanismos efetivados pelas mulheres para desconstruir sua imagem de coadjuvante na história.

Por fim, na pesquisa, nos aprofundamos nestas alternativas, como a Economia Solidária,³ que busca, com avanços e dificuldades, romper com antagonismos nas relações sociais que, conforme aponta Lefebvre, sustentam-se através de contratos sociais que ficticiamente nos tornam livres e, no entanto, são constituídos para a manutenção do sistema capitalista. (LEFEVBRE, 1977).

Neste sentido, as Redes de Economia Solidária se colocam como um modelo diferente, não apenas de produzir e vender, mas de viver e contribuir com toda a sociedade, já

³ Nos próximos capítulos da dissertação, nos aprofundaremos na temática Economia Solidária.

que em seus princípios esta tem o compromisso com “a valorização social do trabalho humano”⁴ e, principalmente, “o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade.”⁵

⁴ Princípios da Economia Solidária. Cf. Anexo A

⁵ *Ibidem.*

1.1 Reflexões sobre a história das mulheres e conceito de gênero

O registro histórico das ações das mulheres integra uma inovação metodológica e temática nas pesquisas históricas, a partir da década de 1920, na França, através da Escola dos Annales, período em que os estudos históricos preocupam-se em analisar também outros âmbitos da vida humana, como, por exemplo, o cotidiano. A primeira obra sobre a história deste movimento surgido na França é “A Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia” (1929-1989), de Peter Burke. O livro discorre sobre a importância da Revista Annales e marca um período de transformações significativas para as pesquisas históricas.

Este universo de expansão e fragmentação⁶, denominado também de “nova história,” acompanha o crescimento do movimento feminista e pesquisas acadêmicas – no âmbito das Ciências Sociais – sobre o feminismo, bem como acerca da atuação das mulheres na sociedade principalmente nos Estados Unidos, também a partir da década de 1920. A reformulação do método e da temática histórica critica o modelo tradicional que se dedica ao registro dos grandes feitos do “homem” e dos grandes acontecimentos e ainda possibilita o desenvolvimento de um viés histórico voltado aos estudos em torno da história das mulheres.

O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional. Esta percepção da inadequação só pode ser compreendida, se olharmos além do âmbito do historiador, para as mudanças no mundo mais amplo. A descolonização e o feminismo, por exemplo, são dois movimentos que obviamente tiveram grande impacto sobre a escrita da história recente. (BURKE, 1992, p. 20.)

Esta nova abordagem nos estudos históricos contribuiu para consolidar a preocupação “[...] com o mundo da experiência comum (mais do que a sociedade por si só) como seu ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana como problemática” distanciando-se da história política e da história dos grandes eventos (BURKE, 1992, p. 23). Em sua obra, Peter Burke elucida esta refundação do método histórico analisando os fundadores da Revista dos Annales, Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Le Roy Ladurie.

Joana Maria Pedro, historiadora, ressalta a importante contribuição da Escola dos Annales para as pesquisas em torno da história das mulheres, ao ampliar as possibilidades de

⁶ Peter Burke, ao falar sobre a Nova História, afirma que: “A disciplina da história está atualmente mais fragmentada que nunca. Os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais, a linguagem dos filósofos, e os historiadores sociais, os dialetos dos sociólogos e dos antropólogos sociais, mas estes grupos de historiadores estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar com o outro.” Cf. BURKE, 1992.

investigação de fontes e narrativas que revelam aspectos anteriormente invisíveis nas relações entre mulheres e homens. Entre outras palavras, esta renovação historiográfica é resultado de um novo posicionamento de pesquisadores/as diante das entrelinhas dos documentos, que mostram, na ausência, a presença da imagem da mulher. Neste novo olhar sobre as fontes, buscam-se as minúcias a fim de “[...] garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho.” (PEDRO, 2005, p. 85.)

Entre as historiadoras e os historiadores que passaram a seguir a tradição da historiografia dos Annales – que pretendia ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns –, tornou-se mais fácil escrever a história que incluísse as mulheres. [...] Assim, com os pés plantados no seu tempo, a historiadora ou o historiador que se engaja nesta tradição não poderia ficar alheia aos movimentos sociais das mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo. (PEDRO, 2005, p. 85)

A partir desta renovação na abordagem historiográfica sobre os feitos humanos, as pesquisas sobre a história das mulheres ganham um impulso ao mesmo tempo em que muitos/as historiadores/as se questionam sobre o porquê da ausência dos feitos femininos nos registros históricos. Seria a história tradicional sexuada? Qual a razão da invisibilidade da mulher nos registros históricos? O fato é que toda pesquisa traz os reflexos de seu tempo e, por longo período, os feitos das mulheres não se classificaram como relevantes para o registro histórico.

Todavia, conforme afirma Holzmann, estudos sobre as mulheres foram realizados por diversas ciências desde o século XVI. No entanto, muitos desses estudos tinham como objetivo legitimar o controle sobre as mulheres, as representações enquanto sexo frágil e inferior, e indo além restringirem-nas ao papel coadjuvante da história.

Estudos e reflexões sobre a mulher não são recentes nos escritos filosóficos, teólogos, pedagogos, médicos, juristas, como demonstra a vasta bibliografia compilada por Martin-Gamero (Martin-Gamero, 1975), que registra publicações datadas desde o século XVI, que contemplam as mais diversificadas abordagens da “questão feminina”. (HOLZMANN, 2000, p. 258)

Neste sentido, mesmo com as redefinições ocorridas do século XVI até os dias atuais nas ciências de modo geral a respeito de suas formas de análise sobre os papéis de homens e mulheres, percebemos uma lacuna de pesquisas sobre a participação das mulheres por parte dos/as historiadores/as. Este “vazio” contribuiu para a afirmação do “homem” como o único

ser social capaz de atitudes que transformam a sociedade. As mulheres foram deixadas de lado, principalmente, porque a história tradicional se ocupa dos fatos políticos, públicos, ou seja, espaço destinado por muito tempo a ser um espaço masculino.

O trabalho doméstico e público, assim como as reivindicações, conquistas, resistências, sofrimentos e lutas das mulheres foram desprezados pelo fato de serem produzidos e vividos por elas. Este lapso na História hoje é reconhecido por diversos/as pesquisadores/as que não almejam apenas a narrativa, o registro sobre o sexo feminino, mas, principalmente, compreender as contribuições das mulheres nos fatos históricos passados, e também nos que ocorrem na atualidade, e ainda refletir sobre como os sexos se organizavam e dividiam funções e tarefas. (PEDRO, 2005) As mulheres não poderiam ser tratadas como objeto da história a parte, ou seja, fora da análise do conjunto historiográfico no qual está inclusa a história dos feitos masculinos.

Pedro reforça esta ideia ao afirmar que a história positivista preocupou-se com os personagens masculinos que tiveram uma participação nos governos ou em guerras:

Convém lembrar que ‘entrar para a história’ tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de ‘positivista’, ou às vezes ‘empirista’, dava destaque a personagens em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou de guerras. (PEDRO, 2005, p. 83)

Em entrevista com Scott, publicada na Revista Estudos Feministas (1998), a historiadora comenta a fala de Bourdieu, no colóquio realizado na França por ocasião da publicação da coleção História das Mulheres no Ocidente. Neste o autor afirmou que a história das mulheres é antes uma história da dominação masculina. Scott, historiadora feminista estadunidense, ao comentar sobre esta afirmação, aponta que, enquanto grupo considerado “diferente”, a história das mulheres é parte sim da história da dominação masculina, pois os homens construíram as regras, organizaram a sociedade.

No entanto, não devemos nos ater somente a esta conclusão, já que, desta forma, fortalecemos a ideia da história das mulheres como “história à margem” e impossibilitamos as mesmas de se organizarem contra a divisão sexual da vida em sociedade e de questionarem as normas e ideias que as aprisionaram na esfera privada do século XIX em uma história à parte. (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998, p. 116)

Perrot afirma ser o século XIX o período da “racionalidade harmoniosa da divisão sexual” (PERROT, 2006, p. 178). A autora acrescenta que neste período

[...] cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’, declara um delegado de operários da exposição mundial de 1867. (PERROT, 2006, p.178)

Desse modo, no século XIX, o poder das mulheres restringia-se ao privado, familiar e materno, ainda que para as mulheres burguesas e para as mulheres pobres trabalhadoras este poderio fosse vivenciado de forma diferente. As burguesas constituíam as “[...] heroínas domésticas, pelos seus sofrimentos, sacrifícios e virtudes, restabelecem a harmonia do lar e a paz da família. Elas têm o poder – e o dever – de agir bem.” (PERROT, 2006, p. 181) Nos meios populares urbanos, às mulheres restava a administração do curto orçamento familiar, o aumento da responsabilidade da figura da mãe em razão do crescente distanciamento do pai pelo trabalho e, em períodos de penúria, a privação pessoal em nome da família. (PERROT, 2006)

Portanto, a história das mulheres está vinculada à história das relações de poder entre homens e mulheres, em determinado contexto histórico e político. A diferença sexual é o discurso que orienta a construção desta história e, por isso, não é possível fazer uma história somente das mulheres, mas uma história da diferença dos sexos, do jogo político que é, ao mesmo tempo, cultural e social. “Na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres.” (PERROT, 2006, p. 184)

Scott tece algumas críticas à maneira como foi estudada a história das mulheres, principalmente a partir da década de 1970, haja vista que algumas pesquisadoras e pesquisadores colocam em separado homens e mulheres. De acordo com sua perspectiva, este trabalho “compensatório” que busca demonstrar fatos relevantes das mulheres no passado com a finalidade de “equilibrar a balança,” as coloca não como protagonistas na construção histórica, mas as coloca em separado, de forma marginal. (SCOTT, 1992)

A autora ainda ressalta que

A questão era simples, escrevia a respeito das mulheres trabalhadoras, dava visibilidade a elas no processo de industrialização, falava de seu cotidiano, de sua inserção ao mundo do trabalho etc, porém, não se tratava de questões que esclareciam porque aqueles que escreveram sobre a história do trabalho ignoraram evidências a respeito das mulheres, ou seja, não explicavam a ausência de atenção às mulheres no passado e assim esse tipo de abordagem não alterava as definições estabelecidas dessas categorias. (SCOTT, 1995 *apud* SIQUEIRA, 2008, p. 112.

No entanto, a historiadora não desmerece as pesquisas relativas aos feitos das mulheres na sociedade, atribuindo importância à transformação que estas acarretaram a questões teóricas e metodológicas fundamentais no campo historiográfico e aponta um incômodo paradoxo intrínseco à escrita da história das mulheres. Se, por um lado, se trata de um estudo “compensatório” ou “suplementar” desta área do conhecimento, por outro, lado é um “deslocamento radical dessa história.” (SCOTT, 1992)

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história. (SCOTT, 1992, p. 75)

Perrot contribui para este debate ao apontar pesquisas sobre as representações de poder das mulheres que tentam demonstrar a inversão dos papéis de mulheres e homens nas relações sociais em determinados períodos históricos. Nestes estudos, pesquisadores/as procuram comprovar que em diferentes espaços e tempos históricos o poder da mulher se sobressaiu ao poder do homem e, desta forma, as mulheres garantiram sua posição enquanto dominante e não como vítima. Perrot afirma que “[...] um desejo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana, sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos.” (PERROT, 2006, p. 171)

Esta inovação, por parte dos/as estudiosos/as das mulheres, procura romper com representações antigas e numerosas sobre a presença benéfica ou maléfica das mulheres ao longo da história, as quais foram construídas como justificativa para a submissão feminina e, assim, as torna objeto de controle necessário por parte dos homens. Perrot cita alguns escritores, músicos, intelectuais em geral, que revelam em suas obras as representações das mulheres nas sociedades de sua época.

A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida, é um grande tema romântico, e, em particular, de Mozart a Richard Wagner, da Ópera. [...] As mulheres, além disso, não são exclusivamente forças do mal. São também potência civilizadora, outro tema muito antigo reatualizado no século XIX pela insistência sobre a função educadora de uma criança revalorizada. As mães possuem ‘os destinos do gênero humano’, escreve Loius-Aimé Martin. [...] A figura obcecante da Mãe tende a absorver todas as outras. (PERROT, 2006, p. 168)

Perrot ressalta a contribuição das pesquisas feministas para a reavaliação do poder das mulheres, ao mostrar a presença e ações das mulheres, “[...] a plenitude de seus papéis e mesmo a coerência de sua ‘cultura’ e a existência dos seus poderes. Foi o que se poderia chamar a era do matriarcado, triunfante numa certa época da antropologia feminista americana.” (PERROT, 2006, p. 170)

De fato, conforme demonstrado pela historiadora, houve uma tentativa de alterar a imagem de vítima da mulher na história através de pesquisas sobre as relações de poder em que o matriarcado, de certa forma, pudesse ser considerado em determinado momento o poder dominante. No entanto, ainda que válidos estes estudos, eles não revelam a situação da maioria oprimida, assim como de que maneira as mulheres estiveram presentes na história e o porquê de sua invisibilidade nos registros históricos.

Temos o exemplo da pesquisa da historiadora Samara acerca das famílias paulistanas do século XIX. Esta pesquisa procura demonstrar a existência de um mito sobre a mulher submissa e o marido dominador. De acordo com seus estudos, mesmo com a permanência da autoridade do marido sobre a família, o sexo feminino em vários casos tinha uma participação ativa à frente da família e dos negócios, contribuindo com a manutenção da casa. Conforme os documentos pesquisados pela historiadora, há testemunhos de queixas das esposas quanto ao comportamento dos maridos, levantadas a partir dos processos de divórcio, que revelam as reais aspirações do sexo feminino quanto ao casamento e à vida conjugal, apontando que nem sempre o comportamento das esposas amoldava aos padrões tradicionalmente aceitos. (SAMARA, 1983)

Ainda de acordo com a autora,

Além disso, a família revela uma nova dinâmica nas relações marido-esposa, pois as queixas das mulheres quanto às atitudes dos maridos, à não aceitação do adultério, das sevícias e as próprias aspirações quanto ao casamento e à vida conjugal tornaram claro que o comportamento feminino muitas vezes divergia do estereótipo da mulher dócil e submissa que vivia reclusa no lar. (SAMARA, 1983, p. 85.

A contribuição dos escritos do movimento feminista da segunda metade do século XX foi essencial para lançar um outro olhar sobre a história das mulheres, ao questionar os mitos, a discriminação, os tabus, os preconceitos que pesam sobre a mulher e “[...] buscar as raízes das práticas que a mantêm sob o domínio masculino, denunciou a especificidade da opressão da mulher em todas as esferas da vida tanto pública quanto privada.” (HOLZMANN, 2000, p. 258)

Assim, Scott avalia que a história das mulheres não deve ser desprezada e nem supervalorizada, mas precisa seguir um caminho para discussões mais profundas que possam analisar criticamente os meandros das relações entre homens e mulheres, não apenas relatando acontecimentos que ressaltam ações das mulheres. Neste sentido, a autora chama atenção para o fato de que

[...] somente seguindo pelo caminho que a 'história das mulheres' havia aberto não seria suficiente. Portanto, é na busca em aprofundar discussões e analisar de modo mais rigoroso o processo de como se dá e porque se reproduz a invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico, que surge o conceito de 'gênero como categoria útil de análise.' (SCOTT, 1995 *apud* SIQUEIRA, 2008, p. 113)

Desta forma, foi primeiramente para historicizar a categoria “mulheres” que o termo gênero foi desenvolvido. Entretanto, o conceito de gênero foi se transformando, ampliando significados, construindo sua própria história. Conforme Scott, é preciso perceber que o próprio termo “gênero” possui uma história e, portanto, “[...] é preciso traçar essa história ao invés de insistir na idéia de que se trata de uma categoria cristalizada na terminologia das ciências sociais.” (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998, p. 123)

A historiadora Pedro afirma que são poucas os/as historiadores/as que têm refletido sobre gênero como categoria de análise, sendo rara a discussão aprofundada sobre o assunto. De fato, a utilização da palavra “gênero” inicia-se no interior dos debates do movimento feminista, ao buscar explicações para a subordinação das mulheres. (PEDRO, 2005)

Assim, para evitarmos a confusão inerente à variedade de sentidos que algumas palavras possuem, é importante expor a que se refere a terminologia “gênero” nas discussões feministas e, posteriormente, enquanto categoria de análise para as ciências humanas e sociais.

O uso gramatical da língua portuguesa exige que façamos a distinção de gênero dos vocábulos. Assim, o gênero de uma palavra pode ser feminino ou masculino, não existindo, em nossa língua, o termo neutro como no latim, por exemplo. Por esta razão, os movimentos feministas utilizam esta terminologia uma vez que as palavras possuem gênero e não sexo. A intenção deste uso é “[...] reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura.” (PEDRO, 2005, p 78)

Pedro cita Robert Stoller, que em seu livro “Sex and Gender”, emprega o termo “gênero” separado do termo “sexo” para discutir o tratamento de pessoas consideradas “intersexos ou transexuais”, que modificam seus corpos para adequar a anatomia genital (considerada como sexo) à sua identidade sexual escolhida (considerada como gênero). (STOLLER, 1968 *apud* PEDRO, 2005, p. 79)

Ainda de acordo com o autor, Pedro afirma que “[...] o sentimento de ser mulher e o sentimento de ser homem, ou seja, a identidade de gênero era mais importante do que as características anatômicas. Neste caso, o gênero não coincidia com o sexo, pois as pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens, e vice-versa.” (STOLLER, 1968 *apud* PEDRO, 2005, p. 79)

Neste sentido, Pedro considera fundamental reconhecer a contribuição dos movimentos feministas, gays e lésbicas para o enriquecimento do conceito de gênero:

O uso da palavra gênero, como já sabemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays, lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito. (PEDRO, 2005, p. 78)

A partir deste caminho, que abrange uma diversidade de identidades e direitos, as relações de gênero não se limitam a questionar papéis biológicos, mas as relações de poder estabelecidas mediante o determinismo biológico e as diferenças sexuais.

As imposições de funções nos corpos são frutos de um estabelecimento de papéis diferenciados para mulheres e homens na sociedade, e a origem dos conflitos de gênero reside justamente neste determinismo. Ao essencializar a mulher e o homem e não reconhecer outras orientações sexuais, a sociedade discrimina e condena todas e todos que possuem uma identidade que foge à regra dominante, ou seja, heterossexual. Entretanto, as pessoas respondem a esta discriminação, visto que os grupos excluídos não são apenas vítimas no processo, mas também agem com resistências e, muitas vezes, conseguem consolidar seus direitos.

Sobre esta homogeneização imposta aos corpos, principalmente à mulher, Swain afirma que

As composições de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o ‘ser mulher’, desenhando em múltiplos registros o perfil da ‘verdadeira mulher’. Se o masculino também é submetido a modelos de *performance* e

comportamento, a hierarquia que funda sua instituição no social desnuda o solo sobre o qual se apóia a construção dos estereótipos: o exercício de um poder que se exprime em todos os níveis sociais. (SWAIN, 2001, p.67)

Os estereótipos criados para a mulher são aqueles que simbolizam uma natureza e um corpo frágil e delicado, delegando-a ao espaço doméstico e como instrumento para a reprodução da espécie humana, enquanto o homem representa o chefe do lar, o intelectual e o social.

A historiadora Scott, em seu artigo “Gênero, uma categoria útil de análise histórica,” desenvolve o termo gênero para referir-se às relações sociais entre os sexos e analisar o discurso da diferença dos sexos. De acordo com a autora, o uso do conceito de gênero rejeita quaisquer justificativas biológicas para a subordinação das mulheres, tais como “as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior.” (SCOTT, 1995)

Segundo a autora, o gênero indica as construções sociais que formam as ideias sobre os papéis próprios de mulheres e homens, ou seja, refere-se às identidades subjetivas das mulheres e homens. Nas palavras da autora, “[...] o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1995, p.75)

A palavra gênero se tornou útil nas pesquisas sobre sexo e sexualidade, tendo em vista que distingue a prática sexual dos papéis conferidos às mulheres e aos homens. Desta forma, sua utilidade é evidenciar todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é definido por ele e tampouco define a sexualidade. (SCOTT, 1995)

Assim, o significado de gênero envolve a organização social da qual surge a diferença sexual. Portanto, seu significado vai além da distinção biológica entre os sexos para referir-se à construção social, que definiu, através de justificativas biológicas, não somente as diferenças entre mulheres e homens, mas desigualdades em diferentes contextos históricos. (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998)

Outro emprego do conceito de gênero é o utilizado nos escritos feministas a partir da década de 1970, que não se refere apenas à diferença sexual, mas é definido, segundo Lauretis, como “[...] representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana.” (LAURETIS, 1994, p. 208) O gênero, entendido como comportamentos, efeitos, produto e processo nos corpos, trata-se de uma representação social. É uma construção social e não é algo “natural”.

Destarte, a fim de esclarecer a complexa discussão sobre o conceito de gênero, é importante destacar a contribuição de diversos/as pesquisadores/as que estudam e refletem

sobre esta categoria de análise, que possui muitas questões ainda a responder com a finalidade de esclarecer primordialmente a permanência de desigualdades nas relações entre e mulheres e homens.

Para Scott, o gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e, portanto, constituídas dentro das relações de poder, sendo sempre uma narrativa política. (SCOTT, 1992) Conforme Pedro, para o pesquisador Stoller, o gênero é o sexo social/cultural enquanto o sexo referia-se à biologia. (STOLLER, 1968 *apud* PEDRO, 2005)

Para muitos/as historiadores/as, o uso da categoria gênero significa desconstruir o determinismo biológico que subordinou as mulheres ao longo da história e, desta forma, compreender o sentido de gênero no passado. Assim, as pesquisas procuram entender o que significava ser homem ou mulher no passado. (PEDRO, 2005)

É nesse sentido que Pedro propõe uma análise historiográfica que questiona as verdades sedimentadas, responsáveis pela perpetuação de desigualdades de gênero nas diversas áreas:

Ao observarmos, como profissionais da História, as práticas que ensejam a divisão sexual do trabalho, dos espaços, das formas de sociabilidade, bem como a maneira como a escola, os jornais, a literatura, enfim, os diferentes meios de comunicação e divulgação constituem as diferenças reforçando e instituindo os gêneros, estamos escrevendo uma história que questiona as 'verdades' sedimentadas, contribuindo para uma existência menos excludente. (PEDRO, 2005, p. 92)

Deste modo, a categoria gênero deve ser utilizada para discussões acerca da permanência das relações de exploração e dominação, que têm como justificativa as diferenças sexuais, principalmente no âmbito do trabalho, alimentado pelas vivências do cotidiano e, como tal, culturalmente construído.

A constituição do mundo do trabalho de forma sexuada deve-se às representações que a sociedade possui de como este trabalho deve ser realizado, distribuído, vivido. Nesse sentido, o trabalho perde seu caráter integrador da pessoa ao social e transforma-se em elemento justificador para a divisão desigual de tarefas, tanto no espaço público quanto no espaço privado.

Portanto, a funcionalidade do trabalho ganha aspectos diferentes, um aspecto feminino, responsável pelo trabalho doméstico e não valorizado, e um aspecto masculino, provedor do recurso financeiro e, desta forma, detentor do poder. Assim, há um diálogo importante do aspecto cultural (construído para afirmar o poder do "macho") e do aspecto

econômico (o poder do capital sobre as relações sociais) que compõem uma complexa rede de reflexões.

Ao pensar sobre as representações do trabalho, Lutfi, Sochaczewski e Jahnel utilizam os escritos de Lefebvre para afirmarem que estas foram construídas para a permanência do ser humano em condições adequadas à manutenção do sistema capitalista.

As representações do trabalho, na história do capitalismo, permitiram não apenas pôr a trabalhar grande parte da sociedade de um modo que não lhe era habitual nem desejado, nem prazeroso ou gratificante, como também a utilização da tecnologia de ponta não para a realização do possível, do sonho da humanidade de extinção do trabalho, mas, ainda uma vez, para a dominação e o controle. (LUTFI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 94)

Desse modo, ao refletir acerca da especificidade do trabalho feminino à luz das considerações de Lefebvre, percebemos que as representações sobre o trabalho permitiram não só uma mudança nos hábitos de grande parte da sociedade, mas também engendraram uma conseqüente valorização da divisão sexual no trabalho.

Neste aspecto, as desigualdades entre mulheres e homens se fortalecem e se perpetuam, pois fazem parte da vida cotidiana, na qual os conceitos patriarcais se estruturam e são reproduzidos.

Lefebvre é um filósofo do cotidiano, por isso suas contribuições teóricas possibilitam a análise das representações sociais no âmbito do trabalho e seus reflexos nas relações familiares e, conseqüentemente, nas relações de gênero. O autor permite compreender como se constrói e se reproduz a visão de mundo e de trabalho para mulheres e homens no espaço vivido, visto que estes/as possuem papéis diferenciados dentro do capitalismo.

Lutfi, Sochaczewski e Jahnel, ao estudarem Lefebvre, afirmam que este investiga a importância e o lugar das representações. Para o autor o espaço vivido é habitado pelas representações sociais, que não são falsas e nem verdadeiras, mas falsas e verdadeiras ao mesmo tempo, por isso o espaço vivido é também o lugar das ambigüidades das relações sociais. Essa ambigüidade confere um poder às representações, cujos pequenos mundos se articulam com o saber, os sonhos, as lembranças e as ficções.

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do *vivido* e se multiplica, manipulando o *vivido*. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela se

distinguem pela análise. (LUTFI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996, p. 89)

Portanto, é no espaço vivido que se encontra a chave para a compreensão da reprodução das relações sociais, da prática social, na qual a representação possui o poder para transformar e substituir a realidade vivida e percebida. Se por um lado, constitui uma manipulação do vivido, por outro lado caracteriza-se como oportunidade de transformação, de entendimento da representação e do representado.

Lefebvre afirma que uma representação se constitui do que é vivido, percebido e concebido, num movimento dialético que nunca cessa, ocupando os interstícios entre o vivido e o concebido. Para o autor, as representações são fatos de palavras e de prática social, caracterizando-se por serem de natureza social, psíquica e política ao mesmo tempo.

As obras de Lefebvre contribuem para as discussões acerca de diversos eixos da realidade social, tais como: o espaço, o urbano, a vida cotidiana, a crescente importância do vivido, da transgressão e da insurreição.

O “mundo às avessas”, objeto de sua investigação, marcado pela crise das instituições políticas, pela emergência de novas necessidades sociais e pelo fim de laços comunitários, abrange também o trabalho feminino frente à globalização.

As transformações nos modos de vida, impostas com o advento do capitalismo, foram necessárias para se manter o sistema “civilizatório” que se expandia. A ferramenta era a coerção para a existência de uma “ordem social” e, desta forma, garantir a satisfação de uma classe em detrimento de outra, desconstruindo a interação comunitária que permite os laços humanos. Complementando esse raciocínio, utilizamos as palavras de Baumann:

Para dizê-lo de maneira curta e grossa: a emancipação de alguns exigia a supressão de outros. E foi isso exatamente o que aconteceu: esse acontecimento entrou para a história com o nome um tanto eufemístico de ‘revolução industrial’. As ‘massas’ tiradas da velha e rígida rotina (a rede de interação comunitária governada pelo hábito) para serem espremidas na nova e rígida rotina (o chão da fábrica governada pelo desempenho de tarefas), quando uma supressão serviria melhor à causa da emancipação dos supressores. As velhas rotinas não serviam para esse objetivo – eram autônomas demais, governadas por sua própria lógica tácita e não negociável, e por demais resistentes à manipulação e à mudança, dado que excessivos laços de interação humana se entreteciam em toda ação de tal modo que para puxar um deles seria preciso mudar ou romper muitos outros. O problema não era tanto levar os que não gostavam de trabalhar a habituar-se com o trabalho (ninguém precisava ensinar às futuras mãos da fábrica que a vida significava uma sentença de trabalho duro), mas como torná-los aptos a trabalhar num ambiente novo em folha, pouco familiar e repressivo. (BAUMAN, 2003, p. 30)

Os novos hábitos impostos pela realidade de “chão de fábrica” foram criados para romper com qualquer outra lógica de organização e interação social oposta ao modelo proposto pelo sistema capitalista.

Neste sentido, Burke ressalta que “ [...] o desafio para o historiador social é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo.” (BURKE, 1992, p. 24)

Burke, ao escrever sobre a história do cotidiano, observa a relevância das pesquisas sobre o tema, já que a vida cotidiana se apresenta como a geradora (e podemos dizer reprodutora) das relações sociais:

Outrora rejeitada como trivial, a história da vida cotidiana é encarada agora, por alguns historiadores, como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado. O cotidiano está também nas encruzilhadas das abordagens recentes na sociologia (de Michel de Certeau a Erving Goffman) e na filosofia (seja ela marxista ou fenomenológica). (BURKE, 1992, p. 23)

Desta maneira, é preciso refletir sobre as vivências do mundo do trabalho das mulheres dentro de uma tendência de longo prazo, como a globalização e suas conseqüências neste cotidiano.

A globalização, por sua vez, ao deslocar e transformar as relações sociais faz com que os grupos sociais procurem alternativas para a geração de renda, uma vez que o trabalho e a forma do trabalho também mudam de configuração.

A expansão da Economia Solidária no mundo é o reflexo destas transformações, e no Brasil tem se tornado a alternativa viável para a redução da pobreza e da inclusão social, haja vista que tenta reconstruir os laços comunitários e estabelecer novas relações alicerçadas na liberdade e na solidariedade. Igualmente, possibilita outro olhar acerca da função da produção e consumo, assim como contribui para a reflexão das/dos participantes sobre a construção de sua história e procura romper com os determinismos de gênero e classe, ainda que a globalização direcione a sociedade, de modo geral, para um caminho individualista.

1.2 Mão-de-obra feminina: lutas e conquistas do século XIX à era da globalização

É fato que o trabalho, remunerado ou não, esteve presente, ao longo da história, na vida das mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Nesse sentido, o que se diferencia são os tipos de trabalhos e suas contrapartidas ou remunerações em cada contexto histórico. As mulheres pobres trabalharam desde o início da formação da sociedade brasileira como escravas, vendedoras ambulantes, amas de leite, parteiras, curandeiras, cozinheiras, costureiras, etc, exercendo uma série de funções desvalorizadas pela sociedade principalmente no fim do século XVIII e início do XIX. Durante o período de industrialização, tornaram-se a principal mão-de-obra nas fábricas por ser a mais barata.

Se nos séculos XVIII e XIX, o trabalho feminino não era bem visto, mesmo quando necessário para a manutenção do lar das famílias pobres, já nos séculos seguintes, o espaço público reconhece a presença das mulheres no mercado de trabalho, ainda que nas relações de trabalho as mulheres continuem a ganhar menos e terem menos prestígios que os homens.

Nos séculos XX e XXI, marcados pela globalização e desenvolvimento tecnológico, há um conjunto de mulheres pobres atuando como empregadas domésticas a baixo custo e sem benefícios sociais. Isso ocorre mesmo que, neste período, possamos observar um crescimento da participação feminina em diversas áreas de atuação e também transformações significativas nas concepções da sociedade em relação ao trabalho feminino.

Todavia, percebemos a manutenção das desigualdades entre as próprias mulheres tendo como fator principal a classe social. As oportunidades das mulheres pobres continuam escassas e suas condições de trabalho precárias.

Rago ressalta em suas pesquisas as condições desiguais entre as mulheres pobres e as burguesas nas primeiras décadas do século XX. Em suas obras, demonstra que os estudos sobre mulheres não se referem à homogeneização das mesmas, mas apontam também as complexidades existentes nas relações entre as próprias mulheres, e fatores inseparáveis da discussão sobre o assunto, como a classe social. A autora afirma que

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas médias e altas, as quais, por sua vez, eram consideradas menos racionais que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos, era associado à incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou artística e à degeneração moral. Desde a famosa ‘costureirinha’, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição. (RAGO, 2001, p.589)

O século XIX é um período de transformações na sociedade brasileira, principalmente, no estilo de vida da família burguesa. Nesse período, há uma ascensão do sistema capitalista, como também um desenvolvimento das cidades e uma reorganização da vida urbana. Este novo estilo de vida possibilitou o surgimento de uma mentalidade burguesa, “[...] reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas.” (D’INCAO, 2001, p. 223)

D’Incao ressalta que nesse período a sociedade presencia o nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, marcada pela valorização da intimidade e da maternidade. De acordo com a autora,

Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível. Verdadeiros emblemas desse mundo relativamente fechado, a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país. (D’INCAO, 2001, p. 223)

De acordo com Sâmara, a família burguesa brasileira do século XIX mantém muitas características do período colonial do Brasil, responsáveis pelo estabelecimento de uma estrutura econômica e social de base agrária, patriarcal, latifundiária e escravocrata.

Essa situação, associada a vários fatores, como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, provocou a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiram vital importância. A família patriarcal era a base desse sistema mais amplo e, por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes. (SAMARA, 1983, p. 10)

O modo de vida da família burguesa brasileira era permeado por influências do modelo familiar aristocrático português, definido pelo sistema escravista. No entanto, as famílias aristocráticas patriarcais destacavam-se como detentoras do poder do sistema econômico vigente, mas não representavam o modelo de vida encontrado em outros setores da sociedade brasileira especialmente entre os pequenos proprietários e em áreas onde a grande plantação não existia. “O requinte também estava longe de marcar o cotidiano da população urbana, em grande parte considerada vagabunda e perturbadora pelos viajantes da época e

pelas elites que viviam nas cidades – entre elas, os integrantes da administração portuguesa imperial.” (D’INCAO, 2001, p. 224)

Assim, o imaginário da família burguesa brasileira estava repleto de representações sobre o requinte aristocrático português e isto se refletiu na formação das cidades que começavam a surgir no início do século XIX:

Quando vamos nos aproximando do século XIX, a cidade brasileira vai se tornando um apêndice do corpo rural: reflete a estratificação rural, mínima população fixa, uns poucos artesãos, mas um grande número de pessoas sem muito o que fazer, sem ocupação determinada, num período mingauado em se tratando de atividade econômica de natureza industrial e comercial interna. Com fraca diferenciação e estratificação social, a cidade é habitada por uma população homogênea: pessoas ricas parecem não se distinguir, pela maneira de viver, de outras mais pobres, com as quais se relacionam. (D’INCAO, 2001, p. 224)

Este novo cenário traz consequências para a organização da vida urbana visto que até o início do século XIX não havia leis que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades. A sua estrutura em desenvolvimento não delimitava os espaços públicos e privados. Os lugares para abates de animais, lavagem de roupas, pequenas atividades comerciais, misturavam-se com o acesso as casas, construídas com portas e janelas voltadas diretamente às ruas.

Este quadro das cidades fez com que as autoridades públicas repensassem a organização urbana e desta maneira limitassem o “mau uso” das ruas, agora consideradas espaço público. “Com isso o lugar público ganha então, um significado oposto ao do uso particular.” (D’INCAO, 2001, p. 224)

Com estas ações, muitas restrições são impostas à população e várias atividades foram transferidas para a periferia. “O espaço urbano, antigamente usado por todos em encontros coletivos, festas, mercados, convívio social etc, começa a ser governado por um novo interesse, qual seja, o interesse público, controlado pelas elites governantes.” (D’INCAO, 2001, p. 225)

A implementação de várias medidas para a organização do espaço urbano por parte das autoridades públicas possibilitou o desenvolvimento de novos valores na sociedade brasileira – principalmente para as mulheres – ainda balizada na escravidão e na exploração agrária.

Mais tarde, já no fim do século XIX e início do século XX, podemos presenciar o processo de modernização do Rio de Janeiro, intensificado pela emergência da República, quando idéias de ser ‘civilizado’ e de europeizar a

capital, em oposição à velha cidade da sociedade patrimonial, estão entre as primeiras intenções do novo regime político. (D'INCAO, 2001, p. 225)

As modificações realizadas nas cidades do século XIX resultaram na reconfiguração da disposição do espaço no interior das residências das famílias burguesas, tornando-as mais adequadas ao novo estilo de vida. Tais modificações deixaram “[...]ainda mais claros os limites do convívio e as distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família marcado pela valorização da intimidade.” (D'INCAO, 2001, p.228)

O processo de socialização se modifica, e as mulheres burguesas, preparadas desde a infância para o desempenho das funções domésticas e acontecimentos da vida social, estavam sempre sob avaliação da família e dos “outros”, regidos por uma moralidade que assegurava a “boa conduta” da família. “Não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada.” (D'INCAO, 2001, p. 228)

Certamente este tipo de norma familiar não se aplica à maioria das mulheres. Havia uma dupla moralidade que regulava as relações dos sexos e dos grupos sociais. Quanto às mulheres da família burguesa, estas “ [...] deviam ficar circunscritas à vida familiar, o que fomentava as suas aspirações de casamento e filhos. Passavam, dessa forma, da tutela do pai para a do marido e estavam menos expostas às relações ilícitas e, naturalmente, mais aptas para desempenhar um papel tradicional e restrito.” (D'INCAO, 2001, p. 228).

No que tange às mulheres pobres,

Aquelas de menor posse, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações se desenvolviam, portanto, dentro de outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente a dificuldades econômicas e de raça, se contrapunha ao ideal de castidade, mas não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade e nem a posição privilegiada do sexo oposto. (SAMARA, 1983, p. 65)

Num certo sentido, a construção das relações entre mulheres e homens é resultado do sistema moralista da família burguesa presente desde o início da formação da sociedade brasileira. As mulheres de posse submetiam-se a uma série de regras conservadoras e a convenções sociais de bom grado, sem questionamentos, uma vez que a representação de seu futuro era o casamento feliz e a geração de filhos (as filhas poderiam vir em segundo plano).

No início do século XX, observamos a continuidade da imposição de uma “moralidade oficial” sobre as mulheres que restringe sua atuação à casa e aos cuidados com os/as filhos/as. No entanto, conforme dissemos anteriormente, esta moralidade estava completamente desligada da realidade das mulheres pobres que precisavam trabalhar para suprir as necessidades da família, pois, se dependessem apenas do salário do marido, estariam condenadas a uma miséria maior. Contudo, seus esforços não eram reconhecidos e “ [...] as donas de casa, que tentavam escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscavam sofrer o pejo da ‘mulher pública’.” (FONSECA, 2001, p.516)

Apesar de todo esforço feito pelas mulheres pobres para manterem a casa, tornando-se muitas vezes a fonte do sustento principal do lar, seu trabalho era (e muitas vezes ainda é) considerado um suplemento à renda masculina, tanto pela sociedade em geral quanto para elas mesmas. Em razão do significado de trabalho ter uma construção sexuada, o feminino, mesmo quando vital para a família, foi estereotipado como uma “ajuda” e desta forma ocultado.

Do discurso da “moral oficial”, que ditou as relações entre mulheres e homens desde o início da formação da sociedade brasileira e que permanece forte no imaginário coletivo, surge outra ideia sustentada por médicos, higienistas e religiosos de que o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação familiar. Estes profissionais reforçavam a noção de que o lugar das mulheres deveria estar restrito ao lar, ao afirmarem: “O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria, abandonados nos anos mais importantes da formação do seu caráter? Tais observações levavam, portanto, à delimitação de rígidos códigos de moralidade para mulheres de todas as classes sociais.” (RAGO, 2001, p. 588)

Às mulheres pobres aplicavam-se as mesmas regras. No entanto, sua condição social não permitia que as mulheres as seguissem conforme as normas tradicionais vigentes. Os mesmos homens que as aplicavam e exigiam seu cumprimento eram os mesmos que, muitas vezes, exploravam as mulheres pobres, quebrando assim suas próprias regras moralistas.

A realidade social das mulheres pobres exigia o trabalho constante. A falta de recurso financeiro bem como de prestígio social não traziam bons casamentos, e a exploração sexual gerou muitos/as filhos/as bastardos/as⁷. O acesso à educação era ainda mais restrito. Não havia espaços para outras atividades, a não ser aquelas tradicionalmente domésticas e servis. Da mesma forma, as leis e os costumes as tratavam de forma diferente. Desta maneira, as gerações que seguem são compostas por esta disposição social que separa quem

⁷ O uso do termo “bastardos/as” aqui refere-se à filhos/as oriundos de relações extraconjugais, fruto da exploração sexual imposta às mulheres pobres. Não possui, portanto, um caráter pejorativo.

tem direito a uma vida digna e quem não tem em função do sexo e da classe social a que pertence.

Fonseca expõe a realidade das mulheres trabalhadoras do início do século XX e aponta que estas precisavam trabalhar e ao mesmo tempo eram mal vistas pela sociedade, ainda que compusessem a maioria da mão-de-obra nas indústrias:

A norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, e muitas vezes espelhado nos relatos dos viajantes europeus, que servia como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres. Basta aproximar-se da realidade de outrora para constatar que as mulheres pobres sempre trabalhavam fora de casa. Com a industrialização, chegaram, junto com as crianças, a compor mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, notadamente nas de tecido. (FONSECA, 2001, p. 517)

Todavia, o esforço exercido no trabalho fora do lar não retirava das mulheres a responsabilidade pelas lides domésticas. Mesmo colaborando de forma igualitária com o companheiro na manutenção da casa, “seus” afazeres domésticos continuavam sendo sua responsabilidade exclusiva.

As mulheres, ao tentarem modificar sua condição social, carregam um peso ainda maior que o dos homens, haja vista que possuem as ditas “duplas jornadas”. Estas não se desvinculam de suas obrigações “naturais”, como cuidar da casa e das filhas e filhos, e ainda lutam constantemente pelo reconhecimento de seu trabalho e de sua contribuição no lar.

Desta forma, observamos que o crescimento do trabalho feminino ao longo da história e as transformações decorrentes da aceitação das mulheres em postos de trabalho ou profissões antes ocupados apenas por homens, não significou uma real transformação no papel masculino no que diz respeito à divisão de tarefas no convívio familiar.

O cotidiano doméstico pouco mudou nas últimas décadas, não acompanhando a ascensão feminina no espaço público. “O papel feminino mudou sem que o papel masculino fosse fundamentalmente tocado.” (MELO; CONSIDERA; DI SABATTO, 2007, p. 437) É relevante discutir este aspecto quando falamos em relações de gênero, tendo em vista que entendemos que as relações de gênero compreendem as mulheres, os homens e os conflitos decorrentes da diferença sexual. Assim, percebemos que se não houver de fato uma transformação no cotidiano doméstico, as diferenças nas relações de trabalho se perpetuarão, pois

[...] na verdade, os papéis de cada ator social são desempenhados em interação com o outro, relação de troca e reciprocidade: se um muda o outro tem que mudar. No caso brasileiro, isso é agravado pelas enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, que permitiram que essa incorporação maciça de mulheres no mercado de trabalho tenha sido efetuada sem maiores mudanças nas relações de gênero. (MELO; CONSIDERA; DI SABATTO, 2007, p. 437)

Apesar de se acreditar numa transformação sobre o trabalho feminino, afirmada constantemente pela mídia e confirmada por estatísticas e indicadores econômicos e sociais que apontam para uma ruptura na maneira de conceber o trabalho feminino, não observamos transformações nas funções ditas como “tradicionalmente femininas”. Embora as lutas feministas tenham conquistado para as mulheres mais acesso à educação, melhores condições de trabalho e salários, participação social e política, a maioria das mulheres permanece com “uma face voltada para o lar e a outra para a rua”, num grande esforço de sobrevivência e em contínua luta para a ruptura de um código milenar de limitou seus lugares de participação em sociedade. (MELO; CONSIDERA; DI SABATTO, 2007)

Muitas mulheres, ao enfrentarem obstáculos para ocuparem seu espaço, questionam o destino imutável de mulheres e homens na sociedade. Esse destino, determinado pela religião, pela biologia ou por uma moralidade social conservadora, coloca os homens como únicos provedores da família, e as mulheres como os seres frágeis, aquelas que abdicam de seus desejos em nome das necessidades familiares.

Mas as mulheres não são apenas vítimas do processo histórico de desenvolvimento da sociedade brasileira. Apesar de muitas vezes a história passar uma imagem apática e passiva, as mulheres se mobilizaram através de resistências e questionamentos sobre seu papel na sociedade.

O fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistências. Como já se patenteou, sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes. (SAFFIOTI, 2004, p.130)

Essa posição inferiorizada das mulheres foi questionada pelos movimentos feministas, pois, ao protestarem contra velhos estereótipos sobre o papel feminino, contribuíram para o surgimento de oportunidades de trabalho remunerado fora do lar, aproximando de forma igualitária o trabalho feminino e masculino. A partir da década de 1970, a participação das mulheres em atividades remuneradas aumentou, advinda de mudanças sociais, políticas,

econômicas e culturais. “Isso foi favorecido pelo acesso à educação, que tanto provocou a incorporação de um maior contingente de mulheres no mercado de trabalho como aumentou sua participação política na sociedade.” (MELO; CONSIDERA; DI SABATTO, 2007, p. 436)

No entanto, a condição da mão-de-obra feminina não se solidificou do século XIX para o século XX. Isto ocorreu, haja vista que em tempos de crise econômica e instabilidade, o desemprego atinge prioritariamente as mulheres. O trabalho masculino tende a estabilizar-se enquanto o feminino mantém-se irregular, pois o senso comum entende que o trabalho feminino não é o principal. Enquanto “chefe de família”, mantenedor da segurança do lar, a sociedade delega ao homem a responsabilidade de sozinho sustentar a casa. Por isso, se for para desempregar alguém, que seja a mulher, cuja renda é apenas “suplementar”. Esse discurso desvaloriza o trabalho feminino, uma vez que temos uma organização sexuada do mercado de trabalho. A socióloga Holzmann acrescenta que

O trabalho da mulher fora do âmbito doméstico, executado em troca de salário, chegou a ser considerado como um fenômeno passageiro, provocado por fatores conjunturais (p.ex. queda geral dos salários, compelindo outros membros da família – a mulher e mesmo as crianças – além do homem, tido como seu ‘natural provedor’, a ingressarem no mercado de trabalho), os quais, quando superados, restabeleceriam a natural divisão do trabalho entre homens e mulheres. (HOLZMANN, 2000, p. 260)

A partir da década de 1990, com a ascensão do fenômeno da globalização, percebemos uma reprodução das relações sociais tanto no mercado de trabalho quanto no cotidiano. Há uma transformação que reconstrói valores que, a princípio, parecem desaparecidos. A divisão sexual do trabalho permanece e as relações de gênero continuam pautadas mais pela desigualdade que pela diferença, mesmo na denominada era da inovação.

Com um discurso de inovação, a globalização, fruto do neoliberalismo reproduz relações sociais sexistas tanto quanto em períodos históricos anteriores, mas com nova roupagem. A vida cotidiana na modernidade mantém valores que determinam papéis específicos para mulheres e homens através da escola, universidades, lazer, cultura.

Neste sentido, também o Estado ocupa uma função primordial de garantir a reprodução do sistema. Lefebvre já apontava para a repetição de relações excludentes próprias do sistema capitalista. O autor alertava: pensar que tais relações são naturais é um equívoco. (LEFEBVRE, 1977)

A globalização e a sua dinâmica que envolve a exclusão são vistas também como um caminho de oportunidades para todas e todos. Essa globalização não deve ser vista como processo uniforme, haja vista que não atinge todos os países da mesma maneira. Trata-se de

um fenômeno complexo que não ocorre apenas na esfera econômica, ainda que esta seja determinante.

Hirata assinala três dimensões que constituem novidade no processo de globalização, mas contribuem para a divisão sexual do trabalho.

Em primeiro lugar, ele é impulsionado por políticas neoliberais como conseqüências no plano da liberalização das trocas comerciais, a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, tendo como corolários as privatizações, o desenvolvimento da sub-contratação e da externalização da produção; em segundo lugar, o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e de comunicação e a expansão das redes, tornando possível a circulação imediata de informações e de dados de toda ordem e a financiarização das economias; em terceiro lugar, o novo papel regulador desempenhado pelos organismos internacionais, cujo papel regulador se efetua paralelamente, e nem sempre em harmonia com a regulação pelos Estados-Nação e pelas firmas internacionais. Este novo quadro econômico e financeiro tem conseqüências diferenciadas segundo as regiões do globo, e sobre a divisão sexual do emprego, do trabalho – profissional e doméstico – e da atividade dos homens e das mulheres. (HIRATA, 2001, p. 143)

As novas lógicas de mercado da globalização apontadas pela autora têm reflexos diretos sobre o trabalho feminino. Em primeiro lugar, as privatizações e sub-contratações são apenas uma nova roupagem à exploração do trabalho. Neste sentido, a vulnerabilidade das mulheres em razão da exclusão social as coloca como foco principal para a contratação de mão-de-obra barata. Em segundo lugar, a dinâmica da circulação de informações e transferências de dados confere às grandes empresas maior liberdade para suas ações. As lutas por melhores salários e condições de trabalho ficam dispersas e distantes dos/as reais proprietários/as que, via de regra, não se encontram mais próximos/as ao “chão de fábrica”.

Neste sentido, a ideia do senso comum de que as discussões acerca das desigualdades nas relações de gênero, bem como a atuação dos movimentos sociais (feministas ou não) estão ultrapassadas, não é verdade. Diante disso, há a necessidade de aprofundamento das discussões sobre relações de gênero e trabalho, visto que a “sociedade global” recria a subordinação com novas roupagens.

Conforme aponta Sposati (1998), o processo de globalização não é em si próprio positivo ou negativo. Em seus aspectos positivos, este permite a reunião de valores éticos importantes e a internacionalização do diálogo sobre direitos humanos, meio ambiente e outras temáticas relevantes. O processo da globalização produz ferramentas eficazes para discussões globais acerca de diversos problemas sociais e, muitas vezes, alcança soluções através da cooperação internacional. No entanto, “[...] quando este processo se manifesta na

desregulamentação da força de trabalho, no achatamento de salários e no aumento do desemprego, ele se torna extremamente perverso, porquanto ao invés de traduzir a busca da igualdade ele retrata, isto sim, a globalização da diferença.” (SPOSATI, 1998, p. 43)

Ainda de acordo com Sposati:

Em outras palavras, quando a globalização se traduz no processo de horizontalização de valores, perspectivas, ética, ela se mostra altamente positiva. Quando vertical, ao contrário, ela é negativa e reveladora de uma nova forma de hierarquização de cidadãos e dominação da elite. Neste caso, ela difunde a lógica da apartação social, em contraponto à lógica da cidadania, na construção de padrões de civilidade. (SPOSATI, 1998, p. 44)

Nascimento colabora com esta reflexão sobre a percepção da globalização, afirmando que este fenômeno é vivido de maneiras diferentes por diversos povos e por isso não se deve atribuí-lo um conceito único, homogêneo.

A globalização, mesmo entendida de forma sutil como ‘a concretização do mundo inteiro como um único lugar’, coloca problemas. Pois afinal, não existe uma percepção única do mundo. A rigor, dever-se-ia falar de globalizações. Ela é uma para o europeu, cuja cultura já é profundamente cosmopolita, e tem desempenhado o papel de centro de referência do mundo cultural da modernidade; ela é outra para o norte-americano, elevado à máxima e única potência mundial, mas numa sociedade cujo cancro emerge com visibilidade na formação das redes de comunicação mundial; ela é ainda distinta para o africano, condenado a viver em espaços em que o Estado desapareceu ou tende a desaparecer; e ainda outra para o asiático, cuja integração mundial é absolutamente recente, e a maior novidade do final do século. Para não falarmos nos latino-americanos ou dos australianos, os primeiros situados numa intrincada encruzilhada e os segundos, reproduzindo o ‘sucesso ocidental’ no Oriente. (NASCIMENTO, 1998, p. 87)

Dentre as condições antagônicas do processo capitalista global, podemos citar a revolução da comunicação e da informação ao mesmo tempo em que nos deparamos com a exclusão, a pobreza crescente, a desordem e a violência. Conforme afirma Santos, vivemos tempos de “[...] inquietantes regressões, do regresso de males sociais que pareciam superados ou em vias de o ser.” (SANTOS, 2005, p.13)

Em meio às diversas consequências da globalização, elencamos a reformulação da ordem político-econômica mundial que define constantemente o sistema nacional, de modo a priorizar o mercado, alimentado por um capital especulativo, em detrimento às políticas públicas voltadas ao crescimento econômico de forma sustentável.

Entretanto, para o capital, a ideia de globalização não é recente. A novidade, segundo Leal e Mingheli (2001, p. 154), “parece residir na simbiose do aspecto econômico com o político por meio do avanço do neoliberalismo” e o decorrente processo de internacionalização do Estado provocado, principalmente, pela desterritorialização do capital.

Sposati reforça esta ideia e acrescenta que

O processo de globalização na sociedade capitalista, ao contrário do que possa parecer, não é um processo novo. Ele já acontece há muito tempo e teve muita importância no final do século IX, com outro nome: imperialismo. A tentativa de um processo que viesse a unificar o mundo encontra, muito antes, antecedentes na história da humanidade. As cruzadas, na Idade Média, deram início ao desejo de um só mundo. O capital está percorrendo hoje o caminho que a fé realizou a 500 anos. (SPOSATI, 1998, p.49)

Todavia, devemos considerar as diferenças inerentes a cada tempo histórico. Por certo, sabemos que há 500 anos não podíamos usufruir da agilidade da comunicação, dos transportes e dos benefícios da internet. Ao apontar que a globalização não é um desejo novo de unir o mundo como um só, a autora não simplifica o processo, mas desnuda a diretriz primeira do capital, que é sua própria expansão. A eficiência deste processo histórico para atingir seus objetivos merece reflexão.

Reforçando esta noção, Nascimento ressalta que

Como diz Giddens, com razão: a modernidade é inerentemente globalizante (1991:69). A sociedade moderna nasce com a primeira expansão européia; é conhecido como comércio triangular foi essencial para o processo de acumulação primitiva, as viagens trans-ocênicas foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência e a descoberta de novos continentes contribuíram decisivamente para a mudança da mentalidade européia. A segunda expansão européia consolida este processo, possibilitando à industrialização, novos horizontes, dando surgimento ao imperialismo e, no século seguinte, criando as condições para o processo de descolonização: o domínio de outras nações passa a ser exercido por intermédio do capital financeiro. Deste ponto de vista, a globalização, ou mundialização, não é um fenômeno novo, é inerente ao sistema capitalista, que por sua natureza não respeita nem espaços nem crenças. (NASCIMENTO, 1998, p.85)

Outrossim, o autor contribui com o entendimento de que a humanidade não vive um novo fenômeno como muitas vezes a globalização é descrita, mas vive tempos em que esse processo pode ser percebido de forma diferenciada e por isso mesmo pode ser cruel para muitos grupos. Hirata também corrobora com esta noção e afirma que a globalização define-

se por muitos economistas críticos como ruptura de limites e fronteiras, realizando suas operações numa perspectiva e numa escala mundial. Segundo a autora, “Trata-se de tendências históricas da internacionalização do capital, mas o que é novo neste processo é a intensidade dos fluxos, a variedade dos produtos, o número de agentes econômicos implicados nesse movimento.” (HIRATA, 2001, p. 142)

De acordo com a autora, o que se altera neste contexto é o acréscimo de riscos para as trabalhadoras. A globalização representa novas oportunidades, mas também outros riscos em razão do contínuo aumento de índices de desigualdades sociais nas relações de trabalho e saúde sob o impacto das políticas de flexibilização, impulsionadas por políticas governamentais neoliberais.

Dentre os diversos setores da sociedade afetados pela globalização, o mercado, sustentado pela constante reprodução da necessidade de consumo, torna-se o principal determinante das ações do Estado e da sociedade e transforma seus membros em consumidores/as, acima de tudo. Nesse sentido, as pessoas sem condições de consumir e de acompanhar a lógica do mercado estão excluídas das oportunidades. Bauman faz uma reflexão sobre esta característica da sociedade contemporânea, ao afirmar que “A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel do consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel.” (BAUMAN, 1999, p.88)

Assim, muitas pessoas desejam desempenhar o papel de consumidor/a, mas não possuem ou não conseguem desenvolver esta capacidade porque sua realidade social e econômica não permite. Resta-lhes, então, o inconformismo, mas também a vontade de lutar por transformações sociais. Desta realidade surgem resistências à imposição do modo de vida excludente, fazendo com que as pessoas busquem alternativas ou mecanismos para se colocarem no mundo como as demais atores/atrizes sociais. Bauman discute esta condição humana e utiliza uma citação de Seabrook para afirmar que a exclusão e a pobreza não são problemas para o sistema capitalista, mas uma condição necessária para sua existência e continuidade:

A pobreza não pode ser ‘curada’, pois não é um sintoma da doença do capitalismo. Bem ao contrário: é evidência da sua saúde e robustez, do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores... Mesmo os mais ricos do mundo se queixam sobretudo de todas as coisas de que não se devem privar[...] Mesmo os mais privilegiados são compelidos a carregar dentro de si a urgência de lutar para adquirir. (SEABROOK, 1988, p. 15 *apud* BAUMAN, 1999, p.87)

Como podemos perceber, a necessidade de consumir não atinge somente os grupos marginalizados, mas é estimulada veemente para que o capital circule e o sistema capitalista se mantenha. Logo, o questionamento desta realidade aparece como uma necessidade para diminuirmos as mazelas de uma sociedade individualista, orientada pelo dinheiro e o poder dele decorrente. Os movimentos sociais, neste sentido, são primordiais para a proposição de soluções e reflexões aos grupos excluídos na busca de alternativas para o bem-estar social.

Estes movimentos sociais atuam nas mais diversas áreas como, etnia, gênero, meio ambiente, exigindo a inclusão de suas necessidades na agenda governamental. Neste sentido pode-se dizer que constituem instrumentos que cidadãos/ãs utilizam para reivindicar e terem seus interesses e direitos reconhecidos. Através dos movimentos sociais, a sociedade civil conquista direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado.

A década de 1980 é especialmente marcada pela atuação de muitos movimentos sociais que exigiam do Estado atenção necessária às suas demandas. No entanto, as respostas à estas necessidades por parte do Estado sempre foram pontuais e não universais, traduzindo-se em intervenções parciais, como por exemplo, a construção de uma creche, posto de saúde, escola, sem que necessariamente o atendimento fosse instalado, pois somente a estrutura física não contempla o atendimento da demanda necessária. Há também que se investir em recursos humanos, viabilizando um atendimento de qualidade à população. (SPOSATI, 1998)

Sobre este atendimento parcial às demandas sociais por parte do Estado e a atuação dos movimentos sociais, Sposati acrescenta que:

Esta passagem da resposta parcial, em quantidade e qualidade, das demandas dos movimentos sociais para sua universalidade transita pela incorporação desses direitos não só pelo Estado, mas sobretudo pela sociedade civil. Trata-se, no caso, não só de alterar o Estado excludente, como mostraram os movimentos sociais, mas a sociedade excludente. (SPOSATI, 1998, p. 47)

Assim, verificamos que as reivindicações dos movimentos sociais por melhorias no atendimento do Estado devem ser compreendidas não somente pelos governos, mas por toda a sociedade, à medida que o atendimento às necessidades de um grupo beneficia a toda a sociedade. A busca de soluções para a construção de uma sociedade mais justa, deve partir da vontade política da sociedade e deve ser orientada para o atendimento de todo o coletivo e não em benefício de pequenos grupos. O movimento feminista, em especial, nas últimas décadas impulsionou significativamente as pesquisas acadêmicas sobre a temática feminina bem como

sobre políticas públicas para mulheres, buscando justamente uma reforma social de longo prazo e não atendimentos pontuais.

As atitudes por vezes paliativas ou pontuais de alguns governos têm deixado rastros de descontentamento, haja vista que suas ações não visam à construção da cidadania. Várias medidas governamentais buscam atender apenas a uma cobrança, de forma rápida o bastante para garantir visibilidade política. Assim, as ações como os movimentos em prol da Economia Solidária crescem por constituírem uma mudança não momentânea, mas transformações nas condições de vida, alterações qualitativas no cotidiano.

Os movimentos feministas conquistaram direitos primordiais para as mulheres ao longo da história, mas não cessaram suas atividades. Desta forma, diversos movimentos sociais mostram-se dispostos a continuar suas lutas, utilizando novas estratégias e adaptando-se às novas dificuldades inerentes a globalização, pois se sabe que as transformações sociais são lentas, porém possíveis. Da mesma forma, o capitalismo se readapta a novas situações para manter sua hegemonia, mas os movimentos sociais percebem estas estratégias e também reorganizam suas lutas.

Apesar das várias conquistas das mulheres no campo do trabalho, desigualdades permanecem e, assim, muitas lutas por políticas públicas crescem no Brasil para que o Estado atenda às especificidades das mulheres.

As pesquisas acadêmicas sobre o trabalho feminino contribuíram com análises das condições de trabalho desiguais das mulheres e também ampliaram a percepção de que a categoria “classe” não é assexuada, e “a classe trabalhadora tem dois sexos”. Ou seja, mulheres e homens são exploradas/os pelo capital, no entanto, de modo diferente. A classe deixa de ser um coletivo assexuado, na qual mulheres e homens são oprimidos e explorados pelo capital indistintamente. (HOLZMAN, 2000)

Conforme afirma Holzman,

A abordagem das relações de classe para a reconstrução interpretativa dos mecanismos de reprodução da submissão do trabalho ao capital foi enriquecida pela abordagem a partir das relações sociais de sexo, que possibilita ampliar a visibilidade das estratégias de controle e exploração do capital, diversamente operacionalizadas para cada categoria de trabalhadores, no caso que aqui nos interessa, as mulheres. (HOLZMANN, 2000, p. 259)

A pesquisadora também ressalta a necessidade de desnudar a característica da classe trabalhadora como um todo homogêneo. Compreendê-la como um coletivo segmentado por

diversos atributos como gênero, etnia, cultura, etc, tem sido decisivo para a percepção das diversas estratégias do capital para explorar o trabalho. (HOLZMANN, 2000)

Sposati aponta que a atuação do Estado como o principal regulador do crescimento econômico e social do país é vital para transformações nas relações de trabalho, uma vez que este deve atender às demandas sociais e não às expectativas do mercado.

Dentro deste panorama, cabe ao Estado retomar o papel de regulador e coordenador do desenvolvimento econômico e social. O emprego deve aparecer como prioridade, as estratégias de desenvolvimento devem ter como horizontes a geração de novos postos de trabalho. Precisamos construir uma alternativa ao individualismo e a concorrência do neoliberalismo. Precisamos articular uma sociedade solidária capaz de também construir formas de economia solidária. (SPOSATI, 1998, p. 46)

Assim, alternativas como a Economia Solidária – por apresentar caráter revolucionário⁸ – tornam-se um espaço propício para diminuir conflitos e dificuldades do ambiente doméstico. Entretanto, a globalização trouxe poucas mudanças para o trabalho feminino. A dominação masculina apenas reconfigurou-se neste novo cenário, permanecendo nas relações familiares e estendendo-se nas relações de trabalho.

Neste sentido, Holzmann assinala que

A máquina a vapor, prescindindo da força física dos trabalhadores, permitiu incorporar um grande contingente de mulheres – e de crianças – à produção fabril, sem dar-lhes oportunidades de se equipararem aos homens em relação aos ganhos (já por si pouco invejáveis) e às oportunidades de ascensão profissional. Isto por que a máquina a vapor foi resultado de uma forma histórica de organizar a produção, cujo pressuposto e sentido é a exploração e a dominação de uns poucos sobre a grande maioria, utilizando-se dos diferentes atributos desta maioria para obter ganhos adicionais de rentabilidade. Para tanto, contribuiu o estigma das diferenças naturalizadas, construídas e sedimentadas na família e na sociedade. Assim também as novas tecnologias de base microeletrônica não têm o poder mágico de subverter estruturas de dominação que perpassam todo o tecido social, ou de erradicar crenças e práticas nas quais o patriarcalismo se mantém, articulado com o capital para duplamente explorar as mulheres. (HOLZMANN, 2000, p. 261)

Como resultado deste processo, há um aumento das desigualdades sociais. Paradoxalmente, encontramos um cenário para emergência de novos/as atores/atrizes coletivos/as: as lutas anti-globalização ou alter (por uma outra)-globalização. (HIRATA, 2001, p.145)

⁸ Paul Singer afirma que o caráter revolucionário da Economia Solidária não é no sentido de se substituir um poder por outro, mas possibilitar uma nova maneira de viver no âmbito do sistema capitalista, num compartilhar de novos valores e redescobrimo outros sentidos e necessidades a serem supridas que não se prendam tanto ao capital. Cf. SINGER, 2002.

Com efeito, do ponto de vista da globalização da economia, é necessário pensarmos em alternativas que assegurem empregos e direitos a uma parcela cada vez maior da população brasileira excluída do processo de globalização. (SPOSATI, 1998)

Por fim, o fenômeno da globalização possibilitou o desenvolvimento de uma “hierarquia global da mobilidade”, ou seja, criou oportunidades para uma minoria expandir sua consolidada situação de privilégios. A tecnologia é a condutora do poder e da liberdade de agir de forma desencadeada para o capital. Através dela não há uma preocupação direta com as consequências de sua atuação nos locais onde atua. Diferente de outras épocas, os/as proprietários/as não estão lá. (BAUMAN, 1999, p.77)

Nas palavras de Bauman, “os novos hábitos nômades do capital” permitiram tal flexibilidade de ação para o capital que, por vezes, não foi possível entender sua realidade imaterial nas redes eletrônicas, mas “os vestígios locais de sua jornada são dolorosamente palpáveis e reais”. (BAUMAN, 1999, p 82)

Para as mulheres, essa realidade ainda é mais difícil: a opção pelo emprego é difícil e, quando possível, mal remunerada. Além disso, as ditas duplas jornadas condenam a realidade das mulheres, principalmente das pobres, a uma vida difícil, com baixa qualidade de vida.

A ascensão de movimentos que procuram combater este cenário de desigualdades sociais conquista cada vez mais a simpatia de mulheres que procuram alternativas para transformar sua realidade.

A Economia Solidária surge no mundo como possibilidade de transformar as realidades locais através de métodos específicos que valorizam o ser humano, despertam a consciência cidadã e fortalecem laços comunitários, solidários. Sem desmerecer os avanços tecnológicos, a Economia Solidária opta por um caminho diferente na globalização: utilizar seus recursos e possibilidades para o desenvolvimento harmônico da sociedade, especialmente as tecnologias sociais e solidárias, na qual tanto mulheres quanto homens possam trabalhar e viver novas relações sociais, baseadas na igualdade.

CAPÍTULO 2

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: HISTÓRIA, CONCEITO E PRINCÍPIOS

*“Na monumental Porto Alegre,
Já com guarida e val
Veio a Rede de Economia Solidária
Monstrando seu potencial
Brilhando e fazendo história
No Fórum Social Mundial!*

*Ser um consumidor solidário
Por aqui virou mania,
É uma maneira politicamente correta
De lidar com a economia,
Ajudando-se uns aos outros
Aumenta-se nossa fatia!”*

*Trecho da poesia “Economia Solidária”
Odila Schwingel Lange*

Após as reflexões sobre o mundo do trabalho das mulheres, nas quais pudemos verificar a continuidade, desde o século XIX até a globalização, de relações sociais desiguais entre mulheres e homens, analisaremos neste capítulo as alternativas encontradas por elas para a transformação de suas realidades.

Para as mulheres, independente do período histórico, as oportunidades de bons empregos e salários justos foram (e são) menores que para os homens. Tampouco, as atividades domésticas diminuíram ou foram entendidas como responsabilidades de ambos.

Neste sentido, neste capítulo discutimos o surgimento da Economia Solidária enquanto alternativas para a geração de trabalho e renda para grupos excluídos, nos quais a maioria é composta por mulheres.

A Economia Solidária tem como berço as lutas de diversos movimentos sociais. Da década de 1970 a 1990 as lutas e estratégias dos movimentos sociais se diversificaram, mas continuam ativas na busca de respostas e soluções para as desigualdades sociais.

A partir da década de 1990, os movimentos sociais passam a usar o diálogo com o Estado e outras entidades como estratégia de suas ações, configuram-se como novos/as atores/atrizes importantes neste período histórico: as ONG's, que ganham maior visibilidade que os movimentos sociais.

Estes grupos sociais, independentes de sua nomenclatura, constroem propostas para a inclusão social. A Economia Solidária surge no contexto de ampliação e modificações dos métodos de ação de movimentos sociais, caracterizando-se como um novo arranjo social, uma proposta de produzir e consumir que seja paralela, mas ao mesmo tempo ligada, ao sistema capitalista. Seus princípios de igualdade e solidariedade são os alicerces para a construção de uma vida em sociedade na qual todos/as possam participar indistintamente e consumir conscientes de que nossas ações geram consequências para toda a sociedade.

No Brasil apenas a partir de 2002, com a criação no âmbito do governo Lula da Secretaria Nacional de Economia Solidária, os empreendimentos solidários ganham apoio do governo federal e passam a compor o rol de políticas públicas. Neste sentido, recursos diversos do governo são destinados ao apoio, monitoramento e estruturação da Economia Solidária no país, dando subsídios para as experiências municipais e estaduais se desenvolverem.

No entanto, ainda que necessários todos os esforços de governos municipais, estaduais e federal, a identidade da Economia Solidária enquanto movimento social ainda está em construção em diversas regiões do país, como em Dourados-MS.

2.1 Conceitos e princípios da Economia Solidária

A Economia Solidária destaca-se no Brasil como um movimento social em construção e como uma ferramenta capaz de promover alternativas de trabalho e renda no âmbito do próprio sistema capitalista.

Ainda que existam diversidades de empreendimentos solidários e especificidades regionais, que caracterizam as Redes de Economia Solidária no país, de forma geral estas experiências são resultados de ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural com o propósito de resistir à opressão do mercado e permitir a construção de uma conjuntura social alternativa, transformadora, na qual todos/as possam participar equitativamente.

Neste sentido, o surgimento da Economia Solidária é reflexo das lutas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, período em que as pessoas se organizaram em grupos sociais para exigirem direitos e expressarem suas demandas. A atuação destes movimentos trouxe resultados significativos na atualidade. (GOHN, 2003)

Na década de 1970, as discussões dos movimentos sociais eram polarizadas, principalmente, pela corrente marxista, segundo a qual “[...] há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente a missão de transformação histórica – a classe, determinada a partir de sua condição objetiva no processo produtivo.” (SCHERER-WARREN, 2005, p.15) Na década de 1980, quem dá o tom é o/a ator/atriz social em substituição à categoria de classe, que busca a transformação agora não através da tomada revolucionária do poder, mas através de transformações políticas e culturais da sociedade. As múltiplas formas de protestos incluíam, além da luta pela terra e luta pela moradia, a defesa pelos direitos humanos, de gênero, étnicos e ecológicos, dentre outros. A partir da década de 1990, outros/as atores/atrizes sociais aparecem com destaque, como as ONG'S, que surgem de uma transformação dos próprios movimento sociais, organizados agora através de fóruns, associações, grupos de discussão, festivais, grupos de jovens, entre outros, privilegiando uma intercomunicação entre o Estado, a sociedade e as nações. (SCHERER-WARREN, 2005)

No final da década de 1970 e parte da década de 1980, vários movimentos sociais se destacaram por atuarem em oposição ao regime militar no Brasil e em vários países da América Latina. Tornaram-se famosos neste cenário os movimentos de base cristã, sob inspiração da Teologia da Libertação. As estratégias de lutas desses movimentos variavam desde ações concretas como mobilizações, marchas, concentrações, distúrbios à ordem

instituída, atos de desobediência civil, etc, até pressões indiretas, como a simples denúncia e os boicotes. (GOHN, 2003)

No período em referência, a atuação destes movimentos consistia em fazer a crítica à atuação do Estado, mas não se limitavam a isso. Seus objetivos eram também unir as pessoas consideradas excluídas em torno de propósitos comuns. A participação nestes movimentos possibilitava a estas pessoas sentirem-se incluídas em algum tipo de ação de um grupo ativo, mobilizando-se numa militância político-ideológica que visava fortalecer a sociedade para a construção de uma nova realidade social, sem desigualdades e mais democrática. (GOHN, 2003)

Conforme aponta Gohn, os movimentos sociais “[...] têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas.” (GOHN, 2003, p. 15) Desta forma, projetam em seus/as participantes sentimentos de pertencimento social.

Na década de 1990, este cenário sociopolítico muda, pois o inimigo principal – o regime militar – acaba em diversos países. No entanto, apesar de muitos/as pesquisadores/as sinalizarem para uma crise nos movimentos sociais, outros/as como Gohn afirmam que houve uma transformação em suas estratégias de atuação. As experiências do passado têm importância, haja vista criarem uma memória que, quando lembrada, dá sentido às lutas do presente. (GOHN, 2003)

A agenda dos movimentos sociais no período citado permanece com o caráter emancipatório das décadas anteriores, ainda que enfrentem situações adversas de políticas neoliberais que avançaram em razão da globalização. A partir deste período, estes grupos atuam através de redes sociais, locais e regionais, nacionais e internacionais, utilizando novos meios de comunicação e informação, como a internet. Há um declínio das manifestações de ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Por esta razão, muitos/as analistas pensam no enfraquecimento dos movimentos sociais. No entanto, não se pode negar a contribuição da atuação dos movimentos das décadas de 1970 e 1980 que, via demandas e pressões, conquistaram vários direitos sociais, inscritos em leis, como a nova Constituição brasileira de 1988. (GOHN, 2003)

A partir de 1990, os movimentos populares se organizam e fazem a crítica ao Estado e ao neoliberalismo, mas também constroem propostas de transformação. Diferente dos períodos anteriores, nos quais as ações eram ostensivas, na atualidade, os movimentos atuam principalmente em redes, articulam ações coletivas e agem como resistências à exclusão social. Percebemos que estes movimentos não cessaram suas ações, apenas transformaram

suas estratégias de resistências utilizando-se de novas ferramentas disponíveis, como as várias formas de comunicação, hoje mais dinâmicas como a citada internet, porém sem abrir mão do debate aberto acerca de suas necessidades.

É importante também ressaltar que há diferenças entre os movimentos. Nem todos conseguem se utilizar dos avanços tecnológicos para propagar e incentivar suas lutas. Há movimentos restritos ainda ao diálogo direto, ao corpo-a-corpo para conscientizar e convencer as pessoas a unirem-se num propósito comum de transformação social. São pequenos grupos reunidos nos bairros, nas igrejas, nas associações de bairro, clubes de mães, sindicatos, etc. Tais grupos exigem soluções para seus problemas locais, muitas vezes, pontuais, mas conseguem chamar atenção da opinião pública.

Gohn afirma que estes movimentos “constituem e desenvolvem o chamado *empowerment*¹ de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.” (GOHN, 2003, p. 15) As chamadas redes são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada e produzem articulações significativas para os movimentos sociais, pois possuem metas e programas, planejamento estratégico e projetos para pensarem nos interesses dos grupos envolvidos.

Diferente dos períodos anteriores, essas redes sociais dialogam com o Estado na busca de soluções para problemas sociais diversos, através de fóruns, reuniões e debates para implementação de políticas públicas. Vale ressaltar o crescimento das ONG's a partir de 1990 que passaram a ter mais importância e visibilidade que os movimentos sociais. Estas instituições diferem-se daquelas dos anos 1980, visto atuarem em parceria com o poder público e a sociedade, em áreas nas quais a prestação de serviços é carente.

Por fim, os movimentos sociais dos períodos citados acima diferem em seus mecanismos de ação, em suas temáticas e demandas, nos períodos históricos correspondentes, mas tem em comum a busca por soluções, uma vez que as carências socioeconômicas mundiais permanecem. Os anos 1990 apresentam um novo cenário, em que os movimentos criam e desenvolvem estratégias em redes, tecendo parcerias em diversos campos, com o Estado, com as ONG's, os sindicatos, as instituições religiosas, os partidos políticos e com outros os movimentos populares. Assim, incorporaram novas práticas, pois não bastava ficar de costas para o Estado, mas participar das políticas, das decisões e parcerias. Conforme aponta Gohn,

¹ Poder de agir, poder de atuação. No âmbito da Administração, significa a descentralização do poder nas diversas hierarquias de uma organização.

As identidades coletivas dos movimentos populares deixaram alguns elementos de lado, tais como as freqüentes contestações às políticas públicas, mas como eles incorporaram outros elementos, isso possibilitou-lhes sair do nível apenas reivindicatório, para um nível mais operacional, propositivo. (GOHN, 2003, p. 24)

Neste sentido, destacam-se os movimentos concebidos em torno das associações, cooperativas ou outras formas de união dedicadas à valorização do trabalho local, à produção e comercialização de produtos de uso doméstico, alimentícios, como a fabricação caseira de doces, queijos, pães e a reciclagem. Muitos destes grupos de bairros têm o apoio de alguma ONG ou até mesmo Universidades, que demonstram interesse pelas iniciativas populares.

Como exemplo, podemos citar o banco comunitário “Palmas”, de Fortaleza-CE. Este se estruturou mediante a criação, em 2 de fevereiro de 1981, da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, um bairro pobre do município de Fortaleza-CE. Em parceria com diversas entidades, a associação procurou resolver os problemas do bairro, exigindo soluções da Prefeitura, através da mobilização dos/as moradores/as para construção de escolas, creches, postos de saúde, distribuição de água tratada e funcionamento da rede de esgoto na região. Após anos de lutas e a consolidação de muitas de suas demandas, este movimento popular do bairro ampliou suas ações e criou em 20 de janeiro de 1998 o Banco Palmas. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003)

Tal banco funciona como intermediador do desenvolvimento local e foi idealizado para além do simples ato de concessão do micro-crédito. Seus/as organizadores/as visam à capacitação e o empoderamento dos/as moradores/as, despertando a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração enquanto estratégia de um modelo de desenvolvimento justo e sustentável. Dentre suas ações, estão os instrumentos de crédito, produção, comercialização e consumo, na perspectiva de remontar localmente as cadeias produtivas, oportunizando trabalho e renda para os/as moradores/as. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003)

Mas além de contribuir com o comércio local, o Banco Palmas utiliza-se de programas de rádio do bairro e assembleias de sócios para divulgar suas ações e mobilizar as pessoas para a constituição de uma rede local de Economia Solidária. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003)

Desta maneira, o surgimento deste banco é fruto de iniciativa popular, dos/as moradores/as do bairro, que viviam em situação precária, independente de políticas públicas para sua concretização. Este modelo comunitário caracteriza-se como uma transformação das ações dos movimentos sociais dos anos 1980 para os anos 1990, pois nasce das lutas para, na

atualidade, sobreviver através da negociação, do planejamento e também do estabelecimento de metas, da formalização de estratégias. Este se utiliza de parcerias como instrumento para atendimento de suas carências.

Ações locais, como, por exemplo, do Banco Palmas, integram as redes sociais de mobilização, criadoras de um novo tipo de movimento social, com novas práticas. Neste, seus/as militantes buscam qualificação, conhecimento sobre a política e a máquina estatal e há novas relações com diferentes atores/atrizes sociais próprios deste período. Verificamos que o conceito de participação cidadã se amplia, não se restringindo ao direito ao voto, mas ao direito à vida digna, fundado em valores éticos. Há um projeto emancipatório nestes movimentos para a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais, na qual se busca a igualdade, mas se respeita a diversidade cultural.

Neste início de século XXI, por um lado, outros movimentos sociais, como as diversas formas de cooperativismo, bem como de associativismo, têm como caráter ideológico a crítica ao neoliberalismo, às relações de trabalho, à exclusão social, à desigualdade de gêneros, entre outros. Por outro, defendem a democracia, a geração de trabalho e renda, como também uma sociedade mais justa e igualitária dentro do conceito de Economia Solidária.

O conceito de Economia Solidária se consolidou no Brasil na década de 1990, fruto desse processo histórico dos movimentos sociais. Muitos/as autores/as utilizam outros termos além de Economia Solidária, como: Socioeconomia Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia de Comunhão, Economia Social, Autogestão Operária. Tais autores/as definirão as práticas alternativas de sobrevivência no âmbito da diversidade movimentos populares.

Em especial, destacamos a terminologia Economia Popular utilizada por muitos/as pesquisadores/as para definir a Economia Solidária. No entanto, Economia Popular refere-se a uma “estratégia de sobrevivência” utilizada por grupos para a geração de trabalho e renda. Neste sentido, segmentos de atividades informais, ilegais e pequenos delitos se enquadram nesta definição, haja vista que encontram qualquer tipo de mecanismo que possibilitará suprir suas necessidades básicas e imediatas.

A Economia Solidária se diferencia da Economia Popular por estar associada às práticas de produção, consumo, comercialização e serviço. Além disso, propõe-se em combater o sistema capitalista, ao valorizar o trabalho, alertar a sociedade sobre o que é o consumo consciente, e vai além, demonstra, que laços de solidariedade podem unir a

sociedade para o bem comum de todos/as. De acordo com Buzzatti, o que diferencia uma da outra é que

A Economia Popular é distinta da Economia Solidária, mesmo que possam interagir sobre si próprias. Há, como visto, ações de economia popular que não são solidárias, como aquelas, onde a busca de solução dos problemas é no plano individual. Da mesma forma, a Economia Solidária pode ser representada por ações de origem não-popular, como organizações religiosas e as não-governamentais (ONGs) que desenvolvem atividades de apoio e financiamento aos empreendimentos. (BUZZATTI, 2007, p. 23)

Percebemos que algumas Redes de Economia Solidária, nascidas da iniciativa de instituições religiosas, ONG's ou até mesmo da administração pública, não possuem a característica de “popular” por não surgirem da iniciativa do povo, ainda que suas ações sejam direcionadas a ele.

Entretanto, para Lechat, o que hoje denominamos Economia Solidária ficou por décadas imerso na literatura científica como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. A autora afirma que no Brasil a Economia Solidária somente tornou-se uma problemática a partir de seu desenvolvimento enquanto setor próprio e digno de interesse específico, principalmente para as pesquisas acadêmicas. Ressalta também que a polêmica a respeito do atributo popular à economia solidária ainda existe e que as discussões de ordem teórica-política-ideológica sobre o assunto são recentes e precisam ser aprofundadas. (LECHAT, 2002)

Outros/as pesquisadores/as apontam contradições entre os termos “economia” e “solidariedade”, quando são utilizados juntos. Apesar da ideologia capitalista que cerca o termo economia, esta se refere a uma organização social, “[...] do produzir e distribuir o necessário à sociedade de seu tempo e espaço como também na sustentabilidade das gerações futuras.” (BUZZATTI, 2007, p. 24) Ou seja, teoricamente vai além da busca pelo lucro. Os termos “solidária ou solidário” são utilizados próximos ao termo economia para referir-se aos empreendimentos integrados em um sistema coletivo, de valores humanos. “Não a solidariedade da esmola, mas do trabalho conjunto e da repartição eqüitativa dos resultados, do servir à sociedade, sem exploração, sem acumulação privada.” (BUZZATTI, 2007, p. 24)

Conforme aponta Nunes, as diversas alternativas para o combate à marginalização social ganharam denominações diversas ao longo da história.

Dentre tais práticas, algumas têm anseios semelhantes, embora tenham recebido diferentes nomeações em seus específicos processos históricos,

dentre os quais: economia do feminino criador, economia social, economia solidária, economias dos setores populares, economia popular, economia da solidariedade, humano-economia, socioeconomia solidária. (NUNES, 2005, p.12)

Entretanto, estas novas alternativas de economia não pretendem substituir o sistema econômico dominante, mas objetivam propor soluções, isto é, ainda que desenvolvidas no âmbito do mercado capitalista, possibilitem transformações graduais em direções não-capitalistas e criam caminhos de solidariedade no seio do próprio capitalismo. (SINGER, 2002) De acordo com Singer, isto significa que

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (SINGER, 2002, p. 86)

Singer ressalta que alternativas como a Economia Solidária não possuem um caráter revolucionário no sentido de se substituir um poder por outro. A finalidade desse tipo de alternativa é possibilitar uma nova maneira de se viver dentro do sistema capitalista, de modo que as pessoas possam ter uma vida digna e compartilhar de novos valores. Assim, estas podem redescobrir outros sentidos e necessidades a serem supridas que não se prendam tanto ao capital.

Dowbor afirma que o capitalismo como sistema é um bom organizador macro-econômico da produção, mas é péssimo distribuidor, e um empregador cada vez mais precário. Em suas palavras, “[...] um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, simplesmente não é suficiente.” (DOWBOR, 1999, p. 5) No entanto, as discussões em torno da eficácia do setor privado bem como da centralidade de decisões por parte do Estado apesar de importantes devem ampliar seus horizontes teóricos e partir para uma revisão profunda dos nossos paradigmas de como a sociedade se gere. Segundo Dowbor, “[...] ainda estamos impregnados da visão de que a empresa só se interessa pelo lucro e será, portanto, inacessível a uma visão social ou ambiental, de que organizar a participação da sociedade civil é apenas uma forma de desresponsabilizar o Estado e assim por diante.” (DOWBOR, 1999, p. 13)

Neste sentido, as alternativas para a geração de trabalho e renda envolvem uma preocupação em se articularem com diversos setores da sociedade, como a academia, os

sindicatos, os/as representantes comunitários/as, as indústrias, as empresas, as organizações não-governamentais e a administração pública, no sentido de propor, com a sociedade civil, uma participação equilibrada nas decisões políticas e sociais. Há uma proposta de repensar a distribuição de riquezas, os impactos sociais, ambientais e econômicos dos diversos processos, e tratar as pessoas como cidadãos e cidadãs à procura de novas soluções e não apenas vítimas de um processo excludente. (DOWBOR, 1999)

As mudanças nas formas de se pensar e viver a sociedade são pequenas e lentas, porém não devem ser subestimadas. À medida que se concretizam tornam-se profundas, pois são resultados positivos de transformação de toda uma cultura política.

Desta forma, alternativas, como a Economia Solidária, não se compõem apenas de ações para possibilitar uma sobrevivência, mas uma vivência completa que congrega além de um bem-estar econômico um bem-estar humano.

Em sua proposta de emancipação das pessoas, não se enquadra – nas palavras de Dowbor – “ [...] a visão de uma política social de primeira dama, com chazinhos de caridade ”, muito recentes ainda e que permeiam grande parte da nossa sociedade. (DOWBOR, 1999, p.14) As alternativas como as Redes de Economia Solidária querem construir novos espaços em termos políticos, econômicos e administrativos. Preocupam-se com a dimensão humana do próprio desenvolvimento da sociedade e não apenas com o lucro oriundo de suas atividades. Através de diálogos nas instâncias municipais, buscam impetrar políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento local, via apoio aos empreendimentos solidários.

Apesar dos embates e dificuldades constantes no diálogo com o poder público e demais parceiros/as, os grupos sociais da Economia Solidária buscam articular o social, o econômico e o político em suas demandas, visando beneficiar o desenvolvimento local, por meio da participação cidadã de seus/as membros/as.

As Redes de Economia Solidária funcionam como integradoras de grupos de consumidores/as, produtores/as, prestadores/as de serviços que coletivamente trabalham em uma mesma organização, visando contribuir com o crescimento de todos/as e não primam pelo lucro individual de cada empreendimento. Uma rede pode ser formada por um bairro, uma região ou até por um país inteiro. Nesta rede, os/as participantes se propõem a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria Rede, movimentando-a para garantir trabalho e renda a todas as pessoas que participam dos empreendimentos solidários.

A Economia Solidária, ao primar pela igualdade, cooperação e solidariedade em seus princípios, aproxima-se realmente de uma transformação social importante tanto para as

mulheres quanto para outros grupos em condição de marginalização, como gays, lésbicas, transexuais, bissexuais e travestis. Assim, promove possíveis rupturas com elementos que sustentam o sistema capitalista, como o capital e a moral conservadora. Infelizmente, a participação em Redes de Economia Solidária é difícil, tendo em vista que o preconceito resiste ainda que todos/as os/as empreendedores/as solidários/as saibam teoricamente os princípios de solidariedade e igualdade propostos pela Economia Solidária.

Sobre os princípios da Economia Solidária, redigiu-se uma “Carta de princípios da Economia Solidária”² na III Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2003. Observamos no documento que “[...] o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade” é um dos principais objetivos da Economia Solidária. No entanto, o cotidiano nos empreendimentos solidários demonstra a dificuldade das pessoas em apreenderem este princípio, pois este deve ser vivenciado também nas relações familiares e não somente no âmbito do trabalho. Nesse sentido, presenciamos defensores/as da Economia Solidária que, no campo doméstico, mantêm relações hierárquicas, uma vez que não dividem as funções domésticas tal como fariam dentro dos empreendimentos e não se compreendem de forma igual dentro do lar.

Singer afirma que as lutas emancipatórias ao longo da história contribuíram para a transformação deste cenário de relações sociais hierárquicas. No entanto, a maioria das pessoas ainda não se conscientizou da importância de decisões democráticas e atitudes questionadoras de sua condição social. O autor ainda cita a revolução feminina, que contribuiu para o questionamento e não aceitação do autoritarismo e repressão sexual e para a adoção de relações sociais igualitárias.

As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias. O sufrágio universal, que vige em muito países, possibilitou a prática da democracia política, que de certo modo inverte a relação de poder (ao menos formal) entre governo ou autoridade pública e cidadãos. São estes que escolhem e remuneram aqueles, portanto é a sua vontade que deve prevalecer. A grande massa de cidadãos ainda não se conscientizou disso, mas quanto mais eleições se realizam, mais as campanhas eleitorais vão educando os eleitores, muitos dos quais vão adotando atitudes questionadoras e críticas em relação aos governantes. Além da democracia política, outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual, correlata da primeira, que está acabando com a repressão sexual dos adolescentes e sobretudo das mulheres (adolescentes ou não). (SINGER, 2002, p. 22)

² Cf. Anexo A

A Economia Solidária pode ser considerada uma ferramenta transformadora, tendo em vista que tenta, através de suas ações, desconstruir os ideais de competição, lucro e opressão, que sempre colocam o mercado acima do ser humano. Com o advento da globalização, esta crise social se agrava, jogando milhões de trabalhadores/as no desemprego, dilapidando o meio-ambiente e remunerando mais os/as especuladores/as que os/as produtores/as.

Santos afirma que o desenvolvimento alternativo, como o proposto pela Economia Solidária, possibilita a inclusão plena das pessoas marginalizadas na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento econômico pois rompe com os paradigmas imperativos econômicos, que impõem tudo de “cima para baixo”.

O caráter coletivo do desenvolvimento de baixo para cima gera um processo de construção de poder comunitário que pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização. (SANTOS, 2002, p. 47)

Nesse sentido, a Economia Solidária além de proporcionar um novo modelo de convivência em sociedade, é um movimento de resistência. Composto em sua maioria por mulheres, traz reflexos da luta feminina por igualdade social. Muitas mulheres encontram na Economia Solidária oportunidade de emancipação, além de aprenderem a trabalhar coletivamente, a tomarem decisões, a decidirem sobre seus gastos e o que podem fazer com sua renda, e ainda podem dividir suas frustrações e esperanças. Nas Redes de Economia Solidária, muitas mulheres encontram uma nova vida, ainda que as relações de gênero no âmbito familiar permaneçam desiguais.

A Economia Solidária incorpora em sua proposta o combate à discriminação de gênero, luta oriunda de movimentos feministas e das mulheres. Suas reivindicações são pela equidade e democracia. A vivência dos princípios da Economia Solidária é uma proposta inovadora e requer a desconstrução do instituído, de valores conservadores. Este é o desafio que caracteriza a Economia Solidária como um movimento de resistência. (OLIVEIRA, 2004)

No entanto, o processo de absorção dos princípios da Economia Solidária é lento, pois propõe um refazer nos ensinamentos do que é ser mulher. Muitas mulheres e homens aprendem ao longo da vida que o papel feminino na sociedade é secundário, sendo a posição da mulher subalterna a do homem. Por isso, há dificuldades em entender o significado da equidade nos empreendimentos solidários e, principalmente, viver de acordo com os princípios de igualdade propostos pela Economia Solidária.

Neste sentido, há que se refletir sobre os objetivos da Economia Solidária, indo além das contradições entre capital e trabalho. Mance afirma que o objetivo principal da Economia Solidária é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico, de maneira que cada pessoa possua as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. (MANCE, 2008) Contudo, o autor não faz referência à necessidade de se repensar as relações de gênero para efetivamente vivermos a liberdade.

Agrego que, em sentido geral, pode-se dizer que o objetivo principal da economia solidária é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade, de forma ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, pelo exercício pleno da democracia na esfera econômica. Sob a perspectiva histórica, podemos afirmar que, expandindo-se estrategicamente em redes colaborativas, a economia solidária tende se converter em um novo modo econômico de produção, suprimindo sistematicamente a contradição entre capital e trabalho, posto que na economia solidária não há patrões ou empregados e que os trabalhadores são os proprietários das fábricas ou empresas em que atuam, decidindo, democrática e auto-gestionariamente, tudo o que a elas se refira ou que diga respeito às redes colaborativas de que façam parte. (MANCE, 2008, p. 112)

Os princípios da Economia Solidária envolvem a transformação de homens e mulheres em cidadãos/ãs conscientes de seu lugar na história, na qual todas as pessoas possam participar indistintamente. Desta forma, as Redes de Economia Solidária propiciam um lugar fértil para a construção de ideais sociais que permitem um lugar igualitário para todos os gêneros.

2.2 Breve histórico do surgimento da Economia Solidária no mundo

Ao fazermos uma leitura histórica acerca do surgimento da Economia Solidária, descobrimos que este modelo econômico não é um modelo brasileiro e muito menos um modelo recente. Surge como uma reação ao capitalismo industrial na Grã-Bretanha do século XIX. Tem seu desenvolvimento diretamente ligado à expansão das cooperativas que, conforme aponta Paul Singer, surgem em razão da vida precária da classe operária inglesa do século XIX.

A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do

capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (SINGER, 2002, p.83)

No site do Ministério do Trabalho e Emprego, também há uma referência às origens da Economia Solidária:

A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurgiu no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.³

Nascimento trata a Economia Solidária como um “ressurgir do cooperativismo” enquanto resposta à exclusão social causada pelo neoliberalismo. Este ressurgimento é um repensar sobre as condições de trabalhadoras e trabalhadores no mundo do trabalho.

É nesta conceituação que Singer fala do ‘ressurgir do cooperativismo’ e do que ‘genericamente’ se chama ‘economia solidária’ como resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado (19). Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes às ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária formada por unidades produtivas autogestionárias.⁴

Ainda sobre o aspecto histórico da Economia Solidária, Singer evidencia que este modelo de economia social é uma crítica ao capitalismo, na qual se construiu ideia de que trabalhadores/as associados/as poderiam organizar-se em empresas autenticamente auto-

³ Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp. Acesso em 11/01/2010.

⁴ NASCIMENTO, Cláudio. Do beco dos sapos aos canaviais de Catende. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf. Acesso em 16/03/2010.

gestonárias e desafiar assim, a prevalência das relações capitalistas de produção. (SINGER, 2002) É nesta perspectiva que Lefebvre define a autogestão: “É a abertura ao possível.”⁵

A autogestão é o elemento unificador das experiências de cooperativas do século XIX e das experiências de empreendimentos solidários da atualidade. Nascimento utiliza as reflexões de Lefebvre para falar sobre a autogestão. Esta nasce dos pontos frágeis da sociedade, ou seja, nos espaços vazios, nos quais o Estado deveria agir em prol da sociedade e não o faz. Desta forma, os grupos sociais respondem a essa omissão do Estado formando suas associações, cooperativas e demais formas coletivas de trabalho.

O filósofo Henri Lefebvre tentou sistematizar os ‘problemas teóricos da autogestão’. Suas idéias são estimulantes e importantes na perspectiva de tentarmos situar em um quadro teórico as experiências históricas. A experiência social (prática social) mostra que as associações de autogestão surgem nos ‘pontos frágeis’ da sociedade existente. Toda sociedade tem seus ‘pontos fortes’ que, no conjunto, formam a armadura, a estrutura da sociedade. O Estado repousa sobre estes ‘pontos fortes’. A política estatal tem por tarefa soldar as possíveis fissuras. Em volta destes espaços reforçados nada acontece. Todavia, entre estes ‘pontos fortes’, consolidados pelo Estado, encontram-se as ‘áreas frágeis’ e as lacunas. É aí que ocorrem fatos novos. As forças sociais intervêm nestas lacunas, as ocupam, as transformam em ‘pontos fortes’, ou, ao contrário, em ‘outra coisa’. Os ‘pontos frágeis’, os vazios, só se revelam na prática ou nas iniciativas de indivíduos capazes ou às pesquisas de grupos capazes de agir. Os ‘pontos frágeis’ podem resultar de um ‘abalo’ ou de uma ‘desestruturação’ do conjunto.⁶

Assim, a Economia Solidária desenvolve-se como “outra coisa”, ou melhor, busca o reconhecimento e amparo do Estado para se consolidar como “ponto forte”, pois já não é apenas o resultado de uma desestruturação social. Ela agora se expande e seu significativo crescimento e sua resistência às diversas crises econômicas, desde o século XVIII até nossos dias, demonstram a seriedade de suas propostas, e indo além prova que “um outro mundo é possível”.

Neste sentido, o crescente questionamento sobre a influência da globalização no mundo do trabalho resultou não somente em protestos e reflexões sobre o assunto, mas em ações que visam fundamentalmente promover uma alternativa à vida imposta pelo sistema capitalista. Dessa maneira, a Economia Solidária nasce e cresce continuamente como outra realidade no mundo do trabalho, decorrente de constantes transformações de ordem

⁵ NASCIMENTO, Cláudio. Do beco dos sapos aos canaviais de Catende. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf. Acesso em 16/03/2010.

⁶ *Ibidem*.

econômica e social. Esta se compõe basicamente de iniciativas provocadas pela necessidade de trabalhadores/as buscarem alternativas de geração de trabalho e renda, de forma digna e sustentável, em meio às crises do próprio sistema capitalista.

Esta iniciativa de buscar outro modelo de vida emerge por parte de trabalhadores/as cansados/as de exploração e exclusão social. A Economia Solidária mostra-se como um caminho para a construção de uma vida livre das amarras do neoliberalismo que, em meio às suas crises, descarta primeiramente o ser humano, principalmente a mão-de-obra feminina, gerando um número crescente de desempregos. Mas a Economia Solidária resiste. Por isso, em meio às crises do sistema capitalista, os resultados das ações das Redes de Economia Solidária são satisfatórios e comprovam que um modelo econômico alternativo, que privilegie a vida em oposição ao mercado, pode se sustentar e suprir as necessidades daqueles/as.

Nesse sentido, Mance salienta que

Neste contexto, enquanto o capitalismo experimenta uma das suas mais importantes crises ao longo dos últimos cem anos, senão a maior de sua história – tendo-se em conta a magnitude dos valores envolvidos -, setores expressivos da economia solidária, organizados em redes colaborativas, continuam a crescer. Criativamente continuam a desenvolver estratégias e tecnologias sociais que lhes permitem progredir sustentavelmente e tratar essas fendas sistêmicas como oportunidades para a expansão de novas estruturas econômicas, ecologicamente sustentáveis e socialmente justas. (MANCE, 2008, p. 9)

Assim como nos diversos movimentos sociais, as pessoas que compõem a Economia Solidária buscam alternativas à exclusão social. Desta forma, encontramos, neste modelo econômico alternativo, pessoas organizadas coletivamente em atividades ligadas à prestação de serviço, bem como produção e comercialização de diversos produtos, em busca por emancipação.

Trabalhadores/as, ao longo da história, constituíram grupos responsáveis pela implementação de muitos direitos hoje consagrados. Desde o surgimento das fábricas e das mudanças no estilo de vida das famílias trabalhadoras, há conflitos entre o lucro (ou enriquecimento das donas e donos de indústrias) e a exploração da mão-de-obra dos/as trabalhadores/as (inclusive crianças).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, principalmente na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, há um crescente descontentamento com as transformações no modo de vida de trabalhadores/as que se reflete nos conflitos nas fábricas e

na busca por alternativas para a sobrevivência. A Economia Solidária nasce neste contexto. Singer, ao historicizar a Economia Solidária, afirma que:

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa dos camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. (SINGER, 2002, p. 24)

Este cenário desfavorável para a vivência de uma vida digna por parte dos/as trabalhadores/as fez com que grupos nas fábricas refletissem sobre sua condição subumana. Neste contexto, muitas mulheres uniram-se na luta contra a exploração de sua mão-de-obra e a de suas crianças, reivindicando melhores condições de trabalho e salários. Estas lutas, ainda que invisíveis a quem não quer ver, continuam desde a era do capitalismo industrial até nos dias atuais, com o advento da globalização.

Para as mulheres, as alternativas para a geração de trabalho e renda, como proporciona a Economia Solidária, têm significado não apenas uma possibilidade de sobrevivência em meio à exclusão social, mas incentiva o cultivo de valores importantes para a construção (ou reconstrução) de suas vidas, tais como autoestima, criticidade, valorização de sua identidade, respeito às diferenças e combate às desigualdades, principalmente as de gênero.

Isto ocorre, porque em meio aos avanços prometidos pela globalização, alguns conceitos patriarcais responsáveis pela permanência das mulheres em desvantagem em relação aos homens, não se modificaram. Ao contrário, permanecem e se fortalecem como elemento fundamental para a manutenção de um sistema desigual em âmbito mundial.

No entanto, a maioria das obras que discutem a importância da Economia Solidária não consegue aprofundar a temática de gênero. As relações de gênero merecem uma atenção redobrada quando falamos em igualdade, pois se não permitirmos que a igualdade na administração dos empreendimentos solidários se estenda às relações familiares, à distribuição das tarefas domésticas, à divisão igualitária dos cuidados com filhas e filhos, haverá uma crescente dificuldade em vivermos plenamente o que a Economia Solidária nos propõe, como por exemplo, igualdade e solidariedade. Desta forma, os debates sobre relações de gênero devem ser tão primordiais quanto as discussões sobre renda e trabalho.

Conforme aponta Gaiger, a preocupação das pesquisas e obras sobre a Economia Solidária é demonstrar, analisar e compreender o aspecto alternativo para a geração de trabalho e renda enquanto diferencial do sistema capitalista.

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. (GAIGER, 2002, p. 18)

Ainda que este aspecto seja relevante, a literatura sobre a Economia Solidária carece de reflexões sobre as relações de gênero no interior dos empreendimentos solidários. Há necessidade de aprofundamento sobre a articulação dos princípios da Economia Solidária com outros conceitos, principalmente o de gênero, como também de atentar para a apreensão desses princípios pelos/as sujeitos/as sociais envolvidos no processo, como esses os vivenciam e os aplicam nas relações sociais e, principalmente, nas relações entre mulheres e homens que compõem as redes solidárias.

No contexto atual, não há dúvidas a respeito do quanto as Redes de Economia Solidária têm crescido no Brasil e no mundo, ainda que com dificuldades. Gaiger explica que este fenômeno tem se apresentado como oportunidade para a expansão de uma nova estrutura econômica, colaborativa e socialmente justa.

O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década (Laville, 1994). Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência. (GAIGER, 2002, p. 18)

Relacionando a citação de Gaiger com as reflexões de Singer, podemos definir a Economia Solidária como uma proposta integradora de valores comunitários e um eficiente mecanismo para a sobrevivência de forma digna, permeada de valores e conceitos opostos ao modo de vida que o sistema capitalista impõe. Nesse sentido, a Economia Solidária busca

agregar as pessoas, fortalecer a construção de uma sociedade na qual todas as pessoas possam ser vistas de forma igualitária, independente de sua renda ou do que possuem, mas simplesmente por serem cidadãos/ãs.

2.3 A Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a Economia Solidária possui profundas raízes nos movimentos sociais. É importante ressaltar que esta não é apenas um fenômeno econômico resultante das condições e tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro. Ela também é resultado do acúmulo do movimento popular dos anos 1970 e 1980, e possui características dos novos movimentos sociais, nascidos na década de 1990. Desta forma, podemos dizer que as Redes de Economia Solidária espalhadas pelo Brasil buscam construir uma identidade de movimento social ao mesmo tempo em que se afirmam como fenômeno econômico relevante nas localidades em que se situam. (CRUZ, 2002)

As Redes de Economia Solidária no Brasil abrangem uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, etc, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias e trocas.

Contudo, Lechat resalta que ainda não temos condições de representar adequadamente este setor em razão de sua diversidade. A Economia Solidária é composta por setores qualitativamente distintos e diversos, como o setor da economia familiar, as associações de trabalhadores/as, o setor de micronegócios ou de prestação de serviços. Existem desde setores organizados sob a forma de microempresas, bem amparados e organizados, até as prestadoras de serviços que sobrevivem com pouco capital, mas com a solidariedade entre seus membros, fator que a qualifica. (LECHAT, 2002)

É esta característica de solidariedade entre as pessoas, do compromisso com a sociedade e o meio-ambiente que une atualmente as Redes de Economia Solidária, fazendo da diversidade de seus empreendimentos sua riqueza.

Singer afirma que

A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do respeito próprio e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo o esforço investido na economia solidária. É por tudo isso que

ela desperta entusiasmo. (SINGER, 2002, p. 127)

As ações de Economia Solidária no Brasil vêm sendo estimuladas mediante as atuações de organizações do Terceiro Setor, como as ONG's, as OSCIP'S, os movimentos sociais, as igrejas, como também as incubadoras desenvolvidas dentro de universidades. Estes agentes apoiam a Economia Solidária através de consultorias, comercialização, divulgação, entre outras atividades. A principal contribuição destes ocorre na formação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, eventos para reflexões sobre o tema, tais como seminários, encontros, e ainda o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão na área. (SINGER, 2005)

As primeiras referências à Economia Solidária na literatura brasileira ocorreram na década de 1990. Em 1993, o livro organizado por Gadotti denominado “Economia de solidariedade e organização popular” traz uma primeira definição de Razeto, pesquisador chileno, do que hoje chamamos Economia Solidária. Para o pesquisador, Economia Solidária é conjunto de experiências econômicas que compartilham traços de solidariedade, cooperação e mutualismo, diferente de outras racionalidades econômicas. (LECHAT, 2002)

Para Lechat, apenas em 1995 os/as brasileiros/as escrevem sobre economia solidária referindo-se a ela desta maneira. Todavia, desde 1993 a proposta de *autogestão* já era temática de pesquisas e discussões. Em agosto deste ano o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS e outras entidades organizaram o “I Seminário sobre Autogestão” em Criciúma-SC. Em 1994 estas mesmas instituições realizaram em Porto Alegre-RS outro seminário denominado “Autogestão: realização de um sonho.” (LECHAT, 2002)

Neste período, ocorrem alguns eventos importantes que marcam a construção de um pensamento e movimento social em torno da Economia Solidária no Brasil. Lechat apresenta alguns dos principais como o “7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia”, em que uma mesa redonda discutiu “Formas de combate e de resistência à pobreza”, realizado em setembro de 1995. No evento, foram apresentados trabalhos organizados por Luiz Inácio Gaiger e publicados como livro em 1996. Em sua pesquisa, Gaiger analisa os projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira e os denomina como *empreendimentos solidários*, classificando-os como experiências promissoras, inovadoras, viáveis para a economia popular e seguidoras de princípios de solidariedade e cooperação econômica, apoiadas na vivência comunitária. (LECHAT, 2002)

Outro evento o “III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG,” realizado em São Paulo nos

dias 30 e 31 de maio de 1996. Neste evento não se utilizou o termo *Economia Solidária* mas no livro do encontro, Paul Singer escreve no prefácio que, no bojo da crise do trabalho, a Economia Solidária surge como solução, resultado da vontade de lutar, disposição ao sacrifício e solidariedade. Lechat afirma que Singer já havia formulado esta proposta publicamente em artigo publicado na Folha de São Paulo em julho de 1996, intitulado “Economia Solidária contra o desemprego”. A autora ainda faz uma nota dizendo que a proposta era de Paul Singer, mas foi Aloísio Mercadante que a batizou com o nome de Economia Solidária. Esta constava também no programa de governo do Partido dos Trabalhadores, por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo, no período citado. (LECHAT, 2002)

Ainda no ano de 1996 a Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus Marília, forma o primeiro grupo de professores/as pesquisadores/as sobre a temática *Economia Solidária*, denominado “Organizações e Democracia”, organizado por Cândido Vieitez e Neuza Dal Ri. Em junho de 1996 este grupo de pesquisa realiza o “1º Simpósio Nacional Universidade-Empresa sobre Autogestão e Participação”, que originou a primeira publicação do grupo sobre suas pesquisas. Em novembro de 1998 o grupo realiza o 2º Simpósio de mesmo nome do anterior. Nestes eventos participaram representantes de empresas autogeridas, cooperativas e entidades diversas tais como a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB e a ANTEAG. A partir do 2º Simpósio, o professor Singer uniu-se ao grupo de pesquisas e estudos da UNESP. (LECHAT, 2002)

Em dezembro de 1996 o Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social prepara a “Conferência sobre Globalização e Cidadania”, na qual o pesquisador Marcos Arruda apresentou o texto “Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa”. Neste artigo o pesquisador defende o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para o desenvolvimento social que privilegie a diversidade do local e do nacional para a reconstrução do global. (LECHAT, 2002)

De 01 a 06 de dezembro de 1997, na cidade de Bertioga-SP, o PACS realizou o “Encontro Internacional da Aliança para um Mundo Responsável e Unido”, no qual aproximadamente duzentas pessoas, representando cerca de cinquenta países, redigiram a “Mensagem de São Paulo (da Aliança para um Mundo Responsável e Solidário)” em que

estabeleceram os meios e objetivos para uma “[...] ação coletiva e coerente que no presente reverta em um futuro benéfico para todos os povos e para o próprio planeta.”⁷

Também no ano de 1997 a Fundação Unitrabalho criou um grupo de pesquisas sobre Economia Solidária, coordenado pelos professores Cândido Vieitez da UNESP, Paul Singer da USP e Newton Brian da UNICAMP. Vários pesquisadores de outras universidades foram convidados para compor o grupo. Após vários eventos e seminários o grupo propõe um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado “Economia Solidária e Autogestionária” tendo em vista a amplitude desta realidade no Brasil. (LECHAT, 2002)

Em 1998 a terminologia *socioeconomia solidária* torna-se mais freqüente como consequência dos estudos sobre o assunto, tanto por parte da acadêmica quanto das entidades envolvidas na construção de uma proposta de economia solidária. Como resultado deste quadro o PACS criou o “Canteiro de Socioeconomia Solidária” que promoveu diversos eventos, dentre eles o “Encontro de Cultura e Socioeconomia Solidária” realizado em de 11 a 18 de junho de 2000, em Mendes, Rio de Janeiro. Tal acontecimento surgiu como efeito de diversos encontros internacionais sobre autogestão e economia solidária ocorridos entre os anos de 1988 e 1998. A magnitude do encontro revela-se com a consolidação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – RBSES. No site da RBSES, Mance afirma o que segue:

Constituída em junho de 2000 no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária realizado em Mendes, no RJ, com organizações de economia solidária das diversas regiões do país, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária-RBSES é um bloco histórico em formação, confrontando o sistema e a globalização capitalista, tendo um projeto de construção, de baixo para cima, da socioeconomia solidária, afirmando os valores do trabalho emancipado, propriedade e gestão cooperativas dos meios de produzir as riquezas e reproduzir a vida, a constituição de sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social e o combate toda forma de opressão e exploração econômica, política e cultural. A RBSES não disputa a representação deste bloco histórico, sendo simplesmente uma parte dele, interligada de forma colaborativa e mesmo confrontativa com outras partes deste mesmo bloco.⁸

Em 1999 a Universidade Católica de Salvador reuniu em um Seminário intitulado “Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia” os grupos de pesquisas já citados dentre outras universidades e entidades com a finalidade de debaterem os entendimentos teóricos que tais pesquisadores/as construíram ao longo de suas trajetórias. As

⁷ Texto integral disponível em <http://www.socioeco.org/text/saopaulo.html>. Acesso em 20/07/2010.

⁸ MANCE, Euclides. **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária** - Objetivos e Estratégia: uma apresentação sintética. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/rbses2.htm>. Acesso em 20/07/2010.

divergências e especificidades apontadas durante o seminário tornaram-no ainda mais profícuo e resultou em um livro intitulado com o mesmo nome do evento. (LECHAT, 2002)

Muitas universidades têm se interessado cada vez mais pela temática de Economia Solidária. Após este breve processo histórico do crescimento do tema na academia, é importante ressaltar que atualmente há uma gama de pesquisadores/as responsáveis por uma produção acadêmica rica no Brasil sobre Economia Solidária, que dialogam e trabalham continuamente com as demais entidades apoiadoras de diversos modelos de grupos solidários.

Destacamos por fim a criação em 1995 da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, a partir dos pedidos para a formação de cooperativas de trabalho tomaram a iniciativa de criar um modelo que mais tarde resultaria numa expansão de incubadoras no Brasil e na criação em 1999 da Rede Universitária das Incubadoras. (LECHAT, 2002)

De acordo com o site oficial da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, seu objetivo principal e finalidade são “[...] desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos.”

Até o presente ano, 2010, fazem parte da Rede Universitária as seguintes instituições de ensino superior ⁹:

Centro Federal de Educação Tecnológica/BA - CEFET/BA; Centro Federal de Educação Tecnológica/RJ - CEFET/RJ; Centro Universitário Cerrado - Patrocínio – UNICERP; Centro Universitário Feevale – FEEVALE; Centro Universitário La Salle – UNILASALLE; Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE; Fundação Getúlio Vargas/SP- FGV; Fundação Santo André – FSA; Fundação Universidade de Rio Grande – FURG; Universidade Católica de Salvador – UCSAL; Universidade Católica de Pelotas – UCPEL; Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ; Universidade de São Paulo – USP; Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC; Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS; Universidade Estadual da Bahia – UNEB; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Universidade Estadual de São Paulo – UNESP; **Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD;** Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI; Universidade Federal de Juíz de Fora – UFJF; Universidade Federal de Lavras – UFLA; Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ; Universidade Federal de Viçosa – UFV; Universidade Federal do

⁹ Destacamos neste trabalho as três universidades públicas de Mato Grosso do Sul.

Espírito Santo – UFES; **Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS**; Universidade Federal do Paraná – UFPR; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Universidade Federal do Tocantins – UFT; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPe; Universidade Regional de Blumenau – FURB; Universidade Regional do Nordeste do Estado do RS – UNIJUI; Universidade Salvador – UNIFACS.¹⁰

Infelizmente não há espaço para citarmos tantos/as autores/as importantes e tantas pesquisas que foram e são realizadas sobre Economia Solidária, mas enfatizamos que a temática de gênero precisa ser relevante nas discussões tanto nos grupos solidários, como nos/as gestores/as e nas universidades.

Com o passar do tempo, os/as empreendedores/as e gestores/as da Economia Solidária passaram a se organizar melhor, promovendo fóruns estaduais e regionais de Economia Solidária, para a discussão sobre sua área de atuação, troca de experiências e para o fortalecimento deste modelo econômico.

Algumas experiências de Economia Solidária marcam o início de uma trajetória que culminará na expansão da temática na academia, citada anteriormente. Há um reconhecimento que tais iniciativas merecem reflexões, pois são resultados da própria situação de exclusão social na qual muitos grupos se encontram. Indagações sobre a maneira encontrada por estas pessoas para a solução de suas demandas são apenas as primeiras de tantas outras tendo em vista a diversidade de situações e especificidades dos grupos. Esses fatos requerem uma reflexão, o registro histórico e entendimento teórico de como e por que determinados setores da sociedade reagem às crises e as imposições do modelo capitalista.

A seguir relataremos três das primeiras experiências em autogestão conhecidas no Brasil e das quais outras iniciativas seguiram o modelo. Esclarecemos que no mesmo período de surgimento de tais experiências, outras aconteceram tão importantes quanto estas, no entanto, apesar de não serem citadas não são desconsideradas. São elas: a Usina Catende, a Cresol e a ANTEAG.

2.4 As primeiras experiências de Economia Solidária no Brasil: alguns exemplos de autogestão e cooperativismo

2.4.1 A Usina Catende

¹⁰ Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php. Acesso em 20/07/2010.

Um exemplo de sucesso de autogestão tendo como base a Economia Solidária é a experiência da Usina Catende, na Zona da Mata de Pernambuco. A Usina, instalada em vinte e seis mil hectares de terra, incluindo as instalações industriais, empregava trabalhadoras e trabalhadores de seis municípios vizinhos: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta, Xexéu e Maraial.¹¹

A Usina Catende existe desde 1892, e foi construída no antigo engenho Milagre da Conceição, fundado em 1829. Desenvolveu-se com o cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata em Pernambuco, que remonta ao século XVI, como marca da “[...] sociedade colonial, com suas relações de trabalho tendo por base a figura do senhor de engenho que, detentor do poder, subordinava escravos, empregados e moradores da região.”¹²

No final do século XX, a concorrência imposta por outras colônias produtoras levou ao aperfeiçoamento técnico dos antigos engenhos, transformados em usinas. A Usina Catende surge então neste contexto. A partir deste momento, foi expressiva a expansão usineira no estado, atingindo, entre 1917 e 1918, cerca de 46 usinas de açúcar, chegando a 54 em décadas posteriores.¹³

Após a crise mundial de 1929, o governo criou o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA – uma autarquia federal, responsável por formular políticas públicas, pelos subsídios, pela comercialização interna e pelas exportações. O IAA atuou por 60 anos na regulamentação do setor sucroalcooleiro, sendo extinto em 1990.¹⁴

Na década de 1970, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Alcool – Pró-Alcool, visando a redução do consumo dos derivados do petróleo e a busca por novas fontes energéticas. Até este momento, os usineiros da Zona da Mata eram os maiores produtores nacionais. Após o Pro-Alcool, a região Nordeste passou a perder espaço para São Paulo, que possuía melhores solos, áreas mecanizáveis e fortes investimentos em pesquisa.¹⁵

Desta forma, a perda de competitividade é inevitável, mas é apenas a consequência da realidade da região, onde a “[...] concentração fundiária, os índices de analfabetismo alarmantes e um dos mais baixos IDHs do Brasil, compõem um cenário estreitamente

¹¹ Disponível em <http://www.catendeharmonia.com.br>. Acesso em 26/05/07.

¹² *Ibidem.*

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*

relacionado a uma herança social do período colonial.”¹⁶ O entendimento desta estrutura social ajuda a compreender a região e os seus desdobramentos econômicos e sociais futuros.

As crises no setor sucroalcooleiro, a partir da década de 1990, foram acompanhadas pelo aumento das reivindicações dos movimentos sociais no campo que ocorriam no Brasil.¹⁷

Em 1993, a Usina Catende demitiu 2.300 trabalhadoras/es da área rural, gerando uma grave crise na região. Com isto, as trabalhadoras e trabalhadores se uniram na luta pelos seus direitos trabalhistas, contra a ameaça de destruição de suas casas e pela permanência na terra.

Após várias tentativas frustradas de negociação com a empresa para o pagamento das indenizações, ocorreram greves e manifestações dos/as demais trabalhadores/as empregados/as, exigindo o cumprimento dos direitos trabalhistas de seus/suas colegas demitidos/as. Para desarticular o movimento de protesto dos/as trabalhadores/as e não ceder à pressão destes/as, os usineiros encontraram uma resposta ofensiva, o que gerou medo e insegurança naqueles/as que permaneciam empregados/as. Anunciaram que a Usina iria falir.

No final de 1994, a Usina atrasou o pagamento dos salários e não pagou o 13º. Isso mobilizou novamente os/as demitidos/as de 1993 e deu força a 1.500 trabalhadores/as que ainda detinham o emprego, para ingressarem na luta para assumirem a empresa. Já em 1995, surge o projeto Catende-Harmonia, como consequência dos enfrentamentos judiciais entre empresários/as e sindicatos de trabalhadores/as rurais. (NASCIMENTO, 2005, p. 116 *apud* SÁ, 2005, 24)

Em uma experiência inédita no Brasil, a organização dos/as trabalhadores/as conseguiu a saída dos usineiros donos da empresa, impedindo seu fechamento definitivo e a dilapidação do seu patrimônio, com a manutenção de 2.800 empregos diretos.¹⁸ Além disso, a empresa foi recuperada nos moldes da diversificação industrial e agrícola das culturas, com a construção da Companhia Agrícola Harmonia em 1998, uma empresa em processo de autogestão, que deu início a uma ruptura com o regime secular da monocultura e do latifúndio. (SÁ, 2005, p. 24)

No sítio eletrônico da Usina Catende Harmonia, relata-se que ao longo de oito anos de existência desta nova estrutura da Usina, os/as trabalhadores/as foram introduzindo novas práticas administrativas, baseadas na autogestão, visando não só o lucro, mas a consolidação

¹⁶ Disponível em <http://www.catendeharmonia.com.br>. Acesso em 26/05/07.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*

de uma empresa economicamente autosustentável.¹⁹

Os/As autogestores/es vêm desenvolvendo também parcerias com várias organizações em diversas áreas, como na capacitação dos/as trabalhadores/as do campo e da indústria em seminários educativos, na implementação de ações com a finalidade de diversificar a produção e gerar renda aos/as trabalhadores/as e suas famílias. Estas ações têm como objetivo

[...] a alteração no quadro social e ambiental herdado da monocultura canavieira, atuando na construção de práticas sociais mais democráticas, onde a autogestão e a Economia Solidária constituem as bases para se alcançar o pleno desenvolvimento dos direitos humanos.²⁰

O relato da história da Usina Catende mostra positividade em ações coletivas. O sucesso da Usina Catende, que tem como um de seus eixos estruturais a Economia Solidária, aponta para a imensa dimensão que este modelo econômico pode atingir. Isto pode ser comprovado com os dados citados acima, em que, por exemplo, tem-se um número expressivo de cerca de 12.000 moradores/as vinculados/as direta ou indiretamente à Usina.

Apesar das dificuldades encontradas, nota-se que esta foi a melhor alternativa encontrada por os/as trabalhadores/as ao buscarem construção de uma empresa realmente produtiva, na qual não há separação entre patroas/patrões e empregados/as, e todas as pessoas que nela trabalham são donos/as por igual. O crescimento da empresa é um processo contínuo, no qual trabalhadores/as atuam efetivamente como cidadãos/ãs sujeitos de sua história.

2.4.2 A Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

Segundo Bertucci, as primeiras experiências de Economia Solidária no Brasil aconteceram com o apoio de políticas públicas de um governo popular do Rio Grande do Sul, ligadas aos movimentos rurais. “Lá se desenvolveu o Cresol, maior sistema de crédito voltado para o apoio de cooperativas solidárias do Brasil e a Teia Esperança,²¹ em Santa Maria.”

¹⁹Disponível em <http://www.catendeharmonia.com.br>. Acesso em 26/05/07.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ A Teia Esperança é a rede dos empreendimentos solidários associados ao Projeto Esperança/Coesperança. Foi criada no dia 14 de janeiro de 2003, com o objetivo principal de articular os Empreendimentos Solidários, associados ao Projeto para um maior escoamento da produção em Santa - RS. É uma forma eficaz e muito promissora de fortalecer os grupos, consolidar a Formação, a articulação e construir Políticas Públicas articulados em Rede de Economia Solidária, fortalecendo o Comércio Justo, Ético e Solidário. Disponível em <http://www.diocesasantamaria.org.br>. Acesso em 02/06/07).

(BERTUCCI, 2005, p. 57 *apud* SÁ, 2005, p.23)

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é resultado da luta de famílias agricultoras das regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná, por acesso ao crédito rural. É um sistema integrado de cooperativas de crédito, amparadas por lei federal e devidamente autorizadas pelo Banco Central para movimentação financeira e conveniadas ao Banco do Brasil. Estas cooperativas de crédito são administradas por agricultores/as familiares e se articulam com organizações populares. (BITTENCOURT, 2000)

No final da década de 1980, as famílias agricultoras tinham dificuldades para financiar experiências alternativas da agricultura, pois o sistema de crédito rural, baseado na rede de bancos comerciais, não atende às necessidades das pequenas famílias agricultoras.

Os bancos comerciais não têm vocação para trabalhar com agricultores que movimentam pouco dinheiro e tomam empréstimos de pequenos valores, apresentando custos de operação elevados para os seus padrões. Mesmo o Banco do Brasil, que desempenhou um importante papel no crédito rural nos anos 1970 e 1980, tem diminuído significativamente sua atuação como banco de desenvolvimento, em especial quanto às operações consideradas menos vantajosas do ponto de vista puramente comercial. (BITTENCOURT, 2000, p. 193)

Essas necessidades de recursos financeiros levaram os/as assentados/as da reforma agrária destas regiões a estruturarem um fundo de financiamento para a agricultura familiar – o Fundo de Crédito Rotativo - FCR. Este é fruto do convênio entre a Misereor (Alemanha) e a Assesoar (ONG sediada em Francisco Beltrão, criada em 1966). (BITTENCOURT, 2000).

No final de 1994 e início de 1995, realizaram-se dois importantes seminários sobre fundos rotativos e cooperativismo de crédito, que contribuíram para consolidar o projeto de um sistema de cooperativas de crédito independentes e autônomas, gerenciadas pelas próprias famílias agricultoras, com crescimento horizontal e inclusão social. (BITTENCOURT, 2000)

Em 1995, criaram-se as primeiras cooperativas do Sistema Cresol e uma base de serviços encarregada de “[...] dar suporte a essas cooperativas nas áreas de formação, normatização, contabilidade, informática, organizando ainda a interlocução com outras organizações, bancos, governos e entidades de apoio.” (BITTENCOURT, 2000, p. 193)

De acordo com o sítio eletrônico da Cresol, em 1998, são constituídas as primeiras cooperativas do Sistema Cresol nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No ano 2000, por orientação do Banco Central, a Cresol Baser foi transformada em cooperativa central, com sede em Francisco Beltrão/PR. Hoje, seguindo o princípio da descentralização e crescimento horizontal, a Cresol Central tem filiadas as cooperativas do Rio Grande do Sul e

de Santa Catarina.²²

O objetivo do Sistema Cresol é a promoção do desenvolvimento local com base na agricultura familiar o que, de acordo com Bittencourt, requer seu próprio fortalecimento como agente deste desenvolvimento. (BITTERNCOURT, 2000)

Suas ações articuladas com outras entidades como associações, cooperativas, pequenas agroindústrias, casas familiares rurais, escolas comunitárias, sindicatos, organizações profissionais etc facilitam a aproximação com o poder público, para exigir o atendimento necessário às suas demandas, numa interação democrática. Por meio destas estruturas, os/as agricultores/as familiares têm melhores condições de cobrar do poder público maior apoio para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. (BITTENCOURT, 2000)

2.4.3 A ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

Outro exemplo de autogestão é a trajetória da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Esta foi criada a partir da falência de uma empresa produtora de calçados em Franca, SP, em 1991, quando “[...] trabalhadores e o sindicato da categoria reabriram a empresa, reiniciaram a produção e recuperaram 450 postos de trabalho.” (SÁ, 2005, p.24)

No entanto, Nakano enfatiza que esta ação pró-ativa dos/as trabalhadores/as não deve ser compreendida apenas como tentativa desesperada de manter os postos de trabalho. Ela deve ser entendida como uma busca autônoma por parte dos/as trabalhadores/as e sindicato de novas formas de agir e de enfrentar questões do mundo do trabalho, ultrapassando os limites da reivindicação de melhores salários e das relações patrão e empregado. (NAKANO, 2000)

Somente em 1994 a ANTEAG foi constituída oficialmente durante no seu 1º Encontro Nacional, por trabalhadores/as de empresas autogestionárias. Surge como uma associação sem fins lucrativos que congrega tanto cooperativas de trabalhadores/as em empresas de autogestão quanto associações. (NAKANO, 2000) De acordo com o sítio eletrônico oficial da entidade, sua missão é:

Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho e renda desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores, estimulando

²² Disponível em: <http://www.cresol.com.br>. Acesso em 02/06/2007.

ações solidárias e fraternas e representando as empresas/empreendimentos autogestionários.²³

Após dezesseis anos da criação formal desta entidade, sua importância não se limita apenas ao combate ao desemprego, mas sim pelas “[...] ações que desenvolve em torno da autogestão, que marca profundamente sua identidade.” (NAKANO, 2000, p. 65)

Sobre isso, Sá salienta que

A partir daí, a ANTEAG se desenvolveu e se estabeleceu como referência nacional no assessoramento de empreendimentos visando a viabilidade do negócio a partir das perspectivas dos próprios trabalhadores, sendo que nos últimos dez anos, relacionou-se com 672 empresas falidas e em situação pré-falimentar. Tal experiência se dissemina hoje em diversas regiões do país atingindo mais de 32 mil postos de trabalho em diferentes setores, recuperando e mantendo o trabalho e a renda através da vontade coletiva. (SÁ, 2005, p.24)

Neste sentido, a ANTEAG se consolida como orientadora de ações para sindicatos e trabalhadores/as que vislumbram o caminho da autogestão e estão dispostos a assumir os desafios inerentes a esta decisão.

Santos colabora com o relato da história da ANTEAG e afirma que esta

[...]surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias. (SANTOS, 2005, p.89)

Apesar da iniciativa positiva de recuperar a empresa para gerar o trabalho, os/as trabalhadores/as ao assumirem a gestão depararam-se com diversos conflitos em razão da mudança na forma organizacional anterior, herdada das antigas empresas, para um modelo gestor democrático, capaz de cuidar as questões relativas ao mercado, à comercialização dos produtos, o acesso ao crédito, controle orçamentário, legislação, tecnologia e etc. (NAKANO, 2000)

Enfim, a ANTEAG se consolida para assumir esses papéis. Dentre suas funções está a organização, apoio e orientação para recuperação de empresas em situação falimentar e grupos que pretendem constituir uma empresa ou um empreendimento autogestionário. Auxilia também com assessoria jurídica, financeira e tributária. Viabiliza o intercâmbio entre as empresas/empreendimentos e os trabalhadores/as de autogestão. Apóia a formação de redes de cooperação, comercialização e troca de experiências. Realiza também parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais para ações em prol do

²³ Disponível em: <http://www.anteag.org.br>. Acesso em 19/07/2010.

desenvolvimento da autogestão e Economia Solidária e benefício das associadas. Realiza pesquisas sobre autogestão, estudos de viabilidade e intermediação para crédito. Difunde o modelo autogestionário de produção e relacionamento através de cursos de capacitação, palestras, produção e publicação de materiais sobre o tema. Enfim, a ANTEAG participa ativamente do movimento da Economia Solidária, tendo sido uma das entidades fundadoras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e integrante do Conselho Nacional de Economia Solidária.²⁴

2.5 Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária

2.5.1 O Fórum Social Mundial

A recente trajetória da Economia Solidária no Brasil desenvolveu-se em torno da agenda do Fórum Social Mundial, que se caracteriza por ser

[...] um espaço de debate democrático de idéias, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.²⁵

De acordo com sua Carta de Princípios, o Fórum Social Mundial não é uma entidade e nem uma organização. “Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de outro mundo.”²⁶O evento ocorre anualmente, desde 2001.

As entidades, movimentos sociais e demais grupos que participam do Fórum Social Mundial são amplos e diversos, tanto do ponto de vista ideológico quanto das correntes religiosas, partidárias e programas políticos que alimentam seus projetos e propostas. Não podemos esquecer também da diversidade de culturas locais, nacionais e internacionais que o compõe e defendem.

Ainda assim, tendo em vista em quadro heterogêneo, as causas comuns que unem estes grupos são a posição contrária das políticas econômicas do neoliberalismo e os efeitos negativos da globalização.

Gohn ressalta que o FSM não é um evento acadêmico, embora muitos/as

²⁴ Disponível em <http://www.anteag.org.br>. Acesso em 19/07/2010.

²⁵ Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso em 04/06/07

²⁶ *Ibidem*.

acadêmicos/as dele participem como palestrantes e analistas. Conforme afirma a autora, “[...] seu eixo estruturante não é a análise teórica bastante usual nos congressos científicos.” (GOHN, 2003, p.54) Apresentam-se durante o evento inúmeras experiências alternativas desenvolvidas por ONG’s, sindicatos, movimentos sociais, poder público em parceria com a comunidade etc. Podemos dizer que o FSM possui uma vertente de protesto, de análise de conjuntura (intelectual ou não) mas também possui uma postura propositiva, de debates de idéias e troca de experiências. (GOHN, 2003)

O I Fórum Social Mundial, realizado no ano 2001 em Porto Alegre constituiu o que Gohn classificou como uma “rede de redes” pois aliou diversos movimentos sociais e entidades para protestarem contra o capital especulativo, numa oportunidade política única em prol de um mundo melhor. (GOHN, 2003)

O evento surgiu como contraponto à agenda do Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos. A articulação dos organizadores (diversos movimentos e entidades) foi para promover o Fórum Social Mundial simultaneamente ao Fórum Econômico com a finalidade de dar visibilidade ao evento.

Cerca de vinte mil pessoas reuniram-se no I Fórum Social Mundial para discutir ações inovadoras. “Elas criticaram os interesses do mercado, a hegemonia do pensamento único, e construíra uma pauta de alternativas face às demandas sociais.” (GOHN, 2003, p. 58) Neste sentido, o grande tema do evento foi a desigualdade nas relações comerciais entre os países, agravada pela globalização. Como conseqüência, as questões sociais decorrentes desta desigualdade formaram o conjunto de reflexões do evento.

O II Fórum Social Mundial ocorreu em 2002 também em Porto Alegre, com a participação de cerca de cinquenta e um mil pessoas. Diferente do evento anterior, seus/as participantes/as avaliaram o II Fórum como mais amplo e melhor organizado, muito menos fragmentado que o primeiro. Entretanto as diferenças entre as tendências da esquerda, centro-esquerda e liberais ficaram mais evidentes. (GOHN, 2003)

Até o ano 2003 o Fórum Social Mundial permaneceu no Brasil, na cidade de Porto Alegre. A partir de 2004, com a expansão do evento que agregou a cada edição maior número de participantes e ampliou sua visibilidade, a comissão organizado achou conveniente expandir a estrutura do evento de modo a comportar outros grupos interessados em participar.

O Fórum Social Mundial IV foi realizado em Mumbai, na Índia, de 16 a 21 de janeiro de 2004. Foi a primeira vez em que o FSM foi realizado fora de Porto Alegre e na Ásia. De acordo com comissão organizadora do evento, a proposta do FSM 2004 foi de explorar

tematicamente os problemas em diferentes áreas do mundo. A edição do IV Fórum ocorreu no contexto da Guerra do Iraque e a guerra continuada sobre o povo palestino, tornando-se o foco principal do evento mas sem deixar de discutir os temas tradicionais como a divisão de classes sociais, racismo, violência sectária religiosa e exclusões.²⁷

O V Fórum Social Mundial, de 2005, foi realizado em Porto Alegre entre os dias 26 e 31 de janeiro de 2005. Na marcha que marcou o início do Fórum, estiveram presentes mais de 200 mil pessoas. No total, foram 155 mil participantes, demonstrando o crescimento do evento.²⁸

Em 2006, há uma inovação na organização do evento. A sexta edição do evento foi realizada simultaneamente em três continentes: África, Ásia e América Latina. Chamado de Fórum Social Policêntrico, seu objetivo foi promover debates de forma descentralizada, em diferentes lugares do mundo. Três cidades sediaram o VI FSM: Bamako (Mali - África) de 19 a 23 de janeiro de 2006, Caracas (Venezuela - América) de 24 a 29 de janeiro de 2006 e Karachi (Paquistão - Ásia), de 24 a 29 de março de 2006. Esta decisão foi tomada em uma reunião do Conselho Internacional do FSM, realizada nos dias 24 e 25 de janeiro de 2005, em Porto Alegre.²⁹

De acordo com o Conselho Internacional do FSM, a realização do I Fórum Social Mundial em Porto Alegre inspirou a multiplicação de diversos eventos de âmbito local, regional ou temático, no mesmo espírito do FSM.³⁰

Desta forma, foram criados a partir de 2006 Fóruns Sociais Regionais e Temáticos como parte do processo de mundialização do Fórum Social Mundial. Para que estes eventos não percam a essência e o objetivo do FMS, todos são acompanhados diretamente pelo Conselho Internacional e devem seguir a Carta de Princípios do FSM.

Os Fóruns Regionais seguem os critérios da Carta de Princípios do FSM e têm como objetivo aproximar o Fórum Social Mundial da realidade dos movimentos e entidades sociais nas diversas regiões do mundo e vice-versa. Exemplos: Fóruns Sociais Europeu, Pan-Amazônico, Américas e o Asiático.

Os Fóruns Sociais Temáticos também seguem a Carta de Princípios do FSM e sua finalidade é atender à demanda de aprofundamento dos debates de temáticas específicas.

²⁷ Disponível em www.forumsocialmundial.org.br. Acesso em 19/06/2010.

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ *Ibidem*

Nesta estrutura já ocorreram os três eventos: Fórum Social Temático Argentina e Fórum Social Temático Palestina (ambos em 2002), e Fórum Social Mundial Temático: Educação, Democracia, Migrações, Direitos Humanos, Guerra e Narcotráfico, ocorrido na Colômbia em 2003.³¹ De acordo com comissão organizadora, a intenção não é dividir o evento, mas permitir que diversos temas, entidades, movimentos sociais possam ser reunidos e mostrados ao mundo como necessários à reflexão.

O VII Fórum Social Mundial aconteceu na cidade de Nairóbi, no Quênia, de 20 a 25 de janeiro de 2007 e contou com a participação de cerca de 75 mil pessoas e com a realização de 1.300 atividades de diversas modalidades: autogestionadas, co-organizadas, culturais, filmes e de juventude.³²

A oitava edição do evento ocorreu de forma descentralizada. Não houve o VIII Fórum Social Mundial na forma tradicional dos eventos anteriores, mas foi realizada uma Semana de Mobilização Global que culminou em um Dia de Ação Global, em 26 de janeiro de 2008.³³

O IX Fórum Social Mundial ocorreu na Amazônia, em Belém-PA, entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro de 2009, reunindo cerca de 120 mil pessoas de 150 países. A temática principal do evento foi a sustentabilidade ambiental e o esgotamento do modelo econômico neoliberal. Esta foi a razão da escolha da região amazônica como local do evento.³⁴

A décima edição do evento, no ano de 2010, ocorre de forma contínua. Em comemoração aos dez anos de existência, a organização do evento elaborou um novo formato para debater sobre temáticas diversas em razão da crise social global. De acordo com a organização do evento: “As respostas para essa crise, que muito mais que financeira, é também ética, política, ambiental, climática, de justiça, entre outros aspectos – só serão possíveis com a mobilização de diferentes atores da sociedade.”³⁵

No sítio eletrônico oficial do evento, está a programação conforme segue, do X Fórum Social Mundial que ocorre ao longo do ano³⁶:

Janeiro:

³¹ Disponível em www.forumsocialmundial.org.br. Acesso em 19/06/2010.

³² *Ibidem*

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

- 25 a 29: Seminário 10 anos do Fórum Social Mundial, Porto Alegre, Brasil.
- Fórum Social Catalão sobre Alternativas para a Crise.
- Março:
 - 22 a 26: Fórum Urbano Mundial (preparatório para a Assembléia Mundial de Habitantes, em 2011), Rio de Janeiro, Brasil.
 - 26 a 28: Fórum Temático sobre “Crise Civilizacional, Bem Viver e Paradigmas Alternativas”, Cuzco, Peru.
- Junho:
 - 22 a 26: Fórum Social EUA sobre migração, habitação e guerras. Detroit, EUA.
 - Fórum Social Europeu. Istambul, Turquia, data a confirmar.
- Julho:
 - 20 e 21: Foro Social Américas, Assunção, Paraguai.
- Setembro/Outubro:
 - Fórum Mundial de Educação, Palestina. Data a confirmar.
- Dezembro:
 - 9 a 13: Fórum Mundial de Educação Temático sobre Educação, Investigação e Cultura de Paz, Santiago de Compostela, Galícia, Espanha.
- Sem previsão de data:
 - Fóruns Temáticos na região do Maghreb-Machrek:
 - * Questões trabalhistas na Argélia;
 - * Questões de gênero na Jordânia;
 - * Sobre Trabalhadores Rurais, Camponeses e Saúde, no Egito;
 - * Fórum sobre Movimentos Sociais no Marrocos;
 - * Fórum Social Iraque (não confirmado).
 - Fórum Temático sobre Democracia (a ser definido), Bangladesh.
 - Fórum Direitos Coletivos dos Povos, Catalunha.
 - Fórum Temático sobre Alternativas à Crise Financeira, Cidade do México.

Ainda que o Fórum Social Mundial tenha transformado sua estrutura, procura manter seus objetivos primeiros que são pensar em alternativas ao modelo econômico neoliberal vigente. Nas reuniões prioriza-se o social e não o econômico, mesmo com a diversidade de participantes. O destaque é o diálogo de grupos, lideranças comunitárias, movimentos sociais que antes divergiam e no FSM dialogar para juntos, elaborarem estratégias e projetos. De acordo com Gohn, “[...] a grande inovação do FSM foi a reafirmação de uma rede social global de cidadãos que demanda um novo mundo do trabalho, onde haja emprego para todos e todos não sejam escravos do ritmo de trabalhos alucinantes.” (GOHN, 2003, p. 86)

Nesta sintonia foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com o objetivo de reunir as diversas experiências de cooperativismo, autogestão e Economia Solidária, estudá-las e apresentá-las como alternativas viáveis para a transformação social.

2.5.2 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Em 2001, foi criado do Grupo de Trabalho de Economia Solidária – GTES para “articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais de Economia Solidária

no I Fórum Social Mundial.”³⁷

Este Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, denominado GT-Brasileiro, constituiu-se de “[...] organizações e redes de uma diversidade de práticas, segmentos da economia popular solidária, igrejas, sindicatos, universidades, movimentos sociais populares” e também de “[...] práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.”³⁸

Participam do GT-Brasileiro 12 entidades e Redes Nacionais de Fomento que em momentos e níveis diferentes contribuem com o Grupo de Trabalho, são eles:

Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Auto-Gestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED).³⁹

Em 2002, o GT-Brasileiro preparou uma carta ao então recém-eleito presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, propondo a criação de uma política de apoio à Economia Solidária. Este documento foi reforçado e ampliado na I Plenária Nacional de Economia Solidária “[...] que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária.”⁴⁰

As negociações com o governo Lula avançaram no ano de 2003. Neste mesmo ano, durante o Fórum Social Mundial, o presidente Lula anunciou o compromisso de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, sob a direção do professor Paul Singer.⁴¹

De acordo com informações do site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, na II Plenária Nacional de Economia Solidária, em janeiro de 2003, decidiu-se por mobilizar as bases estaduais para o debate sobre a Carta de Princípios, a Plataforma de Ação e a

³⁷ Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 27/05/07.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*.

composição do Fórum da Economia Solidária. Até 2003, existiam poucos fóruns e articulações estaduais. Foram 18 estados no total que realizaram suas Plenárias preparatórias.⁴²

Com a participação das 18 Plenárias estaduais, composta basicamente de 800 representantes, a III Plenária Nacional cria o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, “[...] com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país.”⁴³

O então recém-criado Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com base em uma Carta de princípios e uma Plataforma de Ação, aprovadas na Plenária, faz a interlocução junto ao governo federal, em especial junto à recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Esta assumiu a Plataforma de Lutas como parte de seu Plano de Governo. Durante a Plenária, definiu-se também a composição e o funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.⁴⁴

Em 2004, ocorreu o I Encontro Nacional de Empreendimento da Economia Solidária, em que foram reunidos cerca de 2.500 representantes de todos os estados brasileiros, com a finalidade de discutir os caminhos da Economia Solidária no país a partir da Carta de Princípios formulada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Neste encontro, foram criados Fóruns ou Comissões Pró-Fóruns estaduais. Em alguns estados, a ampliação do Fórum consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais. É assegurada a participação majoritária dos empreendimentos solidários, com escolhas de representantes para compor os fóruns.⁴⁵

Com a ampliação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, este reorganizou sua estrutura organizacional e funcional, mantendo a articulação entre três segmentos da Economia Solidária no Brasil: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores/as públicos.⁴⁶

A principal instância de decisão do FBES é a Coordenação Nacional que reúne-se duas vezes ao ano. É constituída por representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT-Brasileiro), além de três representantes por estado dos Fóruns ou Redes

⁴² Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 19/07/2010.

⁴³ *Ibidem*

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

Estaduais de Economia Solidária. Destes três representantes por estado, dois são empreendimentos solidários e um é assessor/a ou gestor/a público. ⁴⁷

Ligada à Coordenação Nacional está a Coordenação Executiva Nacional, responsável pela gestão política cotidiana, interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional. É composta por trezes pessoas, sendo sete representantes de empreendimentos solidários distribuídos por regiões da seguinte forma: dois do norte, dois do nordeste, e um representante para cada uma das demais regiões. Participam também da Coordenação Executiva cinco representantes de entidades e redes nacionais de promoção à Economia Solidária e um representante da Rede Nacional de Gestores Públicos. ⁴⁸

À Secretaria Executiva Nacional cabe dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias, viabilizar e operacionalizar reuniões e eventos. ⁴⁹

Além dos órgãos executivos que compõem o FBES, existem os grupos de trabalho (GT's) com compromisso de atender às demandas de ações específicas do FBES. Além disso, contribuem através de debates e elaboração de propostas para o avanço na implantação da Plataforma de Ação da Economia Solidária, enviada ao governo federal em 2002. Os GT's atualmente estão distribuídos por assuntos específicos, mas em diálogo constante uns com os outros. São eles: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo. ⁵⁰

Para melhor visualizar a estrutura do FBES, apresentamos um diagrama com todas as instâncias de trabalho e decisões.

⁴⁷ Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 19/07/2010.

⁴⁸ *Ibidem*

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.



Ilustração 01: Diagrama do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
 Fonte: Disponível em <http://www.fbes.org.br>

2.6 Plataforma de ação da Economia Solidária

Conforme dito anteriormente, em 2002, o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, chamado de GT-Brasileiro, prepara uma carta ao presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, propõe a criação de uma política de apoio à Economia Solidária. Nesta carta, discutida e ampliada I Plenária Brasileira de Economia Solidária, está descrita uma proposta de Plataforma de Ação da Economia Solidária, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária⁵¹.

A discussão sobre a Plataforma de Ação da Economia Solidária iniciou-se na I Plenária Nacional, em dezembro de 2002, e somente chegou até a versão atual na III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.⁵²

O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, que está disponível nos Fóruns Estaduais e na Secretaria Executiva Nacional.⁵³

⁵¹ Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 19/07/2010.

⁵² *Ibidem.*

⁵³ *Ibidem..*

A Plataforma de Ação é composta de sete eixos principais⁵⁴, disponibilizados de forma integral no sítio eletrônico do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que são: Finanças Solidárias, Marco Legal, Educação, Comunicação, Redes de Produção, Comercialização e Consumo, Democratização do Conhecimento e Tecnologia e Organização Social de Economia Solidária.

Dentre os sete eixos, dois mencionam ações que envolvem as relações de gênero. No eixo denominado Marco Legal, a referência ao gênero fala sobre a importância de “[...] criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.”⁵⁵ No eixo Educação, a referência em relação a temática de gênero diz que “[...] o ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.”⁵⁶

De acordo com o documento, percebemos que as relações de gênero não possuem um espaço amplo quanto ao viés econômico. A emancipação está centrada no foco econômico, ainda que este seja uma proposta diferenciada do capitalismo. As temáticas de gênero ficam espalhadas numa diversidade de problemas e desta forma não são aprofundadas nas discussões.

É importante mencionar este ponto, pois a Plataforma de Ação de âmbito nacional norteia as atividades de Economia Solidária por todas as regiões do país. Ela serve como guia para as ações e discussões e se as relações de gênero são pouco citadas, acaba por refletir em ações locais como na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS.

2.7 Estrutura da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária no Brasil estrutura-se a partir do Ministério do Trabalho e Emprego. Possui cinco instância com funções administrativas, deliberativas, de consultoria e articulação entre entidades, movimentos sociais e governo federal. São elas:

a) Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES: Criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e

⁵⁴ Cf. Anexo B.

⁵⁵ Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 19/07/2010.

⁵⁶ *Ibidem*.

instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tem como objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.⁵⁷

b) Programa Economia Solidária em Desenvolvimento: programa para apoiar, fortalecer e expandir a introdução de políticas públicas específicas de Economia Solidária em âmbito nacional, haja vista a necessidade de repostas por parte do poder público para o crescimento alternativas de geração de trabalho e renda distintas do emprego assalariado.

Este programa iniciou suas atividades em 2004, seis meses após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com o sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego, foi neste ano que as ações de Economia Solidária sob responsabilidade da SENAES/MTE passaram a contar com orçamento próprio, a partir da inclusão do programa no Plano Pluri-Anual (PPA) do Governo Federal 2004-2007 e 2008-2011 em andamento.

Os objetivos deste programa são: fomento e assistência técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; promoção do desenvolvimento local e da Economia Solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário; fomento a finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários; formação de formadores/as, educadores/as e gestores públicos para atuação em Economia Solidária; organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; estímulo à institucionalização de políticas públicas de Economia Solidária; cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do sistema de informações em Economia Solidária; recuperação de empresa por trabalhadores organizados em autogestão; desenvolvimento e disseminação de conhecimento e tecnologias sociais apropriadas à Economia Solidária; fomento à incubadoras de empreendimentos econômicos solidários e elaboração do marco jurídico da Economia Solidária.⁵⁸

c) Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES: Para mapeamento e acompanhamento da Economia Solidária no Brasil, foi criado pela portaria nº 30, de 20 de março de 2006. Este tem como objetivo proporcionar a visibilidade, a articulação da

⁵⁷ Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp. Acesso em 19/06/2010.

⁵⁸ Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp. Acesso em 19/06/2010.

economia solidária e oferecer subsídios aos processos de formulação de políticas públicas. O SIES é alimentado através do envio de informações diversas de empreendimentos econômicos solidários e entidades de apoio, assessoria e fomento. Todo o conjunto de dados contribui para o mapeamento do perfil da Economia Solidária no Brasil.⁵⁹

d) Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES: Foi criado pela mesma lei que instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária. É um órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil atuantes em prol da Economia Solidária.

Os objetivos do CNES são: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à Economia Solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de Economia Solidária.

A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando a garantir a representação efetiva tanto da sociedade como do Estado. Finalmente, através de acordos, o Conselho foi composto da seguinte forma: 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos solidários e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento.

A estrutura de funcionamento do CNES ficou da seguinte forma: plenário, comitê permanente, comitês temáticos e secretaria executiva. Os comitês temáticos são: comercialização, redes e cadeias de produção e consumo; crédito e finanças solidárias; formação e assistência técnica; institucionalidade da política nacional e marco jurídico.⁶⁰

e) Conferência Nacional de Economia Solidária: Com objetivo de permitir a participação ativa da sociedade em geral, dos empreendimentos solidários e gestores/as nos debates e resolução de questões relevantes sobre o desenvolvimento da Economia Solidária no país, o Conselho Nacional de Economia Solidária convoca a cada quatro anos, a Conferência Nacional de Economia Solidária cujo objetivo é a avaliar as experiências solidárias, reunir as demandas e interesses das Redes de Economia Solidária das diversas regiões do Brasil e elaborar documentos para subsidiar os órgãos governamentais na formulação e avaliação da execução de políticas públicas.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em 19/06/2010.

⁶⁰ Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp. Acesso em 19/06/2010.

A participação nas Conferências constitui-se de momento propício para elaboração de propostas e troca de idéias entre empreendimentos solidários. A Conferência Nacional é resultado de conferências regionais e estaduais, que são etapas preparatórias até a Nacional. Caracteriza-se como um dos instrumentos da democracia participativa por possibilitar a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da sociedade, além da representação do poder público nas esferas municipal, estadual e federal. A I Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006. A II Conferência Nacional de Economia Solidária realizou-se também em Brasil, de 16 a 18 de junho de 2010.⁶¹

Para visualizarmos a estrutura da Economia Solidária no Brasil, elaborou-se este diagrama:

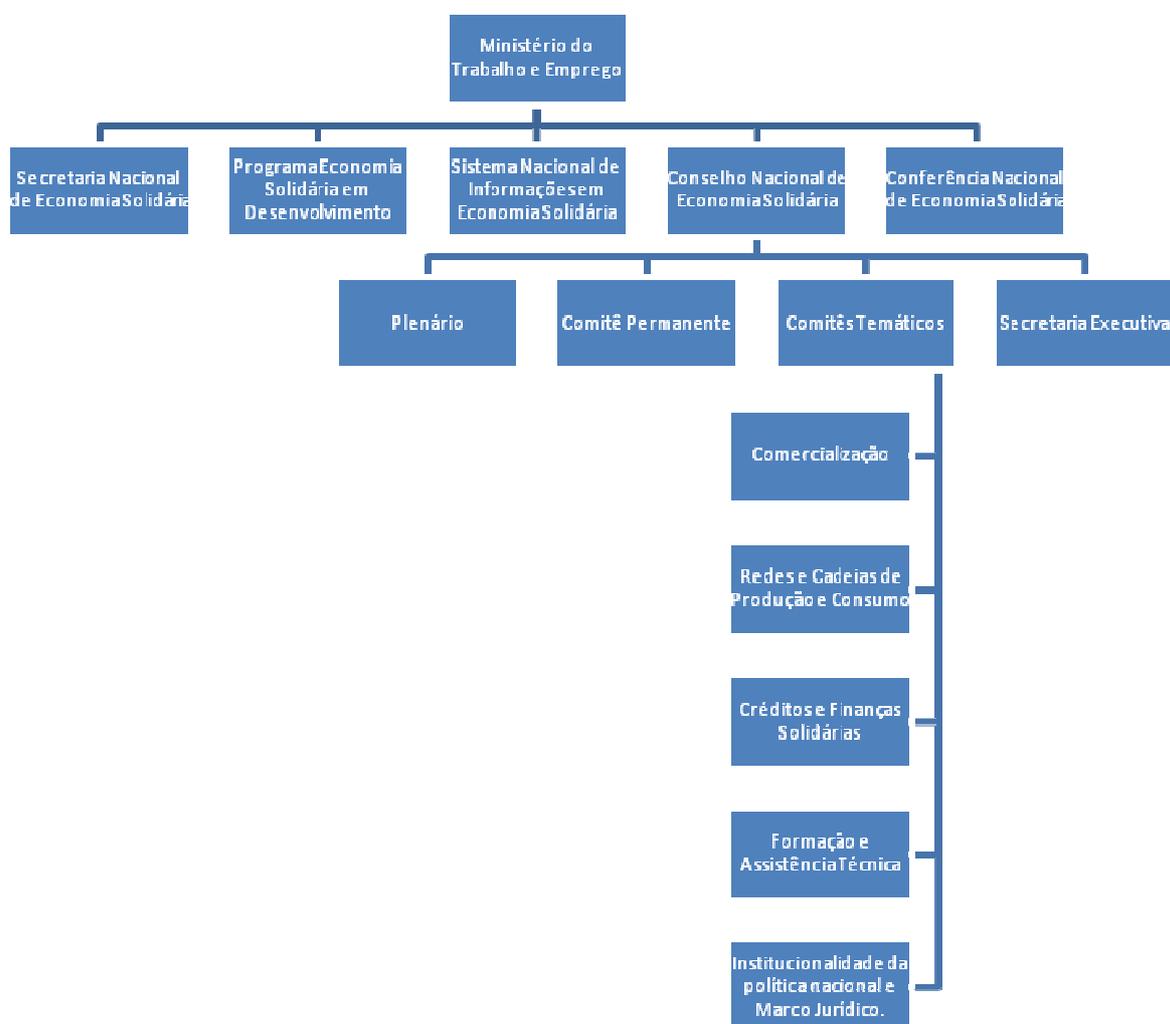


Ilustração 02: Estrutura da Economia Solidária no Brasil
 Fonte: PAULON, Grazihely B. F. S., 2010.

⁶¹ Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp. Acesso em 19/06/2010.

Por fim, constatamos a complexidade da estrutura da Economia Solidária no Brasil. Apesar da falta de apoio de governos locais, o governo federal tem estimulado o desenvolvimento dos empreendimentos solidários em todo o Brasil.

No entanto, apesar de válido e importante todo o aparato estatal para a Economia Solidária, esta precisa fortalecer sua identidade enquanto movimento social para que continue crescendo com as possíveis mudanças de governo.

CAPÍTULO 3

A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS-MS: SURGIMENTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

*“Com passos firmes e rápidos
Na busca de inclusão social,
A Economia Solidária
Através da Prefeitura Municipal
Fixou, também, em Dourados
Sua Rede Nacional!”*

*Na Economia Solidária,
A organização é coletiva,
O ingresso nesta Rede
É de forma seletiva,
Aqui a geração de renda
Tem uma cara criativa!*

*Dourados já é referência
Em desenvolvimento comunitário
Na construção de um país
Desenvolvido e humanitário
Enriquecendo a nação
Com o ideal solidário!”*

*Trecho da poesia “Economia Solidária”
Odila Schwingel Lange*

Neste capítulo, analisaremos a gênese da Economia Solidária e seu desenvolvimento no município de Dourados-MS, bem como os elementos que possibilitaram ou não a transformação nas relações de gênero no âmbito dos empreendimentos solidários. Para isso, utilizaremos fontes escritas e orais. A reflexão parte da análise dos princípios norteadores da Economia Solidária, como a equidade, a cooperação e a solidariedade, teoricamente aplicadas nas ações dos/as gestores/as e empreendedores/as da Rede de Economia Solidária.

Neste sentido, relacionamos os princípios propostos pela Economia Solidária com a temática de Gênero, uma vez que a aplicabilidade da igualdade nos empreendimentos solidários depende também de seu entendimento no grupo familiar. Este, muitas vezes, permeado pela diferença historicamente construída nas relações entre mulheres e homens, torna-se um ambiente impróprio para a compreensão dos princípios de solidariedade em outras relações sociais.

As relações de gênero, dessa maneira, não se referem apenas aos direitos das mulheres, mas referem-se às relações entre mulheres e homens, nas quais há diferenças e principalmente desigualdades. As discussões sobre relações de gênero convidam as mulheres a romperem com conceitos que justificam as desigualdades e os homens à conscientização, no sentido de que estes compreendam que uma sociedade justa depende de uma transformação na sua maneira de construir a vida com a companheira de forma realmente igual.

Nesta pesquisa, demonstraremos a dificuldade de compreensão da metodologia da Rede de Economia Solidária também por parte dos/as gestores/as. Estas pessoas, por falta de um aprofundamento teórico, reproduzem equívocos na aplicação dos cursos e na administração da Rede. Ao não entenderem a equidade como um todo, não somente na produção e comercialização, mas também nas relações de gênero, as gestores/as fortalecem desigualdades que tanto almejam desconstruir. Ao não estimularem as decisões coletivas desde o início, enfraqueceram a identidade enquanto movimento social da Rede de Economia Solidária, o que gerou problemas na sua manutenção em razão da mudança de governo, ocorrida em dezembro de 2008.

No entanto, as ações da Rede contribuíram para o surgimento de um debate crescente no município. Com a implantação da Economia Solidária em Dourados-MS, em 2001, a sociedade pôde conhecer tal fenômeno de perto e vislumbrar uma alternativa para a transformação social.

3.1 Processo histórico do surgimento da Economia Solidária em Dourados-MS

3.1.1 Breve histórico da formação da região sul-matogrossense

Neste tópico pretende-se fazer um breve histórico do processo de desenvolvimento da região hoje denominada Mato Grosso do Sul para demonstrar que, desde seu nascedouro, houve favorecimentos a pequenos grupos detentores de capital que originou uma considerável população excludente. Não nos aprofundaremos na história regional, que é rica e complexa, mas procuraremos demonstrar um panorama de desigualdades sociais presentes na região.

A região do atual estado de Mato Grosso do Sul, até o início do século XX, era envolvida por uma idéia de isolacionismo em relação aos centros decisórios e comerciais do país e por isso a mesma foi considerada pouco desenvolvida e sem perspectivas de crescimento, razão pela qual diretrizes políticas para sua ocupação foram criadas com a finalidade de preencher os denominados “espaços vazios” do território nacional.

Entretanto, pesquisas sobre a região apontam a necessidade de desmistificar as ideias de vazio e isolacionismo visto que geram um impacto negativo sobre a história da região e atribuem heroísmos e virtudes ao grupo representante do poder local. (BORGES, 2001) O estado era distante dos centros decisórios do país, mas não isolado. Memorialistas usaram a idéia do isolamento de forma negativa para justificar ações das pessoas que ali estava. Este fato contribuiu para um enredo equivocado da história de Mato Grosso, visto que a região nunca deixou de participar da história do Brasil. Conforme afirma Borges, o isolacionismo foi criticado por diversos/as historiadores/as:

A tese do isolamento, na historiografia recente, foi criticada e abandonada seja porque tal isolamento não ocorreu de forma absoluta, como pretendiam os autores tradicionais, seja porque em tais interpretações havia mais “mitos” do que “fatos”. (BORGES, 2001, p. 22)

Costa afirma que as primeiras tentativas de ocupação da região ocorrem no século XVI pelos espanhóis, inclusive com a formação de um povoado próximo ao rio Paraguai. No entanto, essas tentativas foram frustradas por diversos fatos, dentre eles a resistência indígena, a dificuldade natural imposta pelos caminhos fluviais e as investidas das bandeiras paulistas, que contribuíram para a delimitação dos contornos da região, oficializados em tratados no final do século XVIII. (COSTA, 1999, p. 32)

Apenas no século XVIII a vida econômica da região cresce em razão da atividade mineratória. Conforme aponta Borges, a produção do ouro em Cuiabá iniciou-se em 1719. No entanto, a exploração do ouro teve momentos de expansão e declínio mas estimulou o mercado interno através do desenvolvimento de atividades subsidiárias à mineração, tais como: pequena produção agroindustrial de base escravocrata, lavoura canavieira, criação de gado e uma pequena lavoura de subsistência, responsável pelo abastecimento das zonas mineiras. (BORGES, 2001)

Entretanto, essas atividades não substituíram a mineração quando esta entra em decadência, fato que gera crises e revoltas na região. Na primeira metade do século XIX, a atividade econômica na região restringe-se a algum comércio com outras partes do Brasil, relações comerciais com países vizinhos da região do Prata e pequena produção para o mercado interno. (BORGES, 2001)

De acordo com o autor, a atividade de mineração constitui a base da propriedade fundiária na região. Comerciantes acumularam recursos e compravam terras para a produção agropecuária, dando início a formação de grandes propriedades rurais.

O cenário comercial da região se modifica com o acordo entre Brasil e Paraguai de 1856, que oficializa a abertura da navegação do rio Paraguai tanto para barcos brasileiros quanto de outras nacionalidades. Este fato ampliou as possibilidades de comércio e de produção em Mato Grosso. Borges afirma que deste tratado resulta alguns efeitos: “[...] em 1861 é instalada a Alfândega em Corumbá, localidade que em 1862 é elevada à categoria de vila. O elemento típico deste comércio é o ‘mascate fluvial’, ou seja, um comerciante que viaja com seu barco e suas mercadorias rumo ao mercado.” (BORGES, 2001, p. 29)

A Guerra do Paraguai em 1864 modifica este quadro comercial. A navegação pelo rio Paraguai é bloqueada e o comércio de Mato Grosso é prejudicado e desorganizado. Em 1870, com o fim da guerra, o Governo Central toma providência para a reconstrução de Mato Grosso, através de uma atuação mais direta.

Além das providências imediatas, outras de efeito mais permanente foram adotadas, como o estabelecimento de uma divisão do Exército na vila de Corumbá, do Arsenal da Marinha em Ladário (próximo à Corumbá) e da alfândega de Corumbá. Anteriormente, entretanto, já em 1869 (através do Decreto Imperial n. 4.388 de 15 de julho de 1869), isentaram-se de tributos, a importação e a exportação de todos os gêneros comercializados por Corumbá. (BORGES, 2001, p. 30)

Conforme demonstra o autor, o fim da Guerra do Paraguai significou uma fase de abertura econômica para Mato Grosso, via navegação pelo rio Paraguai.

Todavia, este comércio volta-se para o exterior e não para o desenvolvimento do mercado interno. Percebe-se as vantagens de distribuição fluvial de mercadorias para o abastecimento de outras regiões do país e exportação de produtos regionais. Assim, a atividade econômica da região permanece até o início do século XIX vinculada à esfera da circulação de mercadorias, sem a possibilidade de desenvolver uma economia autônoma, mas dependente da economia nacional - marcada pela dependência de abastecimento do mercado interno e suas relações com o capital internacional. Grande parte da atividade comercial fica subordinada ao capital financeiro internacional de grandes monopólios e oligopólios internacionais e em 1889, ano da proclamação da república, a vida econômica da região estava estruturada na atividade agropecuária e extrativismo da erva mate. (BORGES, 2001)

Em 1872 houve um trabalho de remarcação de fronteiras que envolveu brasileiros e paraguaios. Neste trabalho Tomás Laranjeira vislumbrou o potencial em explorar os extensos ervais nativos e em 1874 inicia seus trabalhos nos ervais utilizando mão-de-obra indígena e paraguaia. Dez anos depois, em 1884, recebe a concessão do governo imperial para explorar legalmente as terras através do Decreto nº 8.799, de 09 de setembro de 1884. Desde o início, o negócio mostrou-se lucrativo haja vista os mercados consumidores da Argentina e Uruguai.

Embora Tomás Laranjeira não fosse o único a elaborar erva no SMT¹, após o fim da Guerra, é à ação desse empresário que se associa a montagem, entre fins da década de 1870 e inícios da década seguinte, de um empreendimento ervateiro que, nas décadas subseqüentes (já então ligado a importantes parcelas da oligarquia mato-grossense, dentre as quais se destacou a família Murinho), viria a exercer um virtual monopólio da extração e comercialização da erva-mate sul-mato-grossense. Sempre vinculada ao mercado consumidor da Argentina e a capitais acumulados nesse país, a Companhia Mate Laranjeira (como ficou historicamente conhecida a empresa, a despeito de haver assumido, ao longo do tempo, outras razões sociais) utilizou-se largamente dos rios da bacia platina, tanto para a exportação de sua produção como para o abastecimento de seus amplos domínios. (QUEIROZ, 2008, p. 27)

Contudo, conforme aponta Queiroz, a extração dos ervais nativos não ocorreu exclusivamente por Tomás Laranjeira, que estaria a frente da Companhia Mate Laranjeira:

No tocante a essa economia ervateira, costuma-se em geral realçar a presença e as atividades da grande empresa historicamente conhecida como *Companhia Mate Laranjeira*, estabelecida formalmente (embora ainda não com esse nome) em 1883. Contudo, deve-se assinalar que, nesse extremo sul do SMT, a partir de 1870, configurou-se um complexo universo econômico, envolvendo muitos outros atores, além da *Mate*, e englobando atividades

¹ SMT é a sigla utilizada pelo autor para referir-se ao antigo Sul de Mato Grosso. Cf. QUEIROZ, 2008.

agropecuárias e comerciais, além da extração ervateira (sendo que tampouco esta pode ser reduzida às ações da referida Companhia).(QUEIROZ, 2008, P. 32)

No entanto, a economia mato-grossense permanece vinculada primordialmente ao capital estrangeiro, fato que favorece a formação de grandes latifúndios e a concentração de renda nas mãos da pequena elite que se formava. Aliado a este fato, havia uma baixa densidade populacional e uma política agrária que garantiu a posse de terra aos latifundiários.

As leis criadas para regulamentação das terras apenas agravou este quadro agrário. Em 1850, a primeira Lei de Terras, lei nº 601 dá acesso livre às terras para quem possa comprar. As terras devolutas passam a ser da União e posteriormente, com a promulgação da República, de domínio dos governos estaduais, que reordenaram as condições jurídicas das propriedades em seus estados. Foi desta maneira que as classes dominantes locais tiveram acesso fácil à grandes quantidades de terras, devido às influências políticas que exerciam na região. A cada nova lei somente os grandes proprietários eram favorecidos.

Leis posteriores para regulamentação da posse de terra surgiram como em 1902, 1907, 1927, 1939, mas na prática suas diretrizes gerais apenas favoreceram a concentração de terras nas mãos de poucos.

A história do atual estado de Mato Grosso do Sul está ligada diretamente ao processo de colonização do governo de Getúlio Vargas. A partir das políticas deste governo que visavam, através da distribuição gratuita de terras, povoar grandes quantidades de áreas pouco ocupadas do território nacional e controlar as áreas de fronteira para que não fossem apoderadas por outros países, a formação do Estado resultou em benefícios a poucos privilegiados.

No governo de Getúlio Vargas, durante o período de 1930 a 1947, foram criadas medidas para incentivar a expansão da pequena propriedade e evitar crises como a da superprodução do café. Para tanto, implantou a política conhecida como “Marcha para Oeste”, que favoreceu o acesso à terras para trabalhadores rurais nacionais ou estrangeiros.

Um dos objetivos do governo federal era descentralizar o alto índice demográfico dos centros urbanos e integrar o interior do país à economia nacional. “Assim, o sul do então estado de Mato Grosso, por ser uma área de fronteira, com baixa densidade demográfica, foi escolhida para sediar um dos projetos de colonização do país.” (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 92)

A princípio, as estratégias de colonização pautavam-se em distribuições de terras dentro de uma estrutura agrária que favorecesse a pequena propriedade, de modo que, aos

poucos, esta proposta rompesse com a velha ordem latifundiária e fosse possível instaurar uma nova realidade agrícola que beneficiasse também o desenvolvimento industrial do país no contexto histórico da época. (LENHARO, 1986)

No entanto, conforme aponta Lenharo, os ideais de unificação do país tinham na verdade um objetivo de fortalecer o latifúndio na região.

[...] a política do Estado Novo foi particularmente reticente e ambígua, já que não atacou de frente o “latifúndio improdutivo”, o elo quebrado de uma possível cadeia de um mercado nacional progressista e integrado. Essa avaliação é pesada, mas não tanto para um regime que justificou sua existência em acabar com a exploração de classe sobre classe, defender o trabalhador, integrar o país pelo desenvolvimento econômico e social e pelo sentimento comum de nacionalidade. (LENHARO, 1986, p. 47)

No projeto de colonização concebido no governo de Getúlio Vargas, estava a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, fundada em 1943, pelo Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro, no estado de Mato Grosso. “A sua real implantação somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando foi demarcada pelo Governo Federal, através do Decreto-lei nº 87 foram estabelecidos os seus limites.” (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 93) O objetivo da criação das colônias agrícolas era fixar pessoas no campo através da implantação da pequena propriedade, uma vez que havia a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, do capital agrícola, voltado para o mercado internacional.

Com o fim da era Vargas em 1947, o governo do estado de Mato Grosso solicita reformulação nas leis que regulamentam a posse de terra na região e a solicitação atendida deu origem ao Código de Terras de 1949. (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008)

Em 1970 cria-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a partir deste período várias terras do estado foram federalizadas e seus domínios ficaram por conta do órgão criado. O INCRA passa então a ser o órgão responsável pelas terras devolutas e pela distribuição das mesmas, conforme o Estatuto da Terra. Em 1977, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, pouco foi feito para mudar este quadro de grandes propriedades rurais. (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008)

De 1970 a 1980 foram criados 268 projetos de colonização no estado, em sua maioria projetos agropecuários. Em 1986 com a criação dos programas de reforma agrária nacional e regional, há uma diminuição das regularizações fundiárias que beneficiavam apenas grandes proprietários rurais, e ocorreram as desapropriações de terras. No entanto, nem todos os projetos de assentamentos ficaram por conta da colonização oficial. A colonização particular foi muito ativa no processo de organização dos assentamentos. A empresa colonizadora

deveria ser cadastrada junto ao INCRA e ter seu projeto aprovado para dar início à colonização. Dentre suas obrigações, a empresa deveria demarcar lotes, abrir estradas de acesso, construir escolas, postos de saúde, delimitar o perímetro urbano e dar toda assistência aos/as colonos/as. Entretanto, muitos/as assentados/as não obtiveram o apoio, incentivo, recursos técnicos, estruturais e financeiros para o desenvolvimento da pequena propriedade. (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008)

Assim, neste período a região de Dourados-MS se classifica como um importante “celeiro agrícola” do país, conforme anunciavam os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs, destinados a incentivar o desenvolvimento da fronteira agrícola do Brasil.

Desta forma, ao analisarmos a história da posse de terra e atividade econômica de Mato Grosso, observamos que as políticas locais e nacionais sempre favoreceram a grande propriedade que culminou na estrutura fundiária da região. Quando surge Mato Grosso do Sul, este é um estado formado por grandes propriedades de terras e com uma pequena agricultura familiar, originária alguns assentamentos rurais. (LAMERA; FIGUEIREDO, 2008)

Em virtude das facilidades promovidas pelo Estado ao longo da história, extensas áreas de terras ocupadas com agropecuária que introduziram a agricultura mecanizada, capitalizaram a produção e deste modo fomentaram novas formas de produção e relações de trabalho no campo e nas cidades, gerando uma estrutura agrária latifundiária na região, confirmando que a proposta do governo federal de incentivar a pequena propriedade ficou no discurso. (LAMERA ; FIGUEIREDO, 2008)

A expansão da grande propriedade mecanizada e da monocultura ocorre paralelamente ao processo de internacionalização da economia que tem como finalidade a ampliação da produção agrícola e do setor industrial. Neste sentido, “[...] observam-se a consolidação da produção de soja, e também, uma rápida expansão da cana-de-açúcar, para produção de álcool, ambos destinados ao mercado externo, em detrimento aos produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, etc.)” (SANTANA JUNIOR, 2009, p.99)

Como consequência, percebem-se na região processos de transformações territoriais que levam à exclusão de trabalhadoras e trabalhadores do campo, oriundos de pequenas propriedades rurais, que não são mais interessantes para as grandes produções agrícolas, em razão da mecanização que diminui cada vez mais a necessidade de mão-de-obra permanente. Assim, grupos marginalizados neste cenário, submetem-se a trabalhos pesados em troca de pagamentos cada vez mais irrisórios. Deste fato decorre a expropriação de pequenos/as

produtores/as rurais, dando lugar a empresas capitalistas, limitando cada vez mais as possibilidades de desenvolvimento da pequena propriedade.

Nessa lógica, observa-se que tais fatos ocorreram na região de Dourados. Atualmente, a área da antiga CAND faz parte da denominada Grande Dourados, sendo um dos principais pólos do agronegócio do estado, com uma agricultura altamente tecnificada e com altos investimentos de capitais. Apresenta uma estrutura totalmente voltada para a produção em larga escala e para o abastecimento do mercado externo. (SANTANA JUNIOR, 2009, p. 102)

Diante deste breve histórico compreendemos que a presença do capital estrangeiro no século XIX e a reforma agrária promovida na região no século XX trouxeram conseqüências para a sociedade local, demonstrando que interesses econômicos na região motivaram muitas ações políticas e que apesar da distância dos centros decisórios do país, a região participava politicamente das questões nacionais e nutria interesses políticos e econômicos externos pela sua capacidade de desenvolvimento.

Como conseqüências das ações políticas que objetivaram transformar a região, temos neste início de século XXI, um estado marcado por conflitos agrários fortalecidos pelo sistema capitalista que privilegia o agronegócio e marginalizou grupos sociais ao longo de várias gerações. Muitas destas pessoas ingressam em movimentos sociais e em lutas diversas buscando uma transformação social na região. A Rede de Economia Solidária pode ser considerada um dos mecanismos que a sociedade douradense busca para a geração de trabalho e renda neste cenário de adversidades.

Desta forma, o processo histórico de ocupação da região de Dourados, desde as primeiras tentativas de ocupação no período colonial até o período compreendido entre as décadas de 1930 a 1970, revela as condições atuais da região. Estas culminaram, no início do século XXI, numa mudança de estrutura política, liderada por partidos de esquerda, que possibilitam o surgimento da Economia Solidária no município de Dourados-MS.

3.2 O surgimento da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul

A partir da década de 1980, houve uma expansão de empreendimentos solidários no Brasil nascidos principalmente no âmbito de movimentos populares. Contudo, em 2002 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, o governo federal passa a investir de forma significativa nas iniciativas de Economia Solidária.

Em Mato Grosso do Sul, a formação das Redes de Economia Solidária teve impulso no início de 2004 através das atividades promovidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego que, por meio da Delegacia Regional do Trabalho – DRT, em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, na gestão do governador Zeca do PT (1999-2006) e motivada também por instituições diversas voltadas ao fomento da Economia Solidária. Foram desenvolvidas campanhas que incentivaram o crescimento dos primeiros movimentos de Economia Solidária em vários municípios do estado.

A organização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul é fruto de uma campanha nacional realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que incluía além de um informativo e plano de ação da SENAES, folders, cartazes e cartilhas que foram distribuídos às Prefeituras de todo o Estado.

A partir daí, a Delegacia Regional do Trabalho passa a assumir no Estado o papel de articuladora, elaboradora e executora de projetos e políticas de Economia Solidária em Mato Grosso do Sul, em razão de sua ligação com o governo federal.

Dentre as ações políticas para o desenvolvimento do estado e combate ao desemprego, o governo de Mato Grosso do Sul cria em 2003 a Fundação do Trabalho do Governo do Estado de MS – FUNTRAB, através do Decreto nº 11.082, de 28 de janeiro de 2003, que tem como finalidade “[...] planejar, coordenar e executar atividades de geração de emprego, intermediação de mão-de-obra, orientação trabalhista e formação para o trabalho e de qualificação profissional.”²

O decreto estabelece a estrutura administrativa da FUNTRAB que, dentre seus órgãos e unidades administrativas, possui a Coordenadoria de Economia Solidária. De acordo com esta legislação, a Coordenadoria tem a responsabilidade não somente de apoiar as iniciativas de Economia Solidária, mas de promover no âmbito público seu pleno desenvolvimento e gerar os meios para seu crescimento no estado de MS.

Art. 14. À Coordenadoria de Economia Solidária compete:

- I - promover a política de economia solidária no Estado de Mato Grosso do Sul, baseada na organização da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da auto-sustentação, do desenvolvimento humano e da responsabilidade social;
- II - apoiar a organização de empreendimentos solidários, como cooperativas ou associações, assessorando e acompanhando grupos populares;
- III - organizar forte capital social local que garanta capacidade endógena de promoção do desenvolvimento econômico local;

² Decreto nº 11.082, de 28/01/2003. Disponível em <http://www.funtrab.ms.gov.br>. Acesso em 11/06/2010.

IV - articular-se com redes de parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais, para a implementação das políticas de: planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio, agricultura e outras;
V - criar fóruns permanentes de debates sobre desenvolvimento local;
VI - manter intercâmbio com instituições de apoio em organizações públicas e privadas que dão assistência nas áreas de marketing, técnico-operacional, gerenciamento, financeira, e para o sistema de cooperação e programas com a presença de organismos voltados para o estímulo à exportação;
VII - promover formação e qualificação profissional, com cursos para a gestão de empreendimentos, gestão de crédito, gestão de mercado, novas tecnologias, novos produtos e serviços;
VIII - realizar estudos de mercados e planos de negócios para a inserção dos produtos em novos mercados em condições econômicas favoráveis;
IX - estabelecer parceria com organizações populares de créditos e cooperativas de créditos, para financiamento de empreendimentos solidários;
X - fortalecer o conceito do desenvolvimento sustentável como um processo de melhoria da qualidade de vida de toda a população, que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e longo prazos;
XI - estabelecer fortes laços de cooperação entre os agentes locais, para apoio e manutenção dos projetos.³

Como resultado da criação e funcionamento da FUNTRAB, muitas atividades voltadas para a Economia Solidária foram realizadas no estado de MS, como encontros e cursos que estimularam a criação da primeira Equipe Gestora Estadual – EGE do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento instituída

[...] a partir do levantamento de parcerias institucionais e integrada pela DRT, Universidade Católica Dom Bosco, Coordenadoria de Economia Solidária da Fundação do Trabalho/Governo do Estado de MS, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). (SÁ 2005, p. 29)

A importância da criação da Equipe Gestora Estadual – EGD para a Economia Solidária no estado de Mato Grosso do Sul é percebida pelas mobilizações que esta equipe promoveu em favor dos empreendimentos solidários e para divulgá-los junto à sociedade pouco conhecedora do que era a Economia Solidária.

A EGE teve papel significativo na construção do Seminário Estadual em 2004 que, posteriormente, culminou no I Encontro Estadual de Empreendimentos Solidários, ocorrido nos dias 5 e 6 de junho de 2004.

De acordo com Sá, neste I Encontro Estadual de Empreendimentos Solidários realizou-se, através de questionários, o primeiro levantamento sobre o perfil das empreendedoras e empreendedores solidários no estado. Nesta ocasião, também se fez um

³ Decreto nº 11.082, de 28/01/2003. Disponível em <http://www.funtrab.ms.gov.br>. Acesso em 11/06/2010.

mapeamento dos empreendimentos da Economia Solidária, beneficiando a rede de informações para a SENAES bem como favoreceu os processos de formulação de políticas públicas discutidas entre gestoras e gestores. No ano de 2004, “[...] foram registrados inicialmente cerca de cento e sessenta e sete empreendimentos com as características comuns à economia solidária, definidos em Termo de Referência pela SENAES.” (SÁ, 2005, p. 29)

Ainda que em muitos municípios as iniciativas de Economia Solidária tenham surgido antes da organização sistemática no âmbito do governo estadual, percebemos que a partir do ano de 2004, quando as diretrizes políticas voltam-se para apoiar as Redes de Economia Solidária, os empreendimentos beneficiam-se com um novo impulso dado às suas ações.

3.3 O surgimento da Economia Solidária em Dourados-MS

O mercado informal tem sido um lugar ocupado por muitos grupos sociais, haja vista que esta situação de expropriação no campo gera consequências imediatas na vida urbana. Por sua vez, no meio urbano, há uma constante diminuição de empregos na economia formal, seja por períodos de crise econômica seja pelo próprio advento tecnológico que substitui a mão-de-obra humana por máquinas.

A partir da década de 1990, com as redefinições dos movimentos sociais, as relações de trabalho deixam de ser o foco das lutas de trabalhadoras e trabalhadores e “[...] a luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho dentro de uma categoria.” (GOHN, 2000, p. 296)

Neste sentido, ações como a Economia Solidária são fortalecidas, apoiadas por instituições diversas como as ONG'S e universidades, como também por alguns governos, crescem cada vez mais no Brasil na busca por uma sociedade menos injusta.

Assim como nas diversas regiões do Brasil, a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS nasce de um projeto que visa possibilitar às pessoas excluídas construir seus próprios caminhos na busca de uma sociedade mais democrática. Dessa forma, as ações da Rede estruturam-se em postulados teóricos que guiam ações e fundamentam discursos, bem como incentivam a militância em prol deste projeto social. Pesquisas e publicações diversas sobre o tema Economia Solidária discutem o sistema capitalista e as possibilidades de, no âmbito deste sistema, encontrar mecanismos para uma vivência em sociedade de forma menos desigual.

Um exemplo deste esforço teórico em discutir o sistema capitalista e a importância da Economia Solidária são as obras de Mance. Conforme suas palavras, a seguir, a responsabilidade pela transformação social está nas mãos da sociedade e uma das ferramentas que possibilitam esta mudança são as Redes de Colaboração Solidária, que pregam a comunhão de direitos, deveres e o repensar sobre nossos velhos hábitos de vida.

Está, pois, ao alcance de todos nós acabarmos com a pobreza e o desemprego de uma vez por todas, compartilharmos uma riqueza cada vez maior e aumentarmos o tempo livre de todos os seres humanos para que possam desenvolver atividades culturais e de lazer, para que se possa propagar o bem-viver. Tudo depende de que cada pessoa, que aderir a este projeto, pratique o consumo solidário, colaborando com a preservação dos ecossistemas, com a justiça social e com a promoção do exercício ético da liberdade de todas as pessoas, independentemente de sua etnia ou credo. (MANCE, 2001, p. 15)

Percebemos que há uma distância entre os objetivos, as teorias que orientam a Economia Solidária e os desejos de muitas pessoas que ingressam na Rede. A maioria busca uma solução imediata para seus problemas financeiros, de sobrevivência. Determinados/as autores/as expressam em seus textos um caráter motivador para que a Economia Solidária atenda às suas expectativas como alternativa a exclusão social.

Todavia, as pessoas comuns ao ingressarem na Rede não possuem esta perspectiva. Para elas, a Economia Solidária foi a última opção em meio à crise de empregos, cujo objetivo principal é gerar a renda e atender sua família. A construção de uma sociedade mais justa e democrática, numa concepção socialista, na qual todos/as possam viver de forma igualitária é um processo construído posteriormente por gestores/as e pesquisadores/as

Assim, o surgimento de diversas Redes de Economia Solidária é fruto de ideologias de determinados grupos sociais e partidos políticos compostos de pessoas orientadas por essa concepção socialista e relacionam a Economia Solidária a uma política pública que corresponda ao seus ideais políticos.

Em Dourados-MS, a Rede de Economia Solidária surge da iniciativa da Prefeitura Municipal que, em 2001, criou a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. Desde o início do mandato do prefeito José Laerte Cecílio Tetila, eleito no ano 2000, pelo Partido dos Trabalhadores - PT, até o final de sua gestão em 2008, a Prefeitura desenvolveu uma estrutura de política pública de apoio à Economia Solidária visando a geração de trabalho e renda por meio de estímulos a iniciativas coletivas.

A decisão da Prefeitura em promover o desenvolvimento da Rede de Economia Solidária emergiu como alternativa para diminuir os altos índices de desemprego no

município e implementar uma política pública de apoio às iniciativas populares de emancipação como decorrência do perfil político e das ações de Prefeituras comandadas pelo Partido dos Trabalhadores.

No âmbito nacional, as práticas de Economia Solidária apresentavam resultados satisfatórios no que se referem à promoção da qualidade de vida de cidadãos e cidadãs através da qualificação profissional, geração de renda, valorização da pessoa, estímulo à produção local, respeito às especificidades regionais, fortalecimento das comunidades, orientação profissional nas diversas áreas, desde a chamada gestão dos empreendimentos solidários até as temáticas humanas e sociais como relações de gênero, saúde e alimentação, etc. Ligado a este fato, o apoio de instituições, como as universidades e grupos sociais ativistas como a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, motivaram o governo municipal a aderir a este projeto promissor em outros municípios brasileiros, modificando o caráter assistencialista das ações promovidas pelas administrações anteriores na Secretaria de Assistência Social.

Neste sentido, Gaiger salienta a simpatia por diversos organismos nacionais pelas iniciativas de Economia Solidária e relaciona com os setores de esquerda da sociedade que identificam nestas iniciativas a continuidade de seus projetos políticos e de transformação social.

Esse quadro promissor, além de carrear rapidamente o apoio de ativistas, agências dotadas de programas sociais e órgãos públicos, suscitou o interesse dos estudiosos para o problema da viabilidade desses empreendimentos a longo prazo, bem como para a natureza e o significado contido nos seus traços sociais peculiares, de socialização dos bens de produção e do trabalho. Setores da esquerda, reconhecendo ali uma nova expressão dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares, passaram a integrar a economia solidária em seus debates, em seus programas de mudança social e em sua visão estratégica de construção socialista. Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e promovendo a economia solidária como uma *alternativa* para... os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, etc.; uma *alternativa*, ao aprofundamento das iniquidades, às políticas de corte neoliberal, ao próprio capitalismo. (GAIGER, 2002, p. 18)

Em sintonia com o governo federal, a Prefeitura Municipal de Dourados reconheceu nas experiências de Economia Solidária no país como “a nova expressão dos ideais históricos

das lutas operárias e dos movimentos populares”⁴ e fundou a Rede de Economia Solidária como reflexo da visão estratégica de construção socialista do Partido dos Trabalhadores.

Assim, seguindo modelos existentes no Brasil de alternativas para a geração de trabalho e renda, a Prefeitura iniciou suas atividades com a preocupação de oferecer qualificação para a população em situação econômica vulnerável. Porém, não tinha ainda a ideia de Economia Solidária consolidada. Lenita Gripa, presidente da ONG Mulheres em Movimento em 2007, explica em seu relato o início desta experiência pela prefeitura:

Eu cheguei em Dourados em 2003 e logo em seguida já entrei na Prefeitura prá trabalhar na Gestão de Empreendimentos de Economia Solidária. Naquele tempo a gente não tinha muita idéia do que era Economia Solidária. A gente falava mais em geração de renda só. E daí foi crescendo. A gente foi pela Prefeitura oferecendo a população dos bairros cursos de qualificação para o trabalho, de padaria, de eletricista, de costura, mais de trinta e cinco cursos, artesanato, várias áreas.⁵

Percebemos pela fala que os/as gestores/as passaram a estudar para compreender teoricamente o significado e objetivos da Economia Solidária no Brasil, e também a pesquisar sua aplicabilidade, através de experiências de sucesso em Prefeituras, como as de Porto Alegre-RS e Santo André-SP. Conforme apontam José Ricardo Tauile e Eduardo Scotti Debaco, “[...] se a autogestão tem de fato tamanho potencial de beneficiar a sociedade brasileira, parece evidente a necessidade de o poder público fomentá-la, suprindo as deficiências que ela apresenta em seus estágios iniciais no Brasil.”(TAUILE; DEBACO, 2002, p. 70)

Ou seja, mais do que o apoio de instituições e organismos sérios, o desenvolvimento de iniciativas como a Economia Solidária dependem de políticas públicas específicas, pois somente desta forma o Estado poderá promover o desenvolvimento social. Os autores continuam e acrescentam que

Entre as experiências mais importantes de políticas públicas para a economia popular solidária no meio urbano pode-se citar o Programa Economia Popular Solidária (EPS) do Estado do Rio Grande do Sul, os programas de algumas Prefeituras brasileiras e as incubadoras de cooperativas populares existentes em diversas universidades públicas e privadas.” (TAUILE; DEBACO, 2002, p. 70)

⁴ Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 09/05/2007.

⁵ Entrevista concedida em 04/05/2007.

No entanto, apesar dos índices positivos de aceitação da Economia Solidária, Gaiger alerta sobre um excessivo entusiasmo. O autor fala que “[...] interpretações ligeiras dessa importante questão podem, em verdade, manifestar uma pressa de encontrar respostas tranqüilizadoras” (GAIGER, 2002, p. 19), uma urgência em demonstrar que as iniciativas de Economia Solidária conseguem superar as dificuldades impostas pelo sistema capitalista. Desta perspectiva decorrem duas reflexões.

Primeiro, podemos dizer que de um lado o capitalismo engendra condições para o surgimento de novas formas de violência, barbárie, crescimento do narcotráfico, prostituição, banalização da morte, diversos conflitos sociais por etnia, gênero ou classe social, aumento da fome e miséria, caos nos serviços públicos, por outro lado este mesmo capitalismo favorece, não por opção que lhe é própria, mas por sua omissão, repensar as relações sociais, refletir sobre a reprodução de desigualdades, propor novas relações de trabalho, de produção e de consumo, pensar na distribuição da riqueza e no aproveitamento real do tempo e espaço pelo ser humano. (MANCE, 2001)

Em segundo lugar, devemos pensar que os conceitos impostos pelo sistema capitalista não são apenas objetivos, como lucro, dinheiro, competição, mas também subjetivos. Sua expansão histórica e a superação de suas crises demonstram que, para sua sobrevivência, o capitalismo fez com que grande parte da sociedade almejasse superar o outro para conquistar seus objetivos. Convenceu as pessoas que estas são incapazes de promover uma transformação real e que suas escolhas e ações estão deslocadas da construção histórica da sociedade a qual pertence. Assim, mentalizamos e somos construídos culturalmente para acreditarmos que qualquer alternativa ao capitalismo que vivenciamos não pode dar certo.

O capitalismo inteligentemente privatiza os bens materiais e socializa os sonhos. Você não tem pão para comer na favela, mas passa a noite assistindo uma belíssima novela que o leva ao Pantanal adentro, a Hollywood, as mansões... E você sonha que isso está ao seu alcance. O limite entre o sonho e a realidade é uma telinha eletrônica. (BETTO, 2005, p. 70)

Como resultado destas reflexões, consideramos que, apesar de todo potencial positivo das ações das Redes de Economia Solidária, há um contínuo desafio a ser enfrentado na realidade das pessoas que compõem os grupos solidários: romper com as ideias, conceitos e modo de viver em sociedade que o capitalismo nos apresenta para deixar florescer na prática o que a Economia Solidária propõe teoricamente.

As Redes de Economia Solidária têm apresentado resultados positivos em suas ações. Em Dourados-MS, houve um aumento significativo de participantes da Rede principalmente

entre os anos de 2005 e 2008, tendo como fator determinante deste crescimento o contínuo apoio do governo municipal aos empreendimentos solidários.

Em abril de 2005, o Jornal da Economia Solidária do referido período noticiou que na data da publicação do jornal existiam em Dourados-MS 40 empreendimentos solidários. Ao final do ano de 2008, o mesmo jornal informava um total de 240 empreendimentos. Este crescimento ocorreu principalmente pelo sucesso no oferecimento gratuito dos cursos profissionalizantes para a população mais carente.

Os grupos de empreendedores/as solidários/as eram formados nos cursos para a qualificação oferecidos através de parcerias entre Prefeitura Municipal e SEBRAE, SENAC, SENAI e SESI. De início, a principal meta da Prefeitura era possibilitar a qualificação de pessoas desempregadas ou sem outro tipo de renda. O propósito de formar uma Rede de Economia Solidária surge depois de um período, quando os programas de qualificação já estão em funcionamento. O jornal citado, uma matéria sobre o programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” afirma o seguinte:

De 2001 a 2004 foram qualificadas aproximadamente 500 pessoas. Essa qualificação contribuiu para o surgimento de aproximadamente 40 empreendimentos solidários – pessoas que a partir da Economia Solidária têm gerado renda, pautados em uma nova visão de sociedade e de mundo, em que a solidariedade é o lema principal.⁶

Observamos que o investimento do governo municipal para a qualificação profissional não está obrigatoriamente ligada à Economia Solidária, ainda que exista um estímulo para que as pessoas ingressem na Rede. Através dos cursos, há um esforço por parte do poder público para viabilizar a geração de trabalho e renda. Muitas pessoas que se qualificam não ingressam na Rede, pois encontram emprego no mercado formal.

3.4 Estrutura da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS

A estrutura inicial da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS nasceu como afirmamos, anteriormente, pela iniciativa da Prefeitura Municipal. Entretanto, após a qualificação profissional oferecida à população, muitas pessoas não conseguiam empregos, uma vez que o mercado formal não absorve toda a mão-de-obra disponível ainda que qualificada.

⁶ Jornal da Economia Solidária. Abril/2005.

A maneira encontrada pela Prefeitura para diminuir as taxas de desemprego foi estimular os empreendimentos solidários, ou seja, fomentar as iniciativas de geração de renda sem que esta renda fosse necessariamente um salário. O apoio aos empreendimentos solidários é uma maneira de demonstrar às pessoas que os administram que estas podem gerar os recursos necessários para sobrevivência sem estarem ligados a empregos tradicionais ou a relações de trabalho próprias do sistema capitalista.

De acordo com Ledi Ferla, Secretária Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, entre os anos 2001 e 2008, a Economia Social do município foi tratada durante a gestão do Partido dos Trabalhadores enquanto Política Pública.

Esta Política Pública no Município de Dourados constitui-se de um conjunto de projetos, programas e ações articulados entre si, que visam estimular e fomentar a economia popular solidária no Município, como estratégia de emancipação social, geração de trabalho e renda e desenvolvimento local, prioritariamente nas comunidades de bairros populares. Tal iniciativa não é uma ação isolada, mas integra a política de Assistência Social e Economia Solidária no Município de Dourados, implementada pela Prefeitura, através da Superintendência de Trabalho e Economia Solidária, que por sua vez, se articula com o conjunto de ações do Governo, cujos investimentos públicos voltam-se prioritariamente a diminuir as desigualdades sociais na cidade de Dourados-MS. (FERLA, 2008, p. 60)

As medidas para a geração de trabalho e renda escolhidas pela Prefeitura Municipal não estavam limitadas a diminuir os altos índices de desemprego no município. Vale lembrar que o contingente de pessoas excluídas é o resultado de um longo processo histórico de transformações nas relações de trabalho que por sua vez gerou desempregos. Assim, as diretrizes políticas de muitos governos têm se voltado para favorecer ações que viabilizem o trabalho e a renda para além do mercado formal de trabalho.

A avaliação que se passa a fazer do desemprego é que mesmo que as taxas de crescimento da economia voltassem a crescer, ela não daria conta de absorver o grande contingente de trabalhadores desempregados gerados nas duas décadas passadas anteriores. No máximo ela poderia dar conta da massa de novos desempregados que anualmente são lançados no mercado de trabalho. Portanto, passava a ser necessária ação que visassem não mais empregos formais, mas a obtenção de trabalho e renda por este grande contingente de excluídos socialmente criados, de um lado, pelas características do processo de desemprego e, de outro pelo próprio processo de exclusão social de características estruturais da sociedade brasileira, que remetem a um processo histórico de exclusão social e o passado de quatro séculos de escravidão no Brasil. (LEITE, 2007, p. 28)

Abaixo, a fala de Lenita, ex-presidente da ONG Mulheres em Movimento, confirma que a política pública de apoio à Economia Solidária tinha como finalidade propiciar à parcela

excluída da população uma maneira de prover seu sustento através de uma geração de renda diferente das usuais.

Olha o que dá certo, o que tá dando certo, é que o povo tem capacidade de produzir com qualidade e gerar renda a partir disso aí. O povo, o nosso povo, não precisa, apesar de ter uma cultura de dependência, de tudo querer ganhar, mas a hora que você instiga, que você solta na mão deles, na mão das pessoas, e capacita, elas são capazes de produzir e se auto-sustentar. Isso prá mim é o fundamental. Claro que o primeiro papel é gerar a auto-estima, primeira função nossa e isso vai anos prá gente trabalhar essa questão da capacidade. Então a primeira coisa é que eles são capazes. A segunda coisa é que geram renda e sustentam sua família. Não precisam ficar no desemprego. Emprego não é só aquele de carteira assinada. Hoje nós vivemos numa época que trabalho não é emprego de carteira assinada. Trabalho é fazer alguma coisa e daquilo ali gerar renda. O que não tá dando certo ainda, que precisa crescer que eu vejo com um grande desafio é a população acreditar na capacidade local. Que seria o consumo solidário.⁷

Do mesmo modo que a Prefeitura propiciou condições de acesso ao mercado formal de trabalho através da qualificação, providenciou também ferramentas àqueles/as que, por motivos diversos, não tinham acesso a este mercado. Percebemos que quando Lenita afirma que “Emprego não é só aquele de carteira assinada. Hoje nós vivemos numa época que trabalho não é emprego de carteira assinada. Trabalho é fazer alguma coisa e daquilo ali gerar renda”, ela traduz um entendimento de que o poder público municipal investiu na autonomia das pessoas e na capacidade que estas possuem de suprir suas necessidades sem sentirem-se excluídas do mercado de trabalho.

Para tanto, a Rede de Economia Solidária transformou-se e ampliou sua capacidade de atendimento à demanda crescente de empreendimentos solidários. Foi necessário organizar uma estrutura que acompanhasse o crescente desenvolvimento da Rede e pudesse dar continuidade as ações da Rede independente do governo que assumisse a Prefeitura após 2008.

3.4.1 A ONG Mulheres em Movimento: principal parceira da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS

Com a crescente procura e oferecimento dos cursos de qualificação para o desenvolvimento da Rede de Economia Solidária, outras necessidades emergiram além da qualificação. As pessoas qualificadas profissionalmente procuravam a Superintendência de

⁷ Entrevista concedida em 04/05/2007.

Economia Solidária apresentando outras demandas: as pessoas estavam qualificadas, mas não tinham como exercer o que aprenderam por falta de oportunidade e principalmente por escassez de recursos financeiros. Era necessário propiciar condições às pessoas para exercerem a formação recebida nos cursos.

Lenita Gripa ressalta que outro desafio surgiu com o oferecimento dos cursos de qualificação, a possibilidade de trabalhar com o que aprenderam.

Chegando ao final dos cursos, o pessoal falava assim: ‘E agora? A gente quer produzir, mas a gente não tem espaço, a gente não tem máquina, a gente não tem nada.’ E com isso a gente foi pensando: ‘O que fazer?’ E daí a Prefeitura podia dar os cursos, mas não podia dar o equipamento. Porque ele não tem verba prá isso. E tudo é licitação. É complicado. Aí nós resolvemos fundar essa ONG Mulheres em Movimento. Ela nasceu exatamente prá trabalhar como micro-crédito ou micro-finança prá montar os empreendimentos. E daí começa: compra máquina de costura, compra forno, monta o empreendimento com esse dinheiro que a gente empresta. E eles vão devolvendo e a gente reempresta...⁸

Percebemos a forte ligação da Prefeitura com o surgimento dos empreendimentos solidários e entidades parceiras da Rede e o entrelaçar de ações envolvendo a Economia Solidária no município desde seu início. Além da iniciativa de criação da Superintendência de Economia Solidária dentro da Secretaria de Assistência Social, as pessoas responsáveis pelo desenvolvimento do projeto se envolveram pessoalmente na busca de soluções para as constantes dificuldades que surgiam.

Dentro da própria Prefeitura e das pessoas ligadas à Economia Solidária surgiu a ideia de criar uma entidade para possibilitar o desenvolvimento de empreendimentos solidários, pois a Prefeitura poderia oferecer os cursos, mas não se responsabilizaria por equipamentos e demais recursos necessários para os empreendimentos.

Como se pode notar, desde seu nascedouro, os/as empreendedores/as solidários/as vincularam a Rede de Economia Solidária a um projeto cuja responsabilidade é prioritariamente da Prefeitura. No entanto, nem todas as iniciativas do poder público foram suficientes para a manutenção da Rede.

Por esta razão se criou a ONG Mulheres em Movimento, em janeiro de 2004, como suporte para os empreendimentos solidários e também como caminho para a construção de uma identidade de movimento social. Com a expansão dos empreendimentos solidários, os/as gestores/as perceberam que a criação de uma entidade facilitaria a desvinculação com a Prefeitura Municipal e principalmente com o Partido dos Trabalhadores. Para tanto, foi

⁸ Entrevista concedida em 04/05/2007.

necessário também promover a conscientização dos/as empreendedores/as de que os empreendimentos solidários deveriam ser autônomos. No entanto, no período a que esta pesquisa se refere, apesar de todas as discussões fomentadas nos grupos e para os grupos visando fortalecer a imagem como movimento social, a Prefeitura tomou para si grande parcela de responsabilidade pelos empreendimentos solidários.

De acordo com o primeiro jornal da Economia Solidária, publicado em abril de 2005:

A ONG Mulheres em Movimento é uma organização não-governamental sem fins lucrativos de caráter sócio ambientalista, cultural, educativo e de geração de renda. A participação da ONG Mulheres em Movimento na Rede de Economia Solidária é muito eficaz, contribuindo no financiamento de equipamentos e matéria-prima para os empreendimentos solidários, mediante projetos elaborados entre os(as) empreendedores(as) e a Associação.⁹

Como dito anteriormente, a ONG Mulheres em Movimento nasceu justamente da necessidade de viabilizar os recursos financeiros. Assim, as pessoas qualificadas poderiam iniciar seus empreendimentos e a Rede se consolidaria como um movimento social. Seria mais autônoma e deixaria de depender apenas dos recursos do Estado. Todo o trabalho da ONG ocorria em parceria com a Prefeitura e em diálogo direto com as gestoras e os gestores públicos.

A parceria se dava da seguinte forma: a Prefeitura subsidiava a qualificação das pessoas, investia nas Lojas Solidárias e pagava o aluguel das mesmas. Entretanto, todo o financiamento de equipamentos e matérias-primas para os empreendimentos foram (e alguns ainda são) de responsabilidade da ONG.

Importa ressaltar que a ONG Mulheres em Movimento, apesar de parceira da Prefeitura, não possui dinheiro público destinado à viabilização dos empréstimos e financiamentos. Os primeiros recursos são oriundos da doação de uma herança de uma missionária que compõe o grupo de pessoas que fundou a entidade. Os demais recursos necessários para a manutenção da ONG provêm de doações da sociedade em geral.

Nós não temos dinheiro público aqui. A gente recebeu um dinheiro de herança, de uma missionária, que trabalhava na Bolívia. Ela recebeu a herança dela e ela doou a herança dela pra nós, pra ONG. E esse dinheiro a gente começou a emprestar pro povo, sem juro nenhum. Empréstimo mil reais e ele devolve mil reais em vinte, trinta vezes. Eles é que escolhem em quantas vezes vão devolver.¹⁰

⁹ Jornal da Economia Solidária. Abril de 2005.

¹⁰ Entrevista concedida em 04/05/2007.

A participação da ONG Mulheres em Movimento na Rede de Economia Solidária em Dourados-MS foi vital para seu crescimento, principalmente enquanto parceira da Prefeitura Municipal no período de 2001 a 2008.

A partir de 2009, a ONG Mulheres em Movimento mantém suas atividades ligadas à Economia Solidária, mas com pouco apoio da Prefeitura Municipal que, no entendimento da atual gestão, relaciona os empreendimentos solidários ao Partido dos Trabalhadores e, portanto, não investe na Rede de Economia Solidária através de políticas públicas para a geração de trabalho e renda, ainda que esta tenha apresentado resultados satisfatórios na gestão anterior.

No entanto, a ONG Mulheres em Movimento conquistou o respeito e o apoio de outras áreas da sociedade, como as universidades e, desta forma, tem conseguido reunir esforços para oferecer assistência aos/ empreendedores solidários/as, e dar continuidade aos eventos e fortalecer a Rede de Economia Solidária em Dourados-MS.

3.4.2 O Banco Pirê e a moeda social Pirapirê¹¹

A ONG Mulheres em Movimento iniciou suas atividades voltadas principalmente para o microcrédito ou microfinanças, tornando possível o início das atividades dos grupos da Rede, uma vez que grande parte dos/as empreendedores/as solidários/as encontrava-se negativada junto ao Serviço Central de Proteção ao Crédito – SCPC, SERASA – e não possuía renda fixa e comprobatória, tornando-os/as impossibilitados/as de acessar financiamentos ou empréstimos junto a bancos tradicionais, devido às exigências burocráticas destes.

De acordo com Lenita Gripa, o Banco Pirê foi criado pela ONG Mulheres em Movimento e integrado à Rede de Bancos Comunitários do Brasil em julho de 2006.

O microcrédito é um financiamento oferecido aos empreendimentos solidários através de um banco popular existente dentro da ONG Mulheres em Movimento, o Banco Pirê. Este funciona como um banco social e possui moeda própria – o Pirapirê, cuja mantenedora e administradora é a própria ONG. O objetivo é fomentar a Rede de Economia Solidária em Dourados através da disponibilidade de recursos financeiros para pessoas que não têm acesso aos bancos tradicionais.

¹¹ De acordo com o Jornal da Economia Solidária de julho/agosto de 2006, *pirapirê*, palavra de origem indígena, significa dinheiro e dá a idéia de abundância.

Maria da Conceição Celestino Barbosa, superintendente de Economia Solidária no período de 2001 a 2008, discorre, em entrevista, sobre o Banco Comunitário Pirê e sua importância para a Rede de Economia Solidária:

Esse Banco Pirê na verdade não tem dinheiro nesse Banco Pirê, o dinheiro que tem tá tudo na mão do povo. Então o povo vai lá na ONG, via projeto, eles pegam, por exemplo: Ah eu quero montar um empreendimento de padaria, panificação caseira, e eu preciso de um equipamento que custa mil e quinhentos reais. Então se for coletivo tem os critérios, ela vai pegar e parcelar de acordo com que ela pode pagar. Tem que ser muito fiel, porque senão você corta o movimento todo e então essa pessoa já sabe que se ela pegar tem que ser fiel, porque não é um banco igual aos outros, é um Banco Comunitário. Não visa lucro. Não tem juros. O juro é de três por cento em cima do montante que você pegou. Por exemplo, se você pegou mil e quinhentos você paga no final da parcela os três por cento dos mil e quinhentos. Não é igual aos bancos comuns que cobram juros sobre juros, mais juros, que a gente vive pagando juro. Então esse banco faz isso. Então o povo ele já tem consciência que é um trabalho extremamente comunitário e que se ele não for fiel, honesto, ele pode quebrar o círculo do trabalho. Então essas são as finanças solidárias, que a gente chama.¹²

Na fala da ex-Superintendente, percebemos que os elementos confiança mútua e solidariedade são peças chaves na engrenagem da Economia Solidária. As relações econômicas baseiam-se no princípio de que “O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.”¹³ Desta forma, os empréstimos fornecidos pelo Banco Pirê não exigem fiadores/as, garantias patrimoniais ou de qualquer outro tipo. Mas são concedidos através de uma relação de mútua confiança, como incentivo e como demonstração de credibilidade na iniciativa e no trabalho que o/a prestador/a se propõe a realizar com o dinheiro.

Essa relação financeira alternativa do Banco Comunitário para viabilizar os empreendimentos solidários tem apresentado resultados positivos. Lenita Grippa, presidente da ONG Mulheres em Movimento desde 2008, informa que desde o ano em que assumiu a presidência da ONG até 2010, o índice de inadimplência dos empréstimos não chega a um por cento. No entanto, ela lamenta que o Banco Pirê não possua recursos financeiros suficientes para contratar pessoas que auxiliem na divulgação e administração da moeda social:

¹² Entrevista concedida em 04/05/2007.

¹³ Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60

É pena que não temos recursos para a contratação de pessoas que possam trabalhar com a gente principalmente para com a dinamização da moeda social. Sentimos por não termos tempo de trabalhar na base, na mobilização dos estabelecimentos comerciais para a adesão à moeda social. Como Banco, essa é uma das únicas oportunidades que os pobres e com o nome nos serviços de proteção ao crédito podem novamente ter esperança de conseguir um equipamento ou a matéria prima para continua gerando trabalho e renda para sua família, e contribuindo para com o desenvolvimento local.¹⁴

O microcrédito é uma ferramenta muito utilizada não somente pelas Redes de Economia Solidária, mas também por outras organizações populares como um instrumento no combate à pobreza. Seu surgimento ocorreu a partir da década de 1970, conforme afirmam Melo Neto e Magalhães:

O micro-crédito foi uma política de inclusão social introduzida nos anos 70, em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo, através da iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagongf, chefiados e inspirados por Muhammad Yunus. Eles fundaram o Grameen Bank (Banco da Aldeia) – um banco popular, que concede créditos solidários a grupos de pessoas pobres, nos quais todos os receptores dos recursos são responsabilizados pelo reembolso. Os créditos não ultrapassam US\$50 e são fornecidos na tentativa de diminuir a pobreza. A experiência do Grameen inspirou programas em todos os continentes. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. E-16)

Desta forma, o objetivo do Banco é dar condições para quem não tem ou nunca teve acesso ao crédito. Quando o Banco dá o crédito com base no conceito de confiança e fidelidade, os/as produtores/as, trabalhadores/as, se sentem valorizados/as como cidadãos/ãs. “O crédito concedido assume um papel importante de resgate de cidadania. A sua função extrapola os limites do que convencionalmente o mercado financeiro entende por crédito”. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. E-16)

Através da moeda social, os grupos produzem e consomem entre si e fortalecem a Rede Solidária. A moeda social, segundo Patrocínio, tem uma função pedagógica, pois se torna instrumento para a autonomia dos grupos e facilita a circulação de bens e serviços. Sua função é privilegiar a autogestão e o consumo solidário e também reestruturar as formas de comércio para que uma economia justa aconteça. Ainda de acordo com o autor,

Achamos que a moeda tem essa função pedagógica, pois as pessoas vão tendo oportunidade de se questionar e de criar seu próprio instrumento de troca e seu modo de geri-lo, podem discutir o valor a ser dado para esse

¹⁴ Entrevista concedida em 21/06/2010.

instrumento de troca, que não está vinculado ao vil metal, mas sim ao trabalho delas, que é diferente do Real, que é diferente da especulação financeira, dos juros. A moeda social não tem juros. E por que não tem juros? Porque, antes de tudo, a adoção dos juros é uma postura política, então abolimos os juros da trocas. Como a moeda social está vinculada ao trabalho, então ela só circula onde houver trabalho, se tiver serviço, se tiver produto, aí ela circula. Se não tem isso, não tem sentido existir a moeda. (PATROCÍNIO, 2005, p. 45)

Todo financiamento realizado através do Banco Pirê é possível somente mediante elaboração de projetos. Para tanto, os/as empreendedores/as solidários/as devem atender a alguns requisitos para conseguirem a liberação do crédito: cadastrarem-se na sede da ONG Mulheres em Movimento, participar dos cursos de qualificação para o trabalho e participar das reuniões da ONG Mulheres em Movimento – quando são explicadas a sua finalidade, funcionamento, financiamento e sobre a Rede de Economia Solidária –, e das reuniões da Rede no bairro e das discussões, seminários e feiras da Rede de Economia Solidária.

O empréstimo, quando aprovado, libera o dinheiro, e a pessoa, em acordo com o Banco, determina as condições de pagamento. Os valores variam de R\$ 100,00 a R\$ 1.500,00. Como o Banco não visa lucro, não há cobrança de juros sobre juros. O juro cobrado é de 3% sobre o montante que a pessoa pegou como empréstimo, o que será pago somente na última parcela. Maria da Conceição explica que toda pessoa que solicita o empréstimo, recebe orientações para que saiba os objetivos do banco comunitário. Este trabalha numa relação de confiança com o/a prestador/a. Ela afirma “o povo já tem consciência que é um trabalho extremamente comunitário e que se ele não for fiel, honesto, ele pode quebrar o círculo do trabalho.”¹⁵

Desta forma, o município conseguiu organizar a Rede de Economia Solidária atendendo tanto o aspecto econômico, através de financiamentos obtidos no Banco Pirê, quanto estrutural, por meio de cursos e recursos materiais disponibilizados pelo poder público.

3.4.3 O Fórum Municipal de Economia Solidária

O tema Economia Solidária é totalmente desconhecido para a maioria das pessoas que ingressa na Rede. Por isso, a cada curso de qualificação oferecido pela Prefeitura o tema é

¹⁵ Entrevista concedida em 04/05/2007.

reforçado, pois entender teoricamente o funcionamento deste modelo econômico é fácil. No entanto, é difícil é trabalhar e viver nesta proposta.

Assim, com a expansão da Rede e o estabelecimento de parcerias com a ONG Mulheres em Movimentos, os movimentos sociais, as entidades diversas e universidades, as lideranças bem como gestores/as passaram a refletir sobre a importância da autonomia e da construção da identidade enquanto movimento social da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Passaram a reforçar o conceito de Economia Solidária nos encontros de qualificação e requalificação promovidos nos bairros.

Eram urgentes realizar medidas que promovessem a conscientização tanto de empreendedores/as quanto da sociedade civil em geral sobre a importância da existência da Rede de Economia Solidária. Desse modo, mesmo que o resultado eleitoral de 2008 representasse a organização de um governo pouco simpático à Economia Solidária, o movimento teria condições de continuar existindo nos próximos anos.

Os empreendimentos representavam um número significativo e estes não poderiam ficar desamparados, sem uma organização, sem assistência e sem apoio da sociedade civil. Um trabalho valoroso como este deveria ter seu reconhecimento enquanto movimento social sério e ativo.

A criação do Fórum Municipal de Economia Solidária vem ao encontro deste anseio em criar um espaço de discussão e articulação das ações da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS, no qual vários setores da sociedade douradense participam e contribuem para o fortalecimento de uma identidade independente e forte.

A criação do Fórum Municipal de Economia Solidária foi oficializada através do Decreto Municipal nº. 4201, de 10 de maio de 2007. O fórum é formado por representantes dos empreendimentos solidários, quilombolas, indígenas, entidades apoiadoras e governo, e visa discutir, aprofundar e deliberar questões sobre a Economia Solidária.

Com o objetivo de melhor organizar a Rede, criou-se também no ano de 2007 o Regimento do Programa de Economia Solidária, elaborado por todos os grupos que coordenavam a Economia Solidária no município. Este documento estabelece as normas e a estrutura organizacional da Rede e determina como ocorre a qualificação para o trabalho e aponta que a maior competência é da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária em parceria com o Banco Pirê e com o Fórum Municipal de Economia Solidária.

Percebemos que apesar do discurso sobre a importância do fortalecimento da Economia Solidária em Dourados, enquanto movimento social, o próprio Regimento da Rede

estabelece um controle maior por parte do poder público sobre as ações da Rede. Portanto, se por um lado constitui uma política pública bem estruturada, por outro não estimula outras instâncias da Rede a tomarem decisões para o alcance da autonomia.

3.5 Forma de ingresso na Rede de Economia Solidária em Dourados-MS

De acordo com os documentos cedidos pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, a Rede de Dourados-MS está organizada por setores de produção: confecções, produtos de limpeza, artesanato, alimentação, prestação de serviço e o setor de reciclagem, que funciona através de uma cooperativa de catadores de papel.

A forma de ingresso na Rede de Economia Solidária era administrada pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. A ex-Superintendente de Economia Solidária, Maria da Conceição Celestino Barbosa, explica detalhadamente como era o processo de ingresso na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS:

Então, muitas pessoas que estão hoje na Rede de Economia Solidária não passaram por essa etapa da qualificação até porque já sabiam fazer alguma coisa. Então não se define, por exemplo, você que tá na rede tem que fazer a qualificação. A prefeitura oferece aos trabalhadores. É uma das opções. Muitos, a maioria, fez o programa coletivos. Mas uma etapa é o programa coletivos, depois eles passam por um processo de um programa chamado de “Educação Cidadã”, que são temáticas diversas pra vida da pessoa. Sobre a questão da saúde, sobre a questão do meio ambiente, sobre a questão da auto-estima, questão da própria economia solidária, pra estar entendendo um pouco como funciona, que não é fácil. Às vezes é fácil você falar, mas na prática é um pouco difícil, porque é um modelo diferente de você tá consumindo. É um modo de produzir, um modo de vender, um modo de comprar, tudo diferente do que a economia capitalista impõe pra gente. Então é um outro modelo. Então essa primeira etapa é o programa coletivos, depois ela faz a “Educação Cidadã”, com essas diversas temáticas, que é importantíssimo porque daí a pessoa vai se auto conhecer. É um momento dela se auto-conhecer. É um processo de consciência mesmo. Consciência mais crítica. A gente trabalha na linha da educação popular. Nós temos o Paulo Freire como nosso mentor do nosso trabalho, nosso iluminador na nossa prática. Então a gente trabalha nessa linha de oficinas, onde a gente não leva a palestra, mas é construído coletivamente o conhecimento. Então é muito interessante o processo, cada riqueza que sai muito grande. Depois eles são convidados a fazer o curso chamado “Formando Times”. Esse curso é de quinze horas. É uma semana de curso. Três horas por dia. E onde nós trabalhamos as noções básicas de Economia Solidária, pra eles entenderem como funciona, bem o básico mesmo da Economia Solidária, sobre cooperativismo, sobre as relações interpessoais, sobre a rede como funciona e um pouco também um pouco da ONG Mulheres em Movimento, que é

uma grande parceira nossa, que trabalha com essa questão das finanças solidárias. Depois eu posso tá falando um pouquinho melhor sobre isso. Então esse é o “Formando Times”. Passou por essa etapa eles podem se inserir na rede, que eles já vão fazer o cadastro. Porque faz o cadastro pro “Formando Times” e já fica pra Rede Economia Solidária. Faz o cadastro e já começa a participar da rede e começa a ter alguns direitos. Eles participando da rede eles têm o direito de requalificação para o trabalho, eles têm o direito de expor os seus trabalhos nas lojas solidárias, que hoje em Dourados nós temos duas lojas, uma que fica na Joaquim Teixeira Alves, não sei se você já foi mas seria bom você ir, depois te dou o cartãozinho. E outra na rodoviária. Então eles têm o direito de expor seus produtos nas lojas, de expor seus produtos e comercializar nas feiras, grandes feiras, nos eventos que nós somos chamados a participar. Senão se eles ficam sozinhos não tem como. A gente não acha esse povo nos bairros então eles têm que se integrar num grupo prá poder saber o que tá acontecendo, todo esse movimento. Aí começam a participar da rede de economia solidária. E aí essa rede prá não ficar assim solto o povo, a gente reúne uma vez por mês, em cada região dessas que eu falei no início. No Cachoeirinha, no Jóquei, no Flórida. A gente reúne uma vez por mês prá discutir com eles assuntos que diz respeito ao trabalho deles. Algumas outras temáticas importantes para a convivência do grupo, para o fortalecimento da luta deles, do trabalho deles. Então muitas dessas pessoas entram, muitas saem, depois entram novas, então sempre tem gente nova no grupo. Então a gente tá sempre começando de novo, porque é muito difícil eles persistirem até o final.¹⁶

Relacionando a entrevista com a análise dos documentos, percebemos que os/as interessados/as em participar da Rede deveriam cumprir basicamente 2 (dois) requisitos: o primeiro requisito era a participação no programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho”, que envolvia diversas ações, dentre as quais as principais eram: a qualificação para o trabalho, a formação para a cidadania e o ingresso na Rede de Economia Solidária. O segundo requisito era a participação nos “Encontros de Empreendedores/as”.

3.5.1 Programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho”

Este foi um programa de inclusão social da gestão anterior na Prefeitura em parceria com outras entidades já descritas, com objetivo de oferecer a qualificação profissional aos/as trabalhadores/as desempregados/as da cidade de Dourados. Sobre este programa, o Jornal da Economia Solidária explica o seguinte:

O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho foi implantado no município de Dourados em 2001 pela Administração Popular, através da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. Seu principal objetivo é a qualificação profissional e a geração de renda. Além disso,

¹⁶ Entrevista concedida em 04/05/2007.

oferece palestras educativas que proporciona a todos os participantes, momentos de reflexão de formação para a cidadania. Por seu formato e dinâmica de execução, esse Programa tem contribuído para a inclusão social de muitos cidadãos douradenses.¹⁷

Este programa possuía 3 (três) eixos centrais: o primeiro era a qualificação e requalificação para o trabalho, através do oferecimento gratuito de cursos profissionalizantes. O cadastro para que as pessoas fizessem os cursos ocorria nos bairros, nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – e em outras instituições que facilitem o acesso das pessoas. O segundo eixo era a formação para a cidadania: estimular reflexões e discussões sobre a construção da sociedade e não apenas oferecer os cursos. O oferecimento dos cursos era um atrativo para vincular as pessoas à Rede Solidária. Por fim, o terceiro e último eixo era o ingresso na Rede de Economia Solidária.

3.5.1.1 A qualificação para o trabalho

No Programa Coletivos, havia uma série de cursos oferecidos aos/as trabalhadores/as desempregados/as nos bairros populares do município. Esses cursos eram promovidos através de parcerias com as escolas profissionalizantes do grupo “S”. Havia uma divulgação nos por parte dos/as servidores/as da Secretaria de Assistência Social através dos CRAS – Centro de Referência em Assistência Social. As pessoas escolhiam os cursos de seu interesse de acordo com as opções ofertadas e faziam as inscrições diretamente no CRAS, através do preenchimento de formulário próprio, no qual deveriam constar dados sobre a família do/a interessado/.

Dentre estes cursos oferecidos pelo programa, citamos: manicure e pedicure, cabeleireiro/a, artesanato, corte e costura, mecânica, panificação, etc.

Após a qualificação profissional, os/as interessados/as em participar da Rede de Economia Solidária eram obrigatórios a fazer outros cursos, como ‘Aprender a empreender’, ‘Juntos somos fortes’, ‘Técnicas de vendas’ e ‘Formando times’. Estes tinham a finalidade de auxiliar às pessoas a administrarem seus empreendimentos e ao mesmo tempo serviam de incentivo à formação de empreendimentos solidários.

Em setembro de 2005 o Jornal de Economia Solidária fala sobre o Programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” e relata sua importância como um programa de inclusão social, promovido pela Prefeitura. Há 05 depoimentos, sendo que 02 são masculinos.

¹⁷ Jornal da Economia Solidária. Abril de 2005.

No editorial do jornal, a Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Dourados, Prof^a. Zonir Freitas Tetila expõe alguns pontos positivos sobre este programa, dentre eles o atendimento às mulheres:

Outro aspecto a ser ressaltado é que este Programa tem contemplado, em especial, mulheres em situação de risco social – sem trabalho, sem perspectivas recuperando a sua auto-estima e construindo um processo de conscientização e de resgate da cidadania. Queremos fazer de cada mulher douradense, uma cidadã.¹⁸

A Economia Solidária desenvolve sua proposta sobre a educação popular que visa conscientizar os/as empreendedores/as quanto aos conflitos sociais. Entretanto, quanto às temáticas de gênero, estas discussões são escassas e percebemos uma reprodução nas relações sociais, ainda que o poder público expresse seu objetivo de “fazer de cada mulher douradense, uma cidadã.”

No ano de 2008, a Prefeitura publicou uma cartilha denominada “A Economia Solidária no município de Dourados-MS” na qual está descrita o que é o programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” bem como seus objetivos:

O Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho visa primordialmente a geração de renda e a inclusão social da população de baixa renda, bem como a qualificação da população desempregada e/ou subempregada. Seu grande foco foi o alcance das famílias dos Programas de Transferência de Renda, no intuito de proporcionar a essas famílias uma alternativa de inserção produtiva e posterior melhoria da renda familiar, através da Rede de Economia Solidária. Todavia, devido ao crescimento da própria Rede de Economia Solidária, o Programa se destinou também à requalificação de pessoas que já estão inseridas produtivamente, organizadas em empreendimentos coletivos, familiares e/ou individuais. Assim, o Programa valoriza o trabalho, a atividade produtiva dos(as) participantes visando à emancipação, a autonomia, a democracia e o fortalecimento de valores humanos esquecidos em função da lógica do sistema capitalista, como a solidariedade, o cooperativismo, a equidade, a justiça social, dentre outros. O Programa qualificou e requalificou cerca de oito mil trabalhadores(as) de 2002 a 2008, nos setores de construção civil, confecção, artesanato em geral, produtos de limpeza, alimentação, prestação de serviço e recursos humanos. Para facilitar o acesso aos cursos, o programa é desenvolvido nos bairros populares, nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, nas igrejas, nas associações de moradores e no Rotary Clube.¹⁹

Para a continuidade na Rede, o Programa oferecia também a requalificação com a finalidade de manter o vínculo dos empreendimentos à Rede de Economia Solidária. Nesta

¹⁸ Jornal da Economia Solidária. Setembro/2005.

¹⁹ Cartilha “A Economia Solidária no município de Dourados-MS” publicada no ano de 2008.

requalificação havia os cursos profissionalizantes mas também os cursos de formação para cidadania, visto que sempre houve a necessidade de retomar com os/as participantes da Rede reflexões sobre a sociedade, o sistema capitalista, pois são temas que não se discute em apenas um encontro.

Sobre a requalificação, o Jornal da Economia Solidária de junho/julho de 2007 publicou a seguinte nota:

O programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho está em pleno desenvolvimento em nove regiões de Dourados, incluindo seis programas sociais que também estão sendo beneficiados com cursos. Para melhor atender os empreendedores(as), no mês de maio foram realizados os cadastros dos empreendimentos da Rede de Economia Solidária por setor de produção, com isso será possível oferecer a requalificação, ou seja, o aperfeiçoamento, dentro da área de produção de cada um(a).²⁰

Desta forma, a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS conseguiu manter uma estrutura apropriada para o desenvolvimento de empreendimentos solidários, pois havia um número considerável de pessoas qualificadas sem acesso ao mercado formal de trabalho. A partir do apoio ao funcionamento de empreendimentos solidários, o poder público favoreceu a geração de trabalho e renda numa opção historicamente diferente e viável de combate à exclusão social.

3.5.1.2 A formação para a cidadania: a “Educação Cidadã”

Após a conclusão dos cursos de qualificação do programa, os/as interessados/as em formarem grupos de trabalho coletivos eram direcionados para o curso “Formando Times”. Neste curso, as pessoas recebem as primeiras noções sobre o trabalho coletivo, formação para a cidadania, noções para a gestão e relações interpessoais. O objetivo do curso era também estimular reflexões e discussões sobre a construção da sociedade e o que é a Economia Solidária.

Ledi Ferla, ex- Secretária Municipal de Assistência Social, esclarece o significado e objetivo do curso “Formando Times” para a formação de empreendimentos solidários.

Após a conclusão da qualificação para o trabalho, os/as interessados/as em formarem grupos de produção, passam por uma capacitação denominada “Formando Times”, que tem como objetivo preparar os/as trabalhadores/as para o trabalho coletivo, noções para a gestão, processo de um

²⁰ Jornal da Economia Solidária. Junho/Julho de 2007.

amadurecimento de um empreendimento, relações interpessoais, com carga horária de 20 horas. É a fase da sensibilização. Neste período os/as empreendedores/as inserem na Rede de Economia Solidária, assumindo compromissos firmados coletivamente entre os/as empreendedores/as de entender o que é economia solidária, quais seus princípios e responsabilidades. Elaboram seus projetos com a assessoria da equipe técnica. (FERLA, 2008, p. 65)

Para ingressar na Rede, o/a interessado/a deveria compreender uma lógica diferente daquela empregada por empresas tradicionais. Na metodologia proposta pela Economia Solidária, as empresas são autogestionadas e, deste modo, os lucros e as despesas são divididos e as decisões e problemas são resolvidos coletivamente.

As participações nos cursos, palestras, encontros e oficinas da chamada “Educação Cidadã”, formavam o conjunto de estratégias utilizadas pelo poder público para fortalecer os empreendimentos solidários em Dourados-MS. Dentre estes, o curso “Formando Times” é considerado pelos/as gestores/ como um dos mais importantes cursos para o desenvolvimento da Rede no município. De acordo com o Jornal da Economia Solidária, de abril de 2006, o curso “Formando Times”

[...] nasceu em 2005 com o objetivo de capacitar empreendedores(as) interessados(as) em fazer parte da Rede de ECOSOL²¹, sobre os princípios fundamentais da Economia Solidária, cooperativismo, relações humanas, noções de planejamento e rede de Economia Solidária.²²

Este curso segue as premissas básicas dos Encontros de Empreendedores/as nos bairros, mas tem a finalidade de agregar mais pessoas à Rede de Economia Solidária.

Neste sentido, a Prefeitura procurou transformar a mentalidade das pessoas que se interessavam em fazer parte da Rede para que formassem seus empreendimentos com novas relações de produção e trabalho.

Sabendo da dificuldade em vivenciar a proposta da Economia Solidária, os curso de formação para a cidadania eram constantemente oferecidos, de modo a estimular a permanência das pessoas na Rede.

3.5.1.3 O ingresso na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS

²¹ ECOSOL – Sigla utilizada nos jornais e documentos do município para referir-se a Economia Solidária.

²² Jornal da Economia Solidária. Abril de 2006.

O ingresso na Rede ocorria mediante a conclusão dos cursos de qualificação profissional e formação para a cidadania. O cadastro para os cursos feitos nos CRAS ou em outros locais nos bairros era a base de dados para que a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária acompanhasse o número de pessoas que ingressam na Rede.

Todavia, para as pessoas que já tinham alguma qualificação e se interessavam em ingressar na Rede, havia a opção de fazer apenas os cursos de formação para a cidadania. Estes eram obrigatórios para o ingresso na Rede.

Após a conclusão dos cursos, as pessoas elaboravam projetos de empreendimentos solidários. Estes projetos eram apoiados e acompanhados pela Prefeitura Municipal. A maioria buscava o financiamento no Banco Pirê para por em prática seu projeto de empreendimento solidário. Na aprovação do projeto, a pessoa recebia o dinheiro e iniciava suas atividades. A partir do vínculo com a Rede poderia vender seus produtos nas lojas solidárias e nos eventos promovidos pela Economia Solidária. Para continuar com os benefícios do acesso ao microcrédito e expor seus produtos nas lojas e eventos, as pessoas eram obrigadas a participar das reuniões nos bairros, nas assembleias e conferências da Rede.

O ingresso na Rede transformou sua dinâmica a partir de 2009. Desta forma, é importante esclarecer que determinadas ações organizadas pela Prefeitura Municipal, na gestão anterior (2001-2008) permanecem e outras não. A qualificação direcionada à Economia Solidária não existe mais. A atual gestão adotou uma política de qualificação diferenciada, na qual o foco não é mais a Economia Solidária.

Uma assistente social da Prefeitura da gestão a partir de 2009, esclarece o assunto.

Nós temos os cursos de qualificação pela Prefeitura. Mas não é como antes. As pessoas são livres pra escolher através dos centros de referência. Lá as pessoas buscam alternativas de qualificar. É levantado um diagnóstico do que as pessoas buscam e enviado a Secretaria de Assistência Social. A Secretaria faz uma programação de como vai ocorrer aquela qualificação e oferece ao público em geral, tanto para as famílias que são da economia solidária e quanto para aquelas que não são da economia solidária. Tanto faz.

²³

Quando a pessoa ingressava na Economia Solidária ela tinha acesso ao financiamento no Banco Pirê, participava de reuniões mensais nos bairros sobre o que é a Economia Solidária, tinha assistência técnica para seu empreendimento e podiam divulgar seus produtos

²³ Entrevista concedida em 18/12/2009.

e serviços nas feiras e eventos promovidos pela Rede de Economia Solidária. Esse era praticamente o processo de ações dos/as integrantes da Rede.

No entanto, o financiamento continua. É uma das atividades que permanecem na Rede pois está ligada à ONG Mulheres em Movimento, gestora do Banco Comunitário Pirê. Em entrevista neste ano de 2010 com Neusa Grippa, a presidente da ONG informa que

Estamos com quase 7 mil pirapirês circulando. Os empréstimos continuam sim, este ano já foram financiados 18 projetos. De 2008 para cá a inadimplência não chega a um por cento.²⁴

Portanto, algumas ações da Rede permanecem.

3.5.2 Os Encontros de Empreendedores/as

O segundo requisito para compor a Rede de Economia Solidária é participar dos “Encontros de Empreendedores/as”. Esta é outra ação que permanece na Rede. Apesar da diminuição no número de empreendimentos solidários desde 2009, os/as gestores/as insistem na manutenção dos encontros nos bairros como requisito básico para manter a união das pessoas na Rede.

No Jornal da Economia Solidária de dezembro de 2005, há uma referência explicativa sobre os Encontros de Empreendedores:

O projeto ‘Encontro de Empreendedores’ foi uma proposta ousada que surgiu no início de 2005 com o objetivo de estruturar e fortalecer a Rede de Economia Solidária a partir de discussões e reflexões coletivas sobre alternativas para a comercialização e legalização.²⁵

Nesses encontros, que ocorrem uma vez por mês nos bairros, são discutidas temáticas diversas como saúde, meio ambiente, autoestima, gênero, etnia e a própria Economia Solidária. Assim, as pessoas entendem como este modelo econômico funciona, e ainda é uma forma de fortalecer os laços entre os/as empreendedores/as nos bairros e instigar a produção e comércio solidários, uma vez que a sociedade está adaptada ao modelo capitalista de consumo desenfreado. Este é o maior desafio que dificulta os primeiros passos para uma luta emancipatória.

²⁴ Entrevista concedida em 21/06/2010.

²⁵ Jornal da Economia Solidária. Dezembro de 2005.

Uma outra nota do *Jornal da Economia Solidária*, de setembro de 2005, retrata os Encontros de Empreendedores/as e esclarece bem o objetivo deste projeto:

A participação nos encontros mensais dos(as) empreendedores(as) vem crescendo, e assim, conseqüentemente, a Rede de Economia Solidária se fortalece cada vez mais. A presença de cada empreendedor(a) com suas experiências e buscas, enriquece e dinamiza a Rede como projeto de solidariedade, por isso, participe das reuniões mensais.²⁶

Os Encontros de Empreendedores/as permitem reforçar os princípios da Economia Solidária e estimular as decisões coletivas, ouvir sugestões, trocar experiências e expor as dificuldades em trabalhar dentro da proposta de solidariedade. Singer afirma que trabalhar de acordo com os princípios da Economia Solidária não é fácil e essa dificuldade é fruto das representações sociais adquiridas ao longo da vida sobre o que é trabalho e qual é o comportamento adequado e aceito pela sociedade. Somos educados/as para obedecer a padrões, regras e aceitar as normas sem questioná-las. Desta forma, nos tornamos seres alienados e nesta condição não despertamos para transformar a sociedade.

As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão.²⁷ Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e temer os ‘superiores’ desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira. As crianças são espontaneamente inquietas, curiosas, desejosas de participar em todos os jogos e brincadeiras. A escola reprime esses impulsos e as obriga a obedecer a horários, a ficar quietas e imóveis durante a aula, a decorar coisas que nada lhes dizem e a renunciar a satisfazer boa parte de sua curiosidade. E tudo isso sob a ameaça de reprimendas e castigos, o pior dos quais é não ser aprovado. As imposições e repressões da família patriarcal vão na mesma direção. (SINGER, 2002, p. 21)

A escola e a família, mutuamente, reforçam o modelo patriarcal da sociedade, definindo as regras morais, os papéis a serem cumpridos por mulheres, homens e crianças. Nesta construção social, o poder tem sido instrumento repressor para as formas de convivência que rompem com modelos convencionais. Sabemos assim que desde muito jovens alguns grupos sociais são “programados” para obedecerem e outros para controlarem.

Conforme aponta Saffioti, existem técnicas sociais que visam moldar o comportamento humano para determinados fins. Desta forma, no mundo do trabalho para

²⁶ *Jornal da Economia Solidária*. Setembro de 2005.

²⁷ Conforme SINGER (2002, p. 21) “Heterogestão é a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo.”

cada classe social há um caráter específico, uma representação na qual as ações estão estruturadas.(SAFFIOTI, 1976) Assim, as pessoas inseridas em empreendimentos solidários demonstram dificuldades em trabalhar com a autogestão. Há uma mentalidade ligada à hierarquia das empresas capitalistas, determinante de ocupações privilegiadas de determinados membros. Nos empreendimentos solidários isto não ocorre. Entretanto, os/as gestores/as da Rede de Economia Solidária reclamam da falta de participação e de iniciativa das pessoas que compõem a Rede. Aliado a este fato, muitas pessoas ingressam na mesma e carregam uma perspectiva capitalista, de difícil ruptura.

Este fato é demonstrado em um levantamento das condições dos empreendimentos solidários, realizado em agosto de 2007, a pedido da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, pela COOPAER – Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio. Esta cooperativa é parceira do SEBRAE e realiza consultorias para os mais diversos órgãos e instituições.

De acordo com o Relatório de Consultoria do Setor de artesanato do Programa de Economia Solidária realizado em 01 de agosto de 2007, os membros deste grupo são pequenos/as empreendedores/as, na maioria mulheres, na faixa etária média superior aos 40 anos. O documento apresenta dois aspectos negativos nos grupos, o primeiro afirma que o grupo “[...] pensa de forma bastante capitalista e visualiza o acúmulo de capital e a cooperação ainda pouco consolidada”²⁸. O problema destacado pelo grupo é a comercialização do artesanato, pois este não se caracteriza como produto de primeira necessidade, portanto a cooperação e a busca de mercado de forma coletiva devem ser maiores que para os demais grupos. O segundo aspecto negativo refere-se aos baixos níveis de cooperação, “[...] permitindo alguns desencontros em aspectos determinantes para a Economia Solidária, como o consumo solidário e as redes de cooperação entre os diversos setores.”²⁹

3.6 A Rede de Economia Solidária de Dourados e suas parcerias para a qualificação profissional

²⁸Relatório de Consultoria- Setor de artesanato do Programa de Economia Solidária de 01/08/2007.

²⁹Relatório de Consultoria - Setor de alimentação do Programa de Economia Solidária de 01/08/2007.

Muitos documentos da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS apontam a igualdade como um dos princípios que regem as ações dos empreendimentos solidários, principalmente quando estas ações referem-se à qualificação profissional.

Durante o período de 2000 a 2008, a Prefeitura Municipal manteve parceria com instituições como SEBRAE, SENAI, SENAC e SESI, que oferecem cursos de qualificação profissional para a sociedade em geral. Nesse período, a Prefeitura pagou os cursos para as pessoas interessadas e estas tiveram a oportunidade de ingressar na Rede de Economia Solidária.

De acordo com Ledi Ferla, ex- Secretária Municipal de Assistência Social, durante o período de 2001 a 2008 os cursos de qualificação eram realizados pelas escolas técnicas profissionalizantes do sistema “S”.

A Prefeitura contrata as Escolas Profissionalizantes do Sistema “S”. A instituição vai até o bairro ministrar os cursos de acordo com a demanda da comunidade e da agência de emprego do município, mediante cadastros pré-selecionados pela equipe técnica responsável pelo programa. Os cursos são acompanhados diariamente por meio de monitores/as de economia solidária, contratados/as pela Prefeitura e equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Todos/as os/as beneficiários/as assinam um termo de responsabilidade, comprometendo-se com o programa, reafirmando a sua participação assídua nos cursos e oficinas de educação popular. (FERLA, 2008, p. 64)

O Vereador Tenente Pedro, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (mandato 2006-2009), acompanhou a trajetória da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS e expressou em entrevista a importância da parceria da Prefeitura Municipal com os órgãos do grupo S para a qualificação profissional.

Aqui em Dourados, nós temos uma experiência bastante rica de Economia Solidária, desde que o prefeito Tetila iniciou a sua gestão do primeiro mandato, ele criou uma política pública que é o ‘Coletivos de Formação para o Trabalho’. Qual era o alvo? O alvo seriam aquelas pessoas desempregadas, com auto-estima baixa, que não conseguiam gerar renda. Então este Coletivo, a Prefeitura paga integralmente o curso para o SENAI ou SENAC que dão os cursos, e hoje eu já posso dizer que são mais de 7 mil pessoas, em 06 anos, e estão formando mais 1.200.³⁰

O relatório da Rede de Economia Solidária 2006, por exemplo, apresenta diversas oficinas realizadas no referido ano com a finalidade de reforçar junto aos/as empreendedores/as solidários/as os princípios norteadores da Rede. Dentre estas oficinas uma

³⁰ Entrevista concedida em 28/04/2007.

foi denominada ‘Gênero e Igualdade Racial’, com carga horária de 2 horas. Percebemos, no documento, uma intenção positiva do Poder Público ao inserir o tema em suas políticas públicas e, em especial, na Economia Solidária com enfoque na temática de gênero. Entretanto, o curso de apenas 2 horas não se repetiu ao longo do ano de 2006. O espaço para estas discussões ainda era mínimo e considerado irrelevante quando comparado a outras abordagens como a geração de renda.

A ideia equivocada do “avanço da mulher” esconde muitos conflitos de gênero que merecem reflexões principalmente para as participantes da Rede de Economia Solidária, e isto pode ocorrer por dois motivos. Primeiro como consequência do próprio movimento feminista que se dispersou entre debates acadêmicos e práticas políticas feministas especialmente na década de 1970, causando fragmentações nas lutas por igualdade de gêneros. É fato que as lutas feministas possibilitaram uma emancipação das mulheres, mas estaremos generalizando ao dizer que isto ocorreu para todas. A falsa ideia da mulher moderna emancipada diminui as reivindicações das excluídas tanto pela classe social quanto pelo sexo.

Em segundo lugar, o neoliberalismo, a globalização e as transformações decorrentes desse processo marginalizam grupos, colocando o emprego e os modos de produção em primeiro lugar nas discussões tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto no espaço acadêmico. Isto gera um reducionismo nas reflexões sobre as temáticas por emancipação e desloca as discussões sobre relações de gênero para segundo plano nas reflexões. Ao discutirmos a igualdade na geração de trabalho e renda para todos/as, não devemos pensar que a temática de gênero está embutida nestes debates. Há muito que se pensar sobre o que é esta igualdade para todas as pessoas e estimular esta reflexão nos leva a repensar as relações familiares, nas quais prevalece a diferença e desigualdade entre mulheres e homens que, com certeza, gera reflexos nas relações de trabalho, produção, comercialização dos empreendimentos solidários.

O capitalismo se transforma, mas os debates acerca dos processos econômico-sociais se renovam. Assim, a preocupação primeira dos/as teóricos/as, bem como dos/as gestores/as das Redes de Economia Solidária concentra-se no viés econômico, e os conflitos de gênero foram incluídos nas discussões sobre diversidade, o que causa um equívoco, pois o entendimento da equidade depende de um olhar crítico sobre as relações de gênero.

Por este motivo, a demanda das mulheres se dispersa em meio a outras temáticas. As mulheres sempre participaram das reivindicações históricas por justiça social para todas e todos. Entretanto, no espaço privado, a divisão do trabalho segue determinada pelo sexo, fruto

de representações patriarcais. Assim, a definição das prioridades, também, nos cursos de formação da Economia Solidária, apresenta reflexos destas representações.

Outros cursos foram oferecidos durante o ano de 2006, em parceria com o SEBRAE, que constituem os cursos obrigatórios para os interessados em ingressar na Rede: “Aprender a empreender”, “Juntos somos fortes”, “Técnicas de vendas” e “Formando times”. O número total de participantes nestes cursos foi de 498 pessoas. É importante lembrar que nem todas as pessoas que participam dos cursos entram na Rede de Economia Solidária e ingressam no mercado de trabalho formal.

Em entrevista, o ex-Vereador Tenente Pedro reforça confirma esta informação:

Esses “S” que dão o curso. E dessas 7 mil pessoas qualificadas, grande número foi para o mercado de trabalho porque às vezes não falta o emprego, falta a qualificação. E é mais 34 cursos diferentes, nestes cursos de qualificação. Aqueles que foram para o mercado de trabalho estão tocando a vida, e aqueles que não conseguiram, uma grande parte destas pessoas entraram para a Rede de Economia Solidária. Hoje nós temos mais ou menos 240 grupos, com total de 800 pessoas mais ou menos. E um dado interessante é que 95% são mulheres. E essa Economia Solidária, o conceito dela, é aquele de promover a cidadania, gerar renda, de uma maneira, de uma outra economia possível, não só essa economia capitalista.³¹

A reflexão sobre estes cursos consiste em perceber os objetivos diferenciados de cada grupo. O SEBRAE possui uma lógica que consiste em estimular a competitividade para gerar o desenvolvimento. Segundo o site oficial, o SEBRAE

[...] é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. A instituição foi criada em 1972, como resultado de iniciativas pioneiras que tinham como foco estimular o empreendedorismo no país.³²

Diferentemente da proposta da Economia Solidária, que não se guia pelo mercado, mas promove a “solidariedade entre todos, a promoção do bem-viver da comunidade, em seu todo, e de cada pessoa em particular.” (MANCE, 2001, p.41)

Ferraz, ao falar sobre a Economia Solidária de Dourados-MS, alerta sobre esta relação da Economia Solidária com uma instituição de cunho empresarial como contraditória.

No entanto, no interior destes Programas de Formação em Economia Solidária inserem-se também outros eixos que compõe uma perspectiva

³¹ Entrevista concedida em 28/04/2007.

³² Disponível em <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 17/07/2009.

técnica. São eles: 1) Aprender a Empreender; 2) Juntos Somos Fortes; e 3) Técnica em Vendas. Estes três eixos voltam a perspectiva pragmática e, sob o ponto de vista da disputa ideológica é que encontramos o mais contraditório. Todos eles são ministrados pelo SEBRAE/Dourados, a partir de parcerias com a Prefeitura. Aqui se encontra outro ponto de análise importante. Juntamente com o encontro Estado/Trabalhadores no interior do processo de organização dos interesses de trabalhadores, sem mediações institucionais, apresentou, agora, uma institucionalidade de cunho empresarial. Mas esta instituição empresarial/patronal não se coloca no pólo de adversário de classe. Tal fenômeno necessitará de muitas reflexões ao longo da pesquisa. (FERRAZ, 2009, p.11)

A Ex-Superintendente de Economia Solidária fala sobre esta parceria com o SEBRAE e destaca a relevância dos cursos oferecidos por esta instituição. No seu entendimento, os cursos do SEBRAE são vitais para os/as empreendedores/as solidários/as ao oferecer a noção de gerenciamento de negócios, necessária, segundo sua visão, para a manutenção dos empreendimentos solidários.

Ainda tem outra etapa que é do SEBRAE, porque a gente faz o curso e prá eles montarem seus próprios negócios eles precisam ter noção de como gerenciar isso. Então aí entra uma etapa do SEBRAE muito importante que a gente trabalha em três módulos, que é o “Aprender a Empreender”, que é como montar seu próprio negócio, o “Junto somos fortes” e “Técnicas em venda”. Então a gente trabalha esses módulos em parceria com o SEBRAE.³³

Este antagonismo nas propostas das entidades parceiras e os princípios da Economia Solidária geram, portanto, conflitos nas práticas dos/as empreendedores/as, pois estes/as aprendem que devem ser competitivos ao mesmo tempo em que devem ser solidários.

Houve também no ano de 2006, sete cursos oferecidos pelo programa “Coletivos de Qualificação para o Trabalho” visando a requalificação da Rede de Economia Solidária, com a participação de 99 empreendedores/as. Os cursos foram oferecidos em parceria com o SENAC e o SENAI. No setor de alimentação, foi oferecido o curso de “Ovos de Páscoa” e o curso de “Higiene e Manipulação de Alimentos”. No setor de confecção, desenvolveram-se os cursos de “Lingerie” e “Operador de Máquinas com especialização em malharia”. No setor de prestação de serviços foram oferecidos cursos de “Cores e escovas – tendências atuais” e “Lipomassagem – novas manobras atualizadas de massagem modeladora e redutora”. No setor de produtos de limpeza, ofereceu-se o curso “Produtos de Limpeza”.

As instituições que ofereciam os cursos em parceria com a Prefeitura possuem uma visão de desenvolvimento diferente da visão proposta pelos/as teóricos/as da Economia Solidária. Suas estruturas bem como suas finalidades atendem ao mercado capitalista que, na

³³ Entrevista concedida em 04/05/2007.

sua perspectiva, necessita da competição para o pleno desenvolvimento do comércio e da indústria. Não pretendemos, nesta pesquisa, apresentar juízos de valor sobre as instituições, mas refletir se suas ações não confundem, ou, até mesmo, ferem os princípios da Economia Solidária.

No entanto, é necessário pensarmos, ainda que os objetivos destas instituições não compartilhem com os da Economia Solidária, estas foram as únicas a oferecerem a qualificação procurada pela população e que apresentaram condições de atendimento desta demanda através de convênios com a Prefeitura. Devemos lembrar também que das pessoas encaminhadas aos cursos, muitas não tinham interesse em participar da Rede, apenas queriam a qualificação profissional. Este foi o mérito da iniciativa da Prefeitura. Ao oferecer os cursos gratuitos, atendeu muito mais pessoas do que aquelas inseridas na Rede de Economia Solidária.

Por este motivo, os/as instrutores/as atendiam à finalidade da instituição a qual pertenciam. Se fosse uma instituição que promovia cursos voltados à indústria, o olhar dado nos cursos é para este fim. Neste sentido, é necessário refletir sobre a intencionalidade dos/as instrutores/as, a de promover o ensino para o desenvolvimento local na perspectiva de sua instituição de origem.

Não há que se discutir se esta finalidade é positiva ou negativa. A proposta de reflexão, nesta dissertação, é perceber se na intenção de atender, os/as empreendedores/as solidários/as, os/as gestores/as não observaram e não refletiram de forma mais aprofundada sobre outras ferramentas ou até mesmo outras parcerias para corresponder às demandas da Rede de Economia Solidária.

Neste sentido, vejamos: a pessoa que fez o curso “Técnica de Vendas” terá uma visão de coletividade ou de individualidade? Provavelmente aprenderá que a competição é saudável e válida. Consequentemente, ao ingressar na Rede de Economia Solidária, terá dificuldade em vivenciar seus princípios e dar continuidade ao seu empreendimento.

Com efeito, nesta situação antagônica, os/as instrutores/as ao invés de fortalecerem os princípios da Economia Solidária, acabaram por distanciar as pessoas, que ingressavam na Rede, de um compromisso social transformador, integrando o bem-viver coletivo através de práticas solidárias.

Em relação às temáticas de gênero, esta situação se agrava. A equidade de gênero é um dos princípios da Economia Solidária, mesmo assim, os cursos oferecidos por estes órgãos reproduzem as divisões sexuais do trabalho, não propiciam elementos para o questionamento

dos papéis sociais determinados para mulheres e homens que refletem no trabalho a ser desenvolvido. Não há um estímulo para romper com as desigualdades, mas uma aceitação na permanência destas. Os cursos são elaborados de acordo com nossa apreensão do “[...] mundo social e suas divisões arbitrárias, a começar com a divisão socialmente construída entre os sexos”, como inelutáveis. (BOURDIEU, 1995, p. 137) Neste sentido, gostaríamos de esclarecer, que os cursos foram pensados dentro desta lógica sexuada, não objetivamente, mas subjetivamente e por isso, com uma tendência (dita como natural mas não é) de pensar os temas dos cursos intencionalmente para mulheres e homens.

Mais uma vez, é importante reafirmar que estes são elaborados visando possibilitar às pessoas sem qualificação uma oportunidade para a geração de renda. Entretanto, nesta dissertação, procuramos refletir o direcionamento dos cursos para as mulheres, a partir de alguns pontos específicos, principalmente relativos à socialização feminina ligada a cuidado e à delicadeza.

Percebemos a boa vontade do poder público em oferecer a qualificação. No entanto, as ações eram “de cima para baixo”, ou seja, partia da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária o oferecimento dos cursos. Não havia uma discussão coletiva com as mulheres sobre os temas e nem uma indicação, sinalização para a criação dos cursos.

Entendemos também que muitas mulheres preferem a permanência e optam por cursos ditos como femininos. Por isso, prevalece o oferecimento de cursos de corte e costura, manicure, etc, pois são áreas de atuação feminina. Há poucas mulheres que se arriscam em um curso de Eletrônica ou Mecânica. Mas esta opção pela permanência merece reflexão. A permanência ou o consentimento pela sua situação e pelo espaço ocupado na família e na sociedade é de fato uma construção social histórica.

A definição histórica e cultural dos papéis femininos e masculinos, seja determinando que o espaço público devesse ser ocupado pelos homens, seja destinando o espaço privado como o lugar das mulheres, teve e tem consequências diferenciais sobre um e outro sexo, em sua participação na sociedade e, especialmente, no mercado de trabalho, ainda que atualmente se diga que esse quadro está se alterando. O peso da idéia de que “os homens têm história, as mulheres têm destino” é, infelizmente, muito forte e presente. (MACIEL, 2001, p. 44)

O conhecimento, as habilidades e a experiência de vida destas mulheres são pouco considerados, e muitos cursos não fazem parte do seu cotidiano ou atendem às expectativas de mudanças, quando estas querem fazer alguma coisa diferente do que lhe foi imposto ao longo da vida.

No ano de 2007, conforme apontam os documentos, os cursos para formação e requalificação de empreendedores/as continuaram e atenderam cerca de 490 pessoas. As parcerias mantiveram-se com SEBRAE, SENAC e SENAI. No setor de alimentação, ofereceram-se o curso “Panificação Industrial” e “Confeitaria”. No setor de confecção, desenvolveram-se os cursos “Malharia Industrial” e “Qualidade no atendimento no setor de confecção”. No setor de prestação de serviços, ofereceu-se o curso “Depilação”, e no setor de artesanato os cursos “Tapetes e almofadas trançadas” e “Patch Work”.

Os cursos não foram pensados para atender especificadamente os/as empreendedores/as solidários/as. São cursos já ministrados por estes órgãos e foram aproveitados para a Rede, assim, não possuíam uma metodologia específica para ela. Percebemos, desta forma, que a determinação dos cursos seguiu uma lógica sexuada específica e fundamentou-se em representações sociais existentes a respeito de modelos para atividade com atributos masculinos ou femininos. Por isso, os cursos de artesanato e prestação de serviços foram direcionados ao público feminino.

Um diferencial nestes cursos foi a “Capacitação continuada para Lideranças Multiplicadoras”, com base na educação popular. Nestes foram desenvolvidas oficinas com temáticas enfocando a sociedade: “Como funciona a sociedade – Módulo I e II”, “Comunicação e Expressão” e “Processo de consciência e Educação Ambiental”. No entanto, o relatório não menciona quem ministrou esses cursos, apenas informa que foram promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária.

A lógica para a formação dos cursos sempre permaneceu a mesma, ou seja, a divisão sexual do trabalho, sem muitas inovações ou criatividade. Esta realidade condicionou as pessoas da Rede a produzirem coisas iguais. Entretanto, as Redes de Economia Solidária funcionam sobre uma lógica diferente de consumo e produção. Mance afirma que “sob a lógica da rede solidária, entretanto, destaca-se que toda célula produtiva é, primeiramente, uma célula de consumo e que todas as células da rede interligam-se por movimentos de consumo e produção.” (MANCE, 2001, p.48) Ou seja, as pessoas que compõem a Rede devem consumir entre si para fortalecer os empreendimentos.

No entanto, a falta de opções na produção dificulta o comércio até mesmo entre os/as empreendedores/as solidários/as.

3.7 Perfil da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS

A Prefeitura Municipal de Dourados, através da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária forneceu os relatórios sobre a Rede referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008. Com estes documentos, pudemos traçar um perfil dos empreendimentos solidários na cidade de Dourados-MS, referente ao período compreendido entre os anos 2001 e 2008, relacionando com a temática de gênero que permitiu observar a participação feminina no processo de construção da Economia Solidária.

No ano de 2006, no que se refere ao monitoramento dos empreendimentos de Economia Solidária, o relatório apresenta um questionário com 47 perguntas, sendo 7 com respostas abertas, aplicado a 173 dos 241 empreendimentos. O objetivo do monitoramento é avaliar o perfil dos/as empreendedores/as solidários/as e o nível de desenvolvimento dos empreendimentos.

Todos os dados são importantes, mas alguns são relevantes para esta pesquisa: do total de empreendimentos, 28% funcionavam há 2 anos, e apenas 8% há mais de 4 anos. Observamos através desses dados que havia uma circularidade de pessoas na Rede. Apesar de um grande número de participantes nos cursos, poucos conseguiram levar adiante seu empreendimento de acordo com a metodologia proposta pela Rede de Economia Solidária.

Um dos motivos para tal dificuldade em permanecer na Rede foi a proposta de condução dos empreendimentos repassada pelas instituições que, conforme apontamos anteriormente, possuem finalidades diferentes da Economia Solidária e também pelos cursos de formação oferecidos pela Secretaria de Assistência Social ao repassar os princípios da Economia Solidária, gerando antagonismos. Para muitas pessoas que fizeram os cursos, a metodologia apresentada pelo SEBRAE refletia uma situação mais confortável daquela que pretende combater o sistema capitalista.

Deve-se lembrar também que não são todas as pessoas que almejam conduzir sua vida pensando no bem da sociedade. Muitas querem apenas trabalhar para sobreviver, não se interessam em refletir sobre sua própria condição enquanto excluído/a, ainda que a proposta de reflexão coletiva seja oferecida.

Do total de participantes no ano de 2006, 76% eram mulheres e 37% trabalhavam com artesanato. Em relação à comercialização, 51% das pessoas apontaram dificuldades no desenvolvimento do empreendimento. Quanto à fonte de crédito ou financiamento para o empreendimento, 81% utilizavam o fundo de crédito da ONG Mulheres em Movimento, através do Banco Pirê, de forma que as maiores retiradas – 36% – eram no valor de R\$ 500,00.

O relatório de 2006 apresenta algumas dificuldades para o desenvolvimento da Economia Solidária no município, dentre estas a participação de alguns/algumas empreendedores/as visando somente ao crédito solidário através da ONG e à oportunidade de expor na Loja Solidária. Outra dificuldade era manter os/as empreendedores/as fiéis à Rede de Economia Solidária.

A dificuldade em permanecer na Rede é visualizada nas relações familiares e divisões de tarefas no lar dos/as empreendedores/as solidários/as. Ao relacionar a permanência na Rede com as relações de gênero, acreditamos que o poder patriarcal continua determinando os papéis dos seres humanos na família. Portanto, será mais difícil compreender os princípios de solidariedade e igualdade propostos pela Economia Solidária e aplicá-los em outros âmbitos. Aqui está o principal questionamento da dissertação, visto que de modo geral as pessoas que compõem a Rede de Economia Solidária desejam mudar a sociedade para algo mais justo. Entretanto, em suas relações sociais, reproduzem cotidianamente as relações de poder hierárquicas da família nuclear e conservadora. Como ocorrerão mudanças na sociedade, uma vez que a transformação também parte do cotidiano?

O relatório do Programa de Economia Solidária 2007 apresenta uma lista com várias empresas que aderiram à ideia e à proposta da moeda social em seu estabelecimento comercial. Eram 37 empresas, que, a partir do referido ano, foram consideradas “empresas solidárias” da Rede de Economia Solidária, pois através de um convênio firmado como Banco Pirê aceitavam a moeda solidária em seu estabelecimento comercial.

No ano de 2007, em relação ao perfil dos empreendimentos solidários, do total de 249, 86% concentram-se no artesanato, mantendo a maioria como no ano de 2006. Quanto ao tempo de participação na Rede, 48% estão há menos de um ano no programa.

Nos 249 empreendimentos relatados, há 440 empreendedores/as participantes. Deste número de pessoas, 273 são mulheres, ou seja, 62%, mantendo a maioria.

O relatório do Programa de Economia Solidária de 2008 destaca a participação das Instituições de Ensino Superior. Os eventos que marcaram a parceria da Rede de Economia Solidária com as IES demonstram uma preocupação e uma reflexão por parte de professores/as e acadêmicos/as sobre a sociedade, identificando, na proposta da Economia Solidária, um caminho para um mundo mais justo que parte também de uma transformação na educação. A Superintendente de Economia Solidária em 2007 já apontava sobre a importância das parcerias com as universidades, afirmando que antes estas relações eram distantes. Segundo ela,

Porque eu acho importante ter essas parcerias, com as universidades, por exemplo. Agora as universidades estão nos procurando. Mas era tão distante. A gente não conseguia uma parceria, as pessoas não conheciam a Economia Solidária. Agora mesmo na UFGD a gente lançou um prêmio: 'Economia Solidária e o empoderamento das mulheres'. Ainda não abriu o site prá ver se tem pessoas inscritas, concorrendo a esse prêmio. Prá gente ir desenvolvendo um pouco esse trabalho também nas universidades. E isso que você tá fazendo eu até elogio porque são poucas pessoas que procuram tá fazendo pesquisa nessa área da Economia Solidária, aqui em Dourados. Porque a nível de Brasil tem muita gente fazendo mestrado nesta área da Economia Solidária.³⁴

Os autores Zart e Santos, na obra “Educação e Sócio Economia Solidária”, indicam a relevância da atuação da universidade para a reflexão sobre a transformação social:

A universidade deve fazer-se uma instituição que tenha profundos e radicais compromissos sociais. Deve co-responsabilizar-se para a consolidação de referenciais sociais, culturais, epistemológicos, econômicos, ecológicos etc., que simbolizam as relações, as organizações e as cognições da sociedade que seja orientada pelo princípio da solidariedade. (ZART; SANTOS, 2006, p. 07)

As pesquisas acadêmicas, neste aspecto, contribuem de forma significativa para as reflexões não somente sobre a sociedade, mas sobre as alternativas de modos de viver pautados na Economia Solidária, incentivando a transformação da sociedade ou, pelo menos, contribuem para elucidar conflitos geradores de estudos aprofundados.

Machado faz uma reflexão significativa acerca dos princípios educativos da sociedade contemporânea, relacionando-os com os princípios da Economia Solidária. Para a autora,

As concepções e práticas educativas de nossa sociedade contemporânea precisam ser revistas. Não podemos continuar a ver crianças e jovens excluídos e marginalizados, como se isso fosse um problema de suas famílias apenas, sob a alegação de que os nossos problemas já nos bastam, e que não devemos nos intrometer na vida alheia. Estar atento ao outro e se preocupar com ele não significa ter uma visão piegas sobre o assunto. O posicionamento diante de tão séria questão há de ser político e ético, no sentido de resguardar a democracia e a igualdade de condições entre todos os sujeitos sociais, e não somente para aqueles que nos são mais caros e próximos, como nossos familiares, parentes e amigos. Em outras palavras: é necessário pensar a convivialidade social numa dimensão de humanidade, solidariedade e coletivismo. (MACHADO, 2006, p. 110)

A reflexão da autora permite pensar os princípios da Economia Solidária nas relações sociais para a revisão de nossas concepções e práticas educativas incentivadoras da

³⁴ Entrevista concedida em 04/05/2007.

competição e do individualismo, próprios da sociedade capitalista. Além disso, as atividades coletivas possibilitam ampliar as perspectivas de democracia e igualdade para toda a sociedade e não apenas ao nosso grupo familiar. Produzir e consumir de acordo com a metodologia da Economia Solidária permite a “convivialidade social numa dimensão de humanidade, solidariedade e coletivismo”, apontados pela autora.

No entanto, percebemos que da teoria à prática há um longo caminho. Neste sentido, a Prefeitura fez uma avaliação dos empreendimentos solidários, em razão das reclamações, dificuldades e resistências apontadas pelos/as empreendedores/as no cotidiano da Rede.

Em agosto de 2007, a Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária fez um levantamento das condições dos empreendimentos através de um trabalho realizado pela COOPAER – Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio. Conforme informa o relatório, “[...] os membros deste grupo caracterizam-se por pequenos/as empreendedores/as, na maioria mulheres, na faixa etária média superior aos 40 anos.”³⁵ De acordo com o documento, o grupo, apesar de fazer parte das atividades do Programa de Economia Solidária, ainda “[...] pensa de forma bastante capitalista e visualiza o acúmulo de capital e a cooperação ainda pouco consolidada”.³⁶

Esta informação do relatório foi registrada anteriormente como uma das dificuldades de permanência na Rede de Economia Solidária. O acúmulo de capital e a cooperação são aspectos antagônicos presentes nas ações dos/as empreendedores/as solidários/as. Para analisar estes antagonismos, faz-se necessária a reflexão a partir do grupo familiar, ou melhor, do entendimento da empreendedora sobre cooperação e de sua expectativa ao ingressar na Rede. Se a cooperação no trabalho dentro da Economia Solidária se orienta pela distribuição das tarefas de forma igualitária para todos os membros, como se efetivará se na família essa cooperação não ocorre? Esta dificuldade presente nos empreendimentos possivelmente é a representação de poder em casa que se reproduz na sociedade, causando dificuldades na compreensão de propostas como a Economia Solidária e, conseqüentemente, a manutenção de pensamentos mais capitalistas.

Na análise de ambiente, abordaram-se os pontos fortes e pontos fracos percebidos pelo grupo. Dentre os pontos fracos, está a dependência da Prefeitura.

No diagnóstico final, um dos estrangulamentos (termo utilizado no relatório) aponta que a cooperação interna do grupo ainda é frágil e o comprometimento quanto ao processo

³⁵ Relatório de consultoria COOPAER de agosto de 2007.

³⁶ *Ibidem*.

também não atingiu a situação ideal. “Muitos empreendedores ainda não perceberam que este processo é deles e que devem assumir maiores responsabilidades no processo. Assim sendo ainda dependem muito do poder público.”³⁷ Este é um dado indicado também nas falas das empreendedoras e que tem reflexos, como já colocamos, no início de 2009, com a nova gestão na Prefeitura Municipal de Dourados.

Outro relatório elaborado também em agosto de 2007 foi do setor de catadores/as e recicladores/as de lixo. No documento, os membros deste grupo caracterizam-se por pequenos/as empreendedores/as, entre mulheres e homens na maioria pertencentes a faixa etária média de 40 anos. Este grupo, assim como o anterior, também não se percebe como parte do processo e mantém uma resistência em participar por não se atuarem na economia solidária.

3.8 Os eventos para fomento da Economia Solidária em Dourados-MS

A Superintendência de Economia Solidária realizou, durante a gestão do Prefeito Laerte Tetila, diversos eventos voltados para a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, nos quais eram convidados/as os/as empreendedores/as solidários/as, a sociedade em geral e principalmente as instituições de ensino superior. Dentre os eventos citamos: Seminário Cidade Educadora e Economia Solidária, realizado em 2006, com participação de 500 pessoas; o Seminário Municipal de Economia Solidária, realizado anualmente e o Seminário Consumo Ético e Solidário, promovido pela Câmara Municipal de Dourados, através do mandato do vereador Tenente Pedro – PT.

Estes seminários obtiveram significativa participação de acadêmicos/as, fato gerador de eventos no âmbito das instituições de ensino superior tais como: o II Encontro de Extensão da Universidade Federal da Grande Dourados, com o tema Economia Solidária, em junho de 2008 e o Projeto Comunicasol, do curso de Comunicação Social das Faculdades Anhanguera de Dourados. O evento teve como objetivo contribuir para a divulgação da Economia Solidária. No projeto os/as acadêmicos/as do curso apresentaram os materiais de marketing produzidos por eles/as para a Rede, como faixas, cartazes, folders, bem como a edição de um VT contendo as experiências da Economia Solidária no município de Dourados-MS.

Em 2009 foi realizado o 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária – CBEU na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. O tema do congresso era “Tecnologias Sociais e Inclusão: caminhos para a extensão universitária”. Em 2010, foi realizada a Feira

³⁷ Relatório de consultoria COOPAER de agosto de 2007..

Regional de Economia Solidária, através de parcerias entre entidades gestoras, empreendedores/as solidários/as e a UFGD.

A Economia Solidária, no âmbito nacional, é organizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária que, dentre suas funções, coordena e reúne informações e demandas das Redes de Economia Solidária espalhas pelo país.

Dentre as ações para unificar e agregar a Economia Solidária, sem desprezar as especificidades locais, mas mantendo os princípios gerais, é organizada a cada quatro anos uma Conferência Nacional que visa fortalecer os empreendimentos solidários.

No entanto, para a Conferência Nacional são necessárias etapas prévias de reuniões nas diversas regiões do Brasil, nas quais os empreendimentos locais apresentam seus sucessos, dificuldades e expectativas de desenvolvimento.

De acordo com o documento base para a II Conferência Nacional de Economia Solidária, as conferências são espaços ricos, privilegiados de discussão e trocas de ideias, bem como de elaboração de propostas para políticas públicas mais eficientes no desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.

As conferências públicas são momentos privilegiados de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes que dizem respeito à sociedade, oferecendo subsídios aos órgãos governamentais na formulação e avaliação da execução de políticas públicas. Trata-se de mais um dos instrumentos da democracia participativa que possibilita a participação ativa de milhares de pessoas, desde as etapas preparatórias até a nacional. Nesse sentido, as conferências públicas possibilitam a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores ou segmentos organizados da sociedade, além da representação do poder público nas esferas municipal, estadual e federal.³⁸

As Conferências Nacionais são relevantes no desenvolvimento da Economia Solidária no país pois conseguem reunir os objetivos comuns de várias Redes, bem como verificar as especificidades locais, de forma a não prejudicar a elaboração de propostas para uma política pública adequada para a modelo econômico alternativo.

3.8.2 As Assembleias da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS

As assembleias da Rede de Economia Solidária ocorrem pelo menos duas vezes ao ano, sendo uma em cada semestre. Logo no início das reuniões são realizadas dinâmicas que envolvem as pessoas em uma atmosfera de união e para descontrair e aproximar as pessoas.

³⁸ Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosoliaria/conf_default.asp. Acesso em abril/2010.

Os objetivos das assembleias podem variar, mas sempre estão em pauta a avaliação das ações da Rede e identificar as expectativas dos/as participantes para o futuro.

Desde 2009, ONG Mulheres em Movimento coordena as atividades da Rede, com algum apoio da Prefeitura. Sempre são convidadas entidades parceiras para contribuir nas reflexões sobre as ações da Rede.

Nas assembleias, busca-se fortalecer a organização da Rede a partir dos bairros, na base. Os/as gestores/as estimulam a reflexão e incentivam as pessoas para falarem sobre suas dificuldades e conquistas. Com o levantamento dos problemas, os grupos são levados a refletir sobre as possíveis soluções.

Esta dinâmica das assembleias demonstra que há uma desejo por parte dos/as gestores/as em fortalecer a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS enquanto movimento social. Há sempre referência a esta identidade, a fim de mostrar aos/a participantes que eles/as têm autonomia para tomar as decisões. Não há desde 2008 um caminho pronto a ser trilhado. Os grupos desde 2009 estão no processo de aprendizagem do que é decidir coletivamente e quais caminhos devem seguir para o crescimento da Rede na cidade.

3.8.3 I Conferência Municipal de Economia Solidária

A I Conferência Municipal de Economia Solidária ocorreu no dia 19 de maio de 2006. Reuniu cerca de 250 pessoas e objetivou mapear os empreendimentos locais e documentar as atividades da Rede, como também identificar o perfil da Rede local. Participaram também os empreendimentos dos municípios de Caarapó, Campo Grande, Ponta Porá e Rio Brillhante. Em razão da participação destas cidades, a próxima conferência passa a ser denominada como “Conferência Regional”.

O encontro foi organizado pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. A importância do evento está centrada nas discussões. Nas conferências são elaborados documentos a serem encaminhados à Conferência Estadual e desta para a Conferência Nacional.

A Conferência Regional não deve ser confundida com a Conferência Estadual. Nas Conferências Regionais reúnem-se os/as diversos/as empreendedores/as que compreendem a região da Grande Dourados. Após as Conferências Regionais existem as Conferências Estaduais, nas quais reúnem-se representantes dos diversos municípios de Mato Grosso do Sul.

O encontro foi organizado pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária de Dourados-MS e contou com a participação de diversas entidades. A Prefeitura municipal deu todo o apoio necessário para o evento, disponibilizou recursos financeiros e demais estruturas necessárias para a construção de um grande encontro.

A importância do evento está nas discussões promovidas durante o mesmo, em que diversos grupos reunidos trocaram idéias e auxiliaram na composição de projetos comuns para o crescimento da Rede, bem como apontaram as principais dificuldades. Nas conferências são elaborados documentos que serão encaminhados à Conferência Estadual e desta para a Conferência Nacional, que darão subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas à Economia Solidária.

Para visualizarmos a significativa participação de empreendedores/as e poder público na Conferência, apresentamos a imagem a seguir



Ilustração 3: I Conferência Municipal de Economia Solidária.

Fonte: Jornal da Economia Solidária – Ano 02 – Edição nº 06 – Dourados/MS – Jul/Ago/2006.

3.8.4 II Conferência Regional de Economia Solidária

A II Conferência Regional de Economia Solidária ocorreu no dia 9 de abril de 2010. Percebemos uma diminuição dos/as participantes deste evento. Em razão da mudança na administração pública de 2008 para 2009, citada anteriormente, houve pouco incentivo para a

continuidade de reuniões como esta, de vital importância para o fortalecimento da Rede na cidade.

Mas apesar da diferença de apoio da administração anterior para a atual administração, a Conferência Regional ocorreu e os grupos participaram ativamente das discussões. Percebemos, no entanto, no desenvolvimento dos grupos de discussões algum comportamento de dependência ainda presente nas atitudes de algumas pessoas. Apesar do estímulo por parte dos/as gestores/as para que as pessoas tomassem as decisões, falassem abertamente suas opiniões, expressassem seus desejos, dificuldades e idéias, a maioria permanecia aguardando a iniciativa dos/as organizadores/as do evento para tomadas de decisões. Esta condição de certa dependência foi encontrada também durante a pesquisa, nos grupos participantes da Rede.

No entanto, conforme afirmamos anteriormente, o processo de autonomia, presente em diversos movimentos sociais, ainda está em construção na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. A seguir, apresentamos algumas fotos da II Conferência Regional de Economia Solidária.



Foto 01: II Conferência Regional de Economia Solidária (PAULON, Graziely B. F S., 2010)



Foto 02: II Conferência Regional de Economia Solidária (PAULON, Graziely B. F S., 2010)



Foto 03: II Conferência Regional de Economia Solidária (PAULON, Graziely B. F S., 2010)



Foto 04: II Conferência Regional de Economia Solidária (PAULON, Graziely B. F S., 2010)

3.9 Desafios e perspectivas da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS

Em Dourados-MS, o apoio do poder público foi fundamental para o surgimento e desenvolvimento da Rede de Economia Solidária. Durante 8 (oito) anos – de 2001 a 2008 – criou-se toda uma estrutura administrativa responsável pela manutenção e crescimento da Rede. Entretanto, após a mudança na gestão do município no ano de 2009, este suporte não se manteve. Diante disso, os grupos enfraquecidos buscam soluções para manter a integração da Rede de Economia Solidária.

Neste aspecto, a empreendedora “A”, do setor de alimentação, relata que desde o início da atuação da Rede de Economia Solidária, houve um cuidado extremo por parte da Prefeitura, gerando uma dependência dos/as empreendedores/as pelo Poder Público. Em seu depoimento, a empreendedora exemplifica essa dependência por meio das Feiras da Rede de Economia Solidária que ocorriam na Praça Antonio João, em datas comemorativas, como Dia das Mães, Natal, Páscoa:

Quando começou as feiras nós chegava nas tendas e tava tudo pronto.... as mesas com os nomes, com as toalhas, com tudo... eu acho assim... eu fui uma das pessoas que mais bate de frente... eu falava pra elas... pra Conceição, pra Lenita... isso não existe... vocês tão armando uma tenda pra nós...nós temos que chegar cedo, pegar nossas mesas e colocar e correr atrás daquilo ali...porque enquanto você pega pronto não existe valor...existe valor desde que você teve que plantar e colher pra você ver crescer...então as vezes foi isso aí que atrapalhou muito...devido eles terem uma preocupação tão grande com todo mundo...que era um grupo de 120 pessoas.... era aquela preocupação delas entregar tudo pronto pra nós...e eu bati de frente e falei não... e elas foram indo e foram concordando... como que a partir do momento que tudo foi construído com as nossas mãos os grupos diminuíram prá 70 pessoas... pra você ver.... como que a dificuldade... agora igual nós... nós não tivemos um prefeito prá toda vida... hoje nós tamo com outro prefeito.... tamo tentando com o novo prefeito com que ele tenha a noção de que nós não éramos PT nós éramos uma rede de economia solidária... nós somos uma rede de economia solidária... então seja o prefeito Tetila seja qualquer outro prefeito nós vamos dar continuidade com o trabalho... essa forma dele pensar...uma hora vai cair na ficha dele que o pessoal precisa...então hoje o que a gente pediu pras meninas é o seguinte... deixar cada um trabalhar com suas pernas...então os grupos que realmente quiseram trabalhar deu certo... que hoje estão aí...são mulheres que a gente conhece entendeu... que são lutadoras...outros grupos não... então a dificuldade veio não quero mais...não existe mais prá mim....³⁹

Este depoimento contribui para analisarmos o significado de uma política pública e um movimento social para os/as integrantes da Rede de Economia Solidária em Dourados. Esta

³⁹ Entrevista concedida em 03/04/2009.

ainda não possui uma identidade fortalecida. A atual administração, eleita em 2008, não identifica a Rede como uma política pública, mas como um “braço” do Partido dos Trabalhadores – PT, fragilizando-a. Desta forma, nega-se a dar continuidade às atividades dos grupos que, atualmente, buscam sua autonomia enquanto movimento social, apoiados pela ONG Mulheres em Movimento e por diversos setores da sociedade. A entrevista também reafirma a considerável diminuição no número de participantes da Rede que, de acordo com a empreendedora, totaliza cerca de setenta pessoas.

Singer afirma que a Economia Solidária é uma oportunidade de construção de uma sociedade justa e sustentável, em que o apoio do Estado é importante, mas não deve ser elemento de dependência.

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112)

Ainda utilizando a reflexão do autor, para que a Economia Solidária seja um elemento transformador da vida das pessoas, todos/as devem ter a “disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana”. Para tanto, há que se expandir a compreensão para além do viés econômico e aplicar seus princípios de solidariedade e igualdade na vida cotidiana principalmente nas relações de gênero.

A Economia Solidária em Dourados-MS obteve um crescimento satisfatório em termos de valorização e reconhecimento de grupos sociais economicamente vulneráveis. O estímulo às atividades coletivas e o oferecimento de qualificação profissional impulsionaram o desenvolvimento social do município. Muitos/as participantes dos cursos de qualificação não ingressaram na Rede, mas encontraram caminhos para a geração de renda.

O poder público foi o “fundador” da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS e por meio dos investimentos do município a Rede obteve uma estrutura administrativa que possibilitou seu desenvolvimento. Entretanto, estas ações ficaram marcadas como uma ação própria do Partido dos Trabalhadores – PT, o que gerou dificuldades frente a uma nova gestão no município.

No município, a Rede e sua parceira, a ONG Mulheres em Movimento, obtiveram, durante o período de 2001 a 2008, amplo apoio da Prefeitura Municipal, fato extremamente vantajoso. Como resultado desta parceria milhares de pessoas desempregadas encontraram uma alternativa para sair da pobreza.

Todavia, além do apoio da Prefeitura e de algumas doações, a ONG Mulheres em Movimento, mantenedora e administradora do Banco Pirê, não possui outra forma de captação de recursos. Assim, a falta de tais recursos significa o enfraquecimento da Rede em razão da mudança de governo no município.

A Rede de Economia Solidária de Dourados vive uma realidade distinta de outros casos do Brasil. Um exemplo dessa diferença é o Banco Palmas de Fortaleza. Este banco comunitário surgiu dentro da Associação de Moradores de Palmeira, em Fortaleza, e sua atuação sempre foi independente de políticas públicas. Ao contrário da atuação da Rede de Economia Solidária e do Banco Pirê em Dourados, que surgiram no seio da administração pública.

Mas não há contradição desde que uma esfera não se subordine à outra. A dependência das iniciativas de economia solidária em relação ao Estado pode institucionalizar as empresas, tornando-as ao mesmo tempo um peso para o Estado e uma bomba relógio para as iniciativas. A idéia de substituir firmas ‘terceirizadas’ em serviços prestados a governos (prefeituras, secretarias, hospitais públicos – por exemplo), por cooperativas, sem uma concorrência regulada de forma igual, tende a criar um ambiente artificial e uma dependência prejudicial às iniciativas solidárias. Por outro lado, garantir condições especiais para a estruturação das iniciativas corresponde a uma política compensatória positiva, já que a condição de acesso ao mercado por essas empresas é notoriamente inferior àquelas que já nascem de um capital previamente acumulado. Além disso, o tratamento dado às agências de apoio e fomento pode facilmente criar um ambiente de disputa política prejudicial às empresas solidárias. (CRUZ, 2002, p. 123)

Percebemos através de pesquisa sobre a realidade do Banco Palmas de Fortaleza que existe uma grande diferença de autonomia deste com relação à Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira buscou alternativas na captação de recursos e na organização administrativa para o desenvolvimento da Rede de Economia Solidária, não se restringindo ao apoio de políticas públicas, apesar de necessárias. Desta forma, conseguiram construir um movimento organizado e fortalecido, pois sua base está nos movimentos sociais.

Conforme exposto anteriormente, este vínculo com o poder público beneficiou um grande número de pessoas. No entanto, diferentemente do Banco Palmas, a Rede de Dourados

não conseguiu, até o presente momento, desenvolver uma autonomia em relação ao Estado, o que fragiliza a solidificação deste projeto.

A Economia Solidária no Brasil busca uma articulação constante junto ao Estado para a criação e implementação de políticas públicas como instrumentos fundamentais para a superação da miséria de forma sustentável. Porém, sua ligação histórica com as ideologias socialistas originou tratamentos diferenciados por governos favoráveis e não favoráveis a estas ideologias. No primeiro caso, a Economia Solidária recebe o apoio necessário para seu desenvolvimento, no segundo, essa identificação com a concepção socialista faz com que os grupos de oposição a tais modelos e partidos políticos se coloquem contrários aos empreendimentos, percebendo-os como um tentáculo ideológico e político dos referidos partidos.

As iniciativas de Economia Solidária, mesmo nascidas nos movimentos populares, precisam do apoio de políticas públicas para seu crescimento. Todavia, sabemos que os governos que têm apoiado esta iniciativa são originários de partidos políticos envolvidos com aspirações populares. Desta forma, não se pode dizer que a Economia Solidária é fruto de um partido político, pois é fruto de diversos elementos sociais e necessita de políticas de Estado de um governo comprometido com transformações sociais significativas. Para que um modelo econômico, como a Economia Solidária, sobreviva ao modelo capitalista dominante, é necessária a intervenção do Estado de forma a criar as condições para o desenvolvimento desta economia.

A criação de medidas que incentivem a Economia Solidária implica em não apoiar, ou apoiar menos, outras áreas de atuação do mercado. Favorecer o consumo solidário, estimular as finanças solidárias, promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, ter uma tributação e legislação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, destinar recursos para a capacitação de pessoas para a rede, dentre outras, são medidas que favorecem os grupos excluídos da sociedade, ou seja, desvia a atuação do Estado para as áreas sociais e não para os detentores do capital.

O apoio à Economia Solidária é fruto da história do cooperativismo, do sindicalismo e das lutas populares por parte dos partidos socialistas da Europa do século XIX. Singer afirma que as primeiras cooperativas que surgiram na História Moderna durante a Revolução Industrial, com características claramente socialistas. (SINGER, 2002) Maria da Conceição Celestino Barbosa, ex-Superintendente de Economia Solidária em Dourados/MS, afirma que a

ideia da Economia Solidária é muito socialista. “Somente os grandes socialistas que pensam e está dando certo”.⁴⁰

O diálogo de partidos políticos de concepção socialista com a Economia Solidária tem apresentado resultados nas eleições. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva é o maior exemplo. Somente com esta vitória foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que significa que hoje a Economia Solidária está na plataforma do governo federal.

Assim, podemos dizer que, de maneira geral, a Economia Solidária surge nos governos populares, mas nem sempre consegue se manter quando há uma mudança de governo. Entretanto, por fortalecer sua identidade enquanto movimento popular, muitos governos têm mantido as Secretarias de Economias Solidárias já existentes para não gerar conflitos com a população, visto que os empreendimentos de Economia Solidária atingem um grande número de pessoas.

No entanto, muitas destas secretarias e até mesmo os fóruns estaduais perdem sua eficácia dependendo do governo que está no poder e os empreendimentos acabam tendo o apoio apenas das entidades ligadas aos projetos, como ONG’S, OSCIPS e universidades. Isto ocorre, pois, de acordo com o senso comum, a Economia Solidária se confundi com a atuação de um partido político, como é o caso do Partido dos Trabalhadores – PT e não se define como um movimento social, uma reação das pessoas em condição de exclusão ao modelo capitalista dominante, um novo modelo econômico complexo e dinâmico. Maria da Conceição, ex-Superintendente de Economia Solidária, alerta que “[...] a Economia Solidária antes de se consolidar como uma política pública é um movimento social, um movimento a nível de mundo, internacional.”⁴¹

Durante o crescimento da Economia Solidária no município, a Rede apresentou, em suas atuações, além de um caráter de classe social, um caráter de gênero, uma vez que a participação das mulheres é majoritária e a Rede se coloca como um elemento fortalecedor e oportunizador do papel das mulheres na sociedade ainda que com conflitos, controvérsias e fragilidades.

⁴⁰ Entrevista concedida em 04/05/2007.

⁴¹ *Ibidem*.

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES DE GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS-MS: A OCULTA DOMINAÇÃO MASCULINA

*“A população menos favorecida,
Aqui de nossa cidade,
Com a Economia Solidária,
Criou laços de identidade
Construindo um mundo novo
Com trabalho e dignidade!*

*Tendo uma fonte de renda,
Cada qual faz o que quer,
Na mesa de muita gente,
Metemos nossa colher,
Este sistema é responsável
Pelo empoderamento da mulher.”*

*Trecho da poesia “Economia Solidária”
Odila Schwingel Lange*

Neste capítulo, apresentaremos características da participação das mulheres na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, analisando as relações de gênero tanto nos empreendimentos solidários quanto nas instâncias de decisões da Rede.

Nas análises das entrevistas, percebemos que as mulheres reconhecem a importância de ingressarem na Rede, em razão das oportunidades que surgem para exporem seus trabalhos. No entanto, ao nos aprofundarmos nas relações de gênero, buscando compreender o *habitus* do mundo social em que vivem essas mulheres, observamos que há um longo caminho para se percorrer para que ocorra a transformação social.

“Um outro mundo é possível” aclamam as cartilhas da Economia Solidária. No entanto, a construção deste novo mundo exige reflexões outras além das temáticas sobre o trabalho e a geração de renda. São necessárias discussões mais profundas sobre as relações sociais e como estas são construídas.

Para que a Economia Solidária se consolide como um caminho alternativo para as mulheres, estas precisam transformar o que está instituído, refletir sobre a divisão sexual do trabalho, também nas tarefas domésticas, dentre elas o cuidado com a casa e com os/as filhos/as. Reconhecemos, todavia, as dificuldades inerentes às transformações tão profundas por exigirem esforços coletivos na família, na escola, nas instituições religiosas, dentre outras.

Bourdieu afirma que se a dominação masculina parece seguir uma “ordem natural das coisas” é porque está estruturada nas práticas, nos discursos, no cotidiano. Desta forma, há dificuldades em rompermos com o que está estabelecido como se o transformar as relações de gênero fosse romper com uma lógica da natureza, ou divina, que requer um empenho significativo e uma mudança de concepção de vida, algo que está previamente inscrito em nossos inconscientes há milênios, parecendo tão natural quanto o abrir e fechar os olhos.

Neste sentido, podemos considerar essa discussão também em Henri Lefebvre, quando o autor discute sobre a reprodução das relações sociais. O autor propõe um questionamento sobre como é possível a manutenção do sistema capitalista, que em meios às suas crises, encontra mecanismos para a produção e reprodução dos seus meios de produção. Contudo, Lefebvre ressalta que esta reprodução ocorre no âmbito das relações sociais. Temos então uma reprodução das relações sociais de produção, ou seja, se mantém nas mais diversas atividades da vida cotidiana como na utilização do espaço, no lazer, no trabalho, enfim, nos diversos setores das relações sociais.

Entretanto, reconhecemos o mérito da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS em propor à sociedade douradense um modo alternativo de produzir e vender com dignidade;

de fazer com que as pessoas acreditem no seu trabalho e tenham expectativas de transformação. Levando essa discussão para outros setores da sociedade e fazendo parcerias com outras instituições como as universidades, observa-se que grupos sociais populares, antes sem expectativa de emprego e sem condições de viverem com dignidade, podem construir um caminho com o apoio da sociedade sem que para isso vivam da caridade alheia ou do apoio assistencialista do poder público.

Outro aspecto que merece destaque é a atuação de gestores/as ao introduzirem reflexões sobre o que é consumir, o que é o “tal” capitalismo, em que estamos imersos e como viver no âmbito de sua estrutura sem sucumbir definitivamente à exclusão e não aceitar uma vida de subsistência.

No entanto, para as mulheres e também para os homens há a necessidade de aprofundar nestas reflexões as relações de gênero, no sentido de não mantermos a igualdade como um discurso apenas, uma teoria solta, bonita de se dizer, fácil de entender, mas difícil e complexa de aplicá-la na prática. A transformação exige mais do que o conhecimento sobre o que é a igualdade. É necessária uma mudança subjetiva que leve ao reconhecimento que a solidariedade é também entender que para “um outro mundo possível”, as pessoas devem estar dispostas a mudarem suas posturas e concepções. É importante refletirem acerca dos valores que orientam suas ações e como podem influenciar os processos de mudança social.

4.1 A oculta dominação masculina

Os relatórios da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária de Dourados-MS dos anos de 2006, 2007 e 2008 apontam que a maioria das pessoas que compõem os empreendimentos solidários são mulheres na faixa etária dos 40 anos.

Ao que parece, a Rede de Economia Solidária é um espaço significativo para as mulheres. Contudo, a dinâmica deste espaço merece uma reflexão apurada em dois sentidos: em primeiro plano, verificar se a Rede de Economia Solidária pode ser um elemento transformador da condição social destas mulheres, se estas poderão não somente obter uma autonomia financeira, mas também discutir sua participação na sociedade e no lar. No segundo aspecto, a manutenção de sua condição e de toda a estrutura social que determina um papel homogeneizado para as mulheres. Neste sentido, a participação na Rede de Economia Solidária pode ser transformadora, mas também pode ser um reforço a uma oculta dominação masculina.

A dominação masculina está dissimulada nos discursos que prometem igualdade de condições para mulheres e homens, mas que, no entanto, não conseguem efetivar sua prática. Ela é como uma névoa fina permeando as relações sociais que de perto ninguém consegue enxergar, mas ao longe cobre tudo e todos/as. Esta oculta dominação é fruto de concepções de gênero enraizadas no convívio social.

As concepções de gênero determinam os valores e modelos desse corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais, cujas associações tendem a homogeneizar o 'ser mulher', desenhando em múltiplos registros o perfil da 'verdadeira mulher'. Se o masculino também é submetido a modelos de *performance* e comportamento, a hierarquia que funda sua instituição no social desnuda o solo sobre o qual se apóia a construção dos estereótipos: o exercício de um poder que se exprime em todos os níveis sociais. (SWAIN, 2002, p. 67)

De acordo com a autora, os estereótipos do feminino e masculino exercem um poder nas relações sociais que dificulta a vivência em outros contextos, sejam eles econômicos, sociais, de gênero, etc.

Para Bourdieu, a dominação masculina não necessita de justificativa para sua existência, para pautar as relações sociais. Conforme afirma o autor, ela pode se contentar em ser o que é nas práticas e discursos que a enunciam como se fosse uma evidência, uma lógica natural, sem evocar as condições sociais de sua possibilidade. (BOURDIEU, 1995)

A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas tais como as decorações murais, os motivos das cerâmicas ou dos tecidos. Mas ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas: por exemplo da estrutura do espaço, e em particular nas divisões interiores da casa ou na oposição entre a casa e o campo, ou ainda na organização do tempo, da jornada ou do ano agrário, e, mais amplamente, em todas as práticas, quase sempre ao mesmo tempo técnicas e rituais, e muito especialmente nas técnicas do corpo, posturas, maneiras, porte. (BOURDIEU, 1995, p. 137)

Esta “divisão natural das coisas”, considerada inevitável está “inscrita há milênios na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais” (BOURDIEU, 1995, p. 133), na verdade são construções sociais do que realmente significa o papel da mulher e do homem no trabalho, em casa ou no lazer. Bourdieu ressalta que a dominação masculina está presente no *habitus*, em estado incorporado, como um sistema de categorias de percepção, pensamento e ação, funcionando no mundo social para justificar a divisão sexual e a visão universal definidora de papéis de mulheres e homens. O autor ainda fala sobre a “ideologia justificadora” de ciências como a psicanálise que contribuiu para a visão essencialista da mulher. (BOURDIEU, 1995)

A Rede de Economia Solidária de Dourados-MS vive este dilema: construir uma sociedade justa, democrática, mas com dificuldades em romper em suas práticas com a dominação masculina. Realçamos a todo instante a questão oculta da dominação, pois muitas vezes os/as gestores/as não percebem que estão na verdade reproduzindo relações sociais da diferença sexual.

Percebemos que as práticas encontram-se imersas nesta dominação masculina, mas que, por esta ser oculta, é uma repetição indefinida a se perpetuar, oriunda de uma estereotipagem do passado, fruto da memória coletiva que organiza nossa visão de mundo e, por isso, mesmo de difícil rompimento.

Analisaremos esta oculta dominação em dois momentos: o primeiro ao observarmos a vivência nos momentos coletivos, nas reuniões, assembleias da rede e conferências, o segundo durante as entrevistas com as mulheres que compõem a Rede de Economia Solidária.

4.1.1 A oculta dominação masculina nos momentos coletivos

Analisaremos esta oculta dominação em dois momentos: o primeiro ao observarmos a vivência nos momentos coletivos, nas reuniões, assembleias da rede e conferências, o segundo durante as entrevistas com as mulheres que compõem a Rede de Economia Solidária.

Os momentos nos quais há encontros entre as mulheres, são ocasiões especiais em que há uma solidariedade mútua, um sentimento de pertencimento a um grupo em que todas buscam o melhor para a coletividade. Há no grupo um ar renovado, ainda que isso não seja afirmado verbalmente. Este é um instante em que as mulheres se demonstram seguras, “reabastecem” suas energias, se fortalecem para enfrentarem o dia-a-dia turbulento, conflituoso e, às vezes, amargo. Juntas são fortes. O fortalecimento do papel da mulher no lar é renovado, não como acessório, como primordial, mas, infelizmente, muito ligado à esfera doméstica, o que evidencia a socialização a que estas foram submetidas ao longo de suas vidas, seja através do convívio familiar, na escola, no lazer.

Nos encontros, elas se sentem importantes, especiais, relevantes e insubstituíveis. As/Os filhos/as, maridos são significativos, porém o seu “eu” é pensado em primeiro lugar neste ambiente, ainda que seja no aspecto de geração de renda. No entanto, uma preocupação toma conta das reuniões, como vender mais, melhorar a produção, circular a mercadoria, divulgar melhor os empreendimentos, demonstrando que a categoria econômica está acima das demais. Nos intervalos, nas conversas paralelas, mantêm-se as preocupações cotidianas próprias da “responsabilidade feminina”: “tenho que lavar roupas hoje”, “tenho que passar roupas”, “será que vai demorar muito porque tenho que começar o almoço”, etc, ratificando que a autonomia e a igualdade vivenciadas nos encontros coletivos não estão presentes no convívio familiar. Estas ainda carregam o peso da “dupla jornada”.

Entretanto, muitas mulheres expressam o mérito de estarem naquela reunião, de poderem estar ali apesar da oposição do marido. Estas se sentem vitoriosas por terem destruído algumas barreiras, pois o fato de saírem de casa e construírem algo sozinhas, em um grupo seu, independente da presença do esposo ou dos/as filhos/as é uma vitória.

Em depoimento publicado no Jornal da Economia Solidária de Dourados-MS de junho/julho de 2007, uma empreendedora afirma que o ingresso na Rede contribuiu para a alteração de um quadro de depressão em que se estava: “Para mim a Rede de Economia Solidária é o que está me levantando, depois que comecei a participar das reuniões, melhorei bastante da depressão. Se continuar assim, para mim está muito bom.”¹

¹ Jornal da Economia Solidária. Junho/Julho de 2007.

Nas reuniões é possível ouvir declarações semelhantes a esta. Mulheres que antes não saíam de casa sozinhas, ou iam somente à sua igreja, ou em casa de parentes, após ingressarem na Rede afirmam que obtiveram autonomia para sair de casa, visitar outros lugares, participarem das reuniões, dos eventos e das feiras. Contam também que muitas mulheres desistiram da Rede justamente porque não conseguiram se desvencilhar das amarras dos maridos e isto aumenta a sensação de vitória das que permaneceram na Economia Solidária.

Em entrevista, a assistente social Ivoneide expõe sua avaliação sobre a participação das mulheres na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Para ela, a importância para as mulheres deste movimento em construção é propiciá-las liberdade de expressão, movimento e pensamento.

Eu avalio a participação das mulheres dentro do movimento de Economia Solidária como alternativa de vida, como alternativa de libertação. Como apoio de vida, tem mulheres que viviam antes de entrar prá Economia Solidária um processo de depressão, de violência, conflitos familiares. Muitas vezes anteriormente as mulheres eram colocadas a não participar. Então no processo histórico, agora, as mulheres são motivadas a participação. E a Economia Solidária só acontece participando. Ela só acontece a partir do momento que você pratica ela. E prá que venha acontecer essa participação em si, essa ação de participar é necessário obter a prática. E prá isso ela tem que sair de dentro da casa dela, ela tem que muitas vezes deixar os afazeres domésticos, deixar o esposo, que oprime, que reprime, que não deixa participar, os filhos, entrando às vezes em conflitos. Muitas vezes tem mulheres que ela chegam pro marido “tô saindo, tô indo prá reunião” porque eu vi que aqui fora eu consigo ter o que eu não tenho na minha casa, que é a liberdade, eu posso dizer o que eu sinto, o que eu penso, as pessoas me respeitam, as pessoas me escutam. Então é muito importante prá elas essa participação. E isso a Economia Solidária oferece. Ela faz com que a pessoa se sinta parte do processo. Que a construção não é de cima prá baixo. É de baixo prá cima. Então elas se sentem valorizadas, se sentem respeitadas, sentem que são pessoas de valor. E não só para as mulheres, é pros homens também. A Economia Solidária é um espaço aberto de participação.²

Verificamos pela entrevista que a dominação masculina permanece no âmbito doméstico. Quando a entrevistada afirma que para participar da Rede de Economia Solidária as mulheres têm que deixar os afazeres domésticos é porque estes ainda correspondem ao seu campo de atuação no lar. No entanto, a conquista dessas mulheres está no enfrentamento dos obstáculos, impostos pelos maridos e pelo cotidiano na casa. Com efeito, esta atitude de

² Entrevista concedida em 18/12/2009.

enfrentamento caracteriza-se como o primeiro passo para o empoderamento e ruptura com a dominação masculina.

Percebemos, enquanto observadoras nestes eventos, que o processo de empoderamento dessas mulheres segue caminhos diferenciados, mas parte da busca pela autonomia financeira para estender-se a outras dimensões da vida. Assim, a participação na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS torna-se um caminho possível nesta trajetória de emancipação.

No entanto, há pouco espaço para discussões mais aprofundadas que agreguem outras temáticas para além da geração de trabalho e renda, como, por exemplo, as relações de gênero. Podemos elencar dois motivos para esta dificuldade, primeiro pelo número insuficiente de pessoas responsáveis pela gestão da Rede e em segundo lugar, pelo escasso apoio da Prefeitura Municipal de Dourados.

Em relação ao primeiro aspecto, existem poucas pessoas dedicadas exclusivamente à gestão da Rede de Economia Solidária e que possam colaborar com o enriquecimento teórico necessário para contribuir em suas práticas, através da busca de novas parcerias, fomento a debates, elaboração de cursos, organização de palestras, eventos, aproveitando os saberes e experiências dos/as empreendedores/as solidários. Por isso, há maior dedicação para corresponderem às necessidades imediatas.

Sobre este número de pessoas, Neusa Gripa, presidente da ONG Mulheres em Movimento, afirma: “Somos hoje uma equipe de 10 pessoas que ajudam na reflexão, encaminhamentos e decisões. Na execução somos apenas em três pessoas: a Neide, eu e Iria que fica mais na responsabilidade da administração da Loja.”³

Quando nos referimos às pessoas responsáveis pela gestão, não afirmamos que estas ocupam um espaço privilegiado ou hierarquicamente superior no âmbito da Rede. Conforme aponta Scherer-Warren, mesmo nos movimentos estruturados em redes, nos quais há uma distribuição de poder, há os elos mais fortes, representados por lideranças, mediadores/as e outros agentes. (SCHERER-WARREN, 2006). Estes elos,

[...] detêm maior poder de influência, de direcionamento de ações, do que outros elos de conexão da rede. São, pois, portadores de um maior capital social⁴. As redes, assim como qualquer realidade social, estão impregnadas

³ Entrevista concedida em 21/06/2010.

⁴ Segundo SCHERER-WARREN (2006, p.352): “O capital social pode ser entendido como o conjunto de relações sociais no interior de uma rede, de conhecimento e reconhecimento mútuo, que atribui poder aos seus membros e capacidade de mobilização, portanto, o empoderamento necessário para as iniciativas de transformação social. Segundo Baqueiro, capital social associa-se à idéia de cidadania ativa, formas alternativas de participação política e fortalecimento e institucionalização da democracia participativa.

pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade, de compartilhamento. O que interessa, portanto, é saber como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia do sujeito social, especialmente os mais excluídos e que, frequentemente, são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 352.)

Neste sentido, para a formação do capital social da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, são necessárias um número maior de pessoas para contribuírem na desconstrução das discriminações, pois “[...] sem estas desconstruções das discriminações introjetadas pelos dominados socialmente não há luta por direitos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 353). Quanto maior o número de pessoas dispostas a promoverem formas de ação coletiva junto aos empreendimentos solidários, melhores serão as condições para o enfrentamento de problemas sociais.

Todavia, as parcerias existentes ainda não são suficientes para atender às demandas da Rede em todos os seus aspectos, tanto comerciais, econômicos quanto intelectuais, teóricos, tão importantes na discussão. Infelizmente, a academia tem utilizado a Rede como objeto de pesquisa, afastando-se dela quando estas são finalizadas.

O segundo aspecto justificador para o mínimo espaço de discussões mais aprofundadas, dentre as quais, as relações de gênero, é o pouco apoio do poder público de Dourados-MS. Desde 2008, a Rede de Economia Solidária sofre com a precária cooperação da Prefeitura para suas atividades. Há apenas uma servidora pública na Secretaria de Assistência Social, membro do Fórum Municipal de Economia Solidária, responsável pela intermediação entre o poder público e a Rede. Portanto, seus esforços são solitários e de difícil alcance, uma vez que há uma resistência na atual gestão municipal para apoiar os empreendimentos solidários, isso porque estes surgiram na gestão anterior, conforme discutimos no capítulo três.

4.1.2 A oculta dominação masculina nas entrevistas

O segundo momento de observação da oculta dominação masculina ocorre nas entrevistas com as mulheres que compõem a Rede de Economia Solidária. Nestas entrevistas, feitas individualmente com as mulheres, percebemos dimensão simbólica da dominação masculina nas considerações femininas. Conforme afirma Bourdieu, “todo poder comporta uma dimensão simbólica” (BOURDIEU, 1995, p. 142), ou seja, inscrita na consciência como

forma adequada de vida. As mulheres da Rede não percebem, ou quando percebem, não conseguem romper com esta dominação.

Com efeito, perpetuamos nas relações sociais, seja na educação dos/as filhos/as, na linguagem, na escola, etc, que o masculino é a forma acabada da humanidade. “O homem é um ser particular que vive a si mesmo como ser universal, que tem o monopólio, de fato e de direito, do humano, isto é do universal.” (BOURDIEU, 1995, p. 137)

O questionamento sobre as condições sociais das quais a dominação é produto não ocorre e, conforme Bourdieu nos alerta, sua eficácia consiste em sua condição oculta, aparentemente mágica, que faz com que seja natural e indiscutível e, portanto, de difícil modificação do *habitus* destas mulheres e homens. (BOURDIEU, 1995)

A visualização deste cenário permite analisarmos a fala da empreendedora “B”. Ela relata que a participação na Rede de Economia Solidária gerou uma autovalorização, pois possibilitou, além de ganhos financeiros, a perspectiva de realizar seu serviço doméstico e ainda “ajudar” o marido nas despesas da casa. Na entrevista, a empreendedora revelou que o marido estava doente e, naquele momento em particular, ela conta que este estava há uns dias sem trabalhar. Desta forma, por um bom período, ela era a responsável pelas despesas da casa exercendo o trabalho de costurar.

A gente sente que tem valor né, se sente valorizada. Não tem que depender de ninguém não. Depender de marido é horrível. Tudo que você quer tem que tá pedindo né. Se eu quiser alguma coisa eu vô e compro. Ajudo ele nas coisas de casa. Agora mesmo ele tá doente, gasta bastante com remédio. É tão gostoso a gente pode ajudá né...⁵

Ainda que a empreendedora seja a responsável pela manutenção familiar, ela considera uma “ajuda” ao marido e demonstra, em sua consideração, uma diferença de papéis tanto para ela quanto para o esposo. Ou seja, o status de “chefe da casa” é inerente ao homem, ainda que este não seja o detentor do poder econômico ou organizador do espaço doméstico.

Importa destacar, todavia, que para a empreendedora, o fato de “ajudar” tem um significado amplo dentro de sua realidade. Ainda que para muitos/as pesquisadores/as, teóricos/as, ou até mesmo outras pessoas que vivem realidades distintas, esta expressão de “ajuda” tenha um caráter diminuto, para a empreendedora significa fazer a diferença em seu lar e, portanto, estar mais próxima a uma vivência em condições de igualdade, ter mais autonomia e empoderamento.

⁵ Entrevista concedida em 10/03/2009.

Tal relato demonstra uma realidade comum às diversas mulheres que compõem a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Algumas delas expressam que no início de suas atividades ligadas à Rede, os maridos questionavam, não gostavam e até mesmo criticavam seus trabalhos. No entanto, quando estes trabalhos geraram renda – mesmo não sendo muito significativa – os maridos passaram a apoiar e outros até ingressaram na Rede.

A grande maioria destas mulheres afirma: agora “ajuda” em casa. Mas esta ajuda, portanto, refere-se a uma pequena alteração na estrutura de poder familiar, entretanto, propícia para o processo de empoderamento das mulheres, ainda que as relações sociais cotidianas estejam imersas em uma oculta dominação masculina.

Sobre o trabalho feminino, considerado como “ajuda”, Maciel evidencia

O trabalho remunerado ou a domicílio, como é o caso daquele de grande parte das mulheres, continua permeado pela depreciação, sendo sempre considerado um ‘biscate’ ou uma ‘ajuda’ prestada ao marido. Esse tipo de avaliação se mantém, mesmo quando a renda por elas auferida se equipara àquela percebida pelo homem. São todas táticas criadas para atenuar os problemas econômicos, entretanto o trabalho feminino continua sendo visto como ‘ajuda’ complementar e não como fonte indispensável de renda para a família. (MACIEL, 2001, p. 65)

Todavia, ao considerarmos a citação da autora e as reflexões acerca da característica “ajuda” do trabalho das empreendedoras solidárias de Dourados-MS, devemos ponderar sobre o fato de que a importância atribuída ao “ajudar” merece atenção. Se para as mulheres é uma mudança, ela não deve ser considerada como o ápice das possibilidades, visto que a autonomia financeira é apenas o primeiro passo para o rompimento de relações hierárquicas, mesmo assim, a concepção de complementaridade ao orçamento familiar se mantém, fragilizando a indispensabilidade da renda feminina.

Outro relato que nos mostra esta diferença de papéis entre mulheres e homens é de uma integrante do Fórum Municipal de Economia Solidária, no qual ela faz uma avaliação da participação feminina na Rede e na agricultura familiar.

A Rede é prá todos os trabalhadores que estão buscando alternativas de vida. Eu penso a realidade, a prática mesmo, e eu sei que as mulheres buscam alternativas. Muitas vezes esses homens já têm a alternativa deles que é trabalhar fora. E a mulher muitas vezes tá presa dentro de casa ou buscando serviços domésticos. E quando elas entram no movimento de Economia Solidária elas pensam: “puxa tem outras mulheres que pensam igual eu, que tá vivendo igual minha situação então vou me juntar a elas”. E geralmente os homens eles pensam: “eu tenho condições, eu posso”. Pensa de um jeito bem individual e não pensa no coletivo. Então são muito individuais. Agora tem

homens que não. Que são comprometidos com outros valores, participam, valorizam a participação das mulheres também, às vezes quebrando os paradigmas né de que a mulher tem que viver dentro de casa, ela não pode ter outras alternativas a não ser a família. Mas muitas estão buscando também outros trabalhos, trabalhos domésticos, outra profissão, mas os homens também são convidados. Mas ainda não conseguiram quebrar o paradigma que eu também junto com outros homens também posso formar uma opinião, formar idéias, fortalecer a união. Mas eu acho que a tendência é aumentar cada vez mais a participação deles. As mulheres são inteligentes e já perceberam, já conseguiram enxergar que juntas são fortes. Vai chegar a hora também dos homens conseguirem enxergar. São poucos que participam mas vai aumentar. A gente sente muito a participação dos homens na agricultura familiar. Porque? Porque as mulheres estão lá na produção, lá na chácara, lá no assentamento, fazendo as coisas de dentro de casa. E os homens podem vir prá cidade prá negociar, prá fazer a comercialização, prá fazer contatos, então a gente percebe muito a participação dos homens nesta parte. Mas também a gente sabe que as mulheres têm que estar em toda a cadeia, na produção mas também na comercialização, em todo o processo. Mas dentro da agricultura familiar a gente observa isso. Os homens saindo e as mulheres ficando. Mas tudo é um processo.⁶

De acordo com a entrevista, há uma distinção dos papéis “ditos” de mulheres e homens, mesmo quando estas/es fazem parte de uma proposta coletiva de trabalho. Tanto no âmbito da Rede de Economia Solidária quanto na agricultura familiar, quando há necessidade de distribuir tarefas, a divisão do trabalho é sexuada. Na afirmação “os homens vão negociar e as mulheres ficam na chácara, na produção” revela-se a distinção de poder e funções, próprias da socialização do biológico, ou seja, da construção social que designou, através de justificativas biológicas, quais são os espaços de atuação adequados às mulheres e aos homens.

Neste sentido, fica a cargo dos homens as tarefas que envolvem o dinheiro, o poder e o social. Fica a cargo das mulheres, o cuidado com a casa, privando-as de participarem das decisões financeiras e da solução de problemas.

Outro fato relevante apontado na entrevista é participação majoritária das mulheres na Rede. De acordo com a informante, as mulheres estão mais dispostas a realizarem um trabalho coletivo. Neste sentido, é importante esclarecer que a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS está em seus estágios iniciais no que se refere aos empreendimentos solidários.

Apesar do uso corrente do termo nos documentos e por gestores/as, a maioria dos trabalhos desenvolvidos são individuais. Os/As gestores/as incentivam a formação de empreendimentos coletivos, haja vista que a Economia Solidária em âmbito nacional, desde sua origem, refere-se a “fazer junto com outros”, numa união de esforços para o bem comum.

⁶ Entrevista concedida em 18/18/2009.

Em Dourados-MS, a maioria dos produtos disponíveis para a comercialização é de artesanatos e confecções, feitos na casa dos/as empreendedores/as. A Rede torna-se interessante para as mulheres também por este aspecto, pois permite que estas fiquem em casa e exerçam suas funções, o que reforça as desigualdades pelo sexo. No Brasil, em âmbito geral, há uma participação maior dos homens, pois os grandes empreendimentos coletivos são originários das empresas autogestionárias e cooperativas.

Percebemos desta forma, a ação dos homens no espaço público, quando unidos, assumem empresas em vias de falir para construção de um empreendimento autogestionário. Então, explicitamente, visualizamos também na realidade da Economia Solidária, os espaços de atuação para mulheres e homens.

Após estas análises, para finalizar, retornamos à fala da entrevistada e afirmamos: a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS precisa organizar-se em empreendimentos coletivos na plenitude de seu sentido, para realmente criar mecanismos para a desconstrução desta oculta dominação masculina.

Esta definição de papéis também pode ser exemplificada no depoimento de outra empreendedora, publicado no jornal da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS de junho/julho de 2007. Esta fala sobre seu ingresso na Rede e relata a participação do marido. Neste relato, percebemos a dificuldade, a falta de incentivo e o descrédito por parte do homem quando ela começa a trabalhar:

Eu tinha acabado de me mudar de Corumbá para cá, e não conhecia muita coisa. Então fui ao Centro de Referência de Assistência Social e Economia Solidária (CRAS) pedir sacolão, foi quando a assistente social me falou do curso de produtos de limpeza. Foi uma porta que Deus abriu para mim. Depois que eu terminei o curso, comecei a produzir com R\$ 137,00. No início meu marido não acreditava, mas depois que ele viu que eu vendi todos os produtos ele passou a me ajudar e hoje vivemos somente disso. Já fizemos empréstimo pelo Banco Pirê também. No mais, só tenho a agradecer, em primeiro lugar a Deus, por ter aberto a porta, à Lenita e a meus cunhados Elizabete e Edivaldo que nos apoiaram e que hoje também estão produzindo.⁷

Os princípios da Economia Solidária pouco aparecem nas falas, mas o princípio da igualdade ressaltado por muitas se referem à comercialização e à produção, sempre nas relações externas, fora da casa. Ao que parece, não se pensa em igualdade sem estar vinculada à condição financeira.

⁷ Jornal da Economia Solidária. Junho/Julho/2007.

A emancipação financeira é considerada por muitas mulheres e também por gestores/as, como o primeiro passo para a busca de autonomia nas relações familiares, mas isso ocorre em poucos casos, haja vista a necessidades de ampliação de outras conquistas vinculadas à econômica, por exemplo, o reconhecimento do trabalho feminino como primordial para a ampliação da renda familiar e conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida, princípios primordiais para a efetivação da Economia Solidária.

A empreendedora “D”, ao falar sobre as dificuldades de praticar os princípios da Economia Solidária, ressalta também o aspecto econômico.

Eu creio assim que se a gente tiver a união fraterna a gente consegue. Porque assim, você faz um trabalho e você vai colocar ali todo o seu amor no seu trabalho, mas você também tem que ver o seguinte, você tem que ter o seu preço justo. E foi isso que a gente aprendeu aqui na Economia Solidária: não querer nada mais do que aquilo que é seu de verdade. Então eu vejo assim, a gente trabalhando, fazendo o que a Economia Solidária prega que não é ser o individual é ser o coletivo. Então quando você consegue se organizar como grupo, como coletivo, você tem tudo prá dar certo. Mas depende muito de todas as pessoas. Todas as pessoas ter realmente aquela consciência que você é um grupo, que você é um coletivo. Você tem muita coisa prá ser dividida. Então eu creio assim quando você começa um trabalho e vai mudando e moldando ele você consegue. Eu creio assim que as pessoas tem que acreditar também que você vai conseguir, que você vai fazer.⁸

Esta dificuldade de vivenciar os princípios da Economia Solidária é uma conseqüência da trajetória de vida destas pessoas. Viver a Economia Solidária pressupõe uma divisão de poder com o/a outro/a e geralmente isto não ocorre. Mesmo que na Rede de Economia Solidária todos/as devam trabalhar de forma cooperada, o exercício de uma vivência compartilhada sem hierarquias não ocorre com facilidade nas famílias dos/as empreendedores/as. As relações entre mulheres e homens, recheadas de dominação, se refletem nas demais relações sociais do casal com outros grupos sociais.

No entanto, os relatos não demonstram somente problemas e reprodução de relações sociais sexistas e pautadas no poder patriarcal, mostram também que a dinâmica da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS possibilita transformações nas relações de gênero. As mulheres aos poucos descobrem outros espaços de atuação e se percebem mais autônomas, com capacidade de argumentar, decidir, demonstrar seus desejos e necessidades nas relações familiares. São alterações silenciosas e constantes em seu cotidiano, que possibilitam o

⁸ Entrevista concedida em 11/03/2009.

acúmulo de capacidades para falarem, se expressarem e viverem outra lógica, diferente da dominação masculina.

Neste aspecto, ressaltamos que a Economia Solidária somente poderá se efetivar, de forma autônoma e transformadora, se a transformação do “macrocosmo” social, a sociedade, representar a transformação do “microcosmo” social, ou seja, da família, no que se refere às divisões e diferenças que se impõem à mulher. Estes termos são utilizados por Mészáros, autor que, ao discutir a liberação das mulheres e a igualdade, ressalta que

[...] se os imperativos alienantes do sistema estabelecido da reprodução econômica exigem um controle social discriminatório e hierárquico, afinado com o princípio antagonista estruturador da sociedade, e o correspondente modo de administrar o processo do trabalho, o ‘macrocosmo’ abrangente desse tipo encontrará seu equivalente em todos os níveis do intercâmbio humano, até mesmo nas menores ‘microestruturas’ ou ‘microcosmos’ da reprodução e do consumo habitualmente teorizados sob o nome ‘família’. Inversamente, enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulados pelos próprios indivíduos em seu ‘microcosmo’ autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares. (MÉSZÁROS, 2002, p. 268)

Ou seja, segundo o autor, não há que se falar em igualdade significativa se desde o microcosmo (a família) o entendimento sobre o processo do trabalho e da produção estiver vinculado à ideia de hierarquia e controle.

A educação dos/as filhos/as, por exemplo, ainda é algo intrínseco à mulher. É o que demonstra o relato da empreendedora “C” que possui um filho com necessidades especiais e fala sobre a realidade de muitas famílias que vivem em condição semelhante a sua:

Então (...) ⁹ têm muitas famílias onde a gente chega também que os pais não tão presentes né (...) muitos pais eles não agüentam né o trabalho assim né porque vê que é muito difícil (...) então (...) tem muitos relatos que a gente tem de pais que abandonou mesmo que foram embora que não agüentou porque eu vejo assim que essa é missão que ela é longa então ela é uma missão que ela não tem fim (...) você tem que tá todo dia todo dia todo dia se dedicando todo dia você tem que tá fazendo alguma coisa diferente né e muitos pais muitas vezes eles não aceitam isso (...) não aceitam que as vezes as mães saem tanto e tem a cobrança (...) então eles deixam o caminho e a mãe trilha sozinha (...) acontece muito isso. ¹⁰

⁹ As reticências entre parênteses representam as pausas nas falas das entrevistadas.

¹⁰ Entrevista concedida em 03/04/2009.

Ao dizer que “eles deixam o caminho, e a mãe trilha sozinha” a entrevistada reafirma a divisão sexual de funções inclusive em relação ao destino dos/as filhos/as. A paternidade, neste sentido, não compartilha do mesmo sentido da maternidade. Assim, em momentos de dificuldade, cabe à mãe arcar com toda a responsabilidade da criação e sustento da família. Percebemos assim que o conceito de Economia Solidária é de difícil absorção e aplicação.

Quando se fala em igualdade nas relações de homens e mulheres, não podemos deixar de pensar na estrutura de nossa sociedade capitalista. O capitalismo almeja e alimenta estas diferenças. É necessário que exista um ser explorador e outro explorado para que sua dinâmica funcione. Por isso, é fundamental que se reproduzam relações hierarquizadas já no seio da família e que essas concepções sejam agregadas à nossa rotina de modo que o patriarcado exerça sua função sutilmente.

Todavia ressaltamos que as dificuldades em aprofundar as temáticas de gênero nos cursos, nas reuniões e nos eventos surgem também da necessidade em atender de forma imediata as mulheres em condição difíceis de sobrevivência. Muitas ingressam na Rede, pois não encontraram alternativa de trabalho, de renda. Mas, da mesma maneira que a Rede de Economia Solidária com suas lojas fornece oportunidades de ganho, ela também move-se a passos lentos, pois sua construção precisa de tempo.

Desta forma, muitas mulheres desistem da Rede e passam a procurar empregos que lhe proporcionem um ganho imediato. A empreendedora “F” em sua entrevista afirma participar da Rede, mas esta não corresponde às suas necessidades como ela gostaria.

Eu vim do Sul. Meu irmão já morava aqui em Dourados. Eu tava mal lá(...) o marido desempregado(...) com pouca coisa prá comer(...) um desespero. Meu irmão me ligou e disse: “Tu vai ficar aí e esperar a morte chegar sentada neste banquinho?” Aí nós vendemos tudo. Tudo. Móveis, tudo tudo. Eu olhava prá aquelas caixas e pensava: “Minha vida ta toda aqui?” A gente não tinha quase nada. Aí viemos prá cá. Meu marido arranhou um emprego de motorista de caminhão numa firma e nós começamos. Meu irmão ajudou muito. Aí fiquei sabendo da Rede. Fui atrás porque lá no Sul tinha também. Eu até participei um pouco. E aí fui. Me disseram prá ir em tal reunião e eu fui. Já conheci outras mulheres e já fiz amizade porque eu faço amizade fácil mesmo(...) Mas achei aqui meio devagar. Parece que lá no Sul tinha mais apoio. Mas é difícil sabe (...) Vende muito pouco (...) O dinheiro que entra ainda é pouco demais(...) Eu tenho que fazer outras coisas prá sobreviver..¹¹

Ainda que os estudos sobre a Economia Solidária considerem os/as trabalhadores/as como um todo, num sentido de igualdade, refletindo em primeira instância através de um viés

¹¹ Entrevista concedida em 09/03/2009.

economicista, há outras questões relevantes a serem discutidas neste modelo econômico, vão além do modo de produção e formas de sobrevivência.

Dentro dos próprios movimentos sociais, nos sindicatos e nas cooperativas, existem desigualdades não somente em relação aos ganhos e perdas financeiras, mas em relação à distribuição de funções e poder, assim como na Economia Solidária.

Nenhum movimento social é harmônico e perfeito, o que todos nós sabemos, e na Economia Solidária não há de ser diferente. Por isso, a necessidade de, nesses espaços, refletirmos sobre outras ferramentas de dominação utilizadas pelo sistema capitalista, muitas vezes, reproduzidos em nossas relações sociais.

A dominação masculina é uma destas ferramentas que dificultam a transformação social. Ela exerce um poder de determinação dos processos sociais, econômicos e políticos, de forma hierarquizada, restando à mulher um papel considerado inferiorizado na sociedade.

Rose Muraro, em sua obra “A mulher no Terceiro Milênio”, reafirma que somos condicionados/as socialmente a entender a dominação como algo natural, pois na família esse poder é vivenciado desde nosso nascimento:

Desde que a criança nascia, na família tradicional, via o pai mandando e a mãe obedecendo. E, como as impressões que recebemos no primeiro ano de vida são indelévels, pois permanecem não só no inconsciente mais profundo como ficam impressas até no próprio corpo, a criança tende a ‘naturalizalas’. Assim, desde que nasce ela acha natural que uns mandem e outros obedeçam. E fica para sempre no fundo do inconsciente de homens e mulheres a aceitação de uma sociedade autoritária, coercitiva, desigual e, portanto injusta. (MURARO, 2000, p. 193)

Neste sentido, é importante discutirmos o patriarcado que, segundo Saffioti, traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais. Segundo a autora, o conceito de patriarcado nos fornece as ferramentas explicativas para as desigualdades sociais.

O patriarcado não limita-se a coagir apenas as mulheres, mas os homens também, na medida em que estes pagam um alto preço emocional nas relações de exploração-dominação que exercem sobre as mulheres. Nesta disputa pelo poder, o controle e o medo são constantemente acionados para definir as relações e desta forma tornam-se um fardo também para os homens. (SAFFIOTI, 2004)

Ainda de acordo com Saffioti, no *nó* formado pelo capitalismo, racismo e patriarcado, não há luta que seja mais relevante que a outra. A luta de classe não deve ser considerada mais importante que as lutas pelo fim da dominação dos homens sobre as mulheres ou as lutas

contra a discriminação racial. Os embates por igualdade devem abrigar estas três dimensões por tratar-se de contradições fundamentais da sociedade brasileira.

Conforme aponta Richartz, ao citar Saffioti,

As sociedades socialistas, que privilegiaram a abolição da luta de classes, não conseguiram acabar com o racismo e a inferioridade das mulheres. Significa dizer que não adianta destruir a propriedade privada, acreditando que também serão destruídos o racismo e o machismo. Esses preconceitos perduram porque '[...] existem estruturas de poder, traduzidas por relações sociais de dominação-subordinação, que não se alteram enquanto forem tratadas, de maneira simplista, como preconceitos.' (SAFFIOTI, 1987, p. 91 *apud* RICHARTZ, 2004, p. 02)

Neste sentido, Saffioti afirma que o preconceito é apenas parte da dominação dos/as brancos/as sobre os/as negros, dos homens sobre as mulheres, dos/as ricos/as sobre os/as pobres. Contudo, o preconceito não é o elemento mais importante a ser considerado. Este na verdade esconde relações de poder historicamente construídas que culminaram em desigualdades sociais.

Com efeito, a reprodução das relações sociais caracteriza-se pela perpetuação de valores e ideias sobre hierarquia de poder entre os sexos em diversos âmbitos da sociedade, como nas escolas, nas instituições religiosas, no mundo do trabalho e até mesmo em alguns movimentos sociais.

Na Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, há outros fatores indicadores de uma oculta dominação masculina, como, por exemplo, a forma de organização dos cursos de qualificação. Estes cursos foram direcionados à formação profissional e conseqüentemente à inclusão social. No caso daqueles voltados ao público feminino, reforçam a pré-determinação do que seja trabalho de mulher e trabalho de homem. Trata-se de uma explícita divisão sexual do trabalho e culmina em uma hierarquia de papéis, com a supremacia do masculino sobre o feminino.

Mesmo que receba a influência desse sistema de dominação-exploração que lança tentáculos por toda a sociedade e suas instituições, a Economia Solidária gera novas formas de trabalho e renda pautadas em respeito e igualdade de condições, procura se estruturar sob outras bases, de maior liberdade, democracia e cidadania. Assim, o empoderamento feminino pode ser vislumbrado. No entanto, as mulheres não estão livres de situações de reprodução do processo de socialização que impôs lugares hierarquizados para mulheres e homens, sob a égide masculina.

De acordo com Nunes e Coelho, a Economia Solidária possibilita um espaço democrático e de transformação dos valores patriarcais arraigados em nossa sociedade, possibilitando uma nova maneira de ver o mundo, afirma que

Na Economia Solidária, que se constitui num espaço de construção dialógica e de vivências de produção, distribuição, poupança, crédito e consumo organizada a partir de valores de solidariedade e cooperação, e gerida por princípios éticos-humanitários de primazia do ser-humano - enquanto sujeito coletivo - , as mulheres têm, pois, um campo fecundo para o enfretamento da exclusão e do trabalho precarizado, para a possibilidade de rompimento da lógica da divisão sexual do trabalho, do machismo, da exploração e da dominação de gênero.¹²

A Economia Solidária, primando pela igualdade, cooperação e solidariedade, aproxima-se de uma transformação social importante para as mulheres. Seus princípios envolvem mecanismos que incentivam o alcance da cidadania por mulheres e homens, conscientes de seu lugar na história, na qual todos participam indistintamente.

Desta forma, as Redes de Economia Solidária propiciam um lugar fértil para a construção de ideais sociais que permitem um lugar igualitário para todos os gêneros, privilegiando o compartilhar de direitos e deveres. Entretanto, a própria organização da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS ainda traz reflexos dos atribuídos femininos e masculinos na determinação dos cursos e funções dos/as participantes/as dos grupos, dificultando o rompimento da lógica da divisão sexual do trabalho.

4.2 O empoderamento das mulheres

A Economia Solidária em Dourados-MS pode ser apontada como referência para concretização de empoderamento, se levarmos em consideração os números reveladores da participação majoritária de mulheres nos empreendimentos solidários. Porém, estes números indicam também que estas mulheres ingressaram na Rede somente após tentativas frustradas na busca de emprego fixo, uma renda digna. Isso ocorre em decorrência de sua mão-de-obra não ser valorizada e muitas são obrigadas a abrirem mão de uma vida profissional em razão de suas atividades domésticas, como cuidar da casa, evidenciando que há um profundo fosso entre as experiências dos homens e das mulheres.

¹² NUNES, Kelma; COELHO, Meyre. **Economia Solidária: uma economia para as mulheres?** Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=31136> Acesso em: abril, 2007.

Outras, já acostumadas a sua condição, não almejam nada mais. A alienação, fruto de uma vivência adaptada à dominação, não permite uma análise crítica sobre sua trajetória de vida. Em diversas experiências de Economia Solidária, esta solidificou o papel da mulher na casa, pois, desta maneira, elas não precisam procurar emprego ou podem exercer as atividades profissionais no espaço privado, em tarefas que se entrecruzam com os papéis assumidos como responsabilidade inexorável, vinculados à maternidade. Esta limitação das mulheres ao espaço da casa dificulta os encontros e não estimulam as discussões.

As reuniões de grupo, como acontecem em outros municípios, o trabalho desenvolvido coletivamente, as trocas de experiências, os diálogos no espaço de trabalho, são espaços férteis para debates e reflexões que podem levar a outros rumos, principalmente para o fortalecimento das identidades femininas e para o autorreconhecimento como protagonistas da Economia Solidária. No entanto, muitos maridos não gostam que as mulheres participem das reuniões mensais nos bairros ou de outras atividades, criam situações impeditivas para uma constante presença em tais atividades.

Maciel retrata a importância do espaço coletivo para o grupo de nove mulheres pobres, oriundas do meio rural, envolvidas em pesquisa desenvolvida em Passo Fundo-RS:

O espaço coletivo é fundamental para a concretização dos laços sociais e para a realização de novas formas de trabalho. Através das suas experiências nos grupos comunitários, essas mulheres são capazes de dominar com sabedoria o espaço privado e, aos poucos, ir adentrando no espaço público (trabalho externo), manifestando também uma preocupação com o social. (MACIEL, 2001, p.43)

Assim, a importância da organização dos empreendimentos solidários não está somente nos benefícios da comercialização, mas deve se pautar nos encontros, discussões e entrosamentos, para o fortalecimento dos laços sociais. Mais uma vez apresentamos os impasses e paradoxos da Economia Solidária em Dourados – com o exemplo do Grupo Pirêvest – fato que não lhe retira a importância política e sua legitimidade como um espaço educativo e de empoderamento feminino.

O grupo Pirêvest em Dourados-MS – grupo de confecção – possui uma sede, mas cada costureira trabalha em sua casa. Hoje o Pirêvest é uma microempresa e, de acordo com a empreendedora “B”, a sede possui uma administradora, porém cada integrante controla as notas fiscais emitidas e pagas seus impostos separadamente. As reuniões são mensais. Contudo, a produção é solitária, na própria residência. O Pirêvest se tornou uma alternativa econômica, mas não um espaço de convivência.

Esse sistema coletivo de empreendimentos integrados pode ser um espaço privilegiado para as mulheres na medida em que o rendimento feminino representa, muitas vezes, a única fonte dos recursos familiares ou uma complementação necessária. Em qualquer destas hipóteses, fica explícito que esta renda proporciona melhorias na condição de vida das mulheres e de sua família, além de aumentar seu poder de barganha frente ao homem, fragilizando o poder patriarcal, que está explícito no próprio discurso das mulheres.

Mas, além da sobrevivência da família, este recurso significa também uma conquista de bens desejados por estas mulheres. Muitas sonham com a compra da geladeira, da TV, do guarda-roupa, do fogão, de roupas para os filhos e até mesmo dinheiro para um passeio e, principalmente, não dependem do homem para realizarem seus anseios pessoais, mesmo que direcionados também à família. Enfim, sobre questões econômicas, as mulheres se sentem mais autônomas para decidirem sem “pedir permissão” ao homem, tal autonomia torna-se *sine qua non* para outras experiências, como por exemplo, no campo decisório nos espaços públicos. Conforme analisa Costa,

O acesso ao consumo tem significados ainda mais amplos, pois representa também a conquista de autonomia. Essa independência tem impactos consideráveis em suas relações privadas e na construção de sentidos sobre si mesmas. A percepção sobre o lugar ocupado, na esfera social, altera-se à medida que as possibilidades de interação são multiplicadas. As trabalhadoras conseguem planejar, articular e satisfazer desejos pessoais ou familiares, mesmo com certa limitação. Dessa forma, a submissão feminina relacionada a questões financeiras sofre alterações em diferenciados níveis. Somam-se outros elementos às decisões cotidianas da esfera doméstica, o que possibilita às mulheres uma maior capacidade de negociação e, em última instância, de poder. (COSTA, 2007, p. 135)

A ideia de poder na construção histórica está entrelaçada com o masculino. Esta concepção advém do entendimento do poder político, muito marcado pela ação dos homens. Por ser um assunto masculino, muitas mulheres sequer tiveram ou têm interesse em participar. Perrot lembra que

A ideia de que política não é um assunto das mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos. Além disso, as mulheres tendem a depreciar a política, a valorizar o social e o informal, assim interiorizando as normas tradicionais. É, uma vez mais, todo o problema do consentimento que aí se coloca. (PERROT, 2006, p. 184)

Desta forma, a compreensão de decisões coletivas, para muitas mulheres, é motivo de estranheza, visto que em casa não vivem uma relação de igualdade. O poder masculino é o

centro das decisões no lar e isto se reflete na dificuldade de buscar autonomia na Rede de Economia Solidária.

Enquanto, para as mulheres, as noções de ajuda, de complementação, de desapego aos mecanismos de decisão relativos aos rumos do projeto familiar e também no âmbito econômico, estiverem interiorizadas, além de outras formas de poder instituídas e ocultas não forem discutidas, a Economia Solidária não conseguirá desenvolver seus propósitos, de uma sociedade mais justa.

Em entrevista com a empreendedora “C” do setor de confecções, esta relata que a Rede é uma oportunidade para as mulheres, mas sua visão desta oportunidade é vender e a possibilidade de equilibrar os trabalhos domésticos com seu ofício na Economia Solidária.

Eu entrei através da minha cunhada que já participa faz tempo. (...) Fui a primeira vez, fiquei escutando (...) fui na segunda reunião e gostei. Porque assim (...) eu aprendi coisas que a gente não sabia como vender, como conquistar o cliente, assim né (...) Eu acho assim que a Rede é uma coisa que traz oportunidade para as mulheres, que não pode trabalhar fora, ajuda muito porque a gente pode trabalhar em casa (...) E as pessoas fazem amizade também né (...) E as pessoas são muito legais também [as gestoras]. Elas têm assim carinho com as pessoas, paciência.¹³

Neste sentido, o acúmulo de atividades representa a manutenção das desigualdades, ou seja, a igualdade compreendida pelas participantes da Rede da Economia Solidária ganha um sentido que se restringe às mulheres que participam das reuniões. No âmbito da Rede, estas vivem situações semelhantes, são tratadas da mesma maneira por todas as pessoas, independente de sua etnia ou condição social. Além disso, não têm patrões ou patroas para dar as ordens, mas a igualdade não se amplia. Em casa, permanece a continuidade do que está instituído.

No jornal da Rede de Economia Solidária de dezembro de 2005, uma empreendedora trata do significado da qualificação que recebeu e do ingresso na Rede de Economia Solidária:

O curso de bijuteria, que fiz como familiar, representou o resgate de tudo. De auto-estima, da mulher que sempre foi para frente e que estava adormecida dentro de mim. Mesmo quando não vendo nada eu me sinto bem por estar fazendo algo de importante para minha vida.¹⁴

¹³ Entrevista concedida em 10/03/2009.

¹⁴ Jornal da Economia Solidária. Dezembro/2005.

Aqui podemos perceber o significado do trabalho para a empreendedora, o que ele representa para ela. Este não possui apenas um sentido econômico, mas denota um diferencial em sua vida, uma liberdade para viver como sempre quis. O mais importante, esta mulher se sente valorizada, volta-se para frente, acorda para si mesma e passa a dar rumo à própria vida. Dessa forma, consideramos que ela vive um processo de empoderamento, descrito como a elevação da autoestima, o “poder de dentro”¹⁵ conforme Deere e Leon.

Outra empreendedora relata, em entrevista ao Jornal da Economia Solidária de abril de 2006

Começamos a produzir há oito anos, quando a nossa situação financeira deu uma caída. Estávamos na véspera do Natal e eu decidi sair e oferecer cucas nas casas e voltei com 30 encomendas. A partir daí eu decidi que dali em diante ia continuar trabalhar com isso. Esses dias me perguntaram a receita e eu disse que a receita todo mundo tem, é só amor, carinho e gostar do que se faz, porque o importante não é tanto o retorno financeiro mas o elogio. A Rede de Economia Solidária deu oportunidade para vender nossos produtos nas feiras.¹⁶

O relato desta empreendedora representa o que muitas mulheres fazem: elas encontram mecanismos para atender às necessidades da família e, por vezes, essas atitudes são a principal razão de sobrevivência da família. No entanto, suas ações são pouco reconhecidas. Outro aspecto importante que merece reflexão através do depoimento é o desapego ao dinheiro e ao poder. Quando ela afirma que o importante é o elogio, ela confirma, por um lado, a ideia de que “ao feminino, o mundo do sentimento, da intuição, da domesticidade, da inaptidão, do particular; ao masculino, a racionalidade, a praticidade, a gerência do universo e do universal.” (SWAIN, 2001, p. 69) Por outro lado, o elogio também pode ser considerado um incentivo para sua autoestima e a valorização da melhoria da qualidade de vida, nem sempre exige ganhos elevados.

¹⁵ Segundo DEERE e LEÓN (2002, p. 54), outras formas de poder são possíveis e positivas: “O ‘poder para’ serve para catalisar a mudança quando uma pessoa ou um líder de um grupo promove o entusiasmo e a ação de outros. É um poder gerador ou produtivo, um poder criativo ou facilitador que abre possibilidades de ações sem dominação – ou seja, sem o uso do ‘poder sobre’. O ‘poder para’ está relacionado ao ‘poder com’, pois permite que o poder seja compartilhado. Isso se torna aparente quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum, permitindo que todas as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo que também é assumida individualmente. Isso serve para confirmar que o grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma de poder positivo e aditivo é o ‘poder de dentro’, ou poder interior. Este tem a ver com gerar força de dentro da pessoa e está relacionado à auto-estima. O ‘poder de dentro’ aparece quando alguém consegue resistir ao poder de outros ao rejeitar exigências indesejadas. Também inclui o reconhecimento, que se adquire com a experiência, do modo como a subordinação da mulher é mantida e reproduzida.

¹⁶ Jornal da Economia Solidária. Abril/2006.

Uma moradora da Aldeia Bororó demonstra em sua fala ao Jornal da Economia Solidária de agosto de 2008, o que ocorre a muitas mulheres: elas sempre trabalharam e sua participação na renda doméstica é fundamental para a subsistência da família, ainda que seja vista apenas como uma ajuda ao marido.

Nas considerações abaixo, é possível considerar também, a indicação da busca por qualidade de vida, pois não somente o aumento de renda é destacado, mas a amizade e as condições da família.

O curso faz a gente aprender, a ter trabalho para melhorar a vida da gente, porque o marido sozinho não dá conta. Ainda mais agora que já temos o grupo Mulheres Felizes da Aldeia Bororó que se reúne no CRAS toda terça e nós vamos ser mais felizes porque vamos aumentar nossa renda, a amizade e melhorar a condição da nossa família.¹⁷

Entretanto, apesar de ações e tentativas válidas e relevantes dos/as gestores/as com o objetivo de fortalecer a Rede de Economia Solidária através do empoderamento das mulheres e do consumo consciente, percebe-se outros níveis de poder e dominação além do poder econômico que são pouco discutidos. A dominação masculina aparece de forma sutil nos dizeres, nas distribuições de tarefas e nas definições de cursos e capacitação para as mulheres da Rede de Economia Solidária.

Neste aspecto, cabe a discussão sobre o sentido de empoderamento para as mulheres, temática complexa que ganha gradativamente atenção da academia e dos movimentos feministas e de mulheres. O empoderamento das mulheres deve ser entendido como a obtenção da igualdade, através do acesso aos bens e oportunidades da mesma forma que os homens. Deere e León afirmam que o termo empoderamento tem sido usado em múltiplos sentidos, mas nem sempre com o sentido de emancipação. (DEERE; LÉON, 2002)

Para a transformação das relações sociais hierarquizadas, é necessário compreender o empoderamento como a base fundamental para gerar visões alternativas por parte das mulheres, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem. Dentre os antecedentes necessários para o empoderamento da mulher, estão a vivência em espaços democráticos e participativos, assim como a própria organização das mulheres, através de movimentos sociais, redes, associações, etc. (DEERE; LÉON, 2002)

No entanto, a dimensão para a consolidação deste empoderamento é complexa e por isso difícil, lenta, mas absolutamente possível. Deere e León salientam que

¹⁷ Jornal da Economia Solidária. Agosto/2008.

Pelo fato de a subordinação da mulher parecer normal dentro da ideologia patriarcal, é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero. Isto exige que a mulher mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a seus direitos e capacidades. Facilitar as condições para encorajar estas mudanças é o papel de agentes externos. (DEERE; LÉON, 2002, p. 55)

Dentre esses agentes externos de mudanças, podemos citar a Rede de Economia Solidária que em meio à oculta dominação masculina busca estimular as pessoas a refletirem sobre o poder, sobre as condições de sua vida e a lutarem pelo controle sobre as determinantes que movem suas vidas.

O sentido de empoderamento para as mulheres da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS está ligado à autonomia financeira. Mas apenas este aspecto não é suficiente para que estas compreendam a importância de suas capacidades e para vencer e superar seus problemas. Percebemos esta realidade em diversas falas, nas quais as mulheres afirmam que a Rede de Economia Solidária é uma oportunidade para vender seus produtos. A empreendedora “G” afirma isto quando descreve seu trabalho e de sua mãe na Rede.

Minha mãe já era professora de artes, já pintava telas, já pintava tecidos, já fazia várias coisas na área do artesanato. Faz uns 20 anos que ela dava aulas. Há cinco anos eu comecei a fazer curso de biscuit, de pátina, e daí eu comecei a ajudar ela e uma amiga dela já antes tinha chamado ela, falado da Economia Solidária e tal. E daí ela começou a participar. Teve uma época que ela montou uma loja junto com uma amiga dela. Eu ajudo ela bastante, venho na loja prá ajudar expor e é isso. Ela já ta faz 04 anos na Rede de Economia Solidária. Ela fez bastante cursos e eu fiz também. E como eu ajudava ela, ela pediu prá me por junto nos cursos prá ajudar a trabalhar com pessoas, na venda, porque eu tinha que saber. E os cursos da Economia Solidária tem bastante que ensina você como ser um empreendedor, como você trabalhar com isto, como administrar seus trabalhos, o dinheiro que entra e tal. Eu não lembro direito os nomes dos cursos, mas um que eu fiz ensinava você como trabalhar em grupo, que não adianta você entrar num grupo como esse sem ter a percepção de como você vai viver com estas pessoas. Por que tem que ter uma compreensão. Meu pai deu a maior força, quando precisa trazer os produtos ele ajuda ela. Foi algo muito interessante a economia solidária. Algo que ajuda elas a crescer. Uma forma mais ampla de ajudar as mulheres porque as vezes elas não tem tanta oportunidade de expor seus trabalhos. Às vezes fica em casa com trabalho parado e aí traz pras lojas e expõe e é bem mais fácil prá vender.¹⁸

Para a empreendedora, a Rede tornou-se um novo lugar para divulgar e vender seus produtos. No entanto, ela aponta que o curso que a marcou ao ingressar na Rede foi o que

¹⁸ Entrevista concedida em 21/05/2010.

discutia as relações coletivas de trabalho. Desta forma, podemos afirmar que aos poucos é possível construir uma Rede Solidária na plenitude de seu sentido, através da troca de informações, idéias e debates acerca de diversos assuntos para construção de cidadania.

Neste sentido, o empoderamento das mulheres refere-se à conscientização do seu papel enquanto cidadã. As mulheres não precisam descobrir a importância do seu trabalho para a renda familiar, principalmente as mulheres pobres que sempre trabalharam e sabem da importância do acréscimo de renda para a família. Para muitas, a importância e o significado está explícito, mas é necessário fazer uma reflexão sobre o porque da divisão sexual que permite aos homens usufruírem de inúmeras oportunidades negadas às mulheres.

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados. (DEERE;LÉON, 2002, p. 55)

Verificamos nas ações das gestoras da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS o esforço em auxiliar no empoderamento das mulheres através das práticas coletivas, como nas reuniões, assembleias, encontros, que por meio de experiências grupais criam oportunidades de reflexão, mesmo com dificuldades, demonstram que ninguém se empodera sozinho. O êxito das experiências solidárias é estimular os/as participantes ao exercício de cidadania e à construção de uma sociedade mais democrática. Para as mulheres, significa que unidas podem lutar por seus direitos específicos, estes vão além do viés econômico, relacionam-se ao fortalecimento de sua identidade e à possibilidade de maior poder de decisão e conquista de cidadania.

Maria da Conceição Celestino Barbosa, ao relatar sobre o exercício de cidadania, cita o trabalho feito pelas mulheres e o relaciona com o consumo solidário.

As pessoas não estão preparadas para consumir com responsabilidade, solidariamente. Não é porque esse produto que as mulheres fazem um artesanato, às vezes fica um centavo mais caro, mas qual é realmente a contribuição que você tá dando quando você compra um vidro feito de *biscuit*, outro produto de artesanato na mão dessas mulheres. Você tá gerando renda para milhares de pessoas, que estavam desempregadas, e o dinheiro fica no local. E esse processo a gente tem que ir construindo devagarzinho, porque o sistema capitalista ele vai matando isso nas pessoas. Você tem que consumir, consumir, consumir. Mas de quê maneira né?¹⁹

¹⁹ Entrevista concedida em 04/05/2007.

Pela afirmação da ex-Superintendente, percebemos que os/as gestores das Redes de Economia Solidária demonstram preocupação com o consumo consciente e solidário. O viés econômico norteia as ações dos empreendimentos solidários, permeados por princípios de igualdade e solidariedade. Observamos, assim, que as relações de gênero são preocupações secundárias e pouco discutidas.

Teoricamente, a Economia Solidária é uma opção diferenciada, um modo de viver distinto dentro do próprio sistema capitalista, no qual o poder do capital e o consumo alienante não prevalecem, mas a valorização da vida. No entanto, há uma distância entre a teoria e a prática, fato constatado nas entrevistas, mesmo que a Rede se organize e prime por valores de igualdade, não há reflexo nas relações de gênero, e as relações sociais continuam a refletir padrões de competitividade e de desejo de inserção no mercado.

Por isso, trata-se de um processo histórico de conquistas constantes e lentas. Contudo, são percebidas em pequenas medidas no cotidiano dessas mulheres, isso quer dizer que encontramos situações de permanência de modelos sexistas, mas também sua ruptura, mesmo que silenciosa e gradativa.

Nesse sentido, também podemos falar no consumo solidário, no campo teórico é uma alternativa viável e importante para mudanças de postura diante dos acenos do mercado. No entanto, também pressupõe tempo, aprendizagens e novas posturas individuais e coletivas na sociedade.

Para Mance, o consumo solidário

[...] é movido pela consciência de que o consumo é o objetivo final de todo o processo produtivo e que, ao consumir, nós contribuimos para preservar ou destruir os ecossistemas, manter empregos ou gerar desempregos em nosso país ou em nossa cidade, contribuimos na manutenção da exploração dos trabalhadores em uma sociedade capitalista e injusta ou colaboramos para a construção de uma nova sociedade colaborativa e solidária. (MANCE, 2001, p. 13)

Ou seja, o consumo solidário é saber o que realmente se está consumindo. É identificar no produto não somente o preço, mas suas origens e a maneira como foi produzido. Por isso, este é um dos princípios básicos da Rede de Economia Solidária, pois para vender os produtos, o cálculo primordial não está nos custos e nos os lucros, mas compreende-se o significado e o reflexo da produção na vida das pessoas.

O artesanato, como o vidro de *biscuit* citado pela Superintendente é uma atividade caracterizada como típica de mulher – por envolver delicadeza, destreza com as mãos para lidar com materiais pequenos e frágeis, calma, objetos podem ser confeccionados em casa – e

estas ficam muitas vezes sem opções de aprendizado em áreas diferentes – marcenaria, mecânica, por exemplo – ou até mesmo não conseguem exercer outra função que gostariam por não se “enquadrarem” no que é estabelecido como feminino e masculino.

Verificamos também que muitas mulheres não demonstram o desejo em desenvolver ou aprender outras atividades que não ligadas aos “dotes femininos”. Cursos de qualificação como Mecânica, Automação Industrial, Eletrônica têm pouca procura por parte das mulheres e são raros os casos em que alguma aluna consegue concluir o curso. Em razão da oculta dominação masculina nos dizeres e saberes, as mulheres procuram a qualificação ligada ao processo de socialização das mulheres.

Percebemos, desta forma, que os conhecimentos desenvolvidos nos cursos de capacitação oferecidos pela Rede reproduzem a manutenção das diferenças enraizadas na sociedade e em especial nas famílias.

No Jornal da Rede de setembro/outubro de 2007, uma empreendedora relata que seu ingresso na rede significou “se realizar como mulher” porque lhe possibilitou maior permanência em casa para cuidar dos filhos. Estamos lidando novamente com um aspecto importante discutido pelo feminismo: o lugar da mulher foi construído para ser em casa e qualquer atividade fora do lar é muito difícil, ainda que necessária.

Tenho 37 anos, 3 filhos menores de idade, quando pensava em sair de casa para trabalhar, pensava logo em como deixar meus filhos sozinhos. Foi com a economia solidária que adequiei o meu ganho e fiquei mais tempo em casa. Não só pelo fato da situação financeira, mas também a questão das boas amizades que se adquire, isso é bom para a auto-estima. Fazer parte dessa família me satisfaz e me realiza como mulher, como mãe e como cidadã.²⁰

Todavia, observamos que a partir da autonomia financeira, o empoderamento torna-se possível, principalmente com a nova dinâmica que as mulheres vivem na Rede de Economia, com a possibilidade de refletirem sobre outros âmbitos de suas vidas. Nos encontros, feiras, eventos é possível a socialização de experiências que contribui para a reflexão das mulheres sobre a sua importância no mundo do trabalho e seu papel no lar, em grande medida, voltado ao cuidado e a maternidade, como principais responsabilidades.

4.3 As instituições religiosas: permanência ou ruptura com as desigualdades de gênero?

²⁰ Jornal da Economia Solidária. Setembro/Outubro/2007.

Além do mercado, a mídia e a religião, cada uma a sua maneira, também contribui para reproduzir estes conceitos sobre o lugar da mulher. A mídia constantemente destaca a vitória da mulher moderna que consegue conciliar os afazeres do lar com as responsabilidades de ser uma profissional de sucesso. Este constante apelo às conquistas das mulheres nos induz a aceitarmos os ganhos como absolutos, parecendo que não há mais nada a discutir.

O discurso midiático decreta o fim do feminismo e camufla as diferenças que se reforçam no cotidiano, principalmente na vida privada.

Dessa forma, se o discurso da mídia em seu dialogismo com o rumor social decreta o fim do feminismo, o campo conotativo do que é dito e do dizível indica a recuperação e/ou atualização de representações binárias, excludentes e hierarquizadas sob novas roupagens. Mulheres e homens continuam a ocupar lugares tradicionalmente traçados segundo sua 'natureza' feminina ou masculina, esta mesma 'natureza' desconstruída pelo feminismo contemporâneo. Longo é o caminho trilhado pelos feminismos plurais em suas estratégias e argumentações desde Simone de Beauvoir, quando a pretensa essência da mulher é desconstruída em uma simples frase que vincula o 'ser mulher' ao 'ser social'. (SWAIN, 2001, p. 69)

Deste modo, as discussões sobre relações de gênero ficam em segundo plano também na Rede de Economia Solidária, pois, ao que parece, a mulher que ganha algum dinheiro já conquistou grande parte do almejava.

As instituições religiosas também colaboram para o posicionamento da mulher na sociedade. Sua função enquanto mãe está acima de qualquer outra participação em âmbito social. Abdicar de uma participação pública e política é absolutamente necessário para a manutenção de sua categoria enquanto mãe.

Nesta construção histórica sobre o papel das mulheres, as definições biológicas do "ser mulher" foram aclamadas pela igreja, cujos conceitos e determinações foram e são aceitos sem questionamentos pela maioria de seus membros.

Todavia, devemos mencionar a importância de determinados setores da igreja católica que, na história política do Brasil contemporâneo, destacaram-se como forças de resistência ao regime militar. Lideranças religiosas foram reconhecidas pela luta por direitos humanos e pela restauração de direitos civis. A Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base ficaram caracterizadas como os setores "de esquerda" da igreja. No período ditatorial, a importância desses grupos deve-se em razão de compor naquele período histórico a única instituição que podia "dar voz pública" a alguns grupos no regime militar. (ROSADO-NUNES, 2008)

A participação das mulheres neste processo de resistência no interior da igreja foi significativo, ainda que na elaboração de propostas, no discurso teológico prevalecessem os homens. Mas na formação das comunidades eclesiais, na construção dos ideais de justiça social oriundo destas, a participação das mulheres foi fundamental. (ROSADO-NUNES, 2008)

Esta formação contribuiu para o estímulo às reflexões sobre direitos, que levaram as mulheres a discutirem outras questões específicas sobre sua condição, tanto no âmbito público quanto privado. Conflitos surgiram quando as discussões alçaram o âmbito privado. Segundo Rosado-Nunes,

[...] foi o cruzamento de matrizes distintas, e até opostas, de pensamento – religiosas e feministas –, possibilitado pela mesma ação da Igreja, que propiciou a mulheres das camadas pobres a assunção de uma posição que poderia ser denominada ‘feminista’, ainda que não assim compreendida por todas, no sentido da luta pelo reconhecimento de direitos no âmbito da sexualidade, da reprodução e da domesticidade. (ROSADO-NUNES, 2008, p. 72)

A Rede de Economia Solidária de Dourados-MS sofre grande influência de instituições religiosas. Por parte dos/as gestores/as, verificamos a presença majoritária da igreja católica. No entanto, a maioria das empreendedoras é protestante. Desta forma, ainda que ocorram discussões sobre relações de gênero no âmbito da Rede, estas acabam se direcionando para um fortalecimento da “essência feminina”, ligada ao casamento, família, maternidade, fruto de concepções judaico cristãs.

Rosado-Nunes afirma que

A civilização do controle e do medo instaurada pelo cristianismo, associada à repressão do prazer e à suspeita sobre o sexo, é inseparável da desvalorização simbólica e social das mulheres. Mesmo se nos lembrarmos de que no matrimônio cristão, instituído no século XII pela Igreja, são os noivos que realizam o sacramento, havendo portanto um reconhecimento da capacidade das mulheres tanto quanto dos homens de expressarem sua vontade, a atribuição às mulheres de uma natureza própria cuja “essência” é a maternidade é um *continuum* no pensamento eclesial. As diferenças biológicas, constantemente invocadas, validam a atribuição das mulheres à esfera doméstica, reafirmando a legitimidade de sua exclusão da esfera pública e reiterando sua inferioridade social e política. (ROSADO-NUNES, 2008, p.72)

A ordem natural dada por Deus através da biologia determina para as mulheres enfaticamente sua função como esposas e mães. O poder eclesiástico, hierárquico e masculino, fortalece as desigualdades e diferenças entre os sexos, em que a vontade individual não tem valor, pois o poder divino já destinou o papel de cada um na sociedade.

O ideário cristão, que atribui às mulheres características de uma suposta natureza feminina, como delicadeza, fragilidade, sensibilidade, capacidade de doar-se e esquecer-se de si mesma em prol da família, contrapõe-se muitas vezes aos princípios de igualdade propostos pela Economia Solidária. No entanto, nos empreendimentos solidários, os ideais cristãos e portanto “divinos” sobrepõem-se a qualquer proposta que vise transformar a realidade destas mulheres.

A Economia Solidária pode ser uma oportunidade diferenciada, principalmente por trabalhar em rede, ou seja, através de uma união de esforços. Assim, as mulheres participantes conseguem vislumbrar uma estratégia de sobrevivência, pois tanto o mercado formal de trabalho quanto as exigências sociais do que se espera das mulheres, dificultam sua ascensão.

Em entrevista realizada em 2007 com a presidente na época da ONG Mulheres em Movimento, Lenita Gripa, aponta a participação feminina na Rede de Economia Solidária em Dourados-MS. Em sua entrevista, ela conta como surgiu o Banco Pirê e a moeda social, que são controlados e mantidos pela ONG. Durante a narrativa, a presidente trata das mulheres provedoras de família.

A maioria são mulheres. Noventa por cento são mulheres, provedoras de família, a gente fala, porque os maridos desempregados abandonaram a família e as mães com os filhos têm que arrumar a auto-sustentação. Então essa geração de renda, através da Economia Solidária, é o sustento da família.²¹

O termo “mulheres provedoras de família” merece uma reflexão. Retomamos aqui a referência oculta à dominação masculina e de que maneira é possível perceber isto? No fato de quê o sustento da família é de responsabilidade do homem, mas a responsabilidade pela família em si, pelos/as filhos/as, cabe a mulher. Desta forma, é comum encontrarmos famílias em que somente a mãe cuida das crianças e os maridos e/ou pais sentem-se muito livres para saírem de casa ou abandonarem a família em caso de desemprego, de falta de renda, gerando conflitos diversos no lar. Nesse contexto, é “natural” que a mãe fique com os/as filhos/as.

Assim, quando a presidente da ONG faz esta referência à “mulheres provedoras de família”, temos um dado concreto: a desvalorização do trabalho da mulher. Elas contribuem ou são responsáveis sozinhas pelo sustento da casa. Afirmar e reconhecer este fato causa estranheza, pois não está no seu “destino” ser a provedora do lar, mesmo que a responsabilidade pela família ainda seja sua.

²¹ Entrevista concedida em 04/05/2007.

Consideramos que há um longo caminho a trilhar na transformação social das mulheres participantes da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. A camuflada, a oculta dominação masculina, presente nas ações dos/as gestores/as, nas ações das entidades parceiras e na família das empreendedoras, dificulta a absorção e entendimento do que seja uma outra economia.

A Economia Solidária, vivenciada de acordo com princípios conservadores, ao não observar que as transformações devem ocorrer nas raízes dos conflitos, desde a educação básica até o modo de viver, não há que se falar em “um outro mundo possível”.

Se mantivermos os anseios de atendimento do imediato, a ânsia do mercado, não será possível estruturar um processo de conscientização sobre como ser cidadão/ã. Discutir as problemáticas teoricamente não exclui as práticas reais do cotidiano. Estas, permeadas por conceitos da família patriarcal e de representações do que seja feminino e masculino, não irão consolidar a Economia Solidária como uma real alternativa, mas apenas caracterizá-la como mais um projeto falido, mais um braço de caridade do capitalismo.

Em Dourados-MS, aliado a todas essas dificuldades, atualmente temos um poder público omissivo e equivocado quanto à grandeza de estimular um projeto como a Economia Solidária. Se esta for apoiada por políticas públicas, há possibilidade de construir um caminho realmente diferente do que o capitalismo propõe, e a solidariedade será vivida com consciência da história frente ao que construímos, não como algo caritativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos a participação feminina na Rede de Economia Solidária em Dourados-MS, no período compreendido entre 2000 e 2008, tendo em vista uma perspectiva de gênero. Abordamos também o conceito de Economia Solidária, sua história no Brasil, sua relação com o capitalismo e a globalização, quando se coloca como alternativa para a geração de trabalho e renda. Para as mulheres em especial, as experiências solidárias têm se mostrado como um caminho possível para o empoderamento, mas, por enquanto, percebemos que no *habitus* dos empreendimentos solidários há uma oculta dominação masculina que precisa ser discutida e repensada por empreendedores/as e gestores/as.

Neste sentido, no âmbito dos empreendimentos solidários e nas ações dos/as gestores/as há uma reprodução das relações sociais que perpetuam o patriarcado e dificultam a emancipação de mulheres e homens. Os princípios da Economia Solidária não são totalmente compreendidos, e o sentido de igualdade limita-se ao viés econômico. Percebemos que a preocupação de gestores/as desde o surgimento da Rede no município relaciona-se a um atendimento imediato às necessidades de sobrevivência de grupos em situação de exclusão. Assim, outras discussões que demandam tempo e transformações lentas ficaram em segundo plano.

Por fim, a partir dessas discussões teóricas, verificamos as especificidades da Rede de Economia Solidária de Dourados-MS que, apesar das dificuldades, permitem sua continuidade como ferramenta de combate à exclusão social na cidade e tem conquistado respeito por diversos setores da sociedade. A seguir, apontamos tópicos que demonstram os principais temas discutidos e as conclusões resultantes das reflexões sobre eles, ou seja, optamos por registrar e destacar aspectos relevantes em forma de itens para melhor visualização e síntese:

1) A escrita da história desprezou por muito tempo a história das mulheres. Pesquisadores/as preocupados/as com os grandes feitos da humanidade não tinham interesse por temáticas que envolvessem o cotidiano, sendo apenas os grandes acontecimentos protagonizados por homens eram interessantes para análise.

A ausência dos feitos femininos marcou profundamente os registros históricos, tanto que reivindicações, conquistas, resistências, sofrimentos e lutas de mulheres foram desprezados pelo fato de serem produzidos e vividos por elas. Mediante uma transformação

nas pesquisas históricas, este lapso é reconhecido por diversas pesquisadoras e pesquisadores que não almejam somente a narrativa, o registro sobre o sexo feminino, mas principalmente compreender as contribuições das mulheres nos fatos históricos passados e nos que ocorrem na atualidade, e ainda refletir sobre “[...] como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo.” (PEDRO, 2005, p. 87). As mulheres não poderiam ser tratadas como objeto da história a parte, ou seja, fora da análise do conjunto historiográfico no qual está inclusa a história dos feitos masculinos.

2) A partir da conceituação de gênero, a história das mulheres ganha novo impulso, pois não se limita aos feitos das mulheres, mas se aprofunda nas relações entre mulheres e homens e se preocupa com as relações de poder estabelecidas a partir do determinismo biológico e das diferenças sexuais.

Com efeito, a categoria gênero marca a ampliação da história das mulheres para a história das relações de gênero no sentido de que estas não se indicam somente aos direitos das mulheres, mas se referem às relações entre homens e mulheres, nas quais há diferenças, mas principalmente desigualdades.

As reflexões sobre relações de gênero convidam mulheres e homens a não aceitarem justificativas biológicas para as desigualdades. Além disso, estimulam à conscientização, no sentido de que para uma sociedade justa, alicerçada na solidariedade e igualdade, há que se ter uma transformação no cotidiano, no qual está imerso o mundo do trabalho, a convivência familiar, a educação, o lazer, dentre outros.

3) Neste sentido, utilizamos as reflexões de Lefebvre sobre o cotidiano; pensamos na especificidade do trabalho feminino, e percebemos, então, que as representações sobre o trabalho engendraram uma valorização da divisão sexual no trabalho. Assim, as desigualdades entre mulheres e homens se fortalecem e se perpetuam, pois fazem parte da vida cotidiana, na qual os conceitos patriarcais se estruturam e são reproduzidos.

4) Sobre a história do cotidiano, Burke (1992) observa a relevância das pesquisas sobre o tema, haja vista que a vida cotidiana se apresenta como a geradora (e podemos dizer reprodutora) das relações sociais. O autor afirma que esta história é encarada por muitos/as pesquisadores/as como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado.

Por isso, a importância de intensificarmos as pesquisas sobre as vivências do mundo do trabalho das mulheres, no qual a dominação masculina permanece oculta mesmo na globalização, fenômeno aclamado como inovador.

5) Bourdieu afirma que a dominação masculina não necessita de justificção para sua existência, para pautar as relações sociais. Conforme afirma o autor, ela se mostra como uma evidência, uma lógica natural por estar desde sempre embutida nos discursos e práticas que a definem como verdade incontestável, desencorajando reflexões sobre as condições sociais de sua existência. Por estar oculta e inscrita em nossos subconscientes, determina nossas ações irrefletidas organizadas em uma engrenagem patriarcal.

Alternativas para a inclusão social, como as que a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS, não se livram de tal engrenagem, o que dificulta as transformações sociais. Tal engrenagem move a sociedade há tempos, determinando valores morais aos papéis sexuais das pessoas, dificulta a estruturação de um olhar crítico sobre nós mesmos/as e nos cega a ponto de não percebermos que somos conduzidos/as à aceitação da desigualdade entre homens e mulheres.

Portanto, a Rede de Economia Solidária vive este dilema sem que muitos/as o percebam, qual seja: as dificuldades em construir uma sociedade justa, democrática, não estão somente presentes na falta de renda e trabalho, saúde e moradia, direitos fundamentais, mas também na ruptura com as práticas que permitam relações hierárquicas desde a família até o âmbito do trabalho. Entender os princípios de solidariedade e igualdade aclamados por teóricos/as da Economia Solidária somente serão aplicados quando estes estiverem presentes também no cotidiano das famílias.

6) As parcerias com entidades de cunho empresarial e instituições religiosas têm sido importantes pela necessidade de uma união de esforços de diversos setores da sociedade para o crescimento da Economia Solidária, visto que apesar de suas dificuldades, ela faz a crítica ao sistema capitalista, mas apresenta uma proposta de transformação. No entanto, demonstram também as contradições de rumos e princípios entre os diferentes agentes envolvidos.

Observamos que instituições religiosas estão diretamente ligadas à Rede de Economia Solidária de Dourados-MS. Por parte dos/as gestores/as, verificamos a presença majoritária da igreja católica. Contudo, a maioria das empreendedoras é protestante.

Desta forma, ainda que ocorram discussões sobre relações de gênero no âmbito da Rede, estas se direcionam para um fortalecimento da “essência feminina”, acoplada ao casamento, à família, à maternidade, ao fruto de concepções judaico cristãs.

As entidades de cunho empresarial, como o SEBRAE, SENAI, SENAC têm como missão o desenvolvimento social através da “competição sadia” e o desenvolvimento sustentável das micros e pequenas empresas para fomentar o empreendedorismo. Este antagonismo nas propostas das entidades parceiras e os princípios da Economia Solidária geram, portanto, conflitos nas práticas das empreendedoras e empreendedores solidários, pois estes aprendem que devem ser competitivos ao mesmo tempo em que devem ser solidários.

7) A Economia Solidária nasce basicamente de movimentos populares, mas se consolida com o apoio de políticas públicas que estimulam o crescimento desta rede econômica. Desta forma, não se pode dizer que a Economia Solidária é fruto de um partido político e sim de diversos elementos sociais, e necessita de políticas de Estado de um governo comprometido com transformações sociais significativas. Para que um modelo econômico, como a Economia Solidária, sobreviva ao modelo capitalista dominante, é necessária a intervenção do Estado de forma a criar as condições para o desenvolvimento desta economia.

Sabemos que os governos que têm apoiado esta iniciativa são originários de partidos políticos envolvidos com aspirações populares. Além disso, o diálogo dos partidos de concepção socialista com a Economia Solidária apresenta resultados nas eleições. A vitória de Lula é o maior exemplo, haja vista que somente a partir desta, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que significa que hoje a Economia Solidária está na plataforma do governo federal.

No entanto, muitas destas secretarias e até mesmo os fóruns municipais e estaduais se enfraquecem dependendo do governo que assume o poder, de modo que os empreendimentos solidários contam apenas com o apoio das entidades ligadas aos projetos, como ONG’S, OSCIPS e instituições religiosas. Isto ocorre, pois, de acordo com o senso comum, a Economia Solidária é confundida com a atuação de um partido político, como é o caso do Partido dos Trabalhadores – PT e não se define como um movimento social, uma reação de grupos sociais frente ao modelo capitalista dominante.

8) Assim, podemos dizer que, de maneira geral, a Economia Solidária surge nos governos populares, mas nem sempre consegue se manter quando há uma mudança de

governo, o que faz com que os empreendimentos solidários percam apoio para seu desenvolvimento. Por isso, busca-se criar um processo educativo amplo para que este movimento tenha força política para a manutenção de conquistas diante de alterações de projetos e orientações políticas e ideológicas.

Entretanto, pelo fato de a Economia Solidária ter apoio de movimentos populares em diversas regiões do país, muitos governos têm mantido as Secretarias de Economias Solidárias já existentes para não gerar conflitos com a população, visto que os empreendimentos solidários atingem um número significativo de pessoas e trazem à tona mudanças significativas nos campos econômicos, sociais e políticos.

9) A criação de medidas que sustentem a Economia Solidária implica em não apoiar, ou apoiar menos, outras áreas de atuação do mercado. Favorecer o consumo solidário, estimular as finanças solidárias, promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, ter uma tributação e legislação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, destinar recursos para a capacitação de pessoas para a rede, dentre outras, são medidas que favorecem os grupos excluídos da sociedade, ou seja, desvia a atuação do Estado para as áreas prioritariamente sociais e não para os grupos detentores do capital.

10) A Rede de Economia Solidária de Dourados-MS nasceu da iniciativa da Prefeitura, a partir de experiências positivas conhecidas no Brasil. A Prefeitura estruturou a Rede, criou uma Superintendência de Economia Solidária e destinou servidores/as para trabalharem especificamente neste setor. Além disso, fez parcerias para o oferecimento de cursos de qualificação profissional e incentivou a criação de uma entidade que permaneceria depois como a principal gestora da Rede na cidade de Dourados-MS, a ONG Mulheres em Movimento.

11) É fundamental a compreensão da dinâmica da Rede de Economia Solidária, uma vez que a sua implantação não depende apenas de uma “cópia” do que ocorreu em outros municípios, cujas experiências foram positivas e podem ser consideradas como exemplos para outros lugares. Os lugares e as pessoas são diferentes, bem como a realidade social é dinâmica e sua compreensão é *sine qua non* para a estruturação dos princípios da economia solidária.

Portanto, os/as gestores/as necessitam de maior envolvimento com as comunidades e grupos para criarem situações propícias ao diálogo.

12) Durante o período histórico estudado nesta pesquisa, percebemos que as relações “de cima para baixo” foram presentes na Economia Solidária e causaram dificuldades para a compreensão das pessoas que dela participam. As parcerias, feitas de forma equivocada, com instituições de cunho empresarial demonstraram falta de amadurecimento teórico por parte dos/as gestores/as. Ainda que muitos investimentos financeiros tivessem privilegiado a Rede no município, observamos que não há reflexões propícias ao questionamento do capitalismo e à influência do mercado nos grupos envolvidos na rede. Os/As teóricos/as da Economia Solidária propõem diálogos com o sistema, de modo que a vivência dentro dele seja de pequenas transformações, porém efetivas.

13) A percepção do conceito de política pública também é confusa. Devido aos oito anos de administração do Prefeito Laerte Tetila (Partido dos Trabalhadores), muitas ações da Prefeitura foram realizadas para manterem uma relação de certa dependência. Isso considerava que o processo de mudança de concepções e de postura diante do sistema capitalista não ocorre rapidamente e, por isso, dois mandatos não significa muito tempo no processo histórico de transformações sociais.

Outro aspecto a ser destacado foi o interesse em demonstrar a positividade de um projeto político, o que não negamos, no entanto muitas ações estiveram pautadas em um coeficiente eleitoral favorável, antes mesmo de se pensar em ações sociais de longa duração.

Por isso, a consolidação de um movimento social no município é emergencial, mesmo porque muitas aprendizagens ocorreram, experiências se instituíram, sendo fundamental que tal processo apresentasse ações contínuas para a ampliação da autonomia essencial para a consolidação da Economia Solidária em Dourados como um movimento social. Caso contrário, as ações da Rede terão dificuldades para se sustentarem.

14) Para as mulheres, em especial, este pode ser um espaço para além de uma autonomia financeira. Ao não primar pelo capital, a Economia Solidária possibilita questionamentos sobre a forma de viver capitalista que atua na manutenção do poder hierárquico, e este pode começar em casa. Por isso, as mulheres somente viverão o

empoderamento se perceberem a oculta dominação masculina que move a Economia Solidária nos cursos, nos discursos, na estrutura.

Consideramos finalmente que a Rede de Economia Solidária de Dourados-MS é um desafio constante para a transformação social. Seu mérito está em trazer ao município reflexões sobre alternativas para o desenvolvimento sustentável, que inclui a produção e o consumo. Mesmo com a crise que se instalou após a mudança de governo, ficaram os/as empreendedores/as que realmente acreditam que “um outro mundo é possível”. O número de participantes caiu rigorosamente, mas os grupos que permanecem demonstram uma resistência e uma vontade crescente em se identificarem agora enquanto movimento social.

As dificuldades existem e permanecerão como em toda e qualquer iniciativa que esteja paralela à ordem instituída. As ações da Rede têm chamado atenção de outros setores da sociedade como as instituições de ensino superior. Muitos/as alunos/as e professores/as pesquisam e se interessam pela Rede. Frequentemente grupos são convidados a participarem de eventos, a fim de terem mais espaços para divulgação de suas ações.

No entanto, as reflexões sobre as relações de gênero estão na superfície. Ainda pouco difundidas, o entendimento de autonomia, de empoderamento integram apenas o aspecto econômico de modo que este é somente um dos diversos caminhos a se percorrer para o rompimento com relações hierárquicas de poder. Para a transformação das relações sociais, é vital entender o empoderamento por inteiro, como a base fundamental para o desenvolvimento de visões alternativas de modo de viver por parte das mulheres e de que maneira com que estratégias essa transformação se tornará realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e História Oral. In: PERELMUTTER, D.; ANTONACCI, M. A. (org) **Ética e história oral**. Coleção Projeto História 15. São Paulo: Educ, 1997.

Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Disponível em: <http://www.anteag.org.br>

BASSANEZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora., 1999.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. (org) **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870 a 1930**. São Paulo: Scortecci Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.133-184, jul./dez. 1995.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BUZZATI, Alan Patrik. **A Economia Popular Solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho**. 2007. 121f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Phillippe. (Orgs) **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

COSTA, Bianca Lima. **Em busca de autonomia**: a trajetória de mulheres na economia solidária. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente**: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Kosmos Editora, 1999.

CRUZ, Antonio. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à Economia Solidária. In: **Manual de Economia Solidária**. Volume 01. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>

DEERE, Carmem Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Tradução de Letícia Vasconcellos [et. al.] Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Populações rurais brasileiras. In: SZMERECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Orgs). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. (Orgs). **Desafios da Globalização**. Petrópolis : Vozes, 1997.

DOWBOR, Ladislau. Tendências da Gestão Social. **Revista Saúde e Sociedade**. v. 08, p. 3-16, 1999.

FERRAZ, Marcos. **Políticas de Economia Solidária e Organização dos Trabalhadores**. In: I Seminário Nacional Sociologia & Política, 2009, Curitiba-PR, Anais, 01 CD Rom, ISSN 2175-6880.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Tânia Maria Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>

Fórum Social Mundial – FSM. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br>

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. (org) **Questões para a história do presente**. Bauru,SP: EDUSC, 1999.

FRIDMAN, Luiz Carlos. Laços frágeis, a oferta da contemporaneidade. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Thomas Patrick (Orgs). **Sociologia e Realidade**: pesquisa social no século XX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul – FUNTRAB. Disponível em: <http://www.funtrab.ms.gov.br>

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Manual de Economia Solidária**. Volume 01. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. **As fontes orais na pesquisa histórica**: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.13, nº 25/26, setembro 92/agosto 93.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmem. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, v. 06, n. 01, p. 114-124, 1998.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HOLZMANN, Lorena. **Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas**. Sociologias [online]. 2000, n.4, pp. 258-273. ISSN 1517-4522.

_____. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

LAMERA, Janice Alves; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. **Os assentamentos rurais em Mato Grosso**. In: XLVI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco-AC.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

LEAL, Sandra Regina; MINGHELI, Marcelo. Flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho: reflexões jurídicas no contexto da globalização. In: TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Economia Solidária e reestruturação produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho**. Passo Fundo: UPF, 2001.

LECHAT, Noëlle M. P. As raízes históricas da Economia Solidária e seu surgimento no Brasil. In: **Manual de Economia Solidária**. Volume 01. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. (Org.) **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et. al.] 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LEITE, Antonio Silvestre. **O governo municipal como indutor de desenvolvimento local: o caso da Economia Solidária**. 2007. 102 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Araraquara-SP, 2007.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZWESKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MACHADO, Ilma Ferreira. Por uma pedagogia coletiva. In: ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **Educação e Sócio-Economia Solidária: Interação Sociedade-Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária. Cáceres : Editora UNEMAT, 2006

MACIEL, Elizabeth Nunes. Trabalho e condição feminina. In: TEDESCO, João Carlos; CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Economia Solidária e reestruturação produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho**. Passo Fundo: UPF, 2001.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis : Vozes, 2001.

_____. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MANUAL ECONOMIA SOLIDÁRIA – Volume 01. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>

MANUAL ECONOMIA SOLIDÁRIA – Volume 02. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>

MARTINS, José de Souza (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MATTOSO, José. **A escrita da História: teoria e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas de ponto a ponto**. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no Terceiro Milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.

NAKANO, Marilena. Anteg: a autogestão como marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

NASCIMENTO, Cláudio. **Do beco dos sapos aos canaviais de Catende**. Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf. Acesso em 16/03/2010.

NUNES, Kelma; COELHO, Meyre. **Economia Solidária: uma economia para as mulheres?** Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=31136> Acesso em: abril, 2007.

NUNES, Ruth Espíndola Soriano de Souza. As trocas solidárias e as práticas de criação de moeda local. In: PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. **Moeda Social e Trocas Solidárias**: experiências e desafios para ações transformadoras. Rio de Janeiro, PACS, 2005.

OLIVEIRA, Flávia A. M. Globalização: repensar a história nacional. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

PATROCÍCIO, Robson. Rede de Trocas Solidárias: avanços e desafios. In: PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. **Moeda Social e Trocas Solidárias**: experiências e desafios para ações transformadoras. Rio de Janeiro, PACS, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História** [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 77-98. ISSN 0101-9074.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo : Contexto, 2005.

PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Thomas Patrick (Orgs). **Sociologia e Realidade: pesquisa social no século XX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó . Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira. (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. 1 ed. Dourados: Editora da UFGD, 2008, v. , p. 15-75.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del Priore. (org). **História das mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RICHARTZ, Terezinha. **Conceituando gênero e patriarcado**. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7276291/gEnero-e-ado-Conceituando>. Emapbook, 2004.

ROSADO-NUNEZ, Maria José. Direitos, cidadania das mulheres e religião. **Revista de Sociologia da USP Tempo Social**, v. 20, n. 02, p. 67-81, Nov./2008.

SÁ, Carlos Augusto Ferreira. **A Economia Solidária em Mato Grosso do Sul: Desafios e Possibilidades**. 2005. 48 f. Monografia (Especialização em Gestão Empresarial e Recursos Humanos) – UNAES, Campo Grande, 2005.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Revista de Geografia**, UEL, Departamento de Geociências, p. 89-107, jan./jun. 2009

SANTOS, Boaventura de Souza.(Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em rede no novo milênio: participação cidadã e governança. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Thomas Patrick (orgs). **Sociologia e Realidade**: pesquisa social no século XX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEBRAE. Disponível em <http://www.sebrae.com.br>.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

_____. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da Cidadania**. São Paulo : Contexto, 2005.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza.(Org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Revista Áremis**. Vol.08, jun 2008, p. 110-117,

SPOSATI, Aldaísa. Globalização: um novo e velho processo. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. **Revista São Paulo em Perspectiva**. [online]. 2001, vol.15, n.3, pp. 67-81

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: **Manual de Economia Solidária**. Volume 01. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>

Usina Catende. Disponível em: <http://www.catendeharmonia.com.br>

ZART, Laudemir Luiz; SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **Educação e Sócio-Economia Solidária**: Interação Sociedade-Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Cáceres : Editora UNEMAT, 2006

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF, v. 19 – n. 2, p. 411-422, Jul./Dez. 2007

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

_____. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, p. 117-132, Set./2003.

CIRIZA, Alejandra. **Heranças e encruzilhadas feministas: as relações entre teoria(s) e política(s) sob o capitalismo global**. São Paulo: Cromosete Gráfica e Editora Ltda, 2006.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**. v.01, ano 09, p. 131-145, 2001.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, Gênero, Cidadania**: tradição e modernidade. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.101-132, jul./dez. 1995.

MACHADO, Cláudio R. S. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Revista Ambiente & Educação**. V. 13, p. 83-95, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em rede no novo milênio: participação cidadã e governança. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Thomas Patrick (orgs). **Sociologia e Realidade**: pesquisa social no século XX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Alex Pizzio. **A Economia Solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SILVA, José Graziano. **A Modernização Dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1981.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro – RJ, Jorge Zahar Editora, 1981.

_____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FONTES

Documentos

Cartilha de Apoio Oficina Construindo Redes de Economia Solidária – Construindo Redes a partir dos bairros. Dourados-MS, de 05 a 07 de outubro de 2004.

Cartilha “A Economia Solidária no município de Dourados-MS”. Ano 2008

Cartilha “Outro consumo é possível”, elaborado Lenita Gripa (Org.) Trabalho realizado em parceria pela Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas – CICAF, Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA e Rede de Formação Cidadã – RECID/TALHER.

FERLA, Leidi (Org.). **Assistência Social, Economia Solidária e Política de Gênero**: garantindo direitos em Dourados-MS. Dourados: Nicanor, 2008.

Jornal da Economia Solidária – Ano 01 – Edição nº 01 – Abril/2005.

Jornal da Economia Solidária – Ano 01 – Edição nº 02 – Junho/2005.

Jornal da Economia Solidária – Ano 01 – Edição nº 03 – Setembro/2005.

Jornal da Economia Solidária – Ano 01 – Edição nº 04 – Dezembro/2005.

Jornal da Economia Solidária – Ano 02 – Edição nº 05 – Abril/2006.

Jornal da Economia Solidária – Ano 02 – Edição nº 06 – Julho/Agosto/2006.

Jornal da Economia Solidária – Ano 02 – Edição nº 07 – Outubro/Novembro/2006.

Jornal da Economia Solidária – Ano 03 – Edição nº 08 – Março/2007.

Jornal da Economia Solidária – Ano 03 – Edição nº 09 – Junho/Julho/2007.

Jornal da Economia Solidária – Ano 03 – Edição nº 10 – Setembro/Outubro/2007.

Jornal da Economia Solidária – Ano 03 – Edição nº 11 – Dezembro/2007.

Jornal da Economia Solidária – Ano 04 – Edição nº 13 – Agosto/2008.

Regimento da Rede de Economia Solidária. Dourados-MS, 27 de fevereiro de 2007. Cedido pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária – Superintendência de Economia Solidária.

Relatório da Prefeitura Municipal de Dourados-MS – Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária – Empreendimentos Coletivos – s/d.

Relatório de Consultoria – Oficina de MRP – Setor de alimentação do Programa de Economia Solidária – COOPAER – Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio - Consultor Volmir Meneguzzo – 31/07/2007.

Relatório de Consultoria – Oficina de MRP – Setor de artesanato do Programa de Economia Solidária – COOPAER – Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio - Consultor Volmir Meneguzzo – 01/08/2007.

Relatório de Consultoria – Oficina de MRP – Setor de catadores e recicladores de lixo do Programa de Economia Solidária – COOPAER – Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio - Consultor Volmir Meneguzzo – 02/08/2007.

Relatório de Consultoria – Oficina de MRP – Setor de prestação de serviços do Programa de Economia Solidária – COOPAER – Cooperativa de Trabalho em Desenvolvimento Rural e Agronegócio - Consultor Volmir Meneguzzo – 03/08/2007.

Relatório Rede de Economia Solidária – 2006, elaborado e cedido pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária – Superintendência de Economia Solidária.

Relatório Rede de Economia Solidária – 2007, elaborado e cedido pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária – Superintendência de Economia Solidária.

Relatório Rede de Economia Solidária – 2008, elaborado e cedido pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária – Superintendência de Economia Solidária.

Entrevistas

Edézia. 50 anos. Casada. Católica. Costureira. Compõe o grupo de mulheres do Pirêvest. Está na Rede desde 2004.

Gleicimare. 16 anos. Trabalha com sua mãe Maria José. Evangélicas. Trabalham com artesanato. Maria José está na Rede desde 2006.

Iraci. 44 anos. Casada. Evangélica. Ingressou na Rede em janeiro de 2008 por influência da cunhada Erci que está na Economia Solidária desde 2003.

Ivana. 50 anos. Casada. Espírita. Natural do Rio Grande do Sul. Reside em Dourados desde 2005. Ingressou na Rede em 2008. Trabalha com crochê.

Ivoneide. 40 anos. Solteira. Assistente social. Católica. 01 filho.

Lenita Grippa. Bacharel em Direito. Missionária franciscana. Presidente da ONG Mulheres em Movimento até 2007. Trabalhou na prefeitura municipal desde 2001 até a fundação da entidade.

Maria Aparecida. Evangélica. Setor de confecção.

Maria da Conceição Celestino Barbosa. Pedagoga. Solteira. Católica. Foi superintendente de Economia Solidária durante a gestão do Partido dos Trabalhadores em Dourados-MS, no período de 2001 a 2008. Foi também uma das fundadoras da ONG Mulheres em Movimento.

Maria Helena. 41 anos. Casada. Trabalha com Crochê.

Neuza Grippa. 39 anos. Bacharel em Serviço Social. Presidente da ONG Mulheres em Movimento. Participa da Rede de Economia Solidária em Dourados-MS desde 2007. Missionária franciscana. Irmã de Lenita Grippa, presidente e fundadora da ONG.

Nilva. Evangélica. Trabalha com Crochês e Bordados.

Pedro Alves Ferreira. Casado. Católico. Vereador pelo Partido dos Trabalhadores de 2004 a 2008. Viabilizou seminários sobre Consumo Ético e Solidário no município.

Rosângela. 41 anos. Casada. Católica. Setor de alimentação. Criou uma micro-empresa após o ingresso na Rede de Economia Solidária. Participa desde 2001 e já foi presidente do Fórum Municipal de Economia Solidária.

Rose. 43 anos. Casada. Evangélica. Setor de artesanato. Participa da Rede desde 2007.

Rosemar. 33 anos. Casada. Católica. Presidente da Associação Alecrim, criada para as mães que possuem filhos com deficiência. A Associação é parceira da Rede de Economia Solidária e produz cosméticos com base no alecrim. Está na Rede desde 2007.

ANEXO A

Carta de princípios da Economia Solidária

Princípios gerais:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos:

Por um sistema de finanças solidárias

- Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças.

São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.

- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólicia, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- A Economia Solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- A Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável. Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático
- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.
- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.
- A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a

constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos.

- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

- A Economia Solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

- A Economia Solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

- A Economia Solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

- A Economia Solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

- A Economia Solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

- A Economia Solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

- A Economia Solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

- A Economia Solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A Economia Solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
- A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Junho de 2003, III Plenária Nacional da Economia Solidária

Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60

ANEXO B

A Plataforma de Ação da Economia Solidária é composta de sete eixos principais, conforme segue abaixo:

A) **Finanças Solidárias:** O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária. Ele deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados. Apoiar as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer linhas especiais para empreendimentos de autogestão Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil e o crédito solidário. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIPs, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário. Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas. Criar linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária. Modificar as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda). Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço. A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero. Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local. Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário.

B) **Marco Legal:** Que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao governo e a sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc, criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas. Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária. Tributação específica para os empreendimentos de

Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens. Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc. Rediscutir a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária. Estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil. Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar. Elaboração de uma nova legislação para o cooperativismo (lei 5.764) e empresas autogestionadas, ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo. Que o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária. Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes. Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro. Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional. Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações. Pressionar os poderes competentes para que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar). Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

C) **Educação:** Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC. Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos

interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público (convênios). Subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

D) Comunicação: Utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária. Difusão das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação. Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária. Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

E) Redes de Produção, Comercialização e Consumo: Desenvolver, fortalecer e articular as

redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária. Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, facilitando parcerias, entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional. Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária. Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária. Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

F) Democratização do Conhecimento e Tecnologia: Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, superando as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficiente, terem viabilidade e sustentabilidade. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.

G) Organização Social de Economia Solidária: Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação. Assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho

Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados. Organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar as condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária.

Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 27/05/07

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 31 de agosto de 2010.

Grazihely Berenice Fernandes dos Santos Paulon